



Revista da

Escola Superior de Guerra

86



1949 - 2024



NESTA CASA ESTUDA-SE O DESTINO DO BRASIL

**REVISTA
DA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**

(Editada desde 1983)

**v. 39 n. 86
maio / ago. 2024**



Rio de Janeiro, 2024

Revista da Escola Superior de Guerra. —
v. 39, n. 86 (maio/ago.) 2024 – Rio de Janeiro: ESG, 2024.

maio / ago. 2024
ISSN 0102-1788

1. Ciência Militar. 2. Políticas. 3. Segurança Nacional.
4. Poder Nacional. 5. Estratégia.

CDD 320.981

Revista da Escola
Superior de Guerra

A Revista é uma publicação
quadrimstral da ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA, do
Rio de Janeiro, com versões
digital (www.revista.esg.br) e
impressa em âmbito nacional e
internacional.

Comandante

Vice-Almirante

Marcelo Menezes Cardoso

Subcomandante

Brigadeiro do Ar

Ivan Lucas Karpischin

Conselho Editorial

Prof. Dr. Andrés de Castro García	Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado	Madrid, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Fonseca	Universidade Nova de Lisboa	Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Carolina Sancho Hirane	Universidad de Chile	Santiago, Chile
Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro	Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Rio Grande do Sul, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Rizzatti Salomão	Instituto Militar de Engenharia (IME)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª. Dr.ª. Eliane Superti	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Amapá, Brasil
Prof.ª Dr.ª Erica Simone Almeida Resende	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz	Escola Superior de Defesa (ESD)	Brasília, Brasil
Prof. Dr. Fabrício Henricco Chagas Bastos	Universidade de Harvard	Cambridge, EUA
Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Helena Carreiras	Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)	Lisboa, Portugal
Prof. Dr. Humberto José Lourenção	Universidade da Força Aérea (UNIFA)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Jacintho Maia Neto	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Jana Tabak	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro, Brasil

Prof. ^a Dr. ^a Jaqueline Santos Barradas	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Luis Bitencourt	Centro William J. Perry para Estudos Hemisféricos de Defesa	Washington D.C., EUA
Prof. ^a Dr. ^a Maria Célia Barbosa Reis da Silva	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. ^a Dr. ^a Mirlis Reyes Salarichs	Colégio Interamericano de Defesa	Washington D.C., EUA
Prof. ^a Dr. ^a Paula Sandrin	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Roberto Benavides Vizcardo	Universidad San Martin de Porres	Lima, Peru
Prof. Dr. Vinícius Mariano de Carvalho	King's College London	Londres, Inglaterra
Prof. ^a Dr. ^a Viviane Machado Caminha	Escola Superior de Defesa (ESD)	Brasília, Brasil

Editora Executiva

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Editor Adjunto

Professor José Augusto Pereira da Costa

Editor Assistente

Professor Heitor de Sá Rodrigues

Tradução

DSI Comunicação LTDA

Professor José Augusto Pereira da Costa

Professora Bárbara Soares dos Santos

Revisão de Linguagem

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Professor José Augusto Pereira da Costa

Professor Heitor de Sá Rodrigues

Revisão e Normalização

DSI Comunicação LTDA

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Diagramação e Arte Final

Anério Ferreira Matos

Capa

Anério Ferreira Matos

Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Os artigos publicados pela revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando necessariamente, portanto, o pensamento da Escola Superior de Guerra.



SUMÁRIO

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: vereda acadêmico-militar percorrida desde 1949	7
APRESENTAÇÃO	9
1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	11
<i>Sebastião André Alves de Lima Filho</i>	
2 A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA TRÍPLICE TRÍADE: pensando o futuro do País	34
<i>Guilherme Sandoval Góes</i>	
3 BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS: arqueologia do conhecimento – uma abordagem da conservação e preservação do acervo da Escola Superior de Guerra	62
<i>Antonio Rocha Freire Milhomens Maria Célia Barbosa Reis da Silva</i>	
4 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE	82
<i>Eduardo Rizzatti Salomão</i>	
5 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O PENSAMENTO ANTÁRTICO BRASILEIRO DESDE A DÉCADA DE 1950	104
<i>Guilherme Lopes da Cunha Ana Flávia Granja e Barros Paulo E.A.S. Câmara Fábio Albergaria de Queiroz</i>	
6 AS RAÍZES NACIONALISTAS DA PROFESSORA THEREZINHA DE CASTRO E SEU LEGADO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	127
<i>Jamyll de Almeida Ferreira Luiza das Neves Gomes</i>	

7 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: 75 anos contribuindo com o conhecimento em segurança, desenvolvimento e defesa 144

Jacinto Maia Neto

8 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: mobilização total pelo destino do Brasil 170

Rodrigo Fampa Negreiros Lima
Patrícia de Oliveira Bastos

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: vereda acadêmico-militar percorrida desde 1949

A Escola Superior de Guerra (ESG) comemora mais uma efeméride: 75 anos refletindo o Brasil. Desde sua fundação em 20 de agosto de 1949, na cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada, a ESG tem sido espaço de troca em que se forjam pensadores e líderes, civis e militares, que trocam ideias, divergem, convergem e discutem os caminhos da defesa e da segurança nacionais.

O conteúdo discutido em salas, auditórios e corredores volta-se ao estudo das artes estratégicas e das políticas de defesa, além de outras disciplinas afins. Todos, de algum modo, estudam para enfrentar os desafios que se apresentam nos horizontes do Brasil e do mundo.

Ao longo desses 75 anos, muitos cursos foram criados, aperfeiçoados e mudaram de nome para se adequarem aos novos tempos. A Pós-graduação, tanto em *lato sensu* como em *stricto sensu*, foi introduzida a partir de 2016 e 2019, respectivamente, sendo ministrada por professores, instrutores e convidados. Em sua trajetória, a ESG tem se renovado para atender aos anseios dos tempos de inteligência artificial, drones, guerras cibernéticas e conflitos estimulados pelas redes sociais, com o propósito de provocar e propiciar encontros de intelectos, que contribuam para o futuro do país.

Hoje, pode-se dizer que a ESG se consolidou como uma pedra angular na edificação das estratégias que protegem e promovem o desenvolvimento do Brasil. Seus egressos, como astros brilhantes, ascenderam a posições de destaque, guiando com sabedoria e coragem os rumos da nação. A escola, dessa forma, é reverenciada por sua excelência acadêmica e por ser um fórum vibrante de discussões sobre os grandes desafios do nosso tempo.

Neste ano, em especial, é tempo de historiar as diversas trilhas seguidas pela ESG, entre elas, este conjunto de artigos que se propõe a ler o passado, a reverberar o presente e a projetar o futuro. Os integrantes da ESG prepararam alguns eventos para evocar essa data: lançamento de publicação comemorativa, seminários e *workshops* que se avizinham como momento de compartilhar saberes e incentivar novas ideias que podem gerar contribuições inestimáveis. Estas celebrações não apenas rememoram o passado, mas também acendem a chama do futuro, sublinhando a importância da educação e do pensamento estratégico como pilares do amanhã nacional.

Vice-Almirante Marcelo Menezes Cardoso
Comandante da Escola Superior de Guerra



APRESENTAÇÃO

No ano comemorativo dos 75 anos da Escola Superior de Guerra, registramos artigos cujos autores tecem análises, reflexões acerca de desafios, oportunidades do País no cenário geopolítico global, enfatizando Defesa, Segurança Internacional, Relações Internacionais, Política, Economia e outros cortes temáticos próximos e complementares, e revisam também a história da ESG de 1949 até o porvir. Esta publicação não só celebra, com olhar crítico e equilibrado, a história da ESG, mas também projeta sua visão para o futuro, reafirmando o compromisso com o conhecimento, com a parceria entre militares e civis, educação atualizada e isenta, compromissada com a ciência, com o social e com o desenvolvimento de políticas estratégicas em prol do Brasil.

Cada artigo, cada página, cada articulista testemunham o legado deixado pelos pioneiros da Instituição e fazem uma revisão e atualização dos estudos, aqui gerados, para as novas gerações de pensadores. Esta edição de número 86, a segunda revista do ano, serve como um tributo ao passado, como rememoram as articulistas Jamylle de Almeida Ferreira e Luiza das Neves Gomes, no sexto artigo; e, conforme ratificado pelo segundo artigo, produzido por Sandoval Góes, como esperança de um futuro promissor, ponderando a essência da ESG como um centro de conhecimento e inovação.

O artigo inaugural intitulado *A Escola Superior de Guerra e o desenvolvimento do Brasil*, assinado por Sebastião André Alves de Lima Filho, narra a gênese da “casa em que se estuda o destino do Brasil” e disserta sua conexão com as perspectivas de modernização nacional nas áreas científicas, técnicas e industriais pós-Segunda Grande Guerra, marcada por um mundo geopoliticamente bipolar.

No segundo artigo, *A grande estratégia brasileira da tríplice tríade: pensando o futuro do país*, o autor Guilherme Sandoval Góes propõe um modelo essencialmente nacional para suprir a falta de uma Grande Estratégia que direcione o Brasil ao cumprimento dos objetivos constitucionais, principalmente na esfera social, e a se posicionar entre as cinco maiores potências globais.

No terceiro artigo, *Biblioteca General Cordeiro de Farias: Arqueologia do Conhecimento – uma abordagem da conservação e preservação do acervo da Escola Superior de Guerra*, Antonio Rocha Freire Milhomens e Maria Célia Barbosa Reis da Silva promovem a história e a relevância do espaço de pesquisa e escrevem quase uma carta de amor a esse lugar, símbolo democrático do resguardo dos saberes coletivos e da promoção da formação cultural.

Eduardo Rizzatti Salomão apresenta *José Honório Rodrigues na Escola Superior de Guerra e o debate sobre a formação da nacionalidade*, artigo que expõe e discute o vínculo pouco explorado entre o historiador e a instituição entre 1955-1964, assim como suas obras advindas nesse ambiente dialético e produtivo. O historiador José Honório desempenhou importante papel como intelectual

e educador durante o tempo que contribuiu para a Escola Superior de Guerra, notadamente no desenvolvimento do pensamento estratégico e na formação de pensadores e pesquisadores civis e militares.

No quinto artigo, os autores Guilherme Lopes da Cunha, Ana Flávia Granja e Barros, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara e Fábio Albergaria de Queiroz mostram que, embora a assinatura brasileira no Tratado da Antártica tenha sido oficializada em 1975, desde os anos 50 o país atua com políticas e atividades científicas relativas à região polar. É realizada uma análise histórica da relação do Brasil com os assuntos árticos, apresentando a ESG como o epicentro nacional do debate em *A Escola Superior de Guerra e o pensamento Antártico brasileiro desde a década de 1950*.

Em *As raízes nacionalistas da professora Therezinha de Castro e seu legado para a Escola Superior de Guerra*, Jamylle de Almeida Ferreira e Luiza das Neves Gomes introduzem uma pesquisa genealógica da geógrafa, para então discorrer sobre as origens de sua figura intelectual e engajada, cujos pensamentos e vigor reverberam até hoje. O quanto o empoderamento acadêmico da mulher e estudiosa Therezinha de Castro conferiu-lhe espaço emblemático no mapa geopolítico do Brasil e além-fronteiras. Seu espólio deixou como herança vasto material para que repensássemos os potenciais geopolíticos do Brasil e, a partir dele, atualizássemos o contorno da Geopolítica e das disciplinas que lhe fornecem arcabouço. Therezinha pertenceu ao quadro permanente da ESG e, hoje denomina o Instituto homônimo que abriga a Editora, o Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra (ESG) e os Grupos de Pesquisa.

No artigo *Escola Superior de Guerra: 75 anos contribuindo em segurança, desenvolvimento e defesa*, o Professor Jacintho Maia Neto articula sobre a natureza interdisciplinar da instituição e suas adaptações acadêmicas ao longo das décadas para acompanhar o debate científico, examinando a influência e impacto de suas novas diretrizes e regulamentos.

Por fim, no oitavo artigo, Rodrigo Fampa Negreiros Lima e Patrícia de Oliveira Bastos, em *Escola Superior de Guerra: mobilização total pelo destino do Brasil*, abordam as ideias de Ernst Jünger para desenvolver a importância de uma cultura de contribuição holística para as questões de estudo de guerra, ou seja, além do campo militar, envolver civis e esforços profissionais e intelectuais diversos.

Comemorem os 75 da Escola Superior de Guerra, dedicando sua leitura aos artigos que sobre ela discorrem.

Maria Célia Barbosa Reis da Silva

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

THE SUPERIOR WAR SCHOOL AND THE DEVELOPMENT OF BRAZIL

LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) Y EL DESARROLLO DE BRASIL

Sebastião André Alves de Lima Filho*

RESUMO

Este artigo descreve as etapas que culminaram na criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e sua interligação com o planejamento do desenvolvimento brasileiro. A formação da Escola Superior de Guerra (ESG) foi influenciada pela mudança gradual no pensamento militar que começou a priorizar a correlação entre Segurança Nacional, eficácia do aparato militar e o progresso do Brasil. A experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Grande Guerra, ao lado de exércitos com avançado desenvolvimento técnico, científico e industrial, reforçou o entendimento acerca da profunda diferença entre o nível de modernização alcançado pelas nações aliadas e o Brasil. Esse desnível incomodava os oficiais brasileiros, que desde os anos vinte ambicionavam superar as distâncias científicas e tecnológicas que nos separavam das grandes nações industrializadas. Desde o início de seu funcionamento a Escola Superior de Guerra (ESG) buscou imprimir uma identidade que demarcava e reforçava a ideia de que seria uma instituição que se encarregaria de desenhar e induzir o tão almejado desenvolvimento. A grande quantidade de temas envolvendo o desenvolvimento do Brasil que eram tratados durante o ano letivo, as inúmeras viagens de estudos, algumas ao exterior, por exemplo, contribuíram com a imagem de que a Escola Superior de Guerra (ESG) seria necessária ao planejamento da modernização nacional.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Segurança Nacional; desenvolvimento brasileiro.

* Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do Observatório das Nacionalidades e da Academia de Ciências Sociais do Ceará. Coordenador do Projeto de Extensão Conjuntura Internacional, Sistemas de Poder Global e as Perspectivas de Inserção da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) no Mundo Multipolar. Coordenador do Projeto de Pesquisa Planejando a Nação - Política e Desenvolvimento no Pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG) Professor do Curso de Graduação Intercultural Indígena da Universidade Federal do Ceará (UFC) Coordenador do Projeto de Pesquisa A Religião das Estrelas: Cosmologia, Imaginário e Representação do Universo e do Sagrado no Templo Egípcio de Dendera. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6758732326229187>

ABSTRACT

This article describes the stages that led to the creation of the Higher War College and its interconnection with the planning of Brazilian development. The formation of the Higher War College was influenced by the gradual shift in military thinking that began to prioritize the correlation between National Security, the effectiveness of the military apparatus, and Brazil's progress. The experience of the Brazilian Expeditionary Force in the Second World War, alongside armies with advanced technical, scientific, and industrial development, reinforced the understanding of the profound difference between the level of modernization achieved by the Allied nations and Brazil. This gap troubled Brazilian officers, who since the twenties aimed to overcome the scientific and technological distances that separated us from the major industrialized nations. From the outset, the Higher War College sought to imprint an identity that marked and reinforced the idea that it would be an institution responsible for designing and inducing the much-desired development. The large number of topics involving Brazil's development addressed during the academic year, as well as the numerous study trips, some abroad, for example, contributed to the image that the Higher War College would be necessary for national modernization planning.

Keywords: Superior War School; National Security; Brazilian development.

RESUMEN

Este artículo describe las etapas que culminaron en la creación de la Escuela Superior de Guerra (ESG) y su interconexión con la planificación del desarrollo brasileño. La formación de la Escuela Superior de Guerra (ESG) fue influenciada por el cambio gradual en el pensamiento militar que comenzó a priorizar la correlación entre Seguridad Nacional, eficacia del aparato militar y el progreso de Brasil. La experiencia de la Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB) en la Segunda Gran Guerra, junto a ejércitos con un avanzado desarrollo técnico, científico e industrial, reforzó la comprensión sobre la profunda diferencia entre el nivel de modernización alcanzado por las naciones aliadas y Brasil. Esta disparidad incomodaba a los oficiales brasileños, que desde los años veinte aspiraban a superar las distancias científicas y tecnológicas que nos separaban de las grandes naciones industrializadas. Desde el inicio de su funcionamiento, la Escuela Superior de Guerra (ESG) buscó imprimir una identidad que marcara y reforzara la idea de que sería una institución encargada de diseñar e inducir el tan anhelado desarrollo. La gran cantidad de temas relacionados con el desarrollo de Brasil que se trataban durante el año lectivo, los numerosos viajes de estudio, algunos al extranjero, por ejemplo, contribuyeron a la imagen de que la Escuela Superior de Guerra (ESG) sería necesaria para la planificación de la modernización nacional.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra; Seguridad Nacional; desarrollo brasileño

1 INTRODUÇÃO

A criação da Escola Superior de Guerra foi o resultado de profundas transformações que ocorreram no âmbito das Forças Armadas, em particular do Exército. As mais significativas foram a vinda da Missão Militar Francesa em 1919 e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Da Primeira Grande Guerra os militares brasileiros aprenderam apenas instruções teóricas ministradas por militares franceses que nela lutaram. Não tomaram consciência, como na Segunda Guerra Mundial, das engrenagens mortíferas postas em movimento pelo aperfeiçoamento das forças produtivas nas áreas da ciência e da tecnologia.

Apesar do intenso engajamento dos jovens tenentes que se dispuseram a mudar o modelo político republicano durante a década de 1920, suas ideias e projetos acabaram, temporariamente, se diluindo devido às escaramuças que se envolveram.

Mais “filósofos” do que pragmáticos e ainda influenciados pelos ideais positivistas, os militares que aderiram ao movimento tenentista consideravam-se “cientificamente” instruídos e preparados para solucionar os problemas do Brasil.

Se compararmos com outro grupo de militares do mesmo período, certificaremos que esse grupo priorizou e se empenhou, primeiramente, em modernizar o aparelho militar para em seguida se deter sobre a formulação de soluções para atenuar o “atraso” brasileiro. Não por acaso, os oficiais que se envolveram diretamente na organização da Escola Superior de Guerra iniciaram suas carreiras justamente nesse ambiente de profundas mudanças e rupturas na instituição militar brasileira.

Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Góes Monteiro, Golbery do Couto e Silva, dentre outros oficiais, aprenderam com os estrangeiros a importância de organizar as bases da estrutura científica e tecnológica da Nação. Como exprimiu acertadamente Domingos (2007, p. 34):

Os militares franceses introduzem renovações na medicina e na veterinária; formam geógrafos e cartógrafos, unificando os trabalhos nessas especialidades; revelam a importância dos estudos demográficos e do planejamento da infraestrutura de transporte; desenvolvem o interesse pela química e pela metalurgia visando à produção de armamento e munição; introduzem procedimentos estatísticos, sem os quais o serviço militar obrigatório seria inviável; organizam a aviação do Exército e orientam as primeiras regulações da aviação civil; ensinam os princípios administrativos modernos e interferem no envio de acadêmicos franceses fundamentais à criação da Universidade de São Paulo.

2 DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) À ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

A disposição de desenvolver o Brasil não foi monopólio das Forças Armadas, mas, no âmbito militar, assumiu concreitude. O contato com os militares estrangeiros, durante a Segunda Guerra Mundial, revelou aos oficiais brasileiros suas próprias deficiências, bem como as carências do Brasil no campo industrial, científico e tecnológico. Essas carências constituíram uma das justificativas para a criação da Escola Superior de Guerra.

De fato, para os militares a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial não representou apenas a defesa da Pátria, da liberdade e da democracia. O General Cordeiro de Farias, comandante de Artilharia da FEB e um dos fundadores da Escola Superior de Guerra, define o efeito causado pela participação brasileira na guerra:

O impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças racionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era o meio para isso e a ESG brotou da experiência da FEB (Farias, 1972, p. 21).

A compreensão de que a Escola Superior de Guerra nasceu da experiência da Força Expedicionária Brasileira é partilhada, igualmente, pelo General Golbery:

Os militares da FEB desejavam um desenvolvimento muito rápido para o Brasil. A FEB não foi importante só pela ida à Itália. Possivelmente ainda mais importante foi à visita dos membros da FEB aos Estados Unidos, onde viram em primeira mão uma grande potência democrática e industrial. Foi uma abertura de horizontes. Eu fui e foi um grande impacto: para mim, ficou perfeitamente claro que um País em regime de livre empresa tinha sido bem-sucedido em criar uma grande potência industrial (Golbery *apud* Stepan, 1975, p.176).

Nas percepções dos militares que planejaram a criação da Escola Superior de Guerra, a progressiva modernização de o aparelho militar brasileiro retardava-se devido, em grande parte, às carências em infraestrutura, reflexo das elites civis, indiferentes aos problemas do desenvolvimento e da Segurança do Brasil. O idealizador da ESG, o Marechal Salvador César Obino, expressa essa ideia resumidamente:

A nossa Escola surgiu no momento oportuno, como que refletindo um anseio geral de eliminar os compartimentos estanques em que a Nação se dividia e que impediam o estudo de uma organização eficiente, uma base de confiança e de conhecimento recíproco. As duas guerras mundiais focalizaram a necessidade de um perfeito entendimento entre as elites civis e militares, no sentido de organizar a Nação para sua defesa [...]. No Brasil, o elemento civil estava alheio as necessidades das Forças Armadas. Foi para ligar civis e militares que lançamos a ideia da ESG 9 (Obino, 2003, p. 62-65).

Caberia a Escola Superior de Guerra, em concordância com seus valores, crenças e doutrinas, “educar” as elites no sentido de habilitá-las para fazer do Brasil uma nação desenvolvida. Como consequência de se tornar a legítima interlocutora, no âmbito militar, do debate em torno do desenvolvimento, a Escola Superior de Guerra acabou por aprofundar e estender a politização dos oficiais das Forças Armadas, tornando-os permanentemente politizados, engajados e cientes dos objetivos que deveriam perseguir para concretizar os princípios da ESG em consonância com a defesa e a modernização do Brasil.

Éramos, na época da Segunda Guerra Mundial, uma Nação totalmente dependente em termos de capacidade militar, industrial, tecnológica e científica. Não possuíamos, sequer, um parque industrial capaz de suprir as necessidades básicas de produção bélica, essenciais para fornecer o material de campanha para as nossas tropas da Força Expedicionária Brasileira que lutavam nos Apeninos italianos.

Essa carência técnica do Brasil repercutiu profundamente na Força Expedicionária Brasileira, tanto ao nível dos oficiais quanto dos *pracinhas*. A profunda defasagem entre as Forças Armadas brasileiras e as estrangeiras, envolvidas no conflito, era mais do que evidente. Recorda o General Octávio Costa:

Quando voltamos da guerra, a FEB trouxe o equipamento, então, moderno, com que lutara na Europa. E o resto do Exército ainda estava no lombo do burro, do tempo do francês. Esse foi o primeiro choque. A partir do lançamento da bomba de Hiroshima, em 1945, os americanos começaram a pensar na utilização da arma nuclear também no campo tático. Subverteram todas as suas ideias operacionais anteriores. Conheço isso bem de perto porque estava na ECEME, e via tudo do ponto de vista profissional-militar e não do ponto de vista do político. Então, o que acontecia? Os americanos já não estavam com aquela organização do tempo da Segunda Guerra Mundial. Experimentavam novas organizações na base

da arma atômica, que eles acreditavam iria para o campo de batalha. Começaram a criar divisões pentômicas, quer dizer, divisões com cinco batalhões empregados segundo a doutrina do uso da arma nuclear no combate, não apenas na estratégia. A partir daí, ficamos perdidos. Por quê? Vejam bem: Tínhamos um Exército com uma grande parte ainda no lombo do burro do tempo do francês, um pedaço da organização da Segunda Guerra. Enquanto isso os americanos já estavam pensando numa organização na base da arma atômica (Costa *apud* D'Araujo; Soares; Castro, 1994, p. 96).

O que chama atenção na citação acima é o ambiente onde as motivações de transformar a realidade brasileira foram despertadas. O contexto das guerras modernas, travadas entre estados-nações, é indicado pelo grau de desenvolvimento científico e tecnológico que viabiliza a capacidade do país de torna-se uma grande potência. O pensador italiano Gramsci (1989) sabia dessa singularidade ao afirmar que a medida definitiva para determinar o que deve ser reconhecido como grande potência seria estabelecida pela guerra. “O conceito de grandes potências está estreitamente ligado às guerras” Gramsci (1989, p. 191).

São ou se transformam em grandes potências aquelas nações que na ocasião da celebração da paz conseguem manter relações de força e poder com os aliados, possibilitando-lhe garantir a manutenção dos acordos e dos compromissos firmados no princípio das hostilidades.

Por outro lado, uma nação que se depara com a necessidade de ir à guerra e precisa de empréstimos, fornecimento de armas e munições para os seus guerreiros, meios de transportes para o deslocamento de tropas, ou seja, que não tem capacidade de defesa senão recorrendo a aliados, e mesmo depois da contenda ainda necessite de auxílio financeiro ou de outras formas de ajuda, dificilmente será igual aos seus aliados e terá imensa dificuldade em zelar pela manutenção de acordos.

Uma nação que se encontra nestas circunstâncias teria apenas o status de potência nos documentos diplomáticos, visto que, concretamente, seria identificada apenas como provável fornecedora de matéria-prima e de recursos humanos para a “coalizão que dispõe dos meios não só para sustentar as próprias forças militares, mas financiar aquelas dos outros aliados” (Gramsci, 1989, p. 191). Essa era a situação do Brasil no início de 1950, profundamente dependente e subordinado aos interesses dos estrangeiros.

A concepção do avanço econômico e científico como condição necessária à eficiência da organização militar não era uma ideia que surgiu dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. O capitalismo em formação, aliando-se à ciência vinha, principalmente a partir do século XVI, alterando o modo como as sociedades se organizavam para resolver as suas rivalidades nos campos de batalha.

A análise das consequências sociais, econômicas e políticas das inovações tecnológicas na arte da guerra, na modernidade em ascensão, não foram desprezadas quando Anderson (1989, p. 21) se debruçou sobre a formação do Estado moderno, destacando que o “desenvolvimento do canhão de bronze fundido fez da pólvora, pela primeira vez, a arma decisiva na arte da guerra, tornando anacrônicas as defesas dos castelos senhoriais”. Contudo, nos dois conflitos mundiais do século XX, a capacidade de destruição aumentou extraordinariamente devido à aplicação da ciência e da tecnologia aos instrumentos de matança.

Os militares da Escola Superior de Guerra tinham consciência de que a partir da Segunda Guerra Mundial os conflitos exigiriam cada vez mais conhecimento científico e tecnológico, e os países que desejassem alcançar certa autonomia e hegemonia no novo cenário mundial deveriam investir maciçamente na formação de uma estrutura que congregasse ciência e tecnologia. Estas foram as ideias expressas pelo Tenente-Coronel Idálio Sardenberg para a turma de militares que fizeram o Curso Superior de Guerra, na ESG, em 1952:

A II Grande Conflagração foi uma guerra de ciência aplicada. Quase todas as possibilidades científicas conhecidas foram exploradas para a aplicação de conhecimento teórico à arte da guerra. Uma vasta quantidade de novos engenhos foi concebida, experimentada e posta em serviço. As armas modernas, quando empregadas contra uma nação que não possuía meios correspondentes de defesa, são em verdade aterradoras e tornam irrisória qualquer tentativa de defesa. Nós, por exemplo, aqui no Brasil, estamos colocados face às nações possuidoras de armas atômicas e forte aviação, na situação de índios que houvessem de enfrentar, armados de arco e flecha, tropas providas de toda a gama de armas de fogo; são eras diferentes e não há recurso algum capaz de sobrepujar a imensa diferença que entre elas existe. As coisas se passam, porém, de modo diverso quando se defrontam dois contendores igualmente capazes de manejar e produzir, em quantidade, esses novos engenhos (Sardenberg, 1952, p. 7).

Os militares que criaram a Escola Superior de Guerra não se contentariam mais em ser apenas atores coadjuvantes no contexto da Guerra Fria. Para este grupo de oficiais, o Brasil deveria deixar de ser apenas uma Nação fornecedora de mão de obra guerreira e de produtos agrícolas para se tornar um País moderno e altamente desenvolvido.

Efetivamente, a criação da Escola Superior de Guerra se deveu ao estreitamento das relações entre as Forças Armadas brasileiras e as dos Estados Unidos. Após a FEB, os acordos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos

se intensificaram. A proposta de criação da ESG coincidiu com as visitas de oficiais brasileiros as instalações militares dos Estados Unidos.

Antes da nomeação do Marechal Cordeiros de Farias como organizador da ESG, oficiais, sob o comando do General Salvador César Obino, haviam frequentado o National War College, ocasião em que se estabeleceu um acordo de cooperação militar, cujo um dos objetivos seria o envio de uma missão militar americana com o intuito de orientar a instalação da Escola Superior de Guerra, seguindo os moldes do National War College.

Em 1956 a ESG recebeu a visita de um grupo de militares norte-americanos do National War College, que vieram ao Brasil conhecer o funcionamento da instituição que ajudaram a criar. Foram informados dos objetivos da ESG nos seguintes termos:

The Escola Superior de Guerra, which is similar to your National War College, attended by both civilian and military, it aims especially at: (1) Establishment of a doctrine of National Security. (2) Formulation of a policy of National Security. (3) The elaboration of a technique of planning for National Security in the high echelons of the government (Escola Superior de Guerra, 1956).¹

A ESG não foi influenciada apenas pelo National War College. Assimilou, também, traços da congênere francesa:

Buscando seu modelo básico no National War College dos Estados Unidos, não se olvidaram, contudo, os organizadores da nossa ESG de estudar também a Escola do mesmo gênero, pioneira em todo o mundo, criada na França, em 1936, antes mesmo da Segunda Guerra, por inspiração do famoso Almirante Castex, preocupado então, quase que obsessivamente, com o problema que ele chamava de “unidade da guerra”, a exigir o estudo conjunto de civis e militares da mais alta projeção na comunidade nacional, não somente durante o decurso do conflito armado, mas igualmente nos períodos de tensão, e não somente quanto aos aspectos exclusivamente militares, mas de igual modo em relação aos aspectos políticos, econômicos, sociais e científicos (Fragoso, 1972, p. 22).

No entanto, a influência norte-americana foi marcante. A experiência da FEB contribuiu, profundamente, no sentido de definir as percepções da ESG de modo a

1 A Escola Superior de Guerra, semelhante à americana, Escola Nacional de Guerra, frequentada tanto por civis como por militares, visa especialmente: (1) Estabelecimento de uma doutrina de Segurança Nacional. (2) Formulação de uma política de Segurança Nacional. (3) A elaboração de uma técnica de planejamento da Segurança Nacional nos altos escalões do governo (Escola Superior de Guerra, 1956).

desenhar a política de Segurança Nacional em termos da disputa bipolar envolvendo os Estados Unidos e a União Soviética. Alinhando-se ao paradigma de sociedade da primeira nação citada, a ESG transmitia, através da Doutrina de Segurança Nacional, visões de mundo que reforçavam as estruturas de organização que davam suporte à sociedade democrática e de livre mercado.

Assim, as formulações da Escola Superior de Guerra acerca do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria adotar eram norteadas a partir da lógica do fortalecimento do estado brasileiro e do aprofundamento do liberalismo econômico.

Não é de estranhar que, ao visitarem a Escola Superior de Guerra em 1962, o grupo do *Industrial College of the Armed Forces* tenha inquirido, logo na primeira pergunta que deu início aos debates envolvendo oficiais brasileiros e norte-americanos, qual era a posição do Brasil em relação aos investimentos de capital privado, dos estrangeiros, no tocante ao desenvolvimento.

1. Apparently one of the principal uncertainties in the current and prospective economic situation is Brazil's future attitude toward foreign private investment. What do you consider should be the role of foreign private investment in Brazil's future economic and industrial development?
2. Given Brazil's acute need foreign exchange and its interest in the growth of heavy industry, does the School (ESG) consider current Brazilian attitudes toward foreign capital investment in mineral development – particularly iron ore justified?
3. How does the School (ESG) believe that private domestic and foreign enterprise might best assist in attaining the goals of economic and social reform as envisaged by the Alliance for Progress program? (Escola Superior de Guerra, 1962, p. 1).

As respostas dos membros da Escola Superior de Guerra às perguntas dos militares norte-americanos corresponderam às ideias que os *esguianos* transmitiam acerca de como deveria ser o modelo de desenvolvimento brasileiro, profundamente vinculado aos avanços do sistema capitalista.

País com um estoque de capital não suficiente para as suas necessidades de expansão, é natural que o Brasil deseje o ingresso de capital estrangeiro. O papel do investimento estrangeiro será, portanto, o de suprir essas carências, devendo ser encaminhado para setores onde possa oferecer maior contribuição à economia do país. Nesse sentido, aliás, manifestou o Sr. Presidente da República, durante sua visita aos EUA, a intenção do Governo Brasileiro de assegurar plenas garantias aos investimentos estrangeiros. O Presidente da República acordou com o Presidente dos Estados Unidos quanto

à necessidade de rápida execução de medidas necessárias a tornar efetiva a “Aliança para o Progresso”. Essas medidas compreendem programação nacional para a concentração de recursos em objetivos de alta prioridade no terreno do progresso social e econômico; reformas institucionais, inclusive a reforma da estrutura agrária; reforma fiscal e outras, exigidas para que seja assegurada uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento entre todos os setores da comunidade. As metas previstas na “Aliança para o Progresso” são metas que o Governo Brasileiro também pretende realizar dentro dos objetos do plano nacional. Se o planejamento do Governo do Brasil for aceito pelo dos Estados Unidos, este poderá auxiliar, no que entender, a sua execução. A iniciativa particular, seja ela nacional ou não, poderá também colaborar ponderável e eficientemente na consecução de tais metas (Escola Superior de Guerra, 1962, p. 5).

De acordo com as citações acima, percebe-se que o interesse dos enviados do *Industrial College* à ESG girava em torno do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria aderir. O contexto político de bipolarização do mundo implicava a escolha da posição do Brasil. Para a ESG não havia dúvidas de que o modelo ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos, se adequava aos “interesses estratégicos do poder nacional”.

Uma opção alternativa de sociedade e de desenvolvimento não foi cogitada na Escola Superior de Guerra. Desse modo, o propósito da ESG foi o de formular e transmitir uma doutrina de Segurança Nacional orientando-a a partir do desenvolvimento capitalista através do aperfeiçoamento de quadros da administração pública e privada, ou como definiu o General Cordeiro de Farias:

Suprimir o problema ideológico por intermédio da educação das elites esclarecidas e, antes de tudo, das que têm por missão plasmar o caráter e formar a cultura da nossa mocidade, e capazes de esclarecer a sociedade brasileira da difícil hora em que vive o mundo (Farias, 1949, p. 49).

3 OS FUNDADORES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Os militares que criaram a Escola Superior de Guerra estavam profundamente comprometidos com o desenvolvimento do Brasil. Detinham experiências e práticas políticas que ultrapassavam, na maioria das vezes, os muros dos quartéis.

A trajetória política e profissional do organizador e primeiro comandante da ESG, o Marechal Cordeiro de Farias, foi a mais notória. Na década de 1920, por conta de suas crenças políticas, rompeu com a hierarquia e a disciplina militar e

aderiu aos tenentes rebeldes, alcançando uma das lideranças da Coluna Prestes. Participou, ainda, ativamente da Revolução de 1930.

Ao retornar da Itália, como comandante de artilharia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), participou dos acordos que destituiu Getúlio Vargas do poder, em 1945. Inquieto com os problemas que obstruíam o desenvolvimento do Brasil priorizou, quando comandante da ESG, a análise dos obstáculos que retardavam o desenvolvimento do País.

A crença do Marechal Cordeiro de Farias da necessidade de estimular o debate acerca do desenvolvimento foi decisiva no momento inicial de constituição da ESG. “Confrontado” pelos oficiais norte-americanos, que estavam no Brasil para supervisionar a montagem da ESG de acordo com a imagem e semelhança do National War College, Cordeiro de Farias os convenceu de que os problemas que afetavam o Brasil residiam na escassez de infraestrutura, e não no entendimento da política externa global.

O National War College, sediado em Washington, foi criado em 1º de julho de 1946 para coordenar o ensino ministrado por órgãos governamentais norte-americanos envolvidos em questões militares. Era uma instituição de estudos para o aprimoramento intelectual dos oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos. Espaço onde se analisavam os problemas concernentes à modernização do aparelho militar e se discutia a conjuntura internacional.

Os oficiais brasileiros que passaram pela National War College perceberam a necessidade de criar uma escola nos mesmos moldes no Brasil. Retornaram ao País com a convicção de que a criação de uma instituição de altos estudos em Segurança Nacional seria imprescindível. No entanto, teria como foco a análise do posicionamento do País no cenário internacional e os problemas do desenvolvimento. Stepan (1975, p. 129) sintetizou o papel de Cordeiro de Farias na definição das características da ESG do seguinte modo:

Ao general Cordeiro de Farias foi confiada a tarefa de desenvolver o tema e a organização da escola no Brasil. Após gastar a maior parte do ano de 1948 e parte de 1949 nesta tarefa, ele recomendou uma escola padronizada segundo o modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, mas diferente em dois aspectos. Os Estados Unidos, ele argumentava, eram um país desenvolvido; assim, sua preocupação fundamental residia na mobilização dos recursos para a guerra. Esta tarefa era atribuída à Escola Industrial das Forças Armadas. Quanto à Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, sua principal tarefa dizia respeito à política externa. No entanto, na opinião de Cordeiro de Farias, a questão de uma Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se da educação, indústria ou agricultura. Adivinhou, portanto, que

na Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre os aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que a escola similar dos Estados Unidos.

Por isso a ESG deveria, em sua montagem, se concentrar no exame e avaliação das dificuldades estruturais do Brasil. Assim, o estudo da Segurança Nacional passaria primeiro pela análise dos obstáculos que retardavam a modernização do País. A memória de sua reflexão no sentido de focalizar o potencial da futura instituição em assuntos envolvendo a temática do desenvolvimento nacional foi preservada por Camargo e Góes (1981, p. 417):

Defendia a tese de que a ESG, como um centro de estudos, não poderia deixar de se ligar profundamente aos alicerces nacionais [...]. Dizia a eles [os oficiais americanos]: não temos tempo a perder com questões que não constituem nossa prioridade principal. No momento nós não temos o adiantamento dos Estados Unidos para justificar esses estudos. Já havia conseguido do general Obino a permissão de adiar para 1950 o início das atividades da ESG. Nesse período, programei uma viagem pelo Brasil para os três. Foram à Amazônia, ao Nordeste, conheceram o rio São Francisco, visitaram as indústrias de São Paulo e do Rio, e chegaram até o Rio Grande. Quando voltaram, me deram inteira razão.

O General César Obino, Chefe do Estado-Maior do Exército no momento de criação da ESG, não se envolveu na movimentação tenentista, porém durante seu itinerário profissional assumiu altas funções na burocracia militar.

Em 1943 ocupou o cargo de Diretor de Ensino do Exército e era membro, em 1947, de comissão encarregada de opinar sobre o anteprojeto de lei reguladora das concessões de refinarias de petróleo. Tornara-se integrante do Conselho de Segurança Nacional e, paralelamente, se elegeu presidente do Clube Militar em 1946, ocasião em que o Clube se envolveu nos debates acerca da política de petróleo.

Idálio Sardenberg, como primeiro-tenente, aderiu à Aliança Liberal, movimento político que lançou a candidatura de Vargas à presidência e articulou a Revolução de 1930. Lutou ao lado das forças revolucionárias no Paraná. Foi deputado na Constituinte de 1934, representando o Paraná na “Comissão dos 26”, encarregada de formular proposições à nova Constituição. Foi nomeado presidente da Petrobrás durante o governo de Juscelino Kubitschek. Beloch e Abreu (1984, p. 3098) descrevem alguns de seus feitos à frente da estatal:

Durante sua gestão, foram feitas obras de vulto, como a construção de novas unidades na refinaria Landulfo Alves, na Bahia, da refinaria Duque de Caxias, no estado do Rio, do terminal da Ilha D`água, no estado da Guanabara, do terminal Madre de Deus, na Bahia, da Fábrica de Borracha Sintética, em Duque de Caxias, e do oleoduto da Ilha D`água, na refinaria Duque de Caxias. Além disso, conseguiu a elevação ao dobro da capacidade da refinaria de Cubatão.

O grupo de militares que contribuiu com o estabelecimento da ESG se encerra com os oficiais Juarez Távora, Golbery do Couto e Silva e Jurandir Bizarria Mamede. O Marechal Juarez Távora, o segundo comandante da ESG, possuía longa carreira revolucionária, participando de todos os levantes tenentistas na década de 1920 e da Revolução de 1930. Foi indicado por Getúlio Vargas para ocupar o cargo de ministro da “Viação e Obras Públicas” e, posteriormente, delegado militar junto às interventorias no Norte e Nordeste, desde o estado do Acre até o estado da Bahia (Beloch; Abreu,1984).

Em maio de 1932, a convite de Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, Juarez Távora passou a integrar a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, e em dezembro do mesmo ano, foi convidado por Vargas, em 1933, para a pasta da Agricultura.

Como ministro da Agricultura criou a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as “Diretorias Gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas”. Entre os diversos órgãos criados sob sua gestão incluem-se, ainda: o Instituto Tecnológico, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Diretoria de Estatística e Publicidade, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Instituto de Biologia Animal, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, o Entreposto de Pesca do Distrito Federal, a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária (Távora, 1974).

Em 1947, participou ativamente dos debates no Clube Militar acerca da orientação a ser conferida à política do petróleo, travando uma polêmica com o General Júlio Caetano Horta Barbosa. O Marechal Juarez Távora expressou seu pensamento sobre o tema em três conferências nos Clubes Militar e Naval (Távora, 1955).

De acordo com seu posicionamento, a política do petróleo deveria ser considerada sob o ponto de vista de colaboração internacional, cabendo ao Brasil entregar a exploração do mineral às empresas estrangeiras. Seu argumento se fundamentava não só em virtude da inexistência de recursos financeiros nacionais, mas principalmente em termos de estratégia militar, como condição de garantir a Segurança Nacional contra o avanço comunista.

Envolvido profundamente com os problemas que impediam o avanço do desenvolvimento brasileiro, o Marechal Juarez Távora escreveu diversos livros onde

formulou propostas no sentido de superar as deficiências em infraestrutura. Em “Organização para o Brasil” recomenda:

- 1) A criação, produção ou aquisição da técnica e dos bens de capital de que necessita o país para impulsionar eficientemente bem seu progresso material;
- 2) o desenvolvimento harmônico da produção agrária e da industrial e de seus fatores circunstanciais – energia e transportes;
- 3) Formação extensiva e intensiva de mão-de-obra agrária qualificada, através de cursos profissionais elementares, realizáveis dentro ou ao lado das escolas primárias rurais;
- 4) Concessão de assistência técnica ao alcance de todos os produtores e segundo suas atividades, aí incluindo as regras de respeito elementar à natureza;
- 5) Concessão de facilidades, pelos governos – especialmente o federal e os estaduais – para a mecanização extensiva das atividades agrárias, para a irrigação de áreas apropriadas e para a correção e adubação dos solos de cultura e de criação;
- 6) Reequipamento razoável de nossos transportes – a começar pelos ferroviários e aquaviários – para que possam escoar, em tempo útil e em condições econômicas.
- 7) Garantia dos suprimentos indispensáveis de energia – sobretudo eletricidade e combustíveis – sem os quais nem se movem os transportes, nem se acionam as atividades agrárias mecanizadas e as industriais, em geral (Távora, 1959, p. 212-213).

A determinação do Marechal Juarez Távora em pensar o desenvolvimento do Brasil incidia, também, na área da ciência avançada. Envolvido nas discussões sobre a produção de energia nuclear, teceu encaminhamentos apregoando a necessidade de investimentos na área científica. Em “Átomos para o Brasil” preconizou:

- a) A preparação intensiva de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores da energia nuclear;
- b) Apoio à indústria nacional, condicionando ao programa de utilização da energia nuclear, e abrangendo a pesquisa, lavra, beneficiamento e refino de nossos minerais atômicos, aí incluído o urânio;
- c) Produção no país e no mais curto prazo, de combustíveis nucleares, a partir da produção nacional de metais nuclearmente puros (Távora, 1958, p. 290).

Enquanto o Marechal Juarez Távora se destacava nos debates envolvendo a modernização do Brasil na área de infraestrutura, o General Golbery do Couto e Silva preparava, durante a organização da Escola Superior de Guerra, o quadro ideológico que iria balizar o pensamento de setores expressivos do aparelho militar brasileiro, bem como a lógica da política de desenvolvimento dos governos militares.

Golbery já havia sido membro da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SGCSN) em 1937 e do Estado-Maior do Exército (EME), em 1947. Após cursar a ESG, tornou-se membro do Corpo Permanente e adjunto do Departamento de Estudos da Escola em 1952.

Encontrou espaço e condições para a reflexão acerca das bases teóricas que possibilitaram a constituição da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que apregoava a necessidade de promover o desenvolvimento do Brasil como requisito a eficiência da Segurança em relação à ameaça estrangeira ou “subversiva”.

A partir da formulação da Doutrina de Segurança Nacional, o General Golbery (1981) propôs o desenvolvimento imediato do Brasil. A preparação para a guerra ficaria subordinada ao aperfeiçoamento da capacidade científica, tecnológica e industrial da sociedade brasileira. Na primeira orientação que o General Golbery redigiu sobre o planejamento da Segurança Nacional, que serviria de referência às formulações da doutrina da ESG, afirmou:

As relações entre os Estados se expressam hoje, com clareza nunca igualada antes, em múltiplas equações dimensionais de poder, e poder é, por si mesmo, como todos sabemos, um complexo que largamente extravasa do âmbito restrito das forças armadas para o campo psicossocial, o político e, sobretudo, o econômico nesta fase histórica de alta mecanização e tecnicidade da guerra [...]. Trata-se na verdade mais precisamente de uma elevação do potencial do que de fortalecer o poder nacional, por mais que sejam estas duas funções estreitamente dependentes uma da outra; de fato, o que interessará em muitos casos será aumentar as possibilidades de um poder futuro maior sem que admita como inevitável a necessidade da exploração efetiva dessas possibilidades – assim, por exemplo, quando ao instalar uma fábrica de geladeiras ou máquinas de costura se prevê a mobilização das mesmas para a produção de material bélico ou, também, ao equipar uma linha de produção de motores se encaram as possibilidades de sua expansão, caso necessário, pelo trabalho contínuo em turnos, etc. (Couto; Silva, 1954 *apud* Golbery, 1981, p. 40).

O General Jurandir de Bizarria Mamede teve proeminente atuação nos desdobramentos que conduziram a criação e consolidação da ESG, e desde a

conclusão do curso na Escola Militar do Realengo não se distanciou das atividades que exigiam o engajamento político.

Endossou a sublevação dos tenentes e conspirou a favor do movimento que destituiu o presidente Washington Luís em 1930. Engajou-se no contingente de brasileiros que lutou na Itália e, após a guerra, participou intensamente do grupo que planejou a candidatura, pela União Democrática Nacional (UDN), do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

No período em que era adido militar do Estado-Maior do Exército, integrou o grupo que planejou a criação da Escola Superior de Guerra, sendo convidado, em 1950, para compor o quadro de instrutores da Escola. No mesmo ano o encontramos na chapa encabeçada pelo comandante da ESG, Cordeiro de Farias, que disputou a presidência do Clube Militar contra a corrente liderada por Estilac Leal e Horta Barbosa. Em 1967 assumiu a chefia do Departamento de Produção e Obras do Exército, incumbido de dirigir as atividades de construção, ampliação e reforma relacionada a obras militares (Beloch; Abreu, 1984).

Percebe-se que a trajetória dos militares que criaram a Escola Superior de Guerra foi de comprometimento com os meandros do desenvolvimento brasileiro. Eram todos oficiais competentes, impregnados de uma mentalidade profissional forjada, principalmente, pela Missão Militar Francesa e a participação na Segunda Guerra Mundial. Detinham estreitas vinculações com as instituições militares dos Estados Unidos e possuíam firmes convicções quanto à necessidade de desenvolver a Nação.

Representavam o grupo mais organizado, ciente dos objetivos que almejava e imbuído de um “espírito de corpo” que favorecia a unidade, além de serem os militares que possuíam as melhores relações com as elites civis. Possuíam, conseqüentemente, experiência de gestão e organização no manejo da prática burocrática, talento intelectual e político, qualidades estas que foram de grande importância para o estabelecimento da ESG.

Os fundadores da Escola Superior de Guerra se enquadrariam no papel de “intelectuais orgânicos” de o aparelho militar brasileiro. Alcançaram e consolidaram tal posição devido ao fato de construírem um espaço de produção e reprodução de suas concepções de mundo através da “educação” de outros grupos de oficiais, despertando-lhes a percepção de que o preparo para a guerra moderna exigia o aprimoramento da capacidade produtiva do País, ao mesmo tempo em que evocavam o papel de relevo da ESG na interpretação dos problemas sociais, culturais, econômicos e políticos do Brasil.

4 NESTA CASA ESTUDAM-SE OS DESTINOS DO BRASIL

Inspirada no National War College dos Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949 e tinha como objetivo a formação de oficiais superiores e de civis “de notável competência e atuação relevante na orientação e execução

da política nacional” (Fragoso, 1971, p. 2). Objetivamente, visava preparar uma elite militar e civil tendo em vista habilitá-los para o exercício de funções de direção e assessoria em órgãos responsáveis pela formulação da política de Planejamento da Segurança Nacional.

A regulamentação da ESG foi estabelecida um ano antes, através do Decreto 25.705, de 22 de outubro de 1948. De acordo com o Artigo 1º do referido Decreto, a ESG deveria ser a instituição militar responsável pelo curso de Alto Comando, extensivo aos oficiais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Os Artigos restantes encarregavam o Estado-Maior Geral (futuro Estado-Maior das Forças Armadas) de organizar a ESG, e submeter à apreciação da Presidência da República, no prazo de 120 dias, os princípios que orientariam o funcionamento da Escola. Esta “missão” foi confiada ao então Tenente-Coronel Idálio Sardenberg.

Uma das etapas de concretização do programa de organização da Escola Superior de Guerra se iniciou em Curitiba, no ano de 1948, quando o General Cordeiro de Farias, então comandante da Região Militar do Paraná e de Santa Catarina, recebeu por intermédio do Tenente-Coronel Idálio Sardenberg, enviado ao Sul do País por ordem do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Salvador César Obino, a missão de organizar uma instituição militar de ensino nos moldes do National War College, dos Estados Unidos.

Sob a chefia de Cordeiro de Farias foi constituída, a 17 de janeiro de 1949, uma comissão de militares para a produção do anteprojeto de regulamento da ESG. Paralelamente, os integrantes da referida comissão passaram a analisar o modelo organizacional de outras instituições militares congêneres, especialmente o *National War College* e o *Institute de Hautes Études de la Défense Nationale*, de Paris. Criada antes da análoga norte-americana, a instituição francesa já possuía, como uma de suas características, a presença de civis entre seus alunos.

Em ambas as instituições consideradas, havia o interesse em se especializarem como centro de estudos de planejamento e Segurança Nacional, balizando-se pelas experiências e efeitos das duas guerras mundiais que assolaram a Europa, ou como especificou Mazower (2001), irromperam no “continente sombrio”.

Tanto a França quanto os Estados Unidos eram nações que experimentaram desmedido esforço em todos os ramos de atividade produtiva, e que já detinham quadros militares e civis capacitados em avaliar a extensão do panorama nacional em termos estratégicos. No *Hautes Études de la Défense Nationale*, dois terços dos alunos eram formados por elementos civis, enquanto no *National War College* a sua presença era não só garantida, como incentivada (Stepan, 1975).

Outra característica que chamou atenção dos militares brasileiros foi a didática e a metodologia de trabalho naquelas instituições estrangeiras. A relação entre professor-aluno, nos moldes tradicionais, foi posta de lado em detrimento do trabalho em grupo. Este era focado na produção de análises escritas e orais, avaliação de estudos de caso e situações que envolviam a Segurança Nacional e os

meios de aprimorar o desenvolvimento das potencialidades econômicas, militares, científicas e tecnológica da nação. Esta metodologia foi aplicada à Escola Superior de Guerra (Fragoso, 1971).

A convicção dos militares que criaram a ESG, de que seriam os “eleitos” que conduziram o Brasil rumo ao desenvolvimento, denotava que o militar brasileiro não apenas possuía uma imagem de si como sujeito histórico, mas se enxergava como símbolo vivo da consciência e das aspirações nacionais. Como afirma Eliade (2002, p. 09) “as imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser”.

As modalidades secretas do ser, no caso dos militares da Escola Superior de Guerra, refletem o peso da corporação na formação de suas percepções e atitudes. No instante que deslocamos o profissional fardado do eixo comum das demais profissões, desobedecendo às orientações teóricas de Huntington (1996, p. 37), que o julga profissionalmente igual a exemplo do advogado e do médico, é que compreenderemos as práticas, as ideias e os valores que perfazem o “ser militar”.

De fato, nenhuma outra profissão reforça com tanta eficiência o motivo de sua existência e faz desse motivo um valor próximo do “sagrado” quanto à profissão das armas. As crenças e os valores que a sustentam se baseiam em um universo simbólico capaz de anular a individualidade e fortalecer a coletividade.

O único sentimento capaz de agir de modo tão eficaz no corpo social é o nacional, e este foi um dos motivos que engendrou a criação da Escola Superior de Guerra. Um dos idealizadores da ESG assim se expressou:

São os seguintes os princípios fundamentais que orientaram a concepção de um instituto de altos estudos relacionados com a Segurança Nacional, da qual nasceu a ideia da Escola Superior de Guerra: Princípio 1. A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar. Este princípio significa que o caminho para se conquistar a Segurança Nacional consiste em se promover o desenvolvimento geral da Nação, expressão que compreende três aspectos: demográfico, econômico e financeiro. Os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional têm o dever de zelar pelo desenvolvimento do potencial da Nação. Princípio 2. O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência. Reconhece-se neste princípio o fato real do desenvolvimento do Brasil, o qual não se encontra estagnado e sim retardado, isto é, processando-se segundo ritmo lento, motivado por óbices que não são intransponíveis. Princípio 3. O desenvolvimento do Brasil depende da remoção dos óbices que o entravam, de modo a se obter uma aceleração do ritmo (Sardenberg, 1949, p. 3).

Outra prioridade da Escola Superior de Guerra era contribuir na capacitação de quadros da administração pública e privada. Assim se referiu, em 1949, o General-de-Exército Salvador César Obino, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no primeiro documento referente à organização, instalação e funcionamento da ESG, intitulado “Dados para Justificação da Mensagem Presidencial Encaminhando o Projeto de Concessão das Verbas Necessárias à Organização, Instalação e Funcionamento da Escola Superior de Guerra”:

Esse resumo dos três primeiros artigos do anteprojeto de regulamento é suficiente para mostrar o seu revelo no seio das organizações governamentais e de ensino, e a importância que irá assumir para todas as atividades ligadas a segurança nacional, não só os resultados que serão obtidos pelo estudo objetivo e impessoal de todos-os problemas nacionais por parte da mais alta classe de alunos que se poderia reunir, como do exercício de suas atividades futuras em cargos dos mais elevados escalões governamentais: oficiais gerais, diplomatas, engenheiros, coronéis das Forças Armadas, funcionários, industriais, economistas, financistas e todas as demais pessoas que tenham ou possa a vir a ter a responsabilidade de planejamento e direção. As vantagens que advirão para a formulação e execução da política nacional serão ainda mais apreciáveis quando a futura Escola Superior de Guerra, pela continuidade de seus trabalhos e através da formação de turmas sucessivas, puder estabelecer um método racional de análise dos fatores que condicionam o conceito estratégico e uma doutrina político-militar de segurança nacional (Sardenberg, 1949, p. 5).

O primeiro comandante da Escola Superior de Guerra, o Marechal Cordeiro de Farias, exprimiu, também, qual foi o principal objetivo da Escola:

O que a ESG faz é dar em seus estagiários um banho de Brasil. Era o estatístico, o sanitário, o economista, o engenheiro rodoviário, o especialista em hidrelétrica ou em minérios. Durante o curso, eles passam um período de dois meses visitando o país: diferentes regiões, instalações industriais, hidrelétricas etc. A ideia de desenvolvimento passou a ter maior peso depois de 1964, mas já estava presente desde o início da Escola. O currículo propunha o estudo de diferentes problemas brasileiros e os grupos de trabalho debatiam suas possíveis soluções. Não era para o governo. A ESG jamais teve – antes como agora – qualquer função de assessoria governamental. Nada impedia, porém, que

as autoridades solicitassem o estudo de determinados temas. Assim é que a Escola vem estudando, desde o início, problemas de energia, comunicação, transporte, saúde pública, educação, industrialização etc. A cada ano, dávamos ênfase a um tema. Nos primeiros tempos, procuramos ainda formar um quadro geral das condições de desenvolvimento do país, inclusive de viagens pelo Brasil. Essas viagens tinham como objetivo permitir que as pessoas se aproximassem de uma realidade que mal conheciam (Camargo; Goes, 1981, p. 419).

De fato, os militares que se envolveram nas duas guerras mundiais, principalmente na derradeira, assimilaram a ideia de que as contendas futuras seriam decididas através da capacidade de envolvimento de toda a nação no manejo e planejamento dos recursos humanos e técnicos.

Em 1969, ao rememorar as consequências da Segunda Guerra Mundial para a constituição da Escola Superior de Guerra, o Marechal Cordeiro de Farias assim se manifestou:

De todas as denominações dadas nos vários países, para o preparo dos quadros no planejamento nacional, têm conotação guerreira, não porque se dediquem aos estudos militares, mas pelo fato de ter a ideia surgida pela experiência da Segunda Grande Guerra. Depois de terminada a guerra, as reflexões a que ela deu lugar iriam concluir que, na obra de restauração que cada Estado teve de enfrentar, para resguardar os seus destinos e defender a sua soberania, os poderes econômicos, social e político, sobrelevaram o poder militar. Este seria sempre uma decorrência daqueles, pelo que a Segurança Nacional, entendida em termos permanentes e bem mais amplos, deveria transcender os aspectos militares da problemática nacional, sem deixar de abrangê-los e considerá-los como parte do seu todo (Farias, 1969, p. 8).

A intensidade e o alcance cada vez maiores das guerras modernas, sustentadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, passaram a exigir a capacitação intelectual não só dos soldados, mas de civis capazes de contribuir com “o esforço de guerra”.

O Marechal Cordeiro de Farias destacou, ao discorrer sobre o contexto que ensejou a criação da ESG, que a Segurança Nacional não seria mais responsabilidade apenas dos militares: seria um compromisso compartilhado pelos civis, pelo aperfeiçoamento da produção e pela eficiência do trabalho. Eis outro fragmento de seu discurso na Aula Inaugural da ESG em 1969:

A mobilização, encarada sob esse novo aspecto, transcende das funções de órgãos especializados de ministérios específicos, para ser função do Governo em seu conjunto, pressupondo-o servido por uma organização adequada a esse fim. É que se trata, agora, não mais de mobilizar somente aqueles que desempenharão uma função propriamente na batalha, mas – organizar, orientar e conduzir as forças totais da Nação. A Segurança Nacional, hoje, diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócios e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência. De fato, a Segurança Nacional repousa, antes de tudo, em uma organização adequada de Governo, em que o planejamento seja a preocupação maior. Desse planejamento geral surgirá um incremento da economia, tomada em seu sentido mais amplo, e de onde emergirá final e naturalmente, uma organização sólida para as classes armadas. Um programa de segurança completo deve cogitar do emprego eventual de todos nossos recursos econômicos, do emprego dos homens de ciência, tanto da massa dos homens e do armamento (Farias, 1969, p. 9).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da FEB, o estreitamento das relações com os militares norte-americanos e a ida de oficiais aos EUA com a finalidade de conhecer a organização de sua estrutura produtiva, que possibilitara a vitória aliada no Ocidente, despertou, nos militares brasileiros, a ideia de que seria exequível, ao Brasil, alcançar um alto nível de desenvolvimento. Tal efeito concorreu para que a criação da ESG tivesse o objetivo de analisar as possibilidades de o Brasil alcançar a posição de grande potência mundial.

A Escola Superior de Guerra foi fundada com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os problemas brasileiros e propor soluções, priorizando o desenvolvimento da infraestrutura industrial, científica e tecnológica, tendo como pano de fundo a formulação de uma política de Segurança Nacional.

É notório o envolvimento dos militares nos principais acontecimentos do País desde o Império. Todavia, até a criação da ESG, as intervenções da caserna na arena política visavam cumprir objetivos específicos e limitados. Apesar do intenso engajamento na condução dos destinos da Nação, faltava, aos militares, um modelo de desenvolvimento nacional fundamentado em princípios ideológicos, teóricos e pragmáticos.

Para os oficiais que contribuíram com a instalação e formação do pensamento da ESG – Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Salvador César Obino, Golbery do Couto e Silva, Idálio Sardenberg –, o Brasil já detinha algumas características que viabilizariam sua transformação em uma Nação desenvolvida, tais como: grande dimensão territorial, localização geográfica privilegiada, abundância de recursos naturais. Faltava, no entanto, planejar um modelo de desenvolvimento que privilegiasse o aperfeiçoamento científico e tecnológico, a modernização industrial e o crescimento econômico, favorecendo a política de Segurança Nacional. A criação da Escola Superior de Guerra se encarregaria de preencher essa lacuna.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 64*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DOMINGOS, Manuel. Gamelin, o modernizador do exército: tesões mundiais. *Revista do Observatório das Nacionalidades*, Fortaleza, 2007.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Visit of the national war college group. [S.l.: s.n.], 1956. [Arquivo da ESG S/I-56/NWC].

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Visita do industrial college of the Armed Forces: debates*. [S.l.: s.n.], 1962. [Arquivo da ESG I-06-62].

FARIAS, Marechal Cordeiro de. *A Longa Marcha: visão*. [S.l.: s.n.], 1972.

FARIAS, Marechal Cordeiro de. *Aula Inaugural*. [S.l.: s.n.], 1969. [Arquivo da ESG C-12-69].

FARIAS, Oswaldo Cordeiro. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1949. [Arquivo da ESG PL-49].

FRAGOSO, Augusto. *A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectivas*. [S.l.: s.n.], 1971. [Arquivo da ESG C1-123-71].

GOLBERY. Escola Superior de Guerra. *Planejamento da segurança nacional*. [S.l.: s.n.], [1981]. [Arquivo da ESG C-83-54].

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

HUNTINGTON, S. P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

MAZOWER, Mark. *O Continente sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: [s.n.]: 1960.

OBINO, Salvador César. *O idealizador da Escola Superior de Guerra*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 2003.

SARDENBERG, Idálio. *Influência das novas armas nas operações militares: parte II*. [S.l.: s.n.], 1952. [Arquivo da ESG C-002-52].

SARDENBERG, Idálio. *Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra*. [S.l.: s.n.], 1949. [Arquivo da ESG PL-49].

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TÁVORA, Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

TÁVORA, Juarez. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

TÁVORA, Juarez. *Organização para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

Recebido em: 30 abr. 2024.

Aceito em: 12 jun. 2024.

A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA TRÍPLICE TRÍADE: pensando o futuro do País

THE GREAT BRAZILIAN TRIPLE TRIAD STRATEGY: thinking about the future of the country

LA GRAN ESTRATEGIA DE LA TRIPLE TRIADA BRASILEÑA: pensando en el futuro del país

Guilherme Sandoval Góes*

RESUMO

O presente artigo apresenta um possível modelo autóctone de Grande Estratégia para o Brasil, com capacidade de articular os elementos do Poder Nacional, a partir dos seus quatro arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e ambiental (superpotência verde). Para tanto, propõe uma Grande Estratégia do Brasil para o século XXI articulando três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade do poder central. Com isso, colima-se demonstrar que tal estratégia será capaz de realizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira, que posiciona o País entre as cinco maiores potências globais, bem como concretiza os objetivos fundamentais previstos na Constituição, em seu artigo 3º, incisos I a IV.

Palavras-chave: Tríade Sul-americana; Tríade Atlântica; Tríade do Poder Mundial; Núcleos Estratégicos.

ABSTRACT

This article presents a possible indigenous model of Grand Strategy for Brazil, capable of articulating the elements of National Power based on its four foundational geopolitical archetypes, which position Brazil as an energy superpower, a food superpower, a water superpower, and an environmental (green) superpower. To this

* Coordenador do Programa de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (ESG). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Professor de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Diplomado pelo Naval War College dos Estados Unidos da América do Norte e Conferencista do William Perry Center dos Estados Unidos. Líder do Grupo de Pesquisa Geopolítica do Brasil (CNPQ) Docente do Programa de Mestrado em Ciências Aeronáuticas da UNIFA. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2871461339617415> E-mail: guilherme.sandoval@terra.com.br

end, it proposes a Grand Strategy for Brazil for the 21st century, articulating three major triads, namely: the South American triad, the Atlantic triad, and the central power triad. This aims to demonstrate that such a strategy will be able to fulfill the categorical imperative of Brazilian geopolitics, positioning the country among the five largest global powers, as well as achieving the fundamental objectives set forth in the Constitution, in its Article 3, items I to IV.

Keywords: South American Triad; Atlantic Triad; World Power Triad; Strategic Nuclei.

RESUMEN

Este artículo presenta un modelo autóctono de Gran Estrategia para Brasil, con capacidad de articular los elementos del Poder Nacional, a partir de sus cuatro arquetipos geopolíticos fundacionales, que posicionan a Brasil como una superpotencia energética, una superpotencia alimentaria, una superpotencia acuifera y ambiental (verde). superpotencia). Para ello, propone una Gran Estrategia para Brasil del siglo XXI, articulando tres grandes tríadas: la tríada sudamericana, la tríada atlántica y la tríada del poder central. Con esto, pretendemos demostrar que tal estrategia será capaz de alcanzar el imperativo categórico de la geopolítica brasileña, que posiciona al país entre las cinco mayores potencias mundiales, además de alcanzar los objetivos fundamentales establecidos en la Constitución, en su artículo 3, puntos I a IV.

Palabras clave: Tríada Sudamericana; Tríada Atlántica; Tríada del Poder Mundial; Núcleos Estratégicos.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado com o propósito de apresentar uma análise crítica sobre a inexistência de uma “Grande Estratégia brasileira” para o século XXI.

Fatalmente, ainda não se observa no Brasil um pensamento científico autônomo, que sirva de base para a construção dessa Grande Estratégia para o País. Na verdade, isto ocorre em virtude da falta de estudos multidisciplinares envolvendo a ciência política, as relações internacionais, os estudos estratégicos de defesa, a economia, a sociologia e, principalmente, a geopolítica e o direito.¹

De rigor, uma grande Estratégia Nacional, para além da dimensão geopolítica, não deixa de ser também uma questão constitucional. Na perspectiva do Estado

1 Nesse sentido, podemos definir o geodireito como o ramo do conhecimento científico que visa sistematizar as relações entre a Constituição Federal e a Grande Estratégia nacional, esclarecendo seus vínculos e avaliando os seus resultados e aplicações em termos de desenvolvimento nacional e plena efetividade dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro no âmbito de um verdadeiro Estado Democráticos de Direito (Góes, 2008, p. 38).

Democrático, se, por um lado, é a Constituição que condiciona as ações estratégicas do Estado brasileiro, por outro, é a Grande Estratégia que realiza os objetivos fundamentais previstos na Constituição, em seu artigo 3º, incisos I a IV. (Brasil, 2024).²

Assim, Constituição e Grande Estratégia são faces de uma mesma moeda, que devem andar juntas e conectadas na consecução dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro. No entanto, no Brasil, há uma tendência de descompasso entre a aplicação da Constituição e a formulação de ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento nacional. Gilberto Bercovici (2003, p. 79), com precisão, mostra que:

Outra questão que ignoramos ultimamente é a questão do desenvolvimento. Sem um Estado que promova uma efetiva política de desenvolvimento, podemos colocar o que quisermos na Constituição, e, infelizmente, estaremos condenados a ficar denunciando o fato de a Constituição prevê algo que na realidade não se concretiza.

Observa-se que o Brasil enfrenta grandes dificuldades para desenvolver ciência própria voltada ao desenvolvimento nacional, o que impede a transformação de seu grande potencial em poder real do Estado. Isso, evidentemente, dificulta a construção de um pensamento autônomo focado na importância político-estratégica do Brasil, especialmente em tempos de reconfiguração da ordem mundial pós-Guerra Rússia versus Ucrânia e pós-Conflito Hamas versus Israel.

O grande desafio da academia brasileira hoje é articular as relações científicas entre a “Grande Estratégia” e a “Constituição”, de modo a encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento nacional e os demais valores constitucionais, aí incluída a proteção ao meio ambiente, como, por exemplo, a exploração da margem equatorial, ou, ainda, a importante ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara e os legítimos direitos quilombolas.

Sem essa compreensão, o Brasil continuará se afastando de seu grande **imperativo categórico** de estar entre as cinco maiores potências do mundo, como se tentará demonstrar ao longo deste trabalho acadêmico, com base na teoria do poder perceptível de Ray Cline (1975).

Portanto, é essencial formular uma Grande Estratégia que articule todos os elementos do poder nacional, como os estabelecimentos empresariais e industriais; as universidades e os centros de pesquisa; e as próprias entidades governamentais, aqui denominados núcleos estratégicos do Estado brasileiro, os verdadeiros vetores do desenvolvimento nacional.

2 Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro são: a) construir uma sociedade livre, justa e solidária; b) garantir o desenvolvimento nacional; c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 2024, p. 4).

É tempo, pois, de rejeitar a submissão geopolítica do Brasil aos centros mundiais de poder e de refutar alinhamentos automáticos e subservientes feitos acriticamente.

Ao contrário, o Brasil pode e deve buscar a realização dos objetivos fundamentais constitucionais a partir da ampliação desses seus núcleos estratégicos de desenvolvimento (NED), aqui definidos como todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos, científicos, financeiros, normativos/reguladores ou industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro.(Góes, 2022).

À luz disso, é imperioso dar-se conta de que a “Grande Estratégia” é a principal via de concretização dos objetivos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para alcançar tais objetivos, é preciso imprimir a digital estratégica ao Estado Democrático de Direito a partir da inclusão da questão do desenvolvimento nacional no processo de ponderação com outros valores constitucionais de mesma dignidade normativa.

Com a devida sensibilidade acadêmica, o leitor haverá de concordar que cabe à Constituição de 1988 moldar a vida dos fatos, e, não, apenas, regulamentá-la. Portanto, a falta de visão estratégica dos membros dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e, mais intensamente, ainda, a inexistência de uma Grande Estratégia Nacional, podem impactar negativa e diretamente a vida de todos os brasileiros.

Urge, portanto, ao estrategista brasileiro formular uma Estratégia de Segurança Nacional, que saiba articular os elementos do Poder Nacional, transformando poder potencial em poder real e projetando o País no concerto das nações, notadamente a partir dos seus **quatro arquétipos geopolíticos fundantes**, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e ambiental (superpotência verde) (Góes, 2020).

E, sendo assim, este trabalho propõe-se a apresentar as bases fundantes dessa estratégia a partir da vitalidade e expansão dos núcleos estratégicos brasileiros, garantindo-lhes competitividade nas cadeias mundiais de valor e inovação tecnológica.

Para tanto, vai propor um modelo autóctone de Grande Estratégia a partir de três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade de poder central.³

Na primeira tríade, defende-se a tese de que a *América do Sul* é o natural *lebensraum* brasileiro, isto é, o espaço vital para o fortalecimento da posição internacional do Brasil na ordem mundial pós-moderna em construção.

3 É por isso que, em sentido acadêmico, ganha relevância a teorização feita pelo Coronel Roberto Machado de Oliveira Mafra, da Escola Superior de Guerra, ao engendrar a sua Teoria do Quaterno. Seu grande mérito repousa na ideia-força de que o Brasil e os demais países latino-americanos não devem aceitar tratamento inferiorizado por parte dos demais blocos ou lideranças mundiais (2006, p. 197).

Nesse sentido, o Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para exercer a liderança regional, traçando um futuro autônomo para o mundo sul-americano.

O apotegma é simples: “Ou o Brasil assume sua natural liderança na América do Sul, ou então se subordina geopoliticamente a um ou mais centros de poder, principalmente China ou Estados Unidos”.

Em consequência, o desafio especial da Grande Estratégia brasileira é interligar os três principais conjuntos geopolíticos do cenário sul-americano: Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul. No âmbito dessa tríade, também se examina a perspectiva da saída brasileira para o Oceano Pacífico.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, aqui vislumbrada como a base fundante da oceanopolítica brasileira.

Tal tríade estratégica engloba a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Frente Antártica.

Da mesma forma que a tríade sul-americana projeta a saída brasileira para o Pacífico, a tríade atlântica também embute a projeção brasileira para o Oceano Ártico.

A tríade atlântica reveste-se de especial importância no âmbito da complexa reconfiguração energética mundial, que se destaca não apenas pela diversificação de matrizes verdes, mas, também, pelo jogo geopolítico de disputas pelo controle do mercado mundial de energia entre grandes organizações privadas e estatais, núcleos estratégicos dos seus respectivos países de origem.

Levando-se em consideração que a oceanopolítica é a geopolítica mundial dos oceanos, pode-se inferir que a oceanopolítica brasileira é a geopolítica do uso do mar como instrumento de desenvolvimento nacional do Brasil.

Sob a égide da tríade atlântica, a Grande Estratégia brasileira vai examinar as perspectivas atreladas aos quatro arquétipos fundantes da geopolítica brasileira, notadamente nos campos da energia e ambiental (biodiversidade).

Finalmente, a terceira tríade, denominada tríade do poder mundial, que se conecta com as relações estratégicas com Estados Unidos, Europa e China, sem desconsiderar, entretanto, as demais potências, notadamente, Índia, Rússia e Japão.

No plano global, a tão sonhada inserção competitiva das organizações empresariais e industriais brasileiras nas cadeias de suprimentos, produção e inovação seria alcançada a partir de linha de frente tripla apontando para os Estados Unidos, Europa e Ásia, especialmente a China.

O eixo central da tríade do poder mundial, também denominada tríade de influência global, é pensar a Grande Estratégia brasileira de modo independente, sem nenhuma submissão geopolítica a esses três polos hegemônicos.

Com esta perspectiva, a figura abaixo sintetiza as vigas mestras da Grande Estratégia brasileira para o século XXI, destacando a necessidade de fortalecimento da sinergia indústria-universidade-governo.

Figura 1 - Visão ampla da Estratégia Nacional



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Infelizmente, o Brasil nas últimas décadas vem mostrando ser incapaz de engendrar sua Grande Estratégia Nacional, que contemple todas as potencialidades do poder nacional, o que evidentemente o impede de ocupar sua verdadeira posição na ordem geopolítica mundial. Urge, pois, debater e retomar o caminho do bem-estar da sociedade brasileira a partir de uma Grande Estratégia genuinamente brasileira.

Enfim, este é o espectro temático do presente artigo.

2 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Antes de analisar as bases fundantes de uma possível Grande Estratégia brasileira para o século XXI, é importante destacar que diversos países, *e.g.*, Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, França, Espanha, não fazem uso do termo Grande Estratégia, mas, sim, Estratégia de Segurança Nacional.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, são as tão propaladas *National Security Strategy* (NSS), que surgiram como uma exigência da Lei de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986 (*Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986*), obrigando o Presidente da República a apresentar ao Congresso Nacional a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

Observa-se, nesse sentido, que as NSS americanas se projetam para além das suas próprias fronteiras, com reflexos diretos em relação ao resto do mundo, tal é em essência a gênese de sua construção. É importante notar que as NSS estadunidenses, desde o fim do mundo eurocêntrico, em 1945, até os dias de hoje, vêm transcendendo o escopo de sua simples nacionalidade para se projetarem sobre os demais países, com o objetivo de moldar a ordem mundial.

Há efetivamente um vínculo indissociável entre as NSS americanas e a geopolítica mundial, que, por sua vez, fixa as bases do sistema de governança global.

Com efeito, desde o fim da Guerra Fria, a ordem mundial pós-moderna vem sendo regida pelas estratégias de segurança nacional dos EUA, senão vejamos:

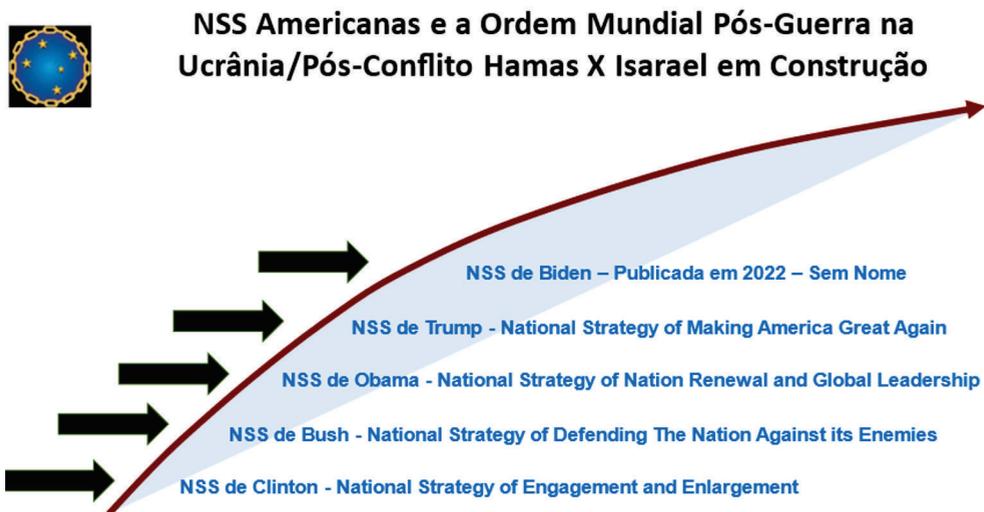
a) surgimento da globalização da economia e da abertura mundial do mercado patrocinadas pela Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton (United States of America, 1996);

b) guerra ao terror e o combate ao terrorismo concebidos pela Estratégia *Defending The Nation Against Its Enemies* de George W. Bush (United States of America, 2002);

c) após a crise de 2008, a Estratégia *Nation Renewal and Global Leadership* de Barack Obama (United States of America, 2010), buscando conter a progressão geopolítica chinesa e resgatar a liderança global;

d) A negação da globalização, a repatriação das indústrias e o protecionismo nacionalista americano engendrados pela Estratégia *Making America Great Again* de Donald Trump (United States of America, 2017), explicam a Guerra Comercial com a China, mantida pela Estratégia “Sem Nome” de Joe Biden.

Figura 2 – Estratégias americanas



Fonte: Elaboração do autor (2024).

De tudo se vê, portanto, que a Estratégia de Segurança Nacional foi concebida para ser o documento maior que orienta a consecução dos grandes objetivos nacionais e os altos interesses mundiais dos Estados Unidos, fazendo, pois, coincidir suas políticas interna e externa. Trata-se de uma Grande Estratégia de poder global, que incorpora no seu conteúdo a projeção mundial da economia americana, a amplificação da democracia liberal ao redor do planeta e a manutenção incontestável da sua hegemonia militar.⁴

Em rigor, as NSS americanas, em grande parte, visam aumentar a resiliência, a competitividade internacional e a liderança tecnológica de suas grandes empresas multinacionais, corporações financeiras e comerciais, suas instituições acadêmicas e centros de pesquisa e entidades estatais, todos engajados na corrida pela inovação e tecnologias disruptivas.

Vale, ainda, mencionar que a liderança global dos Estados Unidos no campo da inovação tecnológica só se sustenta com o respectivo controle de grandes cadeias globais de produção, valor e suprimentos; e vice-versa.⁵ (United States of America, 2021, p. 8-9).

É nesse diapasão que, na atual ordem geopolítica pós-moderna, o novo eixo de atrição entre as potências ocidentais lideradas pelos EUA e as potências eurásianas capitaneadas pela China repousa exatamente nessa disputa pelos avanços tecnológicos e, principalmente, pelo controle das grandes cadeias globais de valor e inovação tecnológica. No meio dessa atrição, os países subdesenvolvidos de modernidade tardia, do Sul Global, como, infelizmente, ainda é o caso do Brasil.

4 Como bem destaca Henry Kissinger: O poderio militar americano proporcionou um escudo de segurança para o resto do mundo, tenham seus beneficiários pedido por isso ou não. Sob o guarda-chuva de uma garantia militar americana essencialmente unilateral, grande parte do mundo desenvolvido se somou a este sistema de alianças; os países em desenvolvimento eram protegidos contra uma ameaça que eles às vezes não reconheciam, muito menos admitiam. Uma economia global se desenvolveu e para ela os Estados Unidos contribuíram com financiamentos, mercados e uma grande variedade de inovações. O período que vai de 1948, talvez, até a virada do século marcou um momento fugaz na história humana em que era possível falar de uma incipiente ordem global composta por uma combinação de idealismo americano e dos tradicionais componentes do equilíbrio de poder (Kissinger, 2015, p. 364).

5 É a própria NSS de Biden que destaca a importância da manutenção da sua supremacia científica e tecnológica, quando afirma que: “Mudanças rápidas na tecnologia moldarão todos os aspectos de nossas vidas e nossos interesses nacionais, mas a direção e as consequências da revolução tecnológica permanecem indefinidas [...]. Os Estados Unidos devem reinvestir na manutenção de nossa vantagem científica e tecnológica e, mais uma vez, liderar, trabalhando ao lado de nossos aliados estratégicos para estabelecer as novas regras e práticas que nos permitirão aproveitar as oportunidades que os avanços tecnológicos apresentam”. Texto em inglês: Rapid changes in technology will shape every aspect of our lives and our national interests, but the direction and consequences of the technological revolution remain unsettled. [...] America must reinvest in retaining our scientific and technological edge and once again lead, working alongside our partners to establish the new rules and practices that will allow us to seize the opportunities that advances in technology present (United States of America, 2021, p. 8-9).

Em sentido estratégico, isto significa dizer que não há vácuo de poder na geopolítica e nas relações internacionais, ou seja, sempre haverá algum Estado tentando influir nas grandes decisões internacionais; sempre existirá disputa entre nações hegemônicas versando sobre a resiliência e expansão de suas respectivas corporações supranacionais, por exemplo, a disputa entre as empresas chinesas (Huawei e ZTE) *versus* as empresas Nokia (finlandesa) e Ericsson (sueca) na tecnologia 5G. (Góes, 2022).

Toda a análise até aqui desenvolvida serve para reforçar ainda mais a ideia-força de que, nos Estados Unidos e em muito outros países importantes, o conceito de Segurança Nacional é um todo estratégico que transcende os níveis da Defesa Nacional e da Segurança Pública, galgando mesmo esse patamar de Grande Estratégia, definidora do futuro da nação. Assim, não podemos equiparar uma Estratégia de Segurança Nacional, nos moldes das NSS americanas, com a nossa Estratégia Nacional de Defesa (END) e nem mesmo com a nossa Política de Defesa Nacional (PDN).

De rigor, o que se pretende aqui destacar é que a projeção internacional de um país no concerto das nações é função direta de sua Grande Estratégia, seja qual for a sua designação: Estratégia de Segurança Nacional, Estratégia Global, Estratégia Nacional de Desenvolvimento, Estratégia Geral etc.

Na visão de Richmond Lloyd, ex-Diretor do Curso de Estratégia e Planejamento de Força do *Naval War College* dos Estados Unidos da América, uma Estratégia de Segurança Nacional deve apontar para um projeto nacional de projeção de poder a partir de objetivos bem definidos a alcançar:

Os Estados Unidos continuam a reavaliar suas prioridades nacionais e os elementos fundamentais de sua estratégia de segurança nacional. É importante que a nação aproveite bem este momento, mas para tanto é preciso **qualidade e clareza** na estratégia e nas decisões de planejamento de força. A falta de um conjunto claro de objetivos e de uma estratégia de segurança nacional robusta e focada levará os Estados Unidos a reagir, em vez de controlar, os **eventos do mundo** que são de seu interesse. Confundir tal passo não bastará (Lloyd, 1995, p. 1).

Dessarte, essa é a ideia de Estratégia de Segurança Nacional que impera nos Estados Unidos, superpotência ainda predominante no cenário internacional, mas, que agora se encontra em disputa geopolítica com a China.

A competição sino-americana pelas cadeias globais de valor e pela inovação tecnológica transcende a esfera econômica, configurando-se também como uma disputa geopolítica por poder e influência global. A capacidade de dominar essas

cadeias e tecnologias disruptivas é o fator preponderante para definir qual nação assumirá a liderança da ordem mundial pós-moderna, notadamente na próxima era pós-Guerra da Ucrânia/pós-Conflito Hamas versus Israel.

Logicamente, há que se reconhecer que a projeção internacional de um país do Sul Global, como é o caso do Brasil, não pode aspirar o controle dos eventos mundiais, como destacado por Richmond Lloyd (1995) e, muito menos, ainda, disputar o controle das cadeias de suprimentos, produção e inovação tecnológica em escala planetária.

Em consequência, sustenta-se aqui, que, diferentemente das NSS americanas, o principal desafio da nossa Grande Estratégia Nacional para o século XXI é promover a redução da pobreza e da marginalização, bem como das desigualdades sociais e regionais, dentro de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da Constituição da República de 1988 (Brasil, 2024).

3 A ESTRATÉGIA BRASILEIRA E A GUERRA JURÍDICA (LAWFARE)

Sem conter qualquer tipo de inclinação ideológica, uma futura Grande Estratégia Nacional deve oferecer à sociedade brasileira um instrumento de garantia de direitos fundamentais, notadamente, dos direitos estatais prestacionais de segunda dimensão, que dependem necessariamente de ações estratégicas do Estado.

Tal Estratégia assume, assim, papel crucial na elaboração de marcos regulatórios de setores estratégicos da economia nacional, como, por exemplo, o regime de transição energética ou a exploração de petróleo na margem equatorial.

Essa cosmovisão mais ampla possibilita ao estrategista pátrio ganhar a capacidade de proteger os legítimos interesses do País dentro de uma ordem mundial complexa, na qual o jogo de poder geopolítico de natureza maquiavélico-hobbesiana prevalece, sob a roupagem de um discurso kantiano-wilsoniano.

No entanto, por detrás desse discurso de bem comum para a humanidade sempre restará uma perspectiva maquiavélico-hobbesiana de interesses egoísticos dos Estados mais ricos, ou seja, o desejo de explorar petróleo, terras raras ou qualquer outro recurso natural de valor no mercado mundial.

Diante disso, os países de modernidade tardia devem ter a capacidade estratégica de perceber tal forma de agir, criando mecanismos de proteção dos seus autênticos interesses vitais. Não convém embarcar acriticamente nesses fluxos cosmopolitas de retórica kantiana, que, na maioria das vezes, nada mais fazem senão agravar ainda mais a pobreza e a exclusão social na periferia do sistema mundial.

É urgente, portanto, estabelecer os alicerces de uma Grande Estratégia Nacional, que leve em conta os impactos da geopolítica global sobre o ordenamento jurídico interno do País, especialmente os marcos regulatórios da sua economia.

O fato surpreendente e desanimador é constatar que as forças desregulamentadoras da economia e da tecnologia, tal qual concebida por Natalino Irti (2007), fazendo uso da chamada guerra jurídica (*lawfare*),⁶ são capazes de desconstruir núcleos estratégicos de um oponente geopolítico, notadamente as organizações empresariais competitivas no mercado global, sem recorrer ao uso da força ou mesmo derramar sequer uma gota de sangue.

Assim, resignificando Carl von Clausewitz, com tintas de estatalidade pós-moderna, e considerando-se a essência do *lawfare*, defende-se aqui a tese de que “o direito passa a ser a continuação da geopolítica por outros meios”.

Em linhas gerais, o *lawfare* é a nova forma de conflito geopolítico na pós-modernidade, na qual o direito é usado como arma de guerra para destruir a hélice tríplice do inimigo (interações universidade-indústria-governo).

Nesse contexto, ações jurídicas substituem as ações das forças armadas para alcançar objetivos fundamentais do Estado, sejam eles de natureza política, econômica, militar, psicossocial ou científico-tecnológica.

Em resumo, a guerra jurídica representa uma nova dimensão da polemologia (estudo científico das guerras e seus efeitos, formas, causas e funções enquanto fenômeno social), na qual o direito e a geopolítica se entrelaçam, e sua compreensão é essencial para a formulação da Grande Estratégia do Brasil.

Com essa visão alargada do *lawfare*, é importante agora examinar os desafios e oportunidades que se apresentam ao desenvolvimento estratégico do Brasil sem desvio dos princípios da ordem democrática.

4 BASES TEÓRICAS DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Em linhas gerais, a Grande Estratégia Nacional do Brasil tem três premissas básicas, a saber:

- a) a primeira premissa é que seus objetivos inerentes são os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil já devidamente catalogados na nossa Constituição, ou seja, os objetivos da Grande Estratégia brasileira são os objetivos previstos no artigo 3º, incisos I a IV, da CRFB/88;

6 A nosso sentir, *LAWFARE* nada mais representa do que um dos segmentos epistêmicos do geodireito (ramo da ciência que estuda as conexões científicas entre a geopolítica e o direito). Trata-se de uma das vertentes da quarta geração de guerra, na qual o direito, dentre outros meios, é usado como arma de guerra para obter um determinado objetivo geopolítico ou estratégico ou político, a partir da destruição ou redução da hélice tríplice (empresas-universidades-governo) de um oponente.

- b) a segunda premissa é que a Grande Estratégia deve ser formulada com o compromisso inafastável de concretizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira: elevar nossa Nação a uma posição de destaque entre as cinco maiores potências do globo;
- c) a terceira premissa reside na priorização das ações estratégicas intrinsecamente vinculadas aos nossos quatro grandes arquétipos geopolíticos, os quais conferem ao Brasil a condição de superpotência nos âmbitos energético, alimentar, ambiental e aquífero.

Com relação à primeira premissa, como já exaustivamente examinado, diferentemente das potências globais, notadamente EUA e China, cuja lógica de construção de suas grandes estratégias é a busca de liderança mundial a partir de influência, controle e hegemonia nos mercados globais, a Grande Estratégia brasileira deve concentrar-se na consecução dos objetivos fundamentais constitucionais.

É de assinalar ainda, que, na visão de Golbery do Couto e Silva (1981), os objetivos nacionais permanentes (ONP) seriam aqueles que se mantêm constantes ao longo do tempo, tais como soberania nacional, segurança nacional, unidade nacional e desenvolvimento sustentável. Lado outro, os objetivos nacionais atuais seriam aqueles que refletem as necessidades e prioridades específicas de um determinado período.

Tal concepção de objetivos nacionais foi muito debatida e até mesmo criticada, tendo em vista a sua ligação com o binômio segurança-desenvolvimento e sua possível contradição com regime político democrático.

Por sua vez, em lado oposto, Meira Mattos apresenta um grande diferencial, uma vez que, para além de atualizar os pensamentos de seus antecessores, especialmente Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, já apresentava a concepção democrática da geopolítica e a busca da dignidade humana, desde o fim século passado. Eis aqui o grande legado acadêmico de Meira Mattos, que chega até o século XXI.⁷

Com as próprias palavras de Meira Mattos: nosso conceito de desenvolvimento é o democrático e encontra raízes na filosofia cristã. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser

7 Na sua obra *A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva; Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*, Jorge Manuel da Costa Freitas destaca que “Considerado por Kelly (1988) como “a autoridade máxima em Geopolítica na América do Sul”, às suas teses Carlos de Meira Mattos, como parte integrante da Escola Brasileira, não deixa de incorporar o legado dos founding fathers (sua base axiológica), moldando-o, todavia, conforme a sociedade brasileira [...]. [Nesse sentido], Meira Mattos faz uso da expressão desenvolvimento democrático num sentido mais amplo de geopolítica da democracia. (Freitas, 2004, p. 64-65).

autêntico deve ser integral, quer dizer promover todos os homens e o homem todo (Mattos, 1975).

Assim, levando-se em consideração os conceitos de objetivos nacionais permanentes e de Conceito Estratégico Nacional de Golbery do Couto e Silva em conjunção com as ideias de geopolítica da democracia e busca da dignidade humana de Meira Mattos, defende-se aqui a tese de que a Grande Estratégia do País tem a missão de concretizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, já devidamente catalogados na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, incisos I a IV.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, sistemicamente, a primeira premissa da Grande Estratégia brasileira para o Século XXI é estabelecer como seus objetivos inerentes os mesmos objetivos fundamentais constitucionais.

Essa primeira premissa é muito importante porque projeta a imagem de que a formulação da Grande Estratégia Nacional implica delinear as ações estratégicas necessárias para que o Brasil construa uma sociedade livre, justa e solidária; assegure o desenvolvimento nacional; erradique a pobreza e a marginalização; reduza as desigualdades regionais e sociais; e promova o bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação, conforme os preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988.

Já o segundo eixo fundamental da Grande Estratégia Nacional aponta para a realização do imperativo categórico da geopolítica brasileira: colocar o País entre os cinco principais países do mundo, com capacidade para influenciar a reconfiguração da complexa ordem mundial contemporânea, marcada pela competição por mercados e mentes em todo o globo (novo *lebensraum* da era pós-moderna).

Este trabalho acadêmico não pretende apresentar reflexões utópicas, irrealistas, retrógradas ou até mesmo ufanistas, mas sim reafirmar a necessidade de a sociedade brasileira ganhar consciência de todo o potencial geopolítico do Brasil, que, ainda, ruinosamente, não foi convertido em poder real. Quando isso acontecer, o Brasil certamente se posicionará entre as cinco maiores potências do planeta.

Como justificativa epistêmica para a validade da segunda premissa (imperativo categórico da geopolítica brasileira), recorre-se à teoria do Poder Perceptível de Ray Cline (1975), uma abordagem que matematiza o poder do Estado no campo da geopolítica e das relações internacionais.

Sem embargo das críticas que recebeu, a teoria do poder perceptível continua a ser relevante no estudo da geopolítica e das relações internacionais, especialmente em um mundo onde o poder econômico e a estratégia nacional desempenham papéis cada vez mais importantes.

A abordagem de Ray Cline oferece metodologia bem estruturada de avaliar o poder de um país e, na sua esteira, entender as dinâmicas da ordem mundial

pós-moderna em construção, daí a sua relevância para justificar a tese de que o grande imperativo da geopolítica brasileira deve ser o posicionamento do País entre as cinco maiores potências globais.

Ray Cline, um teórico da escola realista, propôs uma fórmula que considera vários fatores: massa crítica (território e população), capacidade econômica, capacidade militar, estratégia nacional (objetivos estratégicos) e vontade de executar a estratégia.⁸

Como pontua Roberto de Oliveira Mafra ressaltando a avaliação feita pelo próprio Ray Cline, durante a Guerra Fria:

Posteriormente, em avaliação feita em 1978, publicada em 1980, o professor Ray Cline colocou o Brasil em terceiro lugar, somente precedido pela União Soviética e pelos Estados Unidos da América, nessa ordem, ficando a China em quarto lugar. [...]. Já no final do século XX, outros analistas do poder das nações afirmam que a China e o Brasil, atuais nações emergentes, também estariam na liderança mundial no século XXI, outro motivo para ambas serem incluídas nos primeiros lugares da relação do Poder Perceptível, logo em seguida dos então líderes, Estados Unidos e União Soviética (Mafra, 2006, p. 150-152).

Com base na fórmula de Ray Cline para comparar o poder de países, constata-se, tristemente, a grande diferença entre as posições do Brasil e da China, em pouco mais de três décadas. Enquanto a China já se projeta como a segunda grande potência do planeta, chegando mesmo a ameaçar a própria hegemonia dos Estados Unidos, o Brasil regrediu, permanecendo um país subdesenvolvido de modernidade tardia do Sul Global.

E a pergunta que se impõe é: por que isso ocorreu?

A nosso sentir, a resposta vem dos componentes S (ligado à formulação dos objetivos estratégicos do Estado) e W (vontade de executar a Grande Estratégia).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, no aspecto “massa crítica”, o Brasil tem extenso território (aproximadamente 14,2 milhões de quilômetros quadrados contando com a Amazônia Azul) e uma população numerosa (mais de 203 milhões de habitantes, de acordo com o último Censo Demográfico de

8 A fórmula matemática de Cline para quantificar o poder de um país é expressa como: $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ onde: Pp é o poder perceptível, C representa a massa crítica (território e população), E é a capacidade econômica, M é a capacidade militar, S é a estratégia nacional e W é a vontade nacional. (Cline, 1975). Embora a teoria de Cline seja amplamente respeitada, ela não está isenta de críticas. Alguns argumentam que a fórmula simplifica demais a complexidade do poder nacional e não leva em conta fatores como a diplomacia e a influência cultural (Mafra, 2006, p. 150).

2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesses aspectos de massa crítica (território e população), é grande o potencial do Brasil em termos de recursos naturais e de uma base populacional robusta, seja para a composição de um mercado consumidor pujante, seja para o mercado de trabalho e para o recrutamento de pessoas, aí incluídas as forças armadas, o que, evidentemente reforça a tese do grande imperativo categórico da geopolítica brasileira.

No entanto, de outra banda, a análise da posição do Brasil segundo a teoria do poder perceptível de Ray Cline relativo à formulação da grande estratégia e à vontade da sociedade de executar essa estratégia chega a ser melancólica.

Por mais que as variáveis da massa crítica sejam favoráveis ao País (população e território), as demais ficam praticamente nulas diante desses dois grandes fatores (S e W). Com efeito, como já amplamente visto, a falta de uma Grande Estratégia Brasileira, com objetivos claros e bem definidos, vem prejudicando imensamente o desenvolvimento nacional e, na sua esteira, o poder perceptível do Brasil.

De maneira análoga, a falta de consciência da sociedade brasileira com relação ao potencial geopolítico do País impede a evolução econômica e social do Estado como um todo e, no seu rastro, inibe o fortalecimento da sinergia entre indústria-academia-governo (polos estratégicos de desenvolvimento nacional). Em síntese, a falta de uma grande estratégia, aliada a uma vontade nacional sem nenhum compromisso com desenvolvimento geopolítico dificultam o crescimento do poder perceptível do Brasil.

Nesse contexto, surge o terceiro pilar da Grande Estratégia para o século XXI: priorização do desenvolvimento nacional a partir dos seus quatro arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como superpotência energética, superpotência alimentar, superpotência aquífera e superpotência ambiental (verde).

Enfim, o posicionamento brasileiro no mercado de produtos primários (*commodities*) já é de grande relevância, porém insuficiente para transformar todo o potencial do País em poder real, notadamente, nos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos (energia, agronegócio, ambiental e água/saneamento básico).

É urgente, portanto, superar a posição periférica do Brasil nas cadeias globais de produtos de alto valor agregado e de alta tecnologia, priorizando os quatro grandes arquétipos geopolíticos do Brasil, com a finalidade de fortalecer e reconstruir os núcleos já existentes e criar novas organizações empresariais e industriais com competitividade internacional juntamente com modernos institutos de excelência acadêmica e centros de pesquisa integrados às cadeias globais de inovação e conhecimento.

Figura 3 – Prioridades da Estratégia Nacional



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Portanto, além de tentar realizar os objetivos fundamentais constitucionais e estar entre as cinco maiores potências do planeta, defende-se, ainda, a tese de que a Grande Estratégia Nacional deve estar alinhada com a plena realização do potencial do país no cenário geopolítico mundial, em benefício da própria sociedade brasileira e, não, de interesses estrangeiros, travestidos de interesses nacionais.⁹

Por exemplo, o Brasil, um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de vasta biodiversidade, seja na Amazônia Verde, seja na Amazônia Azul, enfrenta desafios significativos nesse processo de conversão de potencial em poder real.¹⁰

9 Nesse sentido, como bem destaca o documento - Fundamentos do Poder Nacional - da ESG (2019, p. 136): Não bastasse isso, o chamado mundo desenvolvido pressiona países em desenvolvimento para que estes adotem aquilo que aqueles denominam de boas instituições e procedimentos pretensamente indispensáveis à concretização do desenvolvimento econômico, o que pode bem caracterizar uma falácia, uma vez que a evolução econômica daqueles países nem sempre foi baseada nas boas instituições e bons procedimentos que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Tal estratégia está muito bem qualificada por Ha-Joon Chang (2004) em sua obra – Chutando a escada.

10 Neste passo, precisa a lição de Cristina Soreanu Pecequilo: “Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional. Mais um exemplo: o Brasil é considerado um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de biodiversidade no mundo, porém o processamento de muitas dessas matérias-primas não é realizado aqui, mas sim no exterior. O Brasil, portanto, possui poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos sem exploração” (Pecequilo, 2005, p. 57 e 58).

Grande parte das matérias-primas do Brasil é processada no exterior, e, depois, exportadas para o País com alto valor agregado, o que impede a transformação desse potencial em poder efetivo.

Dessarte, o Brasil deve priorizar o seu desenvolvimento nacional, com base nesses quatro grandes arquétipos geopolíticos, o que evidentemente não impede o desenvolvimento de outras áreas, como, por exemplo, o setor aeroespacial.

Neste momento, em meio à Guerra na Ucrânia e ao Conflito no Oriente Médio, surge uma oportunidade significativa para o Brasil se inserir internacionalmente. O novo processo de reorganização das cadeias globais de valor e inovação fixa diversas possibilidades, notadamente os conceitos de *near-shoring* e *friendly-shoring*, que desempenham um papel crucial na reconfiguração da ordem mundial pós-moderna em construção. Tais conceitos são estrategicamente importantes porque projetam a disputa pelo controle das cadeias globais entre as potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, e as potências eurásianas capitaneadas pela China.

Portanto, o presente estudo visou demonstrar que o modelo de uma Grande Estratégia deve promover a integração harmoniosa da hélice tríplice em todos os elos das cadeias internacionais, incluindo a produção, a distribuição, a inovação tecnológica e a transferência de conhecimento, de forma a maximizar a competitividade e a inserção internacional do Brasil no cenário global pós-moderno em construção.

Figura 4 – Esquema geral da Estratégia Nacional



Fonte: Elaboração do autor (2024).

É por isso que, na sequência, o presente trabalho vai sistematizar a ideia da tríade do poder mundial (EUA, União Europeia, China), exatamente com esse espírito de identificar aqueles arranjos de cooperação multilateral que fortaleçam a resiliência dos núcleos já estabelecidos e/ou que possibilitem a competitividade internacional de novos núcleos emergentes.

Organismos de cooperação, como o Mercosul, a União Europeia, os BRICS, e acordos bilaterais com os Estados Unidos e a China podem desempenhar um papel fundamental no aumento da tenacidade e na ampliação do número de organizações empresariais e universidades brasileiras inseridas nas cadeias globais.

Tais mecanismos multilaterais e bilaterais têm o potencial de proporcionar acesso a novos mercados, ampliando as oportunidades de crescimento e aumento de competitividade internacional dos nossos núcleos estratégicos. Da mesma forma, a colaboração científica entre países de diferentes blocos internacionais pode acelerar a inserção de seus membros nas cadeias globais de pesquisa e inovação.

Além disso, muitas dessas organizações internacionais possuem órgãos de financiamento para projetos de pesquisa e desenvolvimento comercial, como, por exemplo, o Banco dos BRICS, o que evidentemente pode beneficiar tanto universidades quanto indústrias. Por último, impende ainda salientar que a cooperação internacional também ajuda na harmonização de marcos regulatórios, que podem facilitar os fluxos internacionais de comércio e a colaboração entre empresas de diferentes países.

É nessa perspectiva que, na sequência, vamos sistematizar a Grande Estratégia do Brasil a partir das tríades sul-americana, atlântica e do poder mundial.

5 TRÍADE SUL-AMERICANA, TRÍADE ATLÂNTICA, TRÍADE DO PODER MUNDIAL: EIXOS FUNDANTES DA GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL

Nessa segmentação temática, este trabalho pretende apresentar as três grandes vertentes de uma futura Grande Estratégia Nacional para o Brasil no século XXI.

Como amplamente visto, dentro de um contexto mundial regido pela tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a China, propõe-se um modelo de Grande Estratégia que abarque três grandes tríades de fortalecimento do poder nacional brasileiro: a tríade sul-americana, a tríade atlântica e a tríade do poder global.

Com relação à primeira tríade, a tríade sul-americana, importa, inicialmente, salientar que o artigo 4º, § único, da Constituição de 1988, preconiza que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 2024).

Tal dispositivo constitucional não deixa de ser uma orientação geopolítica importante para a Grande Estratégia brasileira. No entanto, acredita-se que a integração latino-americana, muito embora seja a melhor trajetória geopolítica a trilhar para o longo prazo, é de difícil execução.

Nesse passo, o México já se encontra irremediavelmente vinculado aos EUA (notadamente agora a partir do *friendly-shoring* da reordenação das cadeias globais); os países do Caribe e da América Central também estão mais próximos estrategicamente dos Estados Unidos do que qualquer outro país sul-americano; enfim uma integração deste jaez seria praticamente impossível, pelo menos a curto ou médio prazo.

Em consequência, a melhor alternativa para a Grande Estratégia brasileira é a redução do nosso espaço vital para o subcontinente sul-americano. Este é, sem dúvida, nosso verdadeiro *lebensraum*, nosso efetivo espaço vital.

Sustenta-se, portanto, o argumento de que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida, mas não o ponto de chegada da Grande Estratégia brasileira, na medida em que é apenas o primeiro passo de um desenho estratégico muito amplo, que ainda abarca a tríade atlântica e a tríade do poder mundial.

Seus pontos centrais são a saída brasileira para o Oceano Pacífico, a interligação das bacias amazônica e platina e a criação de núcleos estratégicos multilaterais para a exploração da biodiversidade da Pan-Amazônia.

Figura 5 – Integração da América do Sul



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Dessarte, o primeiro desafio da Grande Estratégia brasileira para o século XXI é fazer a interligação dos três conjuntos geopolíticos do cenário sul-americano, isto é, o Arco Amazônico, a Comunidade Andina de Nações e o Cone Sul.

Doutrinadores há que acreditam que a integração sul-americana é um modelo superado de projeção geopolítica do Brasil. Para outros, entretanto, a integração

sul-americana continua a representar a pedra angular no projeto de reafirmação do Brasil como potência global no século XXI.

Cabe, portanto, refletir acerca da melhor alternativa estratégica para o Brasil em tempos de desglobalização da economia mundial, iniciada pela Doutrina Trump (2017), e potencializada pela crise do coronavírus (2019), e agora pelas guerras da Rússia x Ucrânia (2022) e de Israel x Hamas (2023), com potencial para escalar e ampliar o número de contendores.

Tal situação vem criando uma reorganização/regionalização das cadeias globais de suprimentos e produção, acompanhada de uma grande tentativa de repatriação da indústria nacional das potências ocidentais, com o fito de reduzir os riscos advindos dessa dependência das potências classificadas como revisionistas pela NSS estadunidense, notadamente a China e a Rússia.

Diante desse contexto, a junção estratégica da América do Sul deve ser feita a partir da criação de núcleos estratégicos multilaterais que explorem as suas vocações naturais sob a ótica de intercomplementaridade sub-regional.

Para tanto, a Grande Estratégia brasileira necessita sistematizar a integração da tríade sul-americana. Sem essa visão ampla não será possível moldar o sistema de forças geopolíticas sul-americanas em direção única. Não há outro caminho a trilhar a não ser assumir a liderança da tríade sul-americana.

Com relação ao Arco Amazônico, comparando as obras de Golbery e Meira Mattos, Freitas (2004, p. 65-66) salienta que:

Na linha de Golbery do Couto e Silva, também subjaz ao pensamento de Meira Mattos a procura de estabelecer uma geopolítica aplicada tendo inerente a ideia de que “as relações geográficas compreendidas devem estar contidas na política do governo”. [...] merecem especial destaque o enfoque geopolítico dado à complexa questão da integração da Amazônia, o particular interesse devotado pelo autor ao estudo das potencialidades e desafios geopolíticos do Brasil como “potência mundial em expansão”; e, de forma mais ampla, a análise sobre a capacidade do “homem brasileiro” de construir uma civilização dos trópicos, ou, em outros termos, as potencialidades para o Brasil competir no cenário mundial.

Cabe ao estrategista pátrio, pois, a tarefa de articular um grande cluster aglutinador da exploração desse patrimônio genético nacional.

Sem investimentos significativos nos núcleos estratégicos próprios da região (instituições empresariais, universidades e entes estatais, por exemplo, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) atrelados ao patrimônio genético nacional, o processamento e a agregação de valor continuarão a ser feitos no exterior, sem gerar renda e empregos de qualidade dentro do próprio Brasil, dono desse rico patrimônio genético, porém sem capacidade de explorá-lo integralmente.

Da mesma forma, as pesquisas científicas em torno da biodiversidade devem ser priorizadas em todas as instituições de pesquisa e ensino dos países amazônicos, visando a agregar valor às suas descobertas e assegurando as patentes sul-americanas, evitando assim a fuga de recursos pela pirataria e tráfico ilegal de ervas e sementes. A questão indígena tem que ser solucionada em sintonia com a perspectiva de incrementar a exploração dos minerais nobres da Amazônia, sem violação dos seus direitos constitucionais.

Em suma, é na vertente do Arco Amazônico que o Brasil pode consolidar sua posição de superpotência ambiental e aquífera.¹¹

Já integração da Comunidade Andina de Nações é bem mais complicada, mas nem por isto impossível. O ponto nodal do posicionamento geopolítico brasileiro dentro da frente andina deve apontar para a saída brasileira para o Oceano Pacífico.

Nesse sentido, defende-se a tese de que tal saída perpassa necessariamente pela complexa cooperação entre o Mercosul (nível Mercado Comum) e a Aliança para o Pacífico (nível Zona de Livre Comércio), cuja liderança fica a cargo do México, contando ainda com o Chile, a Colômbia e o Peru.¹²

Finalmente, o Mercosul que é inquestionavelmente o principal fórum da integração sul-americana. As outras duas frentes, a amazônica e a andina, são complementares dentro do processo de inserção internacional da América do Sul.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o desafio maior da Grande Estratégia brasileira na tríade sul-americana é reverter o posicionamento geopolítico pendular da Argentina, ora se alinhando aos EUA, ora ao Mercosul. Com efeito, a Argentina é fundamental para a vitalidade do Cone Sul.¹³

11 Com efeito, o país abriga a maior parte da Floresta Amazônica, que é crucial para a concepção de empreendimentos da bilionária indústria de fármacos. Tal indústria é impulsionada pela constante demanda por medicamentos, vacinas e tratamentos inovadores, que dependem de investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento voltados para a biodiversidade e seu processo de bioprospecção. A Grande Estratégia brasileira deve atrair investimentos estrangeiros para criação de empresas voltadas exclusivamente para a transformação desse potencial em poder real. Enfim, a exploração do enorme potencial da biodiversidade da Amazônia deve ser feita estrategicamente de modo a incluir a indústria e as universidades brasileiras e sul-americanas na descoberta de novos medicamentos e tratamentos, beneficiando tanto a saúde humana quanto a economia da região como um todo.

12 A recusa chilena de entrar para o Mercosul também é fator de desintegração sul-americana. A decisão chilena em se tornar membro observador do Mercosul deve ser interpretada com cautela. Na verdade, não se pode olvidar que a política externa chilena tende naturalmente a negociações bilaterais de livre comércio com países desenvolvidos.

13 Infelizmente, a sociedade argentina não consegue aceitar a natural liderança brasileira no contexto sul-americano, vide o seu voto contrário à pretensão brasileira de se tornar membro do Conselho de Segurança Permanente da ONU. A declaração de um ex-ministro argentino no sentido de que as relações com os EUA eram carnisais, denota claro vínculo de subordinação política daquele país. Os argentinos ainda não aprenderam a lição da Guerra das Malvinas, ocasião em que os EUA desconsideraram por completo a nação argentina. Foi muita pretensão ou ingenuidade pensar que os americanos apoiariam a Argentina em detrimento de seu tradicional aliado europeu, o Reino Unido.

Em outras palavras, assim como não existe acordo Mercosul-União Europeia sem o Brasil, da mesma forma, não existe Mercosul sem a Argentina.

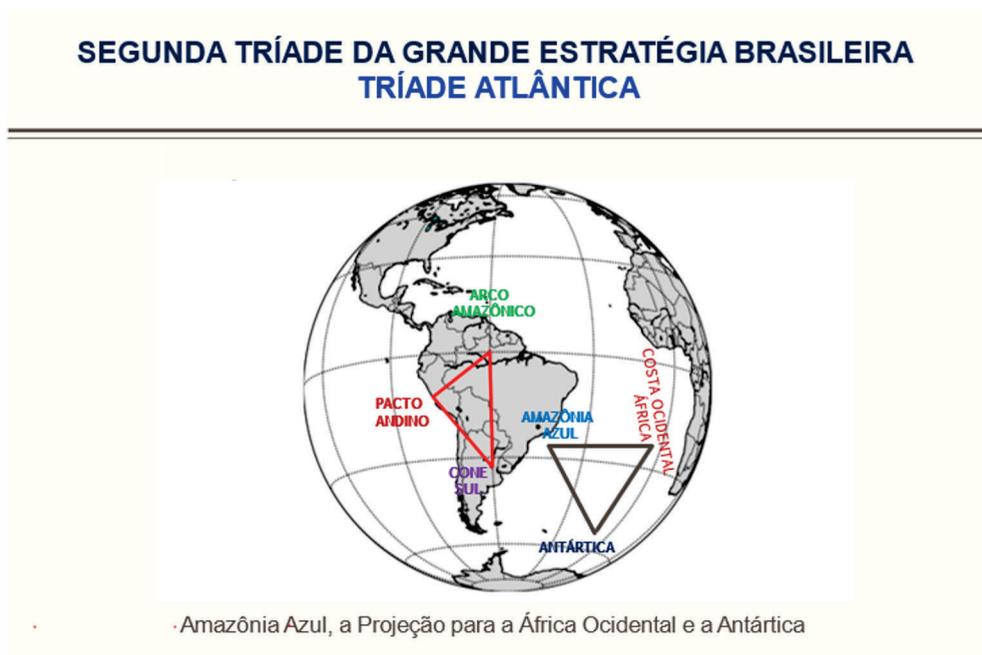
Em termos estratégicos, destaca-se ainda a importância da interligação das bacias amazônica e platina, tal qual preconizado por Mario Travassos (1947), na medida em que potencializa o desenvolvimento econômico, a integração regional e a própria segurança nacional.

A interligação direta da Bacia Amazônica, a maior do mundo, e a Bacia Platina, a segunda da América do Sul, pode revolucionar o sistema de transporte de mercadorias em termos de redução de custos, o que naturalmente aumenta sua competitividade em relação com o modal rodoviário, além de ser uma alternativa mais aderente à iniciativa mundial de conservação ambiental.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, aqui vislumbrada como a base fundante da oceanopolítica brasileira.

Isto porque abarca os três principais espaços marítimos da geopolítica brasileira, isto é, a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e a Frente Antártica. E mais: levando-se em consideração o imperativo categórico da geopolítica brasileira, as ações estratégicas relativas à tríade atlântica podem contribuir largamente para consolidação do Brasil como uma superpotência energética e ambiental.

Figura 6 – Pilares da oceanopolítica brasileira



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Com efeito, a oceanopolítica enquanto geopolítica do uso do mar como instrumento de desenvolvimento nacional tem a missão de desvelar as relações de poder entre Estados, daí a conexão epistemológica entre a potencialização do uso dos recursos do mar e o posicionamento do Brasil como uma superpotência energética e ambiental.

Na Amazônia Azul, por exemplo, desponta a perspectiva de exploração econômica de novas tecnologias de uso do mar, tais como a energia eólica offshore, que vai demandar a criação de novos núcleos estratégicos para aproveitar os ventos fortes e constantes para gerar eletricidade.

De modo análogo, a exploração do pré-sal e agora com a possibilidade de exploração na margem equatorial, que pode induzir a reconstrução da indústria naval do Brasil. Além disso, a Amazônia Azul projeta a perspectiva de exploração de uma biodiversidade marinha riquíssima, com espécies ainda desconhecidas e com potencial para a elaboração de novos medicamentos e outros produtos de alto valor agregado.

Sob a égide da tríade atlântica, a Grande Estratégia brasileira ainda tem a tarefa de planejar novos empreendimentos brasileiros na região da África Ocidental, que é rica em recursos naturais, como petróleo, gás e minerais, além de ter um mercado em crescimento para produtos industriais brasileiros.

Por fim, a região da Antártica, que, muito embora seja protegida por tratados internacionais que limitam a exploração de seus recursos, projeta grande potencial econômico para o futuro. Nesse diapasão, a região apresenta um horizonte promissor para a ciência e a economia, com o Brasil bem posicionado, não apenas por ser signatário do Tratado da Antártica, mas, também pela sua presença na Estação Antártica Comandante Ferraz, cujo campo de atuação pode e deve ser ampliado.

Na sequência, destaca-se agora a terceira tríade da Grande Estratégia e que é a tríade do poder mundial, abarcando as relações com os Estados, Europa e China.

Nesse sentido, correntes de pensamento há que defendem a ideia de que a Grande Estratégia de desenvolvimento do Brasil deve ser feita a partir da abertura da economia nacional, sem nenhum tipo de proteção de seus polos de desenvolvimento, dentro de uma perspectiva liberal internacionalista.

Para outras, entretanto, tal estratégia deve ser concebida a partir da integração desses núcleos estratégicos aos elos das cadeias globais de valor e tecnologia. Ou seja, defendem a ideia de que o Brasil não pode ser mero mercado consumidor em determinados setores da economia mundial, notadamente nos ambientes energético, agroindustrial, ambiental e aquífero, daí a visão de aumento da resiliência e expansão da hélice tríplice industrial e tecnológica do Brasil.

Em decorrência, a pergunta é simples: um país com mais de 200 milhões de habitantes pode renunciar aos seus polos tecnológicos, industriais, comerciais, científico-acadêmicos, transformando-se em mera sociedade de serviços, exportadora de produtos primários, sem valor agregado?

Eis aqui o grande dilema estratégico das nações menos desenvolvidas, como, desafortunadamente, ainda é o caso do Brasil: se se alinharem automaticamente às potências mundiais, provavelmente serão obrigados a aceitar o simples papel de exportadores de *commodities*, sem nenhum tipo de inserção nas redes mundiais de valor e inovação tecnológica.

Por outro lado, se rejeitarem grandes acordos multilaterais de abertura comercial e cooperação científica, poderão ficar isolados dos maiores mercados consumidores do planeta e, principalmente, das grandes cadeias internacionais, que se encontram em reordenação no mundo pós guerra da Rússia x Ucrânia / Conflito Hamas x Israel.

Nesse ponto, observe, mais uma vez, a importância da ideia de “aumento da vitalidade e da ampliação da hélice trílice de desenvolvimento” como base fundante da Grande Estratégia Nacional.

Isto significa que o Brasil não pode renunciar ao crescimento da sua hélice trílice de produtos de alto valor agregado e intensivos em tecnologia e mão de obra qualificada, que engloba os estabelecimentos empresariais internacionalmente competitivos, as universidades e centros acadêmicos inseridos nas cadeias de pesquisa e inovação e o próprio governo, seja como agente normativo de marcos regulatórios, seja como agente financiador.

Em vista disso, o papel do Estado é garantir que a hélice trílice funcione bem, incluindo as relações governo-universidade, universidade-indústria e indústria-governo (Etzkowitz; Zhou, 2017). Como bom exemplo de não cumprimento dessa atuação estratégica do Estado, pode-se citar, no Brasil, o setor de telecomunicações, no qual não há mais, praticamente, nenhum núcleo estratégico brasileiro relevante com competitividade internacional.¹⁴

Em suma, com relação aos centros mundiais de poder, nossa estratégia deve ser a de manter posição firme de não alinhamento automático e subserviente com nenhum dos polos de poder mundial.

Isto significa que o Brasil deve adotar uma estratégia de equilíbrio em relação às duas superpotências, na medida em que são grandes parceiros comerciais. Manter uma posição neutra permite ao Brasil maior autonomia na busca pela criação de novos eixos de desenvolvimento, atraindo assim maiores investimentos em infraestrutura, tecnologia e outros setores estratégicos no Brasil advindos de ambas superpotências.

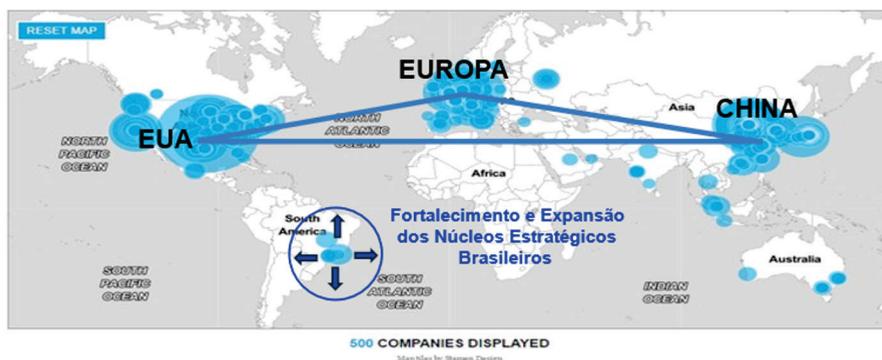
14 De fato, não existem mais empresas brasileiras atuando internacionalmente na tecnologia 5G, se movendo para o 6G, na construção de satélites de comunicações, o projeto do veículo lançador de satélites (VLS) caminhando a passos lentos, depois do acidente na Base de Alcântara, em 22 de agosto de 2003, com a morte de 21 profissionais altamente qualificados; inexistência de iniciativas concretas para construção própria de sistemas de georreferenciamento, também conhecidos como sistemas de navegação por satélite e muitos outros exemplos. Os seguintes países possuem seus próprios sistemas de navegação por satélite: Estados Unidos: GPS (Global Positioning System); Rússia: GLONASS (Global Navigation Satellite System); União Europeia: Galileo; China: BeiDou; Japão: QZSS (Quasi-Zenith Satellite System) e Índia: NavIC (Navigation with Indian Constellation).

A figura abaixo mostra as grandes corporações multinacionais concentradas principalmente nos EUA, Europa e China. Pela imagem verifique que a Grande Estratégia brasileira tem a missão de expandir o rol de empresas brasileiras no ranking dessas maiores do mundo.

Figura 7 – Força geopolítica dos núcleos estratégicos do poder mundial

TERCEIRA TRÍADE DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Tríade do Poder Mundial



Fonte : www.fortune.com

Fonte: *Fortune*, 500 maiores empresas mundiais com adaptações do autor (2024).

Em conclusão, o Brasil deve continuar a buscar uma posição de equilíbrio, maximizando os investimentos produtivos advindos dos centros mundiais de poder, ao mesmo tempo em que busca maximizar também o desenvolvimento e a proliferação das instituições empresariais e acadêmicas brasileiras, tanto da tríade sul-americana quanto da tríade atlântica. Esta parece ser a melhor estrada para o futuro do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar que a inexistência de uma Grande Estratégia Nacional, genuinamente brasileira, nos moldes da *National Security Strategy* dos Estados Unidos, coloca o Brasil à deriva, um país sem rumo, sem saber aonde quer chegar, facilmente influenciado por estratégias externas. Isto nos afasta cada vez mais do imperativo categórico da nossa geopolítica, qual seja: estar entre as cinco maiores potências globais. (Góes, 2022, p. 76).

Nesse sentido, propõe um modelo de Grande Estratégia que se pauta em três grandes tríades, que podem potencializar o poder nacional brasileiro a partir da consolidação, diversificação e propagação das organizações empresariais e

acadêmicas, componentes da hélice trílice brasileira, modelo essencial para promover a inovação e o desenvolvimento baseado no conhecimento tecnológico.

Um país com núcleos estratégicos fortes e consolidados pode promover o crescimento da sua economia, sustentar suas forças armadas, investir em tecnologia e infraestrutura, e exercer influência geopolítica sobre outros países.

Em perspectiva comparada com as NSS americanas, procurou-se demonstrar que a Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI tem a missão de promover a redução da pobreza e da marginalização, bem como das desigualdades sociais e regionais, dentro de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da Constituição da República de 1988.

Uma nação sem estratégia nacional autóctone dificilmente poderá formular ações estratégicas eficazes de combate à pobreza, à marginalização, à exclusão social e à desigualdade regional.

Desta forma, a futura estratégia do Brasil deve priorizar o desenvolvimento nacional com base em quatro pilares principais: energia, alimentação, água e meio ambiente, tornando o país uma superpotência nesses setores. Em outros termos, a inexistência de uma estratégia eficiente impede o Brasil de capitalizar todo seu potencial, limitando sua capacidade de se afirmar como uma potência global e comprometendo seu papel estratégico no cenário internacional.

É urgente que o Brasil deixe de ser periférico nos fluxos internacionais de bens de alto valor e inovação tecnológica, focando nos seus quatro grandes pilares geopolíticos, de modo a fortalecer e reconstruir os núcleos empresariais e instituições de pesquisa existentes e de criar novos que possam competir internacionalmente.

Para tanto, o presente trabalho sugere a formulação de uma Grande Estratégia autóctone a partir de três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade do poder central.

A primeira tríade sugere que a integração da América do Sul seja feita com interligação dos três principais conjuntos geopolíticos da região: Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul. De fato, o Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para exercer a liderança regional, traçando um futuro autônomo para o mundo sul-americano.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, que forma a base da oceanopolítica do País. Ela inclui a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e a Frente Antártica. Essa tríade é crucial na nova configuração energética global, que envolve não só a diversificação das fontes de energia verde, mas também a competição geopolítica pelo controle do mercado global de energia entre grandes corporações empresariais e entidades governamentais, verdadeiros núcleos estratégicos de seus respectivos países de origem.

Finalmente, a terceira tríade, denominada tríade do poder mundial, que se conecta com as relações estratégicas com Estados Unidos, Europa e China, sem desconsiderar, entretanto, as demais potências, notadamente, Índia, Rússia e Japão. O seu eixo central baseia-se na rejeição de alinhamentos automáticos e subservientes, especialmente com os Estados Unidos e a China.

Em síntese, a grande **estratégia da tríplice tríade** (tríade sul-americana; tríade atlântica; tríade do poder mundial) tem como base fundante o fortalecimento e a expansão da **hélice tríplice** (empresas; universidades; governo).

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, Gilberto. O Estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos*, n. 2, jan. /jun., 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 5 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Moraes. 52. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos do poder nacional*. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2019.

CLINE, Ray S. *World Power Assessment: a calculus of strategic drift*. Boulder: Westview Press, 1975.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. *Triple helix: university-industry-government innovation and entrepreneurship*. London: Routledge, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FORTUNE. [Imagens]. 2024. Disponível em: www.fortune.com. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva; Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

GÓES, Guilherme Sandoval. *A geopolítica da energia no século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2022.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 9, n. 18, jul./dez. 2020, p 107-131.

GÓES, Guilherme Sandoval. Por onde andar a Grande Estratégia brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado). *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 36-67, jul./dez. 2008.

GÓES, Guilherme Sandoval. 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: em busca de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*. v 37. n. 80, p 65-93 maio-ago. 2022.

IRTI, Natalino. *Geodireito*. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

KELLY, Phillip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 738. Jul.-ago., 1988.

LLOYD, Richmond M. *Strategy and force planning framework*. Naval War College: Newport, RI, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino* Geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MAFRA, Sergio Machado de Oliveira. *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. Rio de Janeiro: Sicurezza, 2006.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Defending: the nation against its enemies*. Administration of Georg W. Bush. Washington, D.C. Press, Sep. 2002.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National strategy of making America great again*. Administration of Donald Trump. Washington, D.C. Press, dec. 2017.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Engagement and Enlargement*. Administration of William Clinton. Washington, D.C. Press, Feb. I. 1996.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership*. Administration of Barack Obama. Washington, D.C. Press, May. 2010.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *Renewing America's Advantages* - interim national security strategic guidance of Joseph R. Biden. Washington, D.C. Press, Mar. 2021.

Recebido em: mar. 2024.

Aceito em: jun. 2024.

BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS: Arqueologia do Conhecimento – uma abordagem da conservação e preservação do acervo da Escola Superior de Guerra

GENERAL CORDEIRO DE FARIAS LIBRARY: Archeology of Knowledge – an approach to the conservation and preservation of the Brazilian National War College collection

BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS: Arqueología Del Conocimiento – una aproximación a la conservación y preservación de la colección de la Escuela Superior de Guerra

Em uma boa biblioteca, você sente, de alguma forma misteriosa, que você está absorvendo, através da pele, a sabedoria contida em todos aqueles livros, mesmo sem abri-los.

Mark Twain

Antonio Rocha Freire Milhomens*
Maria Célia Barbosa Reis da Silva**

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir a importância das bibliotecas na sociedade desde a Antiguidade até os anos de 2020, destacando seu caráter público após a Revolução Francesa. O foco ilumina especialmente a Biblioteca Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra (ESG), e aborda o papel da preservação e da conservação do

* Possui graduação em História pela Universidade Gama Filho (2002), graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2006), especialização em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (2007), especialização em Estratégia Empresarial e Inteligência Competitiva pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2012), Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (2019), Doutorado em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (em andamento), com sólida experiência em Bibliotecas e/ou Centros de Documentação e correlatos.

** Professora Titular do Programa de Doutorado e Mestrado Profissional em Ciências Aeronáuticas Universidade da Força Aérea e Professora e editora-chefe da Escola Superior de Guerra, consultora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Pós-Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestrado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

acervo histórico da Instituição e de acontecimentos que movem o mundo, após a Segunda Guerra Mundial. O texto menciona também o protagonismo das bibliotecas como instrumentos de promoção da cidadania e da formação cultural de um povo: recôndito espaço da memória. A Biblioteca da ESG, criada em 1949, tem um acervo de aproximadamente 50 mil obras, incluindo monografias produzidas por alunos da Instituição, fotos de alunos e visitantes, e registros de conferências de várias proferidas por personalidades de espectros políticos diferentes e de latitudes geográficas diversas. O texto municia o leitor de dados sobre iniciativas de manutenção e cuidados direcionados ao acervo da biblioteca, como: revisão dos espaços, higienização, reparos e controle ambiental para evitar a interferência no material abrigado na biblioteca. Destaca-se a busca por soluções em instituições de referência para melhorar a subsistência do acervo bibliográfico e facilitar o acesso ao material do acervo. Também enfatizamos a importância de uma política de preservação para orientar o trabalho dos funcionários da biblioteca e o mínimo cuidado de quem a frequenta. O texto usa o método descritivo: estudo, análise sobre o objeto estudado, no caso a Biblioteca da ESG. Apresenta-se o material nela reunido, a forma de conservação feita e o que carece de ser feito ou adquirido. Visa instigar pesquisa sobre o que nela está à disposição, como está separado, quem a frequenta.

Palavras-chave: Biblioteca Cordeiro de Farias; Escola Superior de Guerra; Acervo.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of libraries in society from Antiquity until the 2020s, highlighting their public character after the French Revolution. The focus especially illuminates the Cordeiro de Farias Library of Brazilian National War College (ESG), and addresses the role of preservation and conservation of the Institution's historical collection and events that moved the world, after the Second World War. The text also mentions the leading role of libraries as instruments for promoting citizenship and the cultural formation of a people: a hidden space of memory. The ESG Library, created in 1949, has a collection of approximately 50 thousand works, including monographs produced by students of the Institution, photos of students and visitors, and records of various conferences given by personalities from different political spectrums and from different geographic latitudes. The paper provides the reader with data on maintenance and care initiatives aimed at the library's collection, such as: review of spaces, cleaning, repairs and environmental control to avoid interference with the material housed in the library. The search for solutions in reference institutions to improve the subsistence of the bibliographic collection and facilitate access to the collection's material stands out. We also emphasize the importance of a preservation policy to guide the work of library staff and the minimum care of those who use it. The text uses the descriptive method: study,

analysis of the object studied, in this case the ESG Library. The material gathered in it, the form of conservation carried out and what needs to be done or acquired are presented. It aims to instigate research into what is available there, how it is separated, and who frequents it.

Keywords: General Cordeiro de Farias Library; Brazilian National War College; Collection.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de las bibliotecas en la sociedad desde la Antigüedad hasta la década de 2020, destacando su carácter público después de la Revolución Francesa. El foco ilumina especialmente la Biblioteca Cordeiro de Farias de la Escuela Superior de Guerra (ESG), y aborda el papel de preservación y conservación del fondo histórico de la Institución y de los acontecimientos que conmovieron al mundo, después de la Segunda Guerra Mundial. El texto también menciona el papel protagónico de las bibliotecas como instrumentos de promoción de la ciudadanía y de la formación cultural de un pueblo: un espacio oculto de la memoria. La Biblioteca ESG, creada en 1949, cuenta con un acervo de aproximadamente 50 mil obras, entre monografías realizadas por estudiantes de la Institución, fotografías de estudiantes y visitantes, y registros de diversas conferencias impartidas por personalidades de distintos espectros políticos y de distintas latitudes geográficas. El texto proporciona al lector datos sobre iniciativas de mantenimiento y cuidado dirigidas a la colección de la biblioteca, tales como: revisión de espacios, limpieza, reparaciones y control ambiental para evitar interferencias con el material alojado en la biblioteca. Destaca la búsqueda de soluciones en instituciones de referencia para mejorar la subsistencia de la colección bibliográfica y facilitar el acceso al material de la colección. También destacamos la importancia de una política de preservación que oriente el trabajo del personal bibliotecario y el mínimo cuidado de quienes la utilizan. El texto utiliza el método descriptivo: estudio, análisis del objeto estudiado, en este caso la Biblioteca ESG. Se presenta el material reunido en él, la forma de conservación realizada y lo que hay que hacer o adquirir. Su objetivo es promover la investigación sobre lo que se encuentra allí, cómo se separa y quién lo frecuenta.

Palabras clave: Biblioteca Cordeiro de Farias; Escuela Superior de Guerra; Acervo.

1 INTRODUÇÃO

A função social das bibliotecas está diretamente associada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes adquiridos pelos atores históricos.

Existentes desde a Antiguidade, as bibliotecas ganham caráter público na França – findo o absolutismo e com a instauração do modelo republicano de governo, entre 1789 e 1799. As bibliotecas só passam a ser vistas como instrumento de promoção da cidadania e da formação cultural de um povo a partir das transformações surgidas com a Revolução Francesa.

Num processo desencadeado com a Revolução Industrial, e com a institucionalização da ciência, a biblioteca começa a assumir um papel importante na cadeia de transmissão e reprodução do conhecimento. Em meados do século XIX, começa a desabrochar um crescente interesse pelo valor histórico dos livros e documentos ganhando status de testemunho da história (Barbier, 2018). Os trabalhos da época se concentravam, basicamente, na organização e utilização dos acervos documentais e bibliográficos.

No século XX, principalmente a partir da II Guerra Mundial, em decorrência do progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade, a produção de informação cresceu a níveis tão elevados que superou a capacidade de controle e organização das instituições obrigando a buscar soluções de preservação e conservação de documentos, fotos para atender aos desafios de um mundo em transformação.

As bibliotecas, nesse sentido, guardam parte da história nacional e das informações de diversas áreas do conhecimento, sendo fundamentais para o desenvolvimento cultural e social dos cidadãos (Milanesi, 1988). Em linhas gerais, é um espaço físico em que se guardam livros, dispostos ordenadamente para estudo e consulta, reunindo coleções de informações de diversos tipos, tais como: livros, enciclopédias, dicionário, monografias, revista, folhetos, DVDs e outras fontes de informações que irrompem com os últimos avanços tecnocientíficos.

As bibliotecas desempenham um papel importante na sociedade (Schwarcz, 2002), para além de apoio aos estudos básicos ou universitários, assumindo um papel social de importância cultural e democrática, que tem como objetivo disseminar informação, sendo, portanto, importante manter o acervo longe de perigos que possam ocasionar danos a este. Desse modo, é preciso políticas preservacionistas e conservacionistas ante os acervos de bibliotecas, com vistas à sua proteção e garantia de uso e proteção.

Os acervos documental e bibliográfico, geralmente patrimônio público, encontram-se sob custódia de instituições governamentais que necessitam alocar recursos, para estabelecer uma política de preservação voltada ao atendimento das prioridades com soluções específicas que, associada ao avanço tecnológico, garantam às gerações estudos de provas e testemunhos do contínuo desenvolvimento da Humanidade.

Discutir a Biblioteca da Escola Superior de Guerra como um objeto de análise histórica consiste em lançar luz também sobre o processo de construção da identidade da Escola e a maneira como esta Instituição e seus atores se organizaram/organizam sua reflexão sobre o Brasil. Os livros procurados e lidos espelham o perfil

acadêmico de quem frequenta a Biblioteca Cordeiro de Farias. Quanto mais livros novos forem procurados mais são revelados os anseios de atualização dos que vivenciam esse templo do conhecimento.

2 A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: UM PROJETO POLÍTICO

A ESG foi criada em 1949, em um momento histórico conturbado pela bipolarização ideológica do mundo pós Segunda Guerra, no qual o conceito de Segurança Nacional estava em pauta em diversos países. As primeiras formulações desse conceito pela ESG enfatizavam a defesa contra ameaças externas, a proteção da soberania e integridade territorial, bem como a manutenção da ordem interna. Este período foi caracterizado por uma visão predominantemente militar e estratégica da Segurança Nacional. Mais tarde, reciclando esse conceito depois dos anos 1980 e 1990, a Escola ampliou sua visão sobre Segurança Nacional e inseriu dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, o que espelha uma compreensão mais holística da segurança, com vistas as ameaças que podem surgir de múltiplas origens e que a segurança de um Estado depende de múltiplos fatores interconectados. A biblioteca General Cordeiro de Faria fornece material para um estudo comparativo entre o transformado e o permanente em relação ao conceito de Segurança Nacional para a ESG. (Confrontar os vários manuais de *Doutrina de Segurança Nacional* do primeiro até os anos de 2020).

Um desses conceitos exteriores à ESG provém de Arnold Wolfers em 1962, 17 anos após o término da Segunda Guerra Mundial:

Segurança, na medida em que o termo significa algo específico, implica a ausência de ameaças aos valores adquiridos. Nacional denota que esses valores são sustentados por uma nação. Segurança Nacional, portanto, pode ser entendida como a proteção dos valores centrais de uma nação contra ameaças externas significativas (Wolfers, 1962, p. 120).

Arnold Wolfers, conforme na citação precedente, argumenta que a Segurança Nacional não é um conceito absoluto, mas, sim, um conceito relativo, que é alterado de acordo com os valores que uma nação escolhe proteger (Wolfers, 1962). Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de Segurança Nacional expandiu-se para além da proteção militar, incluindo também a estabilidade política, econômica e social. Esse prolongamento da ideia reflete a compreensão das ameaças e das estratégias de proteção que os Estados necessitavam adotar diante das novas dinâmicas internacionais.

O acervo da biblioteca da ESG é constituído por publicações voltadas para a área de Defesa, Segurança, Relações Internacionais e afins, com relevante valor no

âmbito da informação científica, tecnológica, histórica e memorialística relacionada à pesquisa no Brasil.

A documentação bibliográfica é composta por aproximadamente 50 mil obras, dentre livros e trabalhos acadêmicos e fontes áudios e audiovisuais – trabalhos que consistem, principalmente, em monografias de fim de curso produzidas pelos alunos da Escola Superior de Guerra. O acervo iconográfico e (áudio)visual é formado de material de palestras (autoridades civis e militares), de visitas da ESG a outras instituições militares ou civis, no exterior ou no Brasil; e de outros Centros de Estudo, daqui ou no exterior, por ocasião do comparecimento à ESG.

Parte dessas monografias foi microfilmada durante os anos 1980, e o acervo de microfichas daí resultante foi indicado como aquele que deveria ser recolhido ao Arquivo Nacional. Trata-se de 12 metros lineares de pastas com microfichas de monografias produzidas entre o período aproximado de 1960 e 1980.

Os originais dessas monografias permanecem na Biblioteca da ESG. Tal documentação se encontra descrita no Catálogo Geral da Biblioteca, em base de dados, com identificação de autor, título, data de produção e assunto. Caso venha a ser recolhida, a Biblioteca da ESG se comprometeu a imprimir um relatório, a partir da base de dados, com a descrição dessas monografias em microfichas.

Com relação à documentação escrita de caráter permanente/histórico, é importante ressaltar que não houve uma apresentação de conjunto documental. Esta documentação, ainda que existente, não é reconhecida como de tal caráter, sendo muitas vezes mencionada como “arquivo morto” nos diferentes arquivos setoriais da Escola.

Destaque no acervo para as 7.455 publicações, seguidas de desclassificação ocorrida em 2014, para a qual foi instituída uma comissão que disponibilizou acesso a 6.936 itens que passaram à classificação de documentos ostensivos por meio do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527/2011, permanecendo 519 documentos como reservados.

Os trabalhos acadêmicos que se encontram rotulados como sigilosos estão alocados no subsolo da biblioteca, perfazendo um total de aproximadamente 128 metros lineares. Esses trabalhos são classificados pelo autor e/ou orientador no momento de sua produção, geralmente por terem usado fontes de informação também sigilosas. De acordo com as orientações do Arquivo Nacional, muitas dessas monografias já deveriam estar desclassificadas, precisando de uma criteriosa revisão.

No âmbito do acervo bibliográfico, a Biblioteca General Cordeiro de Farias também identificou a existência de aproximadamente 20 Livros de Tombo, que se encontram fragilizados em seu suporte. Outro ponto que chama a atenção é que a ESG considera alguns documentos mais históricos que outros, como, por exemplo, no caso das monografias de alunos: seriam “históricas” e integrariam o sistema apenas as monografias de ex-alunos ilustres, como Tancredo Neves e Ranieri Mazzilli, entre outros. Acredita-se, contudo, que toda a documentação permanente seja histórica, não cabendo juízo de valor sobre o conjunto.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o fortalecimento da História como ofício e a expansão dos programas de pós-graduação em várias instituições têm reforçado mudanças expressivas desse panorama, resultando no lançamento de uma série de estudos novos sobre o tema, com diferentes recortes temporais, espaciais, teóricos e metodológicos, que nos permitem utilizar outras formas de ver os militares e de se pensar e viver a política e a sociedade brasileira.

Figura 1 – Salão de Leitura da Biblioteca General Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra



Fonte: Dos autores (2023).

Desde 1949 a Escola Superior de Guerra (ESG), órgão subordinado ao Ministério da Defesa, propõe-se a compreender as realidades nacional e internacional, objetivando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento.

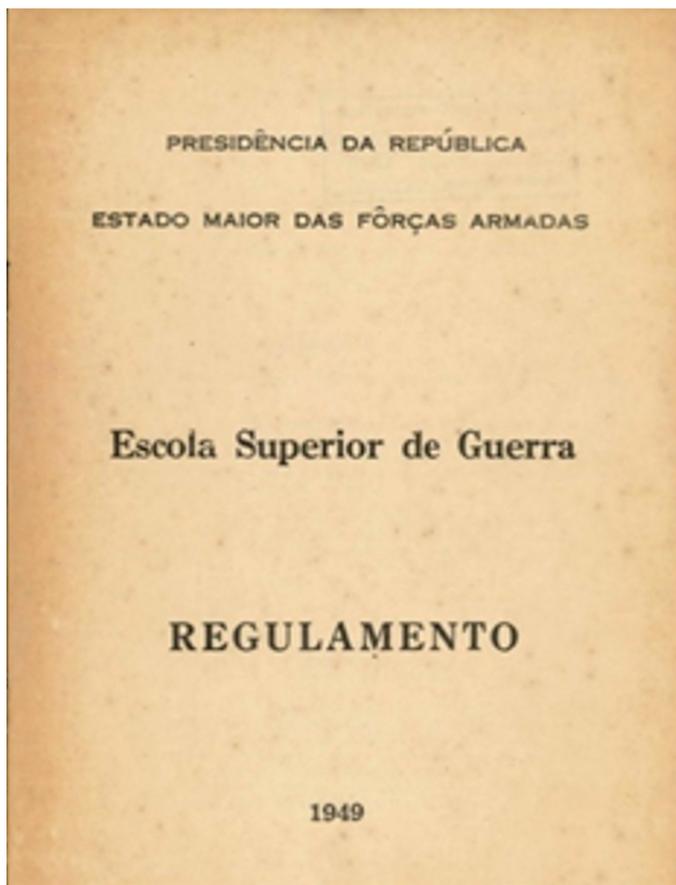
Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi tomado pela ideologia da Guerra Fria e pela bipolaridade. Os blocos políticos e econômicos ainda não estavam bem delineados. No caso do Brasil, já havia tendências de viradas, ora para uma corrente ideológica, ora para outra.

Os militares brasileiros na época, por uma questão de escola militar, tinham a tendência ao conservadorismo e, naturalmente, se alinharam aos militares estadunidenses, com quem se identificaram, principalmente pelo treinamento de oficiais brasileiros no *National War College* durante o tempo em que trabalharam em conjunto na Segunda Guerra Mundial.

Em dezembro de 1948, um grupo de militares brasileiros, do qual faziam parte alguns norte-americanos, liderados pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, elaboraram o anteprojeto do regulamento da ESG.

Durante os estudos para a redação do Regulamento da Escola, novas ideias surgiram centradas em um documento do Coronel Idálio Sardemberg, sob o título *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*. Consoante este documento, o desenvolvimento não dependia só de fatores naturais, mas principalmente de fatores culturais e, sobretudo, na capacidade dos homens chamados para as funções de direção, de transformar os hábitos de trabalho até então vigentes, a fim de instaurar um ambiente de análise e hábito de trabalho em conjunto (Figura 2).

Figura 2 – Capa do primeiro Regulamento da Escola Superior de Guerra (1949)



Fonte: Biblioteca General Cordeiro de Farias (2024).

Complementando as considerações, o citado documento frisou que o Instituto a ser criado convergiria esforços no estudo e reflexão dos problemas de Segurança Nacional, mediante um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares, que condicionam o Conceito Estratégico Nacional em um espaço de ampla compreensão entre os grupos nele representados.

Apesar do nome, a Escola Superior de Guerra nunca esteve comprometida com o ensino clássico de estratégia e tática de guerra e, sim, com estudos direcionados para a política, sendo que o seu principal curso, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), tem em seu corpo docente desta época (2024) mais da metade de civis, inclusive religiosos como padres e pastores.

Com a criação do Ministério da Defesa, em 20 de agosto de 1999, a ESG passou a ser subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Defesa e tem como missão desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e planejamento da Segurança Nacional.

A ESG foi a primeira escola no Brasil a reunir militares e civis para pensar sobre Segurança e Defesa nacional. Por se tratar de uma Escola a valorização do conhecimento aparece no relatório da Missão Militar Americana no Brasil, datado de 1º de outubro de 1948, produzido por militares das forças armadas dos Estados Unidos (EUA), que defendiam que o sucesso da Escola dependeria consideravelmente do aproveitamento individual pelos alunos de uma biblioteca.

Figura 3 – Acervo da Biblioteca General Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra



Fonte: Dos autores (2023).

De acordo com Ferreira, Gomes e Silva (2015) o relatório da Missão Militar Americana é o primeiro indício da organização da Biblioteca. A presença norte-americana na ESG foi evidente: oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até o início da década de 1960. Além disso, grande parte do material didático produzido nos primeiros anos da ESG compreendia resumos de conferências de generais estadunidenses, ou de textos sobre segurança nacional e geopolítica produzidos por organismos militares dos EUA (Svartman, 2006).

Apesar dessa aproximação com os norte-americanos, os militares da ESG expressaram de imediato motivações nacionalistas, e a Escola acabou funcionando como um centro permanente de pesquisas e de debates de problemas brasileiros.

Ao longo de sete décadas de existência, mais de oito mil esguianos foram diplomados, entre eles quatro Presidentes da República, Ministros de Estado e outras personalidades notáveis do cenário político brasileiro. Alguns nomes de estagiários, colaboradores e membros do corpo permanente da ESG são apresentados a seguir: Arthur Bernardes Alves de Souza, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Newton Araújo de Oliveira e Cruz, Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, Ademar de Barros Filho, Humberto Castello Branco, César Obino, Roberto de Oliveira Campos, Arthur da Costa e Silva, Antonio Delfim Neto, Roberto Marinho, Jarbas Passarinho, Mario Henrique Simonsen, Octávio Gouvêa de Bulhões, Emílio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo, quase todos atores do Estado de Exceção vivido pelo país de 1964 até 1985.

Foi na ESG que o General Golbery do Couto e Silva, membro do Corpo Permanente da Escola entre os anos de 1952 e 1955, iniciou seus estudos sobre geopolítica e áreas estratégicas, quando ainda era Tenente-Coronel. Suas publicações constam nos arquivos da Escola e mostram o quanto a configuração geopolítica mudou, e os acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos mundiais propiciaram um novo desenho geopolítico, que, muitas vezes, não corresponde à geografia.

A Biblioteca General Cordeiro de Farias recebeu essa denominação em homenagem ao primeiro Comandante e Diretor de Estudos da ESG, o General Oswaldo Cordeiro de Farias (1949-1952) nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Em maio de 1950, Cordeiro de Farias foi derrotado nas eleições para a diretoria do Clube Militar, em disputa marcada por forte conteúdo ideológico. Este local em que militares da reserva e da ativa se encontram ainda permanece como um abrigo de ideias ideológicas sobre o Brasil.

Cordeiro de Farias representava a corrente que defendia a participação do capital estrangeiro no contexto da exploração do petróleo brasileiro, enquanto a chapa vitoriosa, liderada por Newton Estillac Leal, representava os setores nacionalistas das Forças Armadas.

Assim que deixou o Comando da ESG, Cordeiro de Farias foi sucedido pelo Marechal Juarez Távora e, desde essa época, foi estabelecido um sistema de rodízio, sendo a Escola Superior de Guerra comandada por oficiais-generais das três Forças Singulares.

Cumprido ressaltar que a Biblioteca Cordeiro de Farias não é pública, pois as bibliotecas públicas se caracterizam, entre outros aspectos, por serem mantidas pelos governos estaduais e municipais. A Biblioteca Cordeiro de Farias é uma seção de um órgão do Ministério da Defesa, ligada à administração pública federal e sua missão é atender ao efetivo civil e militar da instituição, oferecendo suporte aos

cursos oferecidos pela ESG, no entanto a biblioteca abriga a todos que a visitam com fito de estudar ou consultar o material: hoje, quase todo acervo a investigações.

A Escola Superior de Guerra destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento no país. Também não possui características típicas de uma tradicional Organização Militar, pois tem suas ações voltadas para o ensino e a pesquisa. Uma outra característica importante e peculiar da ESG é que ela é administrada pelas três Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica. Há, portanto, uma troca entre a culturas das três forças.

A Biblioteca General Cordeiro de Farias, ao longo de seu desenvolvimento, foi assumindo aspectos de uma instituição de atendimento ao público. Esse dado fica evidenciado por meio do acesso ao acervo – antes restrito – e, com o passar dos anos, aberto ao público externo, ou seja, aos usuários de outras categorias (estagiários, palestrantes, corpo permanente da Escola ou pesquisadores externos).

Havia um pensamento generalizado, por parte dos dois comandos da ESG já mencionados, de valorização das experiências de conhecimento para progressão na carreira militar. Essa postura inevitavelmente implicaria reestruturação da biblioteca como polo de apoio da produção desses conhecimentos gerados na instituição.

Algumas informações peculiares talvez ajudem a compreender melhor a atenção especial que a biblioteca ganhou durante esses períodos: o Almirante Eduardo Bacelar chegou a trabalhar como civil em uma biblioteca nos Estados Unidos e depois, servindo na Marinha, muitas das suas experiências de carreira foram voltadas para o ensino, trabalhando em instituições de grande relevância como a Escola Naval e a Academia Naval dos Estados Unidos em Annapolis (EUA).

Atualmente, o acervo da Biblioteca General Cordeiro de Farias é composto por aproximadamente 50.000 itens e uma pequena mapoteca que trata preferencialmente de assuntos relacionados à Defesa, Relações Internacionais, Economia e Geopolítica.

No acervo da Biblioteca, também é possível encontrar o registro em papel e em formato audiovisual sobre a percepção dos intelectuais e políticos que proferiram palestras ou ministraram aulas na instituição, bem como suas assinaturas manuscritas por meio dos “Livros de Ouro” e o pensamento difundido na Escola Superior de Guerra durante mais de meio século de atividade.

Os fundadores da ESG, uma elite basicamente militar que, posteriormente, fez parte da elite política brasileira durante a segunda metade do século XX, partia da premissa de que havia uma urgência em estreitar os laços entre elites militares e civis do país.

O passado nos ajuda a entender o papel da ESG hoje. Atualmente, a Escola Superior de Guerra funciona como centro de estudos e pesquisas, ficando com a incumbência de planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos

pelo Ministro de Estado da Defesa. O Decreto Presidencial nº 10.806, de 23 de setembro de 2021 marca o nascimento de outra Instituição de troca de saberes vinculada ao Ministério da Defesa: a Escola Superior de Defesa (ESD) que começa a funcionar com novo nome e atribuições em 1º de outubro de 2021. Erigida em Brasília, no ponto nevrálgico da política e da administração federal, a ESD realiza:

[...] estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse da Defesa Nacional, com foco prioritário nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse da Defesa, atendendo, também, os militares das Forças Armadas e Auxiliares (Brasil, 2022).

Essa produção intelectual, gerada nas dependências da ESG e produzidas pelos frequentadores da Escola, representava, em linhas gerais, o pensamento político da época, mais interessado em questões relacionadas à segurança com enfoque para o desenvolvimento do Brasil naquele determinado contexto.

A Escola não desempenha função de formulação ou execução da política no Brasil. Seus trabalhos são diretamente de natureza acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate. Essa produção intelectual, que viria a constituir parte do acervo da Biblioteca da ESG, poderia sofrer alterações de acordo com os períodos e acontecimentos políticos ocorridos no país, variando a produção de temas relacionados às “questões nacionais” até contexto mundial.

O atendimento aos usuários é realizado na Biblioteca, que atualmente oferece uma infraestrutura que atende bem ao estudo dos pesquisadores, disponibilizando computadores multimídia destinados à pesquisa e terminais de consulta ao acervo, salas de estudos para grupos e sala de vídeo, prestando, assim, um serviço de qualidade a pesquisadores do Brasil e do exterior interessados em trabalhar com o acervo.

Com relação ao tratamento técnico de parte do acervo, os documentos ainda estão sendo trabalhados de forma especializada (organização, classificação, indexação, catalogação etc.). Esse processo anda a passos lentos devido à falta de pessoal e de financiamento. Em virtude disso, muitos dos materiais ainda são desconhecidos pela academia e pela sociedade brasileira, ainda que seu acesso esteja relativamente disponível para consulta local.

3 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ESGUIANA: NOTAS SOBRE AS AÇÕES PRÁTICAS

A preocupação da Escola Superior de Guerra com a preservação, conservação e o controle de seu patrimônio histórico fez com que iniciássemos uma busca por soluções em diferentes instituições de referência para avaliarmos as melhores alternativas no sentido do custo-benefício rumo à preservação. Preservar, conservar, organizar, e divulgar informações relativas à memória das atividades

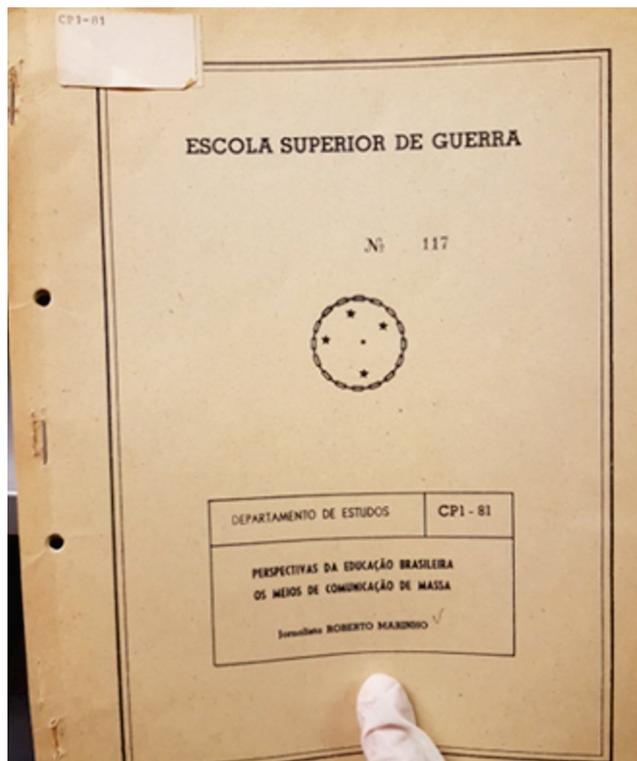
acadêmicas institucionais desde 1949, que visa compreender as realidades nacional e internacional, auxiliando a preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento.

Busca-se, para tanto, por meio da preservação, levantar a memória da criação e dos anos iniciais da ESG, mas também dar visibilidade ao processo de consolidação da instituição, com a valorização do acúmulo de suas experiências e com ênfase na relevância dos serviços prestados ao país.

Como diretrizes gerais de subsídios à preservação do acervo bibliográfico da ESG, destacam-se três itens fundamentais, conforme o documento orientador publicado pela Biblioteca Nacional: a observação dos espaços físicos, do acervo e do acesso.

Neste sentido, os acervos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos relativos às atividades de ensino da ESG irão contribuir para construir a trajetória, tanto dos cursos, como também dos intelectuais e das instituições que mantiveram relacionamento com ela em diferentes períodos.

Figura 4 – Registro da Passagem do Jornalista Roberto Marinho na Escola Superior de Guerra em junho de 1981



Fonte: Biblioteca General Cordeiro de Farias (2024).

No que tange ao legado cultural, questões de civismo e patriotismo voltados para a juventude e educação serão contempladas, o que concede a esse projeto um cunho sustentável e social.

Além da conscientização para as ações voltadas para a gestão e sustentabilidade dos acervos, foi identificada uma nova oportunidade de projeto, a “Gestão das Obras Raras”. Este projeto deverá ter como principais objetivos a centralização de muitas dessas obras em espaço adequado de armazenagem e tratamento; a digitalização de algumas delas para disponibilização na internet, e também a confecção de catálogos e a realização de exposições realizadas pela Escola.

Ainda, pensando no livro enquanto um símbolo social, o fenômeno da coleção de livros ocupa com bastante destaque a posição de artefato cultural por excelência, pelo seu caráter de acumulador cultural, um patrimônio humano que se legitima e que se afirma por meio de narrativas socialmente construídas, mediações e pertencimentos, que se faz disseminar, renovar de variadas formas, como memória coletiva e como elemento mediador entre o sujeito e a realidade. Os livros, os registros em papiro; desenhos e escritos, na pedra, rastros, ossadas etc. comuns a acervos a céu aberto (Machu Picchu (Peru); Atenas (Grécia); Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil), Vale dos Dinossauros Souza (Paraíba, Brasil) ou abrigados em bibliotecas, guardam duas histórias: a da memória e a dos historiadores:

A primeira [da memória, predominância do oral] é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica – fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media* – corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma doença senão do passado, pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhado? (Le Goff, 1990, p. 19-20).

Ambas sujeitas as versões de época e a subjetividade de quem escreve/ conta. Ambas carregam o *zeitgeist* (espírito do tempo) de quem viveu um fato e recontou-o ou de quem o escreveu de acordo com o que leu, contou ou vive(u). Os sítios arqueológicos abertos, citados no parágrafo anterior, ou algumas peças preservadas em museus são acervos que normalmente estão preservados na contação, nas pinturas e nos desenhos em livros nas bibliotecas. Entram neste espaço da biblioteca General Cordeiro de Farias porque fazem parte da história e da memória das bibliotecas e dos que nela pesquisam, como nos ensina Jacques Le Goff (1990):

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Zimrilim (cerca de 1782-59 a.C) faz do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ugarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu (Le Goff, 1990, p. 374).

Amparados em Nora, justificamos a citação anterior em um artigo que aborda a Biblioteca Cordeiro de Farias, local de abrigo da história da ESG e de tantas outras narrativas que:

[...] fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história (Nora, 1978, p. 473).

Há muito, protagonistas e coadjuvantes da memória e da história narram, sobretudo, seus feitos e nos arrastam para fronteira onde a memória se torna “história”. Aqui, em nossa biblioteca, estagiários dos vários cursos oferecidos pela Instituição, alunos do Programa de Pós-Graduação – *Mestrado* em Segurança Internacional e Defesa, professores, professores, instrutores, funcionários e visitantes procuram no arquivo da ESG, aguaritado na biblioteca, material para comporem seus trabalhos acadêmicos ou não.

Desde a criação, a Biblioteca Cordeiro de Farias vem acolhendo diferentes formatos documentais, tais como livros de ouro, álbuns fotográficos, revistas e material audiovisual com o intuito de composição do acervo da biblioteca, permitindo que o observador externo reconheça a importância da instituição e o público interno fortaleça seu sentimento de identidade coletiva, além de estimular ações voluntárias de guarda e zelo por elementos do presente que no futuro podem vir a representar o passado. Doações de arquivos pessoais e do Brasil são bem-vindos e propiciam a convivência do já-existente com o recém-chegado. Esses materiais, muitas vezes carregam a marca de quem os manuseou no passado e dos que o consultam no agora.

A esses arquivos somam-se livros adquiridos por exigência dos novos saberes e pela procura dos alunos do PPGSID e dos vários cursos aqui existentes e de estudiosos de outras instituições. Conhecimentos oriundos da semântica da Inteligência Artificial irrompem a todo instante: Chat GPT, Cibercultura; os novos contornos do mapa Geopolítico e Geocultural; e os estudos multidisciplinares que se incluem nas Relações Internacionais entre outros poros abertos pelo conhecimento hodierno.

Em A arqueologia do saber, de Michel Foucault aborda a ideia de arquivo, em constante atualização, é um conceito que vai além do simples armazenamento de documentos. O arquivo, para Foucault, é um conjunto de regras que determina quais enunciados podem ser ditos e registrados em uma determinada época e cultura. Embora o livro não se foque diretamente em bibliotecas, o conceito de arquivo é fundamental para entender como o conhecimento é estruturado e preservado.

O arquivo não é, pois, menos o que faz com que todas essas coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, nem desapareçam em uma instantaneidade sem memória; ele não é menos o que faz com que elas não se dispersem em uma multiplicidade sem lei, nem se agrupem em uma figura sem duração. O arquivo é, ao mesmo tempo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege a aparição dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também aquilo que faz com que todas essas coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, nem desapareçam em uma instantaneidade sem memória (Foucault, 2008, p. 170-171).

A citação anterior ilustra como Foucault (2008) conceitua o arquivo não apenas como um local físico de armazenamento, mas como um conjunto de regras e sistemas que governam o que pode ser dito, registrado e lembrado em uma cultura específica. Ele vê o arquivo como uma estrutura que organiza o conhecimento e a memória cultural, determinando quais enunciados têm legitimidade e quais não. A biblioteca não é o prédio em si, mas o arquivo nela existente e como ele foi tratado ao longo de 75 anos. Logo, o trabalho de preservação de acervo é minucioso, requer atenção especial e uma visão crítica por parte dos profissionais responsáveis. Necessita de métodos de avaliação, prevenção e correção no tratamento dos acervos. As atividades de preservação representam também a responsabilidade social das instituições e devem ser incentivadas permanentemente para a consequente melhoria dos ambientes, a qualificação e a conservação das coleções e a qualidade do acesso, resultando na expansão do tempo de vida das obras e na qualidade de vida de todos os envolvidos. A preservação do arquivo carrega a marca de várias curadorias e daqueles que o doaram e manusearam e também pode ser alvo da análise de discurso e de texto adaptada a arquivos.

Especificamente sobre os acervos históricos, de grande importância para a memória científica e social, estes podem desaparecer ou perder seu valor por uso inadequado, falta de preservação e segurança. Diante desses fatos, a preservação e a conservação de acervos bibliográficos podem ser consideradas uma possibilidade de diálogo entre o presente e o passado na construção da memória institucional, fortalecendo a identidade coletiva de uma determinada comunidade. Neste caso, a da Escola Superior de Guerra. Entretanto, esses registros estão passando por um processo de degradação e extinguem-se no decorrer dos anos devido aos problemas já mencionados anteriormente.

Ainda assim, é inegável que exista uma preocupação com a modernização do espaço, visto que várias intervenções foram feitas ao longo dos anos no sentido de modernizar a estrutura física da biblioteca, quanto à preservação do seu acervo histórico.

Uma das mais importantes foi realizada no dia sete de julho de 2009 por ocasião da visita técnica do Arquivo Nacional à ESG. Na ocasião, foi proposto pela Escola que a instituição elaborasse um projeto de identificação e controle do patrimônio histórico e cultural da ESG, tendo em vista a comemoração dos seus 60 anos de existência e a ameaça de perda do acervo ao longo do tempo.

Posteriormente, foram revisados o piso e toda a parte acústica e elétrica da biblioteca, aumentando o número de tomadas, já que muitas pessoas que frequentam a biblioteca fazem uso de *notebooks* e *tablets*, mas a sua estrutura de 75 anos tem os seus limites arquitetônicos, visto que não permitem muitas mudanças estruturais como a simples instalação de mais um aparelho de ar condicionado, por exemplo. No entanto, se por um lado nenhum livro foi retirado do ambiente para a reforma do espaço realizada há cinco anos, por outro o espaço da Biblioteca não foi adaptado para que cadeirantes pudessem ter acesso ao local (entre-estantes) para observarem ou procurarem o material que desejam.

A preocupação da Escola Superior de Guerra com a preservação e o controle de seu patrimônio histórico fez com que se iniciasse uma busca por soluções em diferentes instituições de referência para avaliação das melhores alternativas no sentido do custo-benefício rumo à preservação do seu acervo bibliográfico. Podemos inferir que a ESG, dentro desse contexto, tem conhecimento de que a preservação é algo importante para um acervo, para preservar a memória documental bem como a conservação dos materiais da biblioteca General Cordeiro de Farias.

A partir das informações obtidas através da colaboração dos efetivos da ESG, cujo objetivo foi elaborar um diagnóstico sobre a situação de preservação e conservação do acervo da Biblioteca Cordeiro de Farias, percebe-se que toda a Escola sabe a importância da preservação em uma biblioteca e o que ela representa para o acervo da instituição.

Amparado na análise, a ESG considera que a biblioteca está em bom estado, embora acredite que seu patamar de qualidade possa melhorar. Percebeu-se

que, sobre as ações de preservação desenvolvidas na biblioteca ao longo dos anos, como a higienização, reparos e o ambiente climatizado, estas ações foram tomadas também no período de reformas, para que assim os livros não viessem a ser deteriorados.

A questão de como preservar o acervo hoje faz parte do dia a dia da biblioteca, porém muito precisa ser feito ainda. Essencialmente recomenda-se o desenvolvimento de uma política de preservação para a biblioteca General Cordeiro de Farias, cujas ações possam nortear o trabalho dos funcionários no sentido de melhor preservar o acervo. Assim, entende-se que através da análise da situação atual da biblioteca da ESG, é possível planejar e programar medidas necessárias para a preservação do acervo.

Algumas ações podem ser feitas pela Biblioteca da ESG com vistas a minimizar as ações depredatórias, tais como: não entrar com alimentos dentro do acervo, por exemplo. Uma forma adequada seria a educação de usuários, para que possam fazer essa orientação de modo que todos os funcionários esclarecessem essas diretrizes.

Outro aspecto importante e que diz respeito às atividades de gestão é a necessidade de treinamento e capacitação de todos os funcionários da Biblioteca Cordeiro de Farias, pois a preservação do seu acervo requer pessoas aptas para o trabalho. Como, por exemplo, o treinamento em relação aos extintores, para que eles saibam manusear esse recurso que é de suma importância em uma biblioteca.

Quanto às ações de preservação, destaca-se que as mesmas dependem profundamente de recursos financeiros para sua realização. Assim, a preservação deve fazer parte do orçamento da instituição. Para tanto, o gestor da informação deve pleitear junto à administração o orçamento necessário para a realização da preservação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca da ESG tornou-se um lugar de memória e divulgação do conhecimento acadêmico e científico da Escola, responsável pela guarda de vários registros que relatam a evolução esguiana, desde a sua criação em 1949, até os dias atuais, tornando-se um espaço também de preservação de parte da História do Brasil Contemporâneo.

Ressalta-se aqui também a importância da gestão do acervo nas bibliotecas, ou seja, de se conhecer o valor do acervo - tanto do ponto de vista de seu conteúdo, quanto de sua representatividade e uso para a Escola e qual o impacto das perdas e danos para a coleção e para a ESG.

Para isto, há necessidade de uma adequada gestão que inclui identificar, selecionar e qualificar as coleções por meio de técnicas especiais, pois além das especificidades de algumas obras, de seu valor científico e da beleza, há que se considerar o valor histórico e cultural.

Nesse aspecto, pode-se concluir que a biblioteca especializada, como se enquadra o perfil da Biblioteca General Cordeiro de Farias, mantém-se relevante no ambiente da informação por possuir certa adaptabilidade às mudanças desde a sua concepção, já que sua missão maior é disponibilizar a informação.

Entretanto, os desafios estão postos de forma bastante considerável: os documentos mais antigos passam por um processo de degradação acelerada. São fontes únicas e valiosas do Brasil Republicano, que trazem consigo um valor histórico inestimável.

Adicionalmente, essa massa documental, recém-desclassificada, possibilita ao público em geral uma maior compreensão do pensamento disseminado na Escola, assim como rompe barreiras de acesso, possibilitando uma maior compreensão da perspectiva histórica da História do Brasil.

Parte dos documentos ainda está passando por tratamento técnico criterioso (catalogação, classificação, análise de conteúdo etc.), que segue lentamente em virtude da falta de pessoal e de financiamento permanecendo, ainda que desclassificados, desconhecidos pela sociedade, embora já estejam disponíveis para consulta.

É preciso contribuir também com uma discussão relevante, cuja finalidade é partilhar uma experiência de perceber o imenso valor histórico e cultural do acervo da Biblioteca da ESG. Este proporciona para a sociedade, e para a comunidade acadêmica em geral, estudos no campo da Defesa e Segurança, apresentando um breve percurso do tratamento técnico da informação, no âmbito externo à instituição, o que reflete internamente.

Assim, transformar a Biblioteca General Cordeiro de Farias e seu acervo como objeto de análise, permite compreender a construção da identidade e da própria história da Escola Superior de Guerra e a forma com a Escola e seus componentes se posicionam e se organizam.

Nas inúmeras bibliotecas espalhadas pelo Brasil, ficam armazenadas informações importantes em diversas áreas do conhecimento. Com isso, manter e preservar esses materiais onde estão armazenadas essas informações não são tarefas fáceis. Reduzir o processo de deterioração de acervos é um desafio para as bibliotecas que enfrentam a degradação natural dos suportes.

Assim, a necessidade de preservação em acervos de bibliotecas se situa no entendimento de que todos os envolvidos devem garantir a integridade da memória histórica da Escola, através do acervo bibliográfico, para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: USP, 2018.

BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS. *[Capas de acervos da biblioteca]*. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias, 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Defesa. *Institucional*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/a-esd/institucional/institucional-1>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERREIRA, Janylle de Almeida; GOMES, Luiza das Neves; SILVA, Cátia Antônia da. Da Biblioteca General Cordeiro de Farias ao Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4): um resgate histórico da memória institucional. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 37-60, jul./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). 1ª versão de 1924.

MILANESI, Luis. *O que é biblioteca*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

NORA, Pierre. Memória coletiva. In: *La nouvelle histoire*. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL J. (org). Paris: Retz, 1978.

SCHWARCZ, Lilia M. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SVARTAMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. 2006. Tese (Doutorado). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WOLFERS, Arnold. *Discord and Collaboration Essays on International Politics*. [S./] Creative Media Partners, 2001. (Illustrated reprint edition – 1962).

Recebido em: abr. 2024.

Aceito em: jun. 2024.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES AT THE BRAZILIAN WAR COLLEGE AND THE DEBATE ON THE FORMATION OF NATIONALITY

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES EN LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA DE BRASIL Y EL DEBATE SOBRE LA FORMACIÓN DE LA NACIONALIDAD

Eduardo Rizzatti Salomão*

RESUMO

José Honório Rodrigues (JHR) foi um intelectual brasileiro associado ao aprimoramento da ciência arquivística e histórica, notabilizando-se, entre outras realizações, por dezenas de livros publicados e pela direção do Arquivo Nacional (1958-1964). Menos conhecido é o seu contato com a Escola Superior de Guerra (ESG), por ele frequentada de 1955 a 1964. Na ESG, formou-se pelo Curso Superior de Guerra (CSG) para retornar como conferencista. Nas últimas décadas, historiadores tem dado maior atenção ao legado intelectual de JHR, abordando, inclusive, a passagem pelo Instituto. Faltou, entretanto, um trabalho destinado a examinar o conteúdo das palestras por ele ministradas, no interesse de aprofundar a compreensão dessa fase da sua produção intelectual e do relacionamento com o universo esguiano. Com essa questão em foco, este artigo aprecia a relação de JHR com a ESG, inquirindo documentos, livros e trabalhos acadêmicos. Esse esforço resultou na localização de impresso com palestra proferida por JHR nas dependências da ESG em 1964, material relevante na compreensão da sua trajetória, onde se ressalta seu caráter de intelectual engajado na defesa da necessidade de se superar o atraso social do país em favor da sua real integração.

Palavras-chave: José Honório Rodrigues; Escola Superior de Guerra; História do Brasil.

ABSTRACT

José Honório Rodrigues (JHR) was a Brazilian intellectual associated with the improvement of archival and historical sciences, known for, among other things, dozens of published books and his directorship of the National Archives (1958-1964). Less known is his contact with the Brazilian War College (ESG), which he attended

* Historiador, integra o magistério do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro. É doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Na atualidade, integra o Corpo Docente do Instituto Militar de Engenharia (IME). Contato: salomao.edu@gmail.com

from 1955 to 1964. At the ESG, he completed the Superior War Course (CSG), only to return as a lecturer. In recent decades, historians have paid more attention to JHR's intellectual legacy, including his time at the Institute. However, there has been work that examines the content of his lectures in order to deepen our understanding of this understanding of this phase of his intellectual production and its relationship to the ESG universe. With this in mind, this article examines JHR's relationship with the ESG through documents, books, and academic papers. This effort led to the discovery of a printout of a lecture given by JHR in the premises of the ESG in 1964, which is relevant material for understanding his career, highlighting his character as an intellectual committed to defending the need to overcome the country's social backwardness in favor of true integration.

Keywords: José Honório Rodrigues; Brazilian War College; Brazilian History.

RESUMEN

José Honório Rodrigues (JHR) fue un intelectual brasileño vinculado al perfeccionamiento de la ciencia archivística e histórica, que destaca, entre otros logros, por las decenas de libros publicados y por su dirección del Archivo Nacional (1958-1964). Menos conocido es su contacto con la Escuela Superior de Guerra del Brasil (ESG), a la que asistió de 1955 a 1964. En la ESG, se graduó en el Curso Superior de Guerra (CSG) para regresar como profesor. En las últimas décadas, los historiadores han prestado más atención al legado intelectual de JHR, incluida su estancia en el Instituto. Sin embargo, faltan trabajos que examinen el contenido de las conferencias que impartió, en aras de profundizar en el conocimiento de esta fase de su producción intelectual y de su relación con la ESG. Con esta cuestión en mente, este artículo analiza la relación de JHR con la ESG, investigando documentos, libros y trabajos académicos. Este esfuerzo resultó en la localización de una copia impresa de una conferencia pronunciada por JHR en los locales de la ESG en 1964, material relevante para la comprensión de su trayectoria, que destaca su carácter de intelectual comprometido con la defensa de la necesidad de superar el atraso social del país en favor de una integración real.

Palabras clave: José Honório Rodrigues; Escuela Superior de Guerra del Brasil; Historia de Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Nome lembrado no rol dos intelectuais brasileiros, José Honório Rodrigues (JHR) é associado, especialmente, à defesa da profissionalização dos ofícios de arquivista e historiador. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, nunca cursou

mestrado ou doutorado, e nem fez carreira universitária, mas foi reconhecido como professor e nome de relevo na história da historiografia, tendo colaborado com muitas instituições de ensino e pesquisa. Numa época em que as fronteiras entre as ciências humanas e sociais eram mais permeáveis, reconheceu os danos do amadorismo de quem se aventurava a escrever sobre a História sem se dedicar a pesquisa balizada por teoria e método. A sua produção abrangeu temas específicos e ensaios, somando cerca de 30 livros, além de inúmeros artigos e textos de opinião. Não tendo caído nas graças da academia à sua época, foi durante anos menos lembrado que muitos intelectuais contemporâneos, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, San Tiago Dantas, por exemplo, e com eles manteve contato, por vezes conflituoso. Hoje o nome de JHR desperta interesse de muitos pesquisadores, sendo objeto de estudos que se dedicaram a compreender o seu legado. No âmbito da Arquivologia, entretanto, há tempo que é celebrado pelo esforço em dinamizar a ciência arquivística no Brasil, particularmente lembrado pelos seus serviços quando esteve à frente do Arquivo Nacional.

Do conjunto da obra de JHR, destacam-se, no interesse deste artigo, o estudo da história brasileira de proveito para questões pertinentes ao tempo presente e de interesse da política, expressando concepções e preocupações em conferências realizadas na Escola Superior de Guerra (ESG). E foi justamente no seu contato com a ESG, entre os anos 1955-1964, que emergiram ideias que ele expressou em palestras e abordou em livros seminais, como o próprio JHR reconheceu (Rodrigues, 1985; 1986). Observando esse período, este artigo se dedica especificamente a apreciar a relação de JHR com a ESG, tendo por problema inquirir o seu relacionamento com o Instituto e o que disso poderia ser extraído a respeito da sua produção. Com esse propósito, procedeu-se ao caminho descritivo balizado pelo exame qualitativo bibliográfico-documental, selecionando-se documentos da ESG, obras de JHR e trabalhos acadêmicos, onde se destacaram, no exame do estado da arte do percurso honoriano, as produções de Iglésias (1988), Alves Júnior (2010), Freixo (2011; 2012; 2018) e Albertti (2021). Quando da consulta ao acervo da ESG, localizou-se o conteúdo da palestra proferida por JHR em 1964, cujo título adotado no impresso corresponde ao nome do ciclo de conferências intitulado “Elementos básicos da nacionalidade – o Homem” (Rodrigues, 1964). O impresso com o texto de JHR foi localizado graças a assistência da arquivista Raquel Fernandes, a quem o autor deste artigo agradece. Demonstrando o interesse em atrair nomes de relevo para debater o tema, deste mesmo ciclo participou, em 1967, Sérgio Buarque de Holanda, tema abordado na tese de Mendonça (2018).

Tendo por estímulo contribuir com os estudos sobre a trajetória de um historiador pioneiro, na primeira parte é abordado um breve resumo biográfico de JHR, no interesse de situar o leitor quanto a sua vida e obra. A seguir, passa-se

a tratar da relação de JHR com a ESG, com ênfase nos anos 1955-1964, período em que participou de curso e recebeu convites para atuar como conferencista. No tópico final é abordado especificamente o conteúdo da palestra proferida na conferência de 1964, momento que marca a mudança de relacionamento com a ESG.

2 O HISTORIADOR COMBATENTE¹

JHR nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, bacharelando-se em 1937 pelo curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro da então Universidade do Brasil (Iglésias, 1988). Aos 24 anos de idade, em parceria com Joaquim Ribeiro, concluiu a obra *Civilização holandesa no Brasil*, publicada em 1940, pela qual ganhou o 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. Dos extratos sobre a sua biografia, depreende-se que a advocacia nunca foi assunto do seu interesse. O próprio JHR realça que era atraído pelo estudo de História desde o curso secundário, sendo levado ao direito diante da então inexistência de curso superior na área (Alberti, 202; Alves Júnior, 2010; Freixo, 2011, 2012 e 2018). Em 1941, casou-se com Lêda Boechat, colega bacharel em direito que conheceu durante a faculdade. Colaboradora de todas as horas nos projetos de JHR, Lêda B. Rodrigues fez carreira como servidora do Supremo Tribunal Federal (STF), ficando conhecida por escrever obra sobre a história da Suprema Corte (Alberti, 2021).

De 1939 a 1944, JHR trabalhou no Instituto Nacional do Livro (INL), onde foi chefiado pelo colega historiador Sérgio Buarque de Holanda. Ao tempo que trabalhava no INL, foi contemplado com uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller, passando cerca de um ano nos Estados Unidos da América (entre 1943-1944). Nessa época, frequentou o curso de História da Universidade de Colúmbia (Freixo, 2018). Essa experiência facultou o contato com os acervos dos arquivos estadunidenses e seus encarregados, momento decisivo da sua formação porque o despertou para a importância dos estudos de metodologia arquivística, assunto, como observou Iglésias (1988), praticamente ignorado no Brasil daqueles anos.

No retorno dos EUA, passou a trabalhar na Biblioteca do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), período em que se notabilizou por dar início a publicação de artigos sobre a economia açucareira. De 1946 a 1958, ocupou o cargo de diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Sua paixão pelo Brasil, já evidente, foi premiada pela proximidade com rica bibliografia brasileira. Remonta a esse período a publicação de *Teoria da história do Brasil*

1 A expressão “historiador combatente” faz alusão ao título da obra *História combatente* (1983). Nela JNR retoma, entre ensaios, a defesa da visão de historiador dinâmico e empenhado, entre outras tarefas, nas batalhas em nome da valorização da ciência histórica e da arquivística.

(1949), livro que marcou o início da sua abordagem da História enquanto ciência, tratando de questões próprias do ofício de historiador. Nessa época, preocupado com a necessidade de qualificar historiadores, sugeriu a criação do Instituto de Pesquisa Histórica. Não é difícil conjecturar que dessa fase da sua vida profissional alimentou-se sua erudição de forma particularmente notável, visto que deu início a expressiva produção intelectual. E “Se estudou bastante aí [na Biblioteca Nacional], também trabalhou igualmente, dinamizando a divisão incumbida de duas coleções das mais importantes do órgão – a *Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional*, editando, em uma, quarenta volumes e, em outra, nove” (Iglésias, 1988, p. 57).

JHR foi também professor, contratado ou como colaborador. Nota-se que nunca cursou mestrado e doutorado nas áreas as quais se dedicou, o que não impediu que fosse reconhecido pela sua erudição e qualificação. No ofício docente, lecionou História do Brasil, com ênfase em diplomacia, no Instituto Rio Branco (1946 a 1956), sendo essa uma de suas atuações mais regulares (Freixo, 2018). Atuou ainda na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília (não chegando a morar na nova capital), sem, entretanto, manter vínculo empregatício com essas instituições. No Ministério das Relações Exteriores, registra-se a sua passagem pela seção de pesquisas entre os anos 1949-1950. Em 1950, viajou à Inglaterra com bolsa do Conselho Britânico, onde conheceu o historiador Arnold Toynbee (Iglésias, 1988). Com apoio do Itamaraty e do IAA, estendeu suas viagens de pesquisas a Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos. Dessa experiência, travou contato pessoal com funcionários e intelectuais atuantes em instituições ligadas à pesquisa histórica e arquivos, ampliando seus conhecimentos. Nessas oportunidades, estabeleceu relacionamentos importantes para projetos futuros. Produto dessa viagem, publicou *As fontes da história do Brasil na Europa* (Rodrigues, 1950), valiosa fonte de informação em tempos que poucos pesquisadores dispunham dos meios de se informar sobre acervos estrangeiros.

Em 1955, JHR frequentou o Curso Superior de Guerra (CSG), dando início ao seu relacionamento com a ESG. De 1958 a 1964, ocupou o cargo de diretor do Arquivo Nacional (AN), correspondendo a um dos momentos mais marcantes da sua trajetória. No AN, colocou em prática os conhecimentos auferidos em suas viagens aos EUA e a Europa. Notabilizou-se pelo empenho em dinamizar o órgão, buscando sensibilizar o Ministério da Justiça – escalão ao qual o AN se subordina até hoje – para obtenção de recursos humanos, técnicos e numerário. Com o propósito de qualificar pessoal, deu andamento a convênios com embaixadas, com destaque para a dos EUA, conseguindo trazer ao Brasil o arquivista e historiador Theodore R. Schellenberg – já então um nome de referência. Estudando a situação do AN, Schellenberg e JHR passaram a aplicar

medidas para aperfeiçoar o órgão, em particular no tocante a qualificação de pessoal. Nesse esforço, organizaram-se cursos aos servidores, ministrados por visitantes estrangeiros, dando origem a materiais editados para nortear as atividades do arquivo. Esse período foi notável, traduzindo-se, de acordo com Francisco Iglésias, em ganhos imensos para a administração pública no que concerne a organização de um dos acervos mais valiosos do país, promovendo mudanças com reflexos futuros, posto que “Os cursos mencionados foram a origem do ensino sistemático de arquivística no Brasil” (Iglésias, 1988, p. 59).

Muito atuante, JHR integrou organismos internacionais e institutos. A contar de 1951, participou do Programa de História da América, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Iglésias, 1988), participando de reuniões e conferências, notadamente no México, Havana, Nova York e Washington, período em que se registram sua colaboração com publicações e produção de livros para as coleções do Instituto. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1948. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1969, ocupando a cadeira 35.² Também atuou como colaborador de revistas, como a *Historical Abstracts*, Revista de História da América, Revista Brasileira de Estudos Internacionais e outras publicações. Nos anos de 1963, 1964 e 1966, foi professor-visitante na Universidade do Texas, e, em 1970, em Colúmbia. Dessa experiência, foi convidado a permanecer nos EUA, declinando dessas ofertas (Iglésias, 1988).

Como ele mesmo reconheceu, era de formação intelectual anglo-americana. Identificava-se com o liberalismo e se autodenominava um liberal radical. Admirava a ruptura dos EUA com o colonialismo, observando que no Brasil nunca houve uma revolução que modificasse a estrutura da sociedade e ofertasse ao povo algumas melhorias. “Na América Latina e no Brasil, um governo semicolonial, pobre, pouco dava, e era dominado pela oligarquia rural” (Rodrigues, 1963, p. 18). E em outro, passagem esclarecedora sobre a sua compreensão dos motivos do atraso do Brasil: “Tenho sempre sustentado que o Brasil nunca teve uma revolução vitoriosa, como todos os grandes países, mas, sim, contrarrevolução” (Rodrigues, 1986, p. 145).

Dispensado da chefia do AN no conturbado ano de 1964, passou a disponibilidade do serviço público. Nos anos seguintes, não deu mostras de desacelerar sua atividade intelectual. JHR foi um escritor marcado pela erudição, não deixando de expressar discordâncias quanto aos rumos do país, fazendo a ressalta de não ser ligado a nenhuma corrente partidária: “Não tenho atividade política. Minha atuação se expressou nos artigos, livros e na Universidade”

2 “Terceiro ocupante da Cadeira 35, eleito em 4 de setembro de 1969, na sucessão de Rodrigo Octavio Filho e recebido pelo Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho em 5 de dezembro de 1969”, conforme <https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia>. Acesso em: 06 maio 2024

(Rodrigues, 1986, p. 142). Dedicou-se ao estudo de temas históricos, desde a história do Brasil Colônia a assuntos atuais, passando pela diplomacia, política, arquivística e tantos outros temas e questões de interesse ao tempo presente. E como ensaísta, não perdeu de vista pensar nos problemas brasileiros. Entre obras da sua lavra, afora as já citadas anteriormente, temos *A pesquisa histórica no Brasil* (1952), *Brasil e África, outro horizonte* (1961), *Conciliação e reforma no Brasil* (1965), *Vida e história* (1966), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1969), *O Brasil e a crise mundial* (1973), *O parlamento e a evolução nacional* (1972), *Independência: revolução e contrarrevolução* (1976), *História da história do Brasil, a historiografia colonial* (1979), *História viva* (1985), *Tempo e sociedade* (1986), entre tantas outras. Torcedor apaixonado do Flamengo (Iglésias, 1988), foi um apaixonado pela cidade do Rio de Janeiro, onde construiu vida pessoal e carreira. Contabilizando 73 anos de idade, faleceu na sua estimada cidade em 6 de abril de 1987.

3 NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, UMA “BOFETADA DE BRASILIDADE”

Em dado momento da sua trajetória, JHR assumiu como preocupação pensar os problemas passados que levaram ao atraso social e político do Brasil no tempo presente. Essa transição teria ocorrido na ESG. Alberti (2021, p. 45) considera que “na Escola Superior de Guerra foi onde ele passou a desenvolver uma história combatente, interpretativa”, e, desse impulso, temos a gênese dos ensaios históricos de JHR, onde se depara com verdadeiro esforço para identificar a configuração da sociedade brasileira. Dando ênfase a essa transformação, Alves Jr. recupera expressões do próprio JHR sobre o seu percurso.

Essa produção sofre uma mudança a partir de sua passagem pela Escola Superior de Guerra, pois segundo sua afirmação, após a ‘bofetada de brasilidade’, que sofreu nas fileiras dessa instituição, dessa forma, ocorre uma inflexão em sua produção intelectual e esta passa a voltar-se para realização de uma interpretação da sociedade brasileira (Alves Júnior, 2010, p. 24).

O contato com a ESG teve início em 1955, quando frequentou o Curso Superior de Guerra (CSG). Contava 41 anos de idade. Concluído o CSG, passou a integrar o rol de formandos da Turma “José Bonifácio de Andrade e Silva”, como registra o Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Almeida *et. al.*, 1999, p. 17). Nessa época, JHR atuava no Instituto Rio Branco, contratado para ministrar aulas de História do Brasil. A ESG chegava ao sexto ano da sua fundação. Era uma instituição nova e que desde sua criação passou a contar com expressivo prestígio graças ao apoio do alto estamento militar, passando a

reunir estagiários (designação dada aos alunos dos cursos) e conferencistas de variado espectro de formação e pensamento (Ferraz, 1997).

Note-se que, na organização adotada no funcionamento do CSG, o frequentador era chamado a contribuir com seus conhecimentos não somente na realização dos trabalhos, como esclarece, em entrevista, o primeiro diretor Oswaldo Cordeiro de Farias (Camargo; Góes, 2001). O termo “estagiário” foi adotado justamente com esse foco, visando afastar a ideia de que os frequentadores do CSG eram meros alunos, estando entre as suas responsabilidades contribuir ativamente com o curso em suas respectivas áreas. Quando JHR se matriculou na “Sorbonne”³ seguia época agitada, sugerindo tempos de preocupação com o futuro do país. Getúlio Vargas havia se suicidado. No decorrer do governo Café Filho, estava em discussão quem ganharia as próximas eleições. Nas eleições de outubro, sagrou-se vitorioso Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD (Partido Social Democrático), assumindo o cargo graças à intervenção do marechal Teixeira Lott, ministro da guerra. JHR viveu a agitação dos anos 1950-60, onde o debate sobre o presente e o futuro desejado para o Brasil se fazia presente, colocando em campos opostos correntes políticas que defendiam vias distintas de desenvolvimento.

Quanto a turma de 1955 do CSG, essa pode ser considerada eclética, com a ressalva de que a seleção recaia sobre os estamentos sociais tidos como superiores, o que não significava, necessariamente, afinidade de pensamento. Eram membros da “elite”, não no sentido restrito de elite econômica ou política. Eram, em geral, integrantes da alta classe média, em posição de alto escalão no serviço público (políticos, diplomatas, oficiais gerais) ou com profissão e carreira consolidada que as recomendassem para o CSG. No processo de seleção, observando o Regulamento da ESG (Brasil, 1954), não havia nada explicitando alguma exigência estrita quanto a afeições intelectuais ou políticas, mas é conhecido, com base em obras sobre a ESG (Arruda, 1983; Ferraz, 1997), que o candidato civil, sempre indicado, era avaliado quanto a sua experiência e posição profissional, entre outros aspectos, podendo ter o nome vetado por razões não confessas, sendo que a palavra final quanto à matrícula cabia ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Na ESG, JHR teve contato com professores, engenheiros, militares, médicos, advogados, servidores públicos, empresários, políticos (deputados e senadores), entre outras pessoas de variada formação. No Almanaque dos Diplomados da ESG são listados 104 concludentes do CSG e do Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA), todos homens (Almeida *et al.*, 1999). Nessa época, mulheres não eram matriculadas nos cursos da ESG. A

3 O epíteto de “Sorbonne” foi atribuído à ESG como em tom de galhofa, sendo adotado não somente entre os críticos mais severos da Instituição, mas igualmente entre aqueles que percebiam em alguns esguiados uma tendência ao excesso de atribuir à Escola um papel demasiadamente superestimado.

admissão feminina no Corpo de Estagiários passou a ocorrer a partir de 1973, quando cursaram o CSG as professoras Alda Cardozo Kremer e Mavy D'Ache Assumpção Harmon (Almeida *et. al.*, 1999). O quantitativo de estagiários da turma de JHR do CSG totalizou 74 formando, de acordo com o Almanaque, sendo bastante expressivo, mas não é certo que corresponda, necessariamente, ao total de frequentadores, considerando que o artigo 22 do Regulamento de 1954 previa a concessão do título *Honoris causa*.

A fotografia da Turma de 1955 (Figura 1) apresenta 79 pessoas, sendo 11 integrantes do Corpo Permanente e registra 68 formandos do CSG. Não há informação no Almanaque sobre quais, dentre os listados, receberam o título *Honoris causa*. Pode-se cogitar a respeito de ausência no dia da fotografia por compromissos vários. Esse dado, entretanto, não altera a compreensão de que esse registro da turma oferece um panorama geral da característica mais marcante do Instituto: promover o relacionamento entre civis e militares de forma inédita para a época (Stepan, 1975). A constituição da Associação dos Diplomados da ESG (a ADESG), sociedade de direito privado, evidencia a importância e o alcance dessa medida. Desde os primeiros anos da ESG, houve empenho em reunir os concludentes dos cursos na ADESG, estimulando-se a criação de seções regionais. Assim, buscava-se preservar relacionamentos entre civis e militares em favor da difusão das concepções esguianas, em particular as relacionadas a Doutrina de Segurança Nacional. No Regulamento de 1954, referente ao período em que JHR frequentou a ESG, a Segurança Nacional era mencionada como preocupação central. Contando com o importante braço da ADESG, concepções adotadas na ESG eram difundidas nos estados brasileiros em eventos e publicações organizados pela Associação (Stepan, 1975).

Reunir oficiais superiores oriundos das três Forças em um curso não era pouca coisa nos anos 1950, mesmo em face da experiência colhida na Segunda Guerra Mundial. Fazer isso ocorrer junto a civis oriundos de diversas áreas, e, especialmente, do parlamento, era notável, ainda mais quando se avalia a necessidade de trabalho em conjunto de pessoas pertencentes a distintas culturas organizacionais. Outro dado interessante, e que segue o acordo firmado quando da criação da ESG, é a presença de oficiais militares dos EUA no Corpo Permanente na função de consultores. Na Turma de 1955, temos retratado, conforme Figura 1, o capitão de mar e guerra Edward E. Colostock e o coronel George H. Chapman. Não há espaço neste artigo para adentrarmos aos aspectos administrativos, ideológicos e políticos dessa medida adotada em tempos de Guerra Fria, mas, em síntese, nela temos uma das inúmeras evidências do valor dado a manutenção de laços formais de relacionamento e de proximidade com integrantes das forças militares da maior potência do hemisfério ocidental.

Figura 1 – Turma “José Bonifácio de Andrade e Silva”



Fonte: Biblioteca General Cordeiro de Farias (1955). Foto digitalizada em: abr. 2024.

Legenda: Fotografia de turma do Curso Superior de Guerra (CSG), com adaptações: no canto superior direito, em destaque, José Honório Rodrigues.

As informações acima são relevantes para se compreender o ambiente e o contexto no qual JHR se inseria em 1955. Para uma apreciação mais completa, é oportuno adentrar ao propósito que norteou a criação da ESG. A experiência da campanha na Itália, no curso da Segunda Guerra Mundial, e os desdobramentos vivenciando no início da Guerra Fria, alertando para mudanças doutrinárias no contexto da aplicação dos novos meios e modos de se fazer a guerra, alimentavam o propósito de criar, no Brasil, uma instituição pensada, inicialmente, para dar forma a um curso de alto-comando para oficiais gerais e superiores do Exército, sendo também cogitado, como ideal, reunir integrantes das três Forças Armadas (Arruda, 1983). Esse propósito, porém, mudou rapidamente. Em viagem aos EUA, em 1948, o general Salvador César Obino, chefe do EMFA, visitou o *National War College* e o *Industrial College of Armed Forces*, passando a tratar dos arranjos para a instalação de uma instituição similar no Brasil (Arruda, 1983).

Criada oficialmente em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra, a ESG foi, efetivamente, resultado da aproximação dos militares brasileiros com seus congêneres estadunidenses. Mas, desde sua criação, seguiu caminho peculiar. No documento intitulado “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra” (Sardenberg, 1983), consta o propósito de instalar um Instituto de Altos Estudos, reunindo civis e militares no propósito de se dedicar ao debate e estudo de

fatores econômicos, políticos, sociais, diplomáticos, militares e outros ligados aos problemas brasileiros que impediam a conversão do Brasil em uma potência. A tarefa desse centro de estudos não olvidava compreender o fenômeno da guerra e tinha como objeto de maior interesse a Segurança Nacional. Com esse foco, era observada a necessidade de mobilização geral da nação em caso de guerra, assumindo-se como questão gravíssima as fragilidades e carências nacionais em diversas áreas. O CSG se inseria no ambiente de um centro de pesquisas passível de propor soluções ou ao menos apontar as razões dos problemas que retardavam o desenvolvimento brasileiro (Arruda, 1983; Stepan, 1975). Com a sua consolidação, a ESG propiciou a formação de quadros aproveitados no aparelho estatal, dela emanando algumas lideranças orgânicas com interesse em se imiscuir na política e mesmo interferir nos rumos nacionais (Lima Filho, 2011). Mas é preciso esclarecer que a ESG nunca se converteu em um órgão de direção ou, em sentido estrito, de planejamento, sendo uma instituição de ensino superior diferenciada, capaz naquela época, pela sua natureza, e conforme as capacidades de seu Corpo Permanente e estagiários, de estimular trabalhos sobre assuntos nacionais ou de interesse nacional, alguns marcados pelo ineditismo. Em seus melhores momentos, reunindo a colaboração pontual de notáveis intelectuais, a ESG pode ser vista como uma *think tank*. Essa foi a instituição que atraiu e recebeu JHR.

Nos anos que frequentou a ESG, JHR presenciou decepções e entusiasmos com a construção de Brasília e os feitos de JK, para, logo a seguir o país enfrentar inflação e, no governo Jânio Quadros, eleito para “varrer” a corrupção, aguda crise política. Jânio Quadros renunciou à presidência por motivos ditos inconfessáveis, alegando ser vítima de forças ocultas. Ao sair de cena o candidato da União Democrática Nacional (UDN), agremiação política de preferência de muitos militares conservadores ou mesmo reacionários, a previsão de posse do vice João Goulart⁴, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), abriu a crise. A aceitação de Jango ocorreu graças ao acordo político que instalou o parlamentarismo. Restabelecido o presidencialismo, Jango terminou removido do poder, em movimento que contou com o apoio de muitos esguianos, entre eles Cordeiro de Farias e Juarez Távora. O desfecho do movimento de 1964 levou ao poder o general Castello Branco, igualmente um esguiano, dando início aos 21 anos

4 À época, a eleição para presidente e vice envolvia votar em candidatos para cada um desses cargos. Dessa forma, a direita udenista viu eleito para vice o candidato petebista Jango da chapa do marechal Lott. Jango havia sido vice de JK e ministro do trabalho de Getúlio Vargas, com trânsito nos setores da luta operária e da esquerda política. Quando da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, Jango se encontrava em viagem na China, seguindo o programa da política externa independente do governo. Seu retorno ao Brasil, para ocupar a presidência, exigiu acertos e negociações que levaram o país ao período do parlamentarismo, encerrado em janeiro de 1963 (ao todo, foram 1 ano e 4 meses) por consulta da população via plebiscito.

do regime dos generais-presidentes, sendo sufocadas as aspirações dos setores nacional-desenvolvimentistas à esquerda do espectro político. Nos anos 1960, JHR expressou um posicionamento crítico quanto aos rumos políticos da nação. Sobre a ESG, nunca deixou de reconhecer que colheu bons frutos.

E sobre a experiência de JHR na ESG, Francisco Iglésias enfatiza que “Em 1955 fez curso na Escola Superior de Guerra – para ele muito importante – onde pronunciou conferências, algumas a origem de *Aspirações nacionais*. Nessa época passou a ter mais interesse pelo presente do que pelo período colonial” (1988, p. 58). Essa influência, citada por vários intérpretes, foi objeto de reconhecimento de JHR. “Para mim, pessoalmente, e acredito que para outras pessoas civis ou militares, o curso teve uma influência duradoura” (Rodrigues, 1985, p. 130), enfatizando a abordagem sobre a conjuntura nacional como a grande contribuição da ESG para atualizar a todos sobre os problemas brasileiros. Em entrevista concedida a Carlos Guilherme Mota, publicada na revista *IstoÉ*, de 12 de abril de 1978, e transcrita no livro *Tempo e sociedade* (Rodrigues, 1986), muitos aspectos dessa relação com a ESG foram aprofundados.

Aspirações Nacionais é, de fato, fruto de conferências na Escola Superior de Guerra, entre 1956 e 1964. *Conciliação e Reforma* é uma reflexão consequente do primeiro. Eu me formei pela ESG em 1955, quando o Departamento de Estudos era dirigido pelos então coronéis Jurandir Bizarria Mamede e Golbery do Couto e Silva. Fiquei surpreso com o conhecimento dos dois. Falavam como professores universitários e citavam livros, artigos de revistas especializadas anglo-americanas e francesas, que muitos professores não costumam conhecer. Notei em ambos uma concepção de classe média, tendendo para a direita. Quem pela primeira vez me falou em David Riesman (*The Lonely Crowd*, 1ª Ed. 1950) foi o então coronel Mamede. Comprei o livro, li-o e verifiquei que numerosos intelectuais desconheciam sua obra. Santiago Dantas não a conhecia, ficou muito interessado e surpreendeu-se [...] (Rodrigues, 1986, 143-144).

No prefácio de *Aspirações Nacionais*, JHR informa que o livro apresenta o conteúdo de dois ensaios. O primeiro foi ministrado em conferência apresentada no ano de 1957, em Lisboa, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, onde debateu o tema do caráter nacional, abordando estudos de antropologia e história para condenar interpretações que nomeou de “imobilistas” e “europocentristas” (Rodrigues, 1963, p. 13-15). O segundo, escrito em 1960, tratava justamente das aspirações nacionais, as lutas e os partidos políticos, tendo as relações de poder como um dos seus objetos centrais. O tema da guerra total, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial e o aspecto psicológico

do cenário dos conflitos modernos foram mencionados, recordando assunto abordado em textos doutrinários da ESG, mas JHR não menciona diretamente referências extraídas do Instituto. O que fica evidente, nas palavras do próprio JHR, é o ambiente estimulante que encontrou, focado no presente e com olhar para um desejável futuro de prosperidade nacional, propiciando a troca de ideias e de conhecimento com diversas personalidades de renome na universidade e na diplomacia, a exemplo do chanceler Santiago Dantas.

No sentido reverso, a ESG teria sido influenciada por JHR? Na entrevista publicada em *IstoÉ*, em momento em que lhe é perguntado se alguma de suas ideias passou a integrar a doutrina da ESG, respondeu que não teve nenhuma influência, “Pelo contrário, ela é que teve em mim. Andada por essa época seguindo um rumo erudito, e a Escola foi uma grande abertura, que me sacudiu, revelando a realidade brasileira contemporânea” (Rodrigues, 1986, p. 144). E dessa relação, o tempo presente passou a ocupar os pensamentos de JHR, como concluíram Iglésias (1988), Albertti (2021) e tantos outros pesquisadores do percurso honoriano. E isso se deu em época estimulante, como esclareceu: “A ESG, quando a cursei, ouvia opiniões de todas as correntes, inclusive muita gente com conhecida vinculação esquerdista” (Rodrigues, 1986, p. 144). E buscando informações sobre esse momento, com interesse em conferências proferidas por JHR em “estado puro”, ou seja, conforme proferidos no Instituto, localizou-se o conteúdo integral da palestra de 1964, assunto esmiuçado no tópico seguinte.

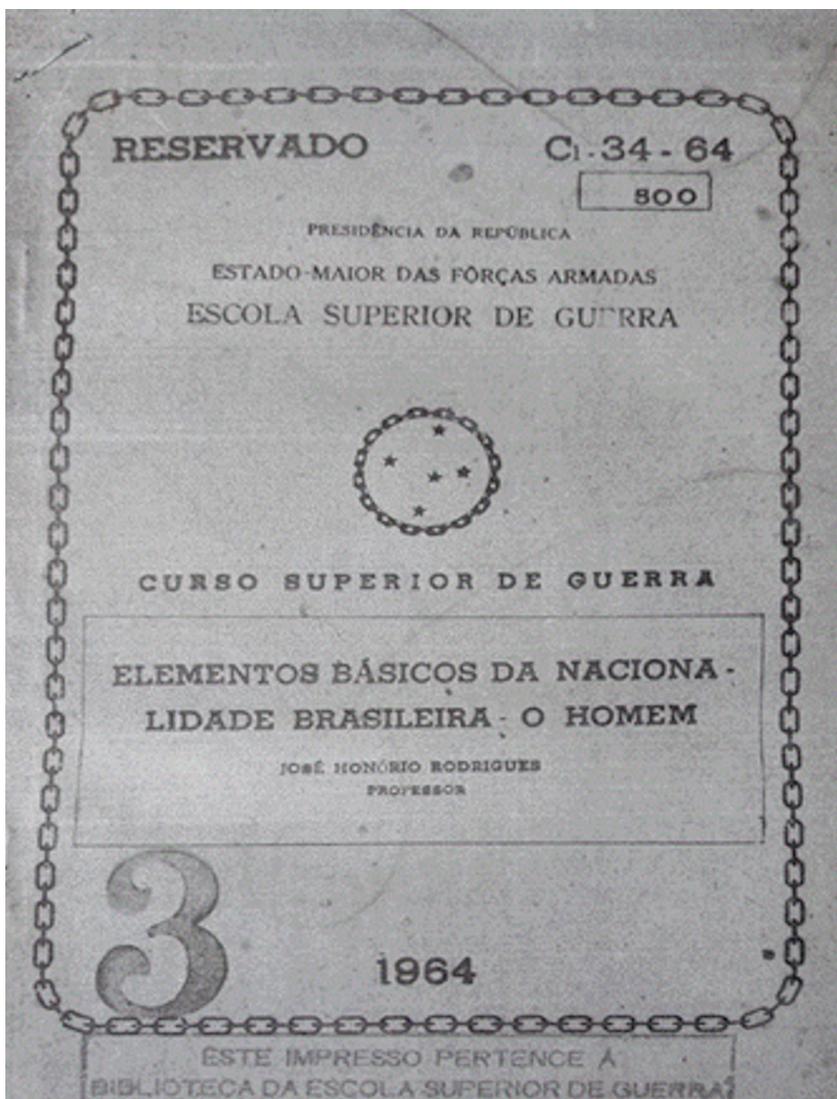
4 A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE OU A HISTÓRIA “CRUENTA” DO BRASIL

De estagiário da turma de 1955 a professor convidado a proferir conferências (1956-1964), JHR experimentou um período do qual se originaram obras que reconheceu inspiradas da sua relação com o ambiente da ESG (Rodrigues, 1985,1986). A História passou a ser pensada para interpretar o Brasil, questionando o caminho “cruento” que gestou a nacionalidade. Era um passado marcado de inconciliação e vendetas, entremeado pela conciliação política entre integrantes das elites – esse último o período de maiores e belas realizações, mas que deixava desejar no atendimento a massa da população. Em suas obras, JHR denunciou a falácia de uma história “incruenta”, fazendo usos de expressões que caracterizaram sua obra, ao se referir a um povo “sangrado”, “capado” e “recapado”. Na ESG, JHR encontrava também um ambiente para difundir suas interpretações do Brasil para um público onde se assentavam integrantes de estamentos sociais elevados, sendo instigante pensar sobre como suas reflexões foram recepcionadas.

Empreendendo pesquisa para melhor conhecer esse momento da trajetória de JHR, obteve-se o texto “Elementos básicos da nacionalidade brasileira: o homem”, de 1964, publicado pelo Instituto para consumo interno. O tema da conferência corresponde ao mesmo título de publicação com palestra proferida por

Sérgio Buarque de Holanda em 1967, sobre a qual obtivemos o primeiro contato com o trabalho de Mendonça (2018), sendo esclarecido compreender tema do programa de estudos do CSG dos quais participaram outros conferencistas.

Figura 2 – Conferência



Fonte: Biblioteca Cordeiro de Farias (1964). Foto digitalizada em: abr. 2024.

Legenda: Fotografia da capa da conferência “Elementos Básicos da nacionalidade brasileira – o Homem”, preferida por José Honório Rodrigues na ESG no ano de 1964

Consultando o impresso da palestra de JHR (ver Figura 2), não se localizou dia e mês em que foi ministrada. Buscando essa informação em outras fontes, localizou-se no *Jornal do Brasil*, de 26 de maio de 1964, no setor “Lance livre”, a notícia de que:

Na semana que vem a Escola Superior de Guerra inicia uma série de conferências sobre Fatores Básicos da Nacionalidade Brasileira, com três trabalhos importantes. O Sr. Fábio Macedo Soares falará sobre os recursos brasileiros, o Professor José Honório Rodrigues sobre Comportamento da Liderança e do Povo na História do Brasil e o Sr. Tristão de Ataíde sobre As Instituições Políticas e Sociais (*Jornal do Brasil*, 1964).

A conferência ocorreu, seguindo a informação publicada, em junho. Outro dado interessante é que o texto da palestra, conforme publicado pela ESG, corresponde ao conteúdo do capítulo 1 de *Conciliação e reforma no Brasil* (Rodrigues, 1965), com prefácio subscrito em setembro de 1964. Estava-se, portanto, em pleno início do governo Castelo Branco e ainda em setembro corriam tempos de expectativas quanto ao retorno da normalidade, cogitando-se a realização de eleições presidenciais (uma das promessas de Castelo, eleito pela via indireta pelo Congresso Nacional). JHR conferenciou sobre o percurso na formação da nação, abordando, em esforço de síntese, o povoamento, a composição da população, e, com grande interesse, o comportamento político que pautou as lideranças do país da colônia até a república. São 27 páginas de um texto com tom de denúncia de direito negados ao povo e da persistência no atraso de nossas relações político-sociais. Não se sabe como esse conteúdo foi recepcionado pela assistência. Não se localizou áudio⁵ para saber se foi lido integralmente ou se existiram cortes ou inserções no decorrer da fala. A apreciação que se segue observa o conteúdo textual da palestra, conforme publicado no impresso da ESG. O texto inicia analisando a colonização e os tipos humanos que povoaram o território que constituiria o Brasil. Nestas terras, afirma JHR, pensavam em amansar os indígenas convertendo-os em cristãos, procedendo ao método de dissolução cultural no lugar de submeter, de imediato, os habitantes a violência escancarada. Esse procedimento foi adotado para aqueles que não se mostrassem reticentes ao empreendimento. Aos resistentes e desobedientes não restaria tolerância, aplicando-se a violência crua contra quem resistisse ao dominador.

5 Há registros de que algumas das conferências proferidas eram gravadas, em audiovisual ou somente áudio. Quando da consulta ao acervo da ESG, esse material se encontrava em fase de processamento, não sendo apontado na listagem prévia alguma informação específica sobre palestras proferidas por JHR.

E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a índia dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-a a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos (Rodrigues, 1964, p. 2).

No curso dessa história cruenta, constituíram-se os três tipos de colonizadores – tipologia que segue reflexões de Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*, com quem JHR dialoga logo no início do texto. O primeiro tipo de colonizador “não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos brasis”, seguindo ritos e adaptando-se a ponto de adotar o costume de consumir os vencidos: e justamente por isso não teria lugar na colônia, sendo visto como uma aberração; o segundo era “voluntarioso e indomável”, a moda de João Ramalho, sendo o líder dominante em tempos de guerras e conquistas, sendo de uma feição que não poderia se perpetuar na liderança – mas que jamais desapareceu; e o terceiro será de um tipo que convivia bem com europeus e indígenas, tal qual Diogo Álvares, o Caramuru: é o “conciliador e transigente”, e por isso prospera e “da sua sobrevivência resultam consequências permanentes na psicologia e no povo e da liderança brasileiras” (Rodrigues, 1964, p. 2-3). Nessa elaboração, não há interesse de JHR em definir o caráter brasileiro, concepção, aliás, da qual é crítico, adotando como referencial David Riesman, para quem o caráter era considerado um produto das formas sociais, fazendo constar, mais claramente, em *Aspirações Nacionais*, que “Não há um caráter brasileiro único, nem uma série de categorias com as quais possamos classificá-lo” (Rodrigues, 1963, p. 13). O que interessa para JHR, dialogando com a sociologia, é pensar o modelo comportamental adotado pelos dominadores, não o tomando, necessariamente, como absoluto ou infenso a contrastes.

Nas palavras dirigidas aos esguianos, JHR afirmou que os milhões de escravizados negros que aportaram na colônia não mudariam esse quadro tipológico. Entre divergências e desentendimentos, o segundo e terceiro tipos dominantes saíram fortalecidos diante de uma nova frente de batalha para impor sua cultura e métodos, de forma que “As várias insurreições de escravos negros durante o período colonial foram suprimidas com crueza e violência e mostraram, no sangue derramado, a inconciliação de senhores e escravos” (Rodrigues, 1964, p. 3). Usando os conceitos de conciliação e inconciliação, JHR delineou sua compreensão da gênese da formação da nacionalidade brasileira. A mestiçagem racial e cultural, nada incomum ao português, atuava em favor de seu projeto colonizador. Assim, “Iniciado o desmoroamento da cultura indígena, desenraizado também o negro de sua cultura, aqueles dois tipos eram tidos [o indomável inconciliável e o conciliador] como modelos e imitados nos seus princípios políticos e sociais” (Rodrigues, 1964, p. 3).

A conduta desses dois modelos de gente à frente da conquista definira os rumos da nação em formação, ora traumatizada pela violência, ora experimentando a tolerância da elite – importava que não se ameaçassem privilégios. Como afirmou, “Os momentos cruentos e incruentos de nossa História dependem do triunfo de um ou outro tipo” (Rodrigues, 1964, p. 4). Do tipo violento, indomável, resultaria o esmagamento das nações que povoavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Já o momento criador, onde florescera alguma esperança para a gente pobre da colônia, JHR atribui como guia o tipo conciliar. Esses eram os tipos ou modelos comportamentais dos integrantes da minoria dirigente, alternando-se no mando a um povo constituído de vencidos livres e cativos, imigrantes pobres e mestiços de todas as cores, constituindo a reunião das gentes que formariam uma nova nação.

Reforçando suas considerações, JHR apresentou três conclusões, a título de reflexão, logo na largada do texto. Na primeira conclusão, concluiu que “os momentos históricos, de criação e trabalho, na frente interna, dependem da preponderância do elemento conciliador, dos Diogos Álvares, na composição da liderança” (Rodrigues, 1964, p. 7); na segunda, afirmou que a maioria do povo sempre foi vencida e “sempre viu desfeita sua esperança de melhoria, porque as concessões foram sempre mínimas” (Rodrigues, 1964, p. 7) face a uma minoria que não servia ao país (mas a Metrópole e a si mesma); e, na terceira conclusão, exaltou que as maiores construções foram fruto popular, enaltecendo, entre diversas considerações, a mestiçagem cultural que criava uma síntese nova, e dessa síntese teremos os povos que prosseguiram na expansão e garantia da integridade territorial. Crítico, pergunta o que fez a liderança colonial, para responder que “Não deu ao povo sequer os benefícios da saúde e da educação, o que levou Antônio Vieira a dizer: ‘Não sei qual lhe faz maior mal ao Brasil, se a enfermidade, se as trevas’” (Rodrigues, 1964, p. 7). Eram, como se autodefiniu em outras ocasiões (Albertti, 2021), palavras emanadas de um liberal radical.

Chegando ao primeiro terço da apresentação, JHR traçou o esquema necessário a compreensão da definição de uma história cruenta *versus* a versão incruenta. De louvável, afirmou que resultou de época uma síntese nova. No alvorecer da Independência, passados três séculos de colonização, o Brasil se fez menos europeu-ocidental do que se poderia pensar. Éramos fruto da síntese das antíteses, constituindo um povo singular “tupinizado”, “africanizado”, “orientalizado” e “ocidentalizado” (Rodrigues, 1964, p. 7). A unidade linguística, marcada pela vitória do idioma português se fez ao solapar a língua geral e os dialetos africanos, sem com isso ser negada influência no vocabulário nacional. Assim como se reuniram drogas e frutos do oriente e estilos arquitetônicos variados no Brasil, a cultura brasileira se fez de amálgamas. Com essa celebração, JHR não parece cerrar os olhos aos preconceitos e a conciliação amortecedora de transformações estruturais, como se depreende do texto, mas quer, ao que o material indica, louvar o novo tipo de gente que formou o Brasil. Não há lugar para aviltamento ou depreciação da cultura

e da massa humana que constituiu o povo brasileiro sendo nítida a valorização da mestiçagem. A respeito dos esforços de europeização por que passou o Brasil, quando da transposição da família real de Portugal para o Brasil em 1808, não comemora: “A imposição em massa de formas e métodos euro-ocidentais não podia deixar de dar maus resultados” (Rodrigues, 1964, p. 9). E mencionando José Bonifácio, patrono da sua turma, afirma que o Patriarca lutou contra isso, não querendo recorrer tão somente ao “figurino estrangeiro” na organização do Brasil independente, assim encarnando os “Diogos Álvares da Colônia no espírito conciliador com que quer integrar elementos novos à realidade brasileira” (Rodrigues, 1964, p. 9).

O texto segue na apresentação de uma síntese história. A história brasileira foi feita de choques entre a liderança e o povo, enfatizou. Sempre maltratada, a população não obteve o reconhecimento do seu valor sequer na luta pela Independência onde derramou sangue em episódios como a libertação da Bahia, alcançada em 2 de julho de 1823. No topo, seguiam-se conflitos e desavenças. Da abdicação de D. Pedro em 1831, temos as revoltas no Período Regencial (1831-1840) e o desejo de emancipação das províncias. Olhando o passado de lutas pela liberdade, sacou o exemplo de Frei Caneca ao pagar com a vida a ousadia de ter enfrentado o espírito inconciliável dominante que marcou o semicolonialismo brasileiro. Encarnando o tipo imoderado, Feijó foi um líder enérgico e autoritário, abrindo uma sucessão de crises que levaram ao derramamento de sangue. O império, sob D. Pedro II, lidou com essa herança de conflitos, contando com as lideranças de Honório Hermeto, o Visconde do Paraná, e de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, ambos adeptos do caminho da conciliação e da moderação. Nesse ponto, JHR faz questão de evidenciar que a mão conciliadora foi estendida as elites provinciais, reservando-se tratamento muito diverso aos insurgentes de estrato inferior. Assim foi feito no acordo que pôs fim a Farroupilha (1835-1845), que JHR reconhece como uma das maiores obras de Caxias, poupando o derramamento de sangue e trazendo ao seio da pátria os gaúchos rebeldes. Em contraste, o destino de tantos outros rebelados foi a morte, citando, entre outros episódios, a Balaiada (1838-1841) e a Cabanagem (1835-1840).

De mais esperançoso, JHR registra as tentativas de reformas políticas e o desejo do fim da escravidão. Tudo protelado num país onde a arte da conciliação pouco cedia ao extrato inferior da sociedade. Veio a Campanha da Tríplice Aliança (1864-1870), sacrificaram-se vidas e tomaram-se medidas impopulares, mas o imperador, louvou, não cedeu ao autoritarismo. O ilustrado D. Pedro II ofereceu liberdade de expressão de pensamento e de imprensa, terreno esse onde o republicanismo e o positivismo prosperaram. Disso, não resultou movimento para que realmente mudasse a sorte do Brasil. O que houve foi a queda de uma liderança que primava por defender as liberdades individuais e que, baseada no princípio da independência, evitou alianças externas embaraçosas, assim como não se acovardou diante de potências estrangeiras, alfinetava JHR. Veio a República e toda a oscilação que a marcou. Afastado Deodoro,

Floriano Peixoto, cognominado o Marechal de Ferro e consolidador da República, ficou conhecido na memória política como uma liderança intolerante. JHR ressalta que a repressão e os fuzilamentos abriram uma fase de vendetas desconhecidas no Império. Em outra passagem do texto, JHR reconhece os feitos do presidente em favor do desenvolvimento nacional, mas não esconde o lamento sobre esses tempos sombrios que deram mau exemplo e agitaram a classe militar. A conciliação será retomada em alguns momentos da República, praticada visando acomodar interesses e encerrar episódios de sublevação das elites estaduais. O desfecho das lutas sertanejas, com destaque para Canudos e o Contestado, deixavam claro que para os insubmissos do último andar era reservada a aniquilação.

Realizada a Revolução de 1930, Getúlio Vargas foi uma liderança ambivalente, oscilando entre conciliadora e inconciliável, expõe JHR. Na ditadura do Estado-Novo (1937-1945), buscou-se o fim do subdesenvolvimento e incorporou-se, sob a tutela do governo, o proletariado na cena política, reconhecendo que não somente nas elites e na classe média residiriam as forças para modernizar o país. O nacionalismo econômico embalou os feitos da Era Vargas – linha retomada no seu retorno ao poder em 1951. Era, entretanto, novamente a revolução nunca feita. Chegando ao final da exposição, JHR realça que sem a integração de todos os grupos sociais, especialmente trabalhadores urbanos e lavradores, “uma nação não possui unidade política” (Rodrigues, 1964, p. 26). Era um recado que considerava aqueles que ascenderam ao poder em abril de 1964? Não se pode refutar essa possibilidade. O que se tem claramente é uma mensagem oriunda de um intérprete do Brasil, que louva que o Brasil preservou a unidade política dos entes da federação, assegurando a integridade territorial. Faltava, entretanto, integrar a população a essa unidade política, o que seria feito superando o atraso social e político, infere-se. Nos últimos momentos, dirige um recado final à assistência.

As Forças Armadas e o Serviço Público são as forças mais integrativas, pela sua lealdade e pelos seus deveres nacionais; mas não bastam, porque uma nação é um somatório muito complexo de grupo e interesses os mais variados e a tarefa de modernizá-la exige os esforços e a lealdade de todos (Rodrigues, 1964, p. 26).

A apresentação de *Elementos básicos da nacionalidade* foi um verdadeiro aperitivo do lançamento do seu livro *Conciliação e reforma no Brasil* (1965). E será na abertura da primeira edição que JHR destinou mensagens mais claras dirigidas àqueles que ocupavam a máquina estatal. O autor escreve em tom de reprovação, condenando a ausência de reformas de estrutura no curso do “Movimento de Abril” de 1964, sendo enfático que “Até agora [o prefácio é de setembro de 1964] já se passaram mais de 150 dias e o governo mais puniu do que construiu” (Rodrigues, 1982, p. 151). JHR se despediu da ESG justamente na conferência de 1964. Ficaria, como expressou em entrevista, “congelado” por décadas (Rodrigues, 1985, p. 131).

Cerca de duas décadas depois, no prefácio da segunda edição de *Conciliação e reforma*, lançada em 1982, retornou ao assunto da conferência e será mais contundente e explícito, manifestando, entre outras considerações, que “Em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a nação” (Rodrigues, 1982, p. 14). O ambiente político, desanuviado com a Anistia de 1979, era outro, certamente, mas é preciso ressaltar que não há registro de JHR ter sofrido quaisquer perseguições, ao menos explícitas, por expressar suas análises do contexto brasileiro. Sabe-se que seguiu produtivo, lançando livros e escrevendo para jornais, quando não solicitando audiências com autoridades para tratar de temas como a liberação do acesso a acervos históricos sob a guarda de órgãos públicos. Nesse sentido, faz-se necessário considerar que, como intelectual, nunca deixou de condenar todo regime de exceção, fosse a ditadura do proletariado, dizia em entrevista, ou o governo que chamou de “generalismo” (Rodrigues, 1985, p. 145) ao se referir ao período 1964-1985. Era um democrata, não tinha gosto pela ação partidária e nunca deixou de reconhecer certa admiração pela história política estadunidense, referindo-se, em especial, a ruptura com o passado colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

JHR nunca negou que na ESG encontrou o ambiente aberto e estimulante que o lançou a pensar os problemas nacionais. Mas não passou disso, preservando uma postura independente. Crítico sempre, ácido em alguns momentos, expressou suas ideias em obras e conferências, sendo dado a embates de natureza intelectual ou em defesa de seus pontos de vista administrativos – especialmente quando esteve à frente do AN. E assim, fez amizades e desafetos (Iglésias, 1988). Retornou à ESG nos anos 1980. A edição n.º 12 da Revista da ESG, alusiva ao aniversário de 40 anos da instituição, publicou em 1989 artigo de JHR datado de 1985, tratando-se de texto que retoma o tema que abordou em 1964.⁶

Ao longo da sua trajetória, como esclarece o conteúdo da sua obra, JHR permaneceu ligado ao pensamento liberal de conotação anglo-americana, mas expressou independência e forte sentimento nacional como evidenciou em *Aspirações nacionais*. Liberal, era marcadamente progressista na sua visão de construção de um Brasil moderno em termos sociais e políticos. Como historiador, o seu combate se deu no campo da luta das ideias, opondo-se enfaticamente ao conservadorismo dos líderes nacionais que se afastavam de atender as aspirações de um povo ávido por melhoria de vida. Defendia a necessidade de autoafirmação e valorização da nossa nacionalidade. Na promoção da união entre minorias e majorias, JHR percebia o único caminho que levaria ao progresso nacional.

Na ESG, JHR experienciou as divisões políticas dos anos 1960, momento de ruptura entre aqueles que propunham rumos diversos para o país. Era a desunião.

⁶ Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/133>.

Isso o marcou profundamente, mas não o fez repudiar sua herança relacional e nem o lançou às fileiras da oposição política, em termos partidários, ao governo. Sempre que perguntado sobre a sua experiência na ESG, recordava entusiasticamente os tempos em que experimentou um espaço aberto a pensamentos e tendências políticas diversas. Foi no Instituto que despertou para a relevância do debate de questões atuais, passando a dispor da História para interpretar e pensar a transformação do Brasil. Como afirmou Albertti (2012, p. 63), foi a partir dessa experiência pessoal que se tornou um “historiador presente”, produtor de uma “história viva”, e assim prosseguiu até o final da vida, expressando amor e admiração pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBERTTI, Luiz, Antonio. *Teoricamente relevante: José Honório Rodrigues e seus lugares na história da historiografia brasileira*. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2021.
- ALMEIDA, Nelson Henrique Bonança de et al. (org.) *Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra; São Paulo: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; 1999.
- ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- ARRUDA, Antônio de. *ESG: história de sua doutrina*. 2.ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- ESG. [Arquivo da Escola Superior de Guerra]. Rio de Janeiro: ESG, 2024.
- FERRAZ, Carlos Alves. *À Sombra dos carvalhos: a Escola Superior de Guerra e a política no Brasil (1948-1955)*. Londrina-PR: Editora UEL, 1997.
- FREIXO, André de Lemos. Um “arquiteto” da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.
- FREIXO, André Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

FREIXO, André Lemos. José Honório Rodrigues (1913-1987). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. (org.) *Os historiadores: clássicos da história do Brasil* - Petrópolis: Vozes, 2018. (Dos Primeiros Relatos a José Honório Rodrigues, v. 4).

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.

JORNAL DO BRASIL. [“*Lance livre*”]. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1964.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. *O que a Escola Superior de Guerra (ESG) ensinava*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENDONÇA, André Furtado. *Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RODRIGUES, José Honório. *As fontes da história do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A25173>. Acesso em: 06 maio 2024.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Elementos básicos da nacionalidade brasileira – o Homem*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, conferência, 1964. [C1-34-64].

RODRIGUES, José Honório. *História Viva*. São Paulo: Global, 1985.

RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Recebido em: 30 abr. 2024.

Aceito em: 12 jun. 2024.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O PENSAMENTO ANTÁRTICO BRASILEIRO DESDE A DÉCADA DE 1950¹

*BRAZILIAN NATIONAL WAR COLLEGE AND THE BRAZILIAN ANTARCTIC THINKING
SINCE THE 1950S*

*LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA Y EL PENSAMIENTO ANTÁRTICO BRASILEÑO
DESDE LOS AÑOS 1950*

Guilherme Lopes da Cunha*
Ana Flávia Granja e Barros**
Paulo E.A.S. Câmara***
Fábio Albergaria de Queiroz****

RESUMO

O Brasil destaca-se como um dos países com participação efetiva nos assuntos antárticos. Atualmente, mantém políticas públicas bem definidas, junto a intensa atividade diplomática e científica voltada para o “Continente Gelado”, posto que os primeiros estudos sobre a Antártica no Brasil tenham sido realizados na

1 Este texto consiste em continuação da pesquisa publicada em versões anteriores na Revista da ESG, em Cunha *et al.* (2022), e no livro Brazil in the Geopolitics of Amazonia and Antarctica, Lexington Books, editado por Queiroz *et al.*, (2023).

* Professor e pesquisador da Escola Superior de Guerra (ESG). Membro Associado do Procad-Defesa, Projeto Prospectiva em Segurança e Defesa. Pós-doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4744045184454299> / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8639-747X>. Contato: guilherme.lopes@esg.br.

** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Diretora do Brasília Research Centre/Earth System Governance. Pós-Doutora em Direito Internacional pela Aix-Marseille Université. Doutora em Relações Internacionais pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Bolsista PQ do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7599253575479186> /Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-8804-0378> Contato: anaflaviaplataiu@gmail.com

*** Professor e pesquisador do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Pós-Doutor pela Universidade de Brasília. Doutor em Ciências Biológicas pela University of Missouri-Saint Louis. Bolsista PQ do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2742831544064073>/Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3944-996X> Contato: paducamara@gmail.com.

**** Professor e pesquisador da Escola Superior de Defesa (ESD). Pós-Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais e em Estudos Latino-Americanos. Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0832403038585319/> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3465-3619> Contato: fabio.queiroz@defesa.gov.br.

Escola Superior de Guerra (ESG), na década de 1950. Embora esses estudos e as dinâmicas da política internacional tenham demonstrado a importância da Antártica para o Brasil, a adesão ao Tratado da Antártica somente aconteceu em 1975. Nesse contexto, a conformação de um Pensamento Antártico Brasileiro desencadeou uma dinâmica político-administrativa interna ímpar. Contudo, em que circunstâncias as atividades refletidas, inicialmente, no âmbito da Escola, tornaram-se uma política de Estado? Por ocasião dos 75 anos de criação da ESG, convém avaliar as raízes do Pensamento Antártico Brasileiro, considerando a Escola como um pilar nesse processo. A evolução desse Pensamento Antártico Brasileiro foi analisada a partir do tripé de Delmas-Marty, baseando-se em atores, fatores e processos. Como resultado, constatamos que a ESG teve um papel central no início da construção do pensamento brasileiro, o qual hoje estende-se para o Ártico e tem maior participação de outros atores, notadamente da comunidade científica.

Palavras-chave: Antártica; Escola Superior de Guerra; Geopolítica Polar; Programa Antártico Brasileiro.

ABSTRACT

Brazil stands out as one of the countries that participates effectively in Antarctic affairs. It maintains well-defined public policies and intense diplomatic and scientific activity focused on the "Icy Continent" since the first studies on Antarctica in Brazil were carried out at Brazilian National War College (ESG) in the 1950s. Although these studies and the dynamics of international politics have demonstrated the importance of Antarctica for Brazil, adherence to the Antarctic Treaty only took place in 1975. Forming a Brazilian Antarctic Thought triggered a unique internal political-administrative dynamic in this context. However, under what circumstances did the activities initially reflected within the scope of the College become State policy? On the occasion of the 75th anniversary of the creation of ESG, it is worth evaluating the roots of Brazilian Antarctic Thought, considering the School as a pillar in this process. We analyzed the evolution of this Brazilian Antarctic Thought based on the Delmas-Marty tripod, which is based on actors, factors, and processes. As a result, we found that ESG played a central role in the beginning of the construction of Brazilian thought, which today extends to the Arctic and has greater participation from other actors, notably the scientific community.

keywords: Antarctica; Brazilian National War College; Polar Geopolitics; Brazilian Antarctic Program

RESUMEN

Brasil se destaca como uno de los países con participación efectiva en los asuntos antárticos. Actualmente, mantiene políticas públicas bien definidas, junto con una intensa actividad diplomática y científica centrada en el “Continente Helado”, ya que los primeros estudios sobre la Antártida en Brasil se realizaron en la Escuela Superior de Guerra (ESG) en la década de 1950. A pesar de que estos estudios y la dinámica de la política internacional demostraron, en los años siguientes, la importancia de la Antártida para Brasil, la adhesión al Tratado Antártico solo tuvo lugar en 1975. En este contexto, es posible identificar la conformación de un Pensamiento Antártico Brasileño, que desencadenó una intensa dinámica político-administrativa interna única. Sin embargo, ¿en qué circunstancias las actividades reflejadas inicialmente en el ámbito de la Escuela se convirtieron en una política del Estado? Con motivo de los 75 años de creación de la ESG, es oportuno evaluar las raíces del Pensamiento Antártico Brasileño, considerando a la Escuela como un pilar en este proceso. La evolución de ese Pensamiento Antártico Brasileño se analizó a partir del trípode de Delmas-Marty, a partir de actores, factores y procesos. Como resultado, ESG tuvo un rol central en el inicio de la construcción del pensamiento brasileño, que hoy se extiende al Ártico y cuenta con una mayor participación de otros actores, en particular de la comunidad científica.

Palabras clave: Antártida; Escuela Superior de Guerra; Geopolítica polar; Programa Antártico Brasileño

1 INTRODUÇÃO

O “Pensamento Antártico Brasileiro” corresponde aos debates, por pensadores da geopolítica, diplomatas e militares, desde a década de 1950, sobre qual deveria ser a política brasileira para a região. O Brasil tem sido um país polar há mais de 40 anos, ainda que a importância geopolítica da Antártica tenha sido reconhecida no País bem antes disso. O Brasil não tinha um interesse claro na Antártica antes da década de 1970 (Silva, 2020), embora, nos bastidores, tenha havido uma intensa reflexão.

O acesso a documentos que eram restritos, alguns secretos à época, tem revelado as preocupações brasileiras sobre a Antártica. Nesse contexto, a Escola Superior de Guerra (ESG) teve participação crucial nas raízes do Pensamento Antártico Brasileiro, lançando reflexões que se desdobraram em intensa atividade científica, as quais remetem à atual geopolítica polar do Brasil. A fim de verificar o papel da ESG na construção de uma abordagem geopolítica brasileira para a Antártica, propõe-se avaliar como as políticas e tendências atuais encontram sua justificativa nas iniciativas construídas desde a década de 1950, na ESG.

A Antártica é uma das últimas fronteiras do planeta. Sendo um continente único, atrai a atenção pela magnitude dos seus números. Entre outros atributos:

i) possui 14 milhões de quilômetros quadrados, em um tamanho comparável aos territórios combinados do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Bolívia; ii) o volume de gelo equivale a 70% de toda a água doce disponível no planeta; iii) possui depósitos minerais de enorme importância, como urânio, ouro, prata, ferro e carvão. Dessa maneira, compreende-se o motivo pelo qual a Antártica representa uma questão candente na política mundial. Ainda que definida como parte do entorno estratégico do País (Brasil, 2020), a Antártica tem estado predominantemente ausente da identidade cultural nacional. O povo brasileiro tem historicamente se visto como cidadãos com pouca ou nenhuma conexão com as regiões polares, o que indica a ausência de princípios que dimensionem a relevância de um engajamento nas decisões políticas mundiais sobre as regiões polares.

Baseando-se em documentos oficiais encontrados em arquivos militares e diplomáticos, a análise foi dividida em três fases. Inicialmente, investigou-se a percepção das autoridades sobre os motivos pelos quais o Brasil deveria investir na diplomacia e na geopolítica antártica, entre o fim da Segunda Guerra Mundial até a assinatura brasileira do Tratado da Antártica em 1975. Em seguida, analisou-se uma segunda fase que vai até 2020, quando foi inaugurada a nova estação científica antártica Comandante Ferraz (EACF). Em uma etapa final, após 2020, avaliou-se a participação do Brasil como mero observador ou como um rígido “modelador de normas” em questões relacionadas à Antártica.

2 UMA HISTÓRIA PROTEGIDA POR SIGILO

A literatura científica costuma afirmar que o interesse brasileiro na Antártica remonta a 1975, quando o Brasil decidiu aderir ao Tratado. No entanto, praticamente não havia informações anteriores a este marco. As razões principais para isso são duas: 1) a falta de interesse dos historiadores e pesquisadores brasileiros e; 2) o elevado nível de sigilo dado pelo Governo àqueles documentos. Nesse contexto, Cunha *et al.* (2022) e Câmara *et al.* (2020) apontam a existência de evidências históricas e documentais que nos permitiram mapear a evolução do pensamento geopolítico antártico no Brasil.

A Antártica não era assunto de interesse do Brasil até o início da década de 1950. O primeiro documento oficial conhecido sobre a Antártica data de 1955: o relatório produzido pelo Tenente-Coronel do Exército Wladimir Bouças, onde ele avalia que o Brasil deveria reivindicar território na Antártica (Bouças, 1956). Contudo, enviado ao Estado-Maior do Exército, não resultou em nenhuma ação e logo foi esquecido.

De acordo com o arquivo sigiloso produzido pela ESG (Brasil, 1956, p. 5), o primeiro envolvimento oficial ocorreu, quando a Índia decidiu, em 1956, apresentar uma moção para a utilização pacífica da Antártica, na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual o Chile e a Argentina protestaram. A questão acabou

sendo retirada da agenda, mas a situação obrigou o Brasil a manifestar-se. No ano seguinte, a Índia tentaria novamente, sem sucesso, a mesma moção, sendo o Brasil mais uma vez instado a posicionar-se. Foi nessa sucessão de acontecimentos que, oficialmente, houve o ponto de partida do interesse brasileiro pelo assunto.

Objetivando ampliar conhecimento em assuntos relacionados à Antártica e cuidando para evitar surpresa novamente, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil encomendou um estudo sobre a Antártica à ESG. Em 1956, reconheceu a falta de informação e de interesse do governo brasileiro pela Antártica. Para preencher essa lacuna, um segundo estudo foi logo produzido pela ESG em 1957 e assumiu notável importância, pois passou a ser a posição do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras sobre esse assunto por muitos anos.

Composto por um documento de 60 páginas (Brasil, 1957) e rotulado pelas autoridades como “sóbrio e realista” (Brasil, 1958b), foi o primeiro estudo multidisciplinar sobre a Antártica feito no Brasil até então. Contendo informações que vão do clima à geopolítica, foi amplamente compartilhado com embaixadas brasileiras em todo o mundo e por muitos anos foi o único estudo existente sobre o assunto. De alguma forma, suas considerações ainda influenciam o pensamento antártico brasileiro até os dias de hoje. Provavelmente a maior parte dos políticos e dos decisores responsáveis pela condução das políticas polares brasileiras ainda são influenciados pelas ideias deste documento, embora, provavelmente, nunca tiveram acesso a ele. O estudo realizado na ESG (Brasil, 1957), portanto, conforme reconhecido pelo General de Exército Otávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Brasil, 1958b, p.2)², teve como elementos de destaque:

- a) a possível influência estratégica que as chamadas terras de Graham e suas vizinhas regiões antárticas possam ter na defesa do Hemisfério, por sua posição dominante no Estreito de Drake, por onde é possível que seja desviado o tráfico marítimo no caso de fechamento do canal de Panamá, assim como na passagem do Atlântico para o Índico;
- b) a possibilidade de serem utilizadas estas regiões como bases de projéteis autopropulsados destinados a ataques ao continente sul-americano;
- c) as possibilidades econômicas futuras previstas para o continente Antártico, cuja extração possa se tornar economicamente exequível com o desenvolvimento da tecnologia;
- d) a nenhuma base jurídica que apoie os direitos dos países que atualmente exploram a Antártida.

2 O trecho que comenta o Estudo realizado na ESG foi parte do Ofício 018B, com data de 16 de abril de 1958, classificado como confidencial. O documento foi assinado pelo General de Exército, Otávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e destinado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, constando, como assunto, “Interesses brasileiros na Antártida.” Ver Brasil (1958b).

O excerto revela que o estudo elaborado na ESG desencadeou intensa mobilização política. Em 24 de fevereiro de 1958, o Ofício Confidencial n. 09-0-40, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 1958a), recomendou que as autoridades governamentais não reconhecessem as reivindicações sobre a Antártica de nenhum país e eventualmente aceitassem apenas a administração internacional temporária, sem abrir mão de seus possíveis interesses para o futuro. Poucas semanas depois, em 16 de abril de 1958, o Ofício Confidencial n.18-B (Brasil 1958b) recomendava propaganda, estudos e expedições à Antártica. Adicionalmente, o estudo foi classificado como confidencial e encaminhado, em 18 de abril de 1958, ao Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, pelo General Octávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.³

Essas considerações foram cruciais para o engajamento do Brasil em uma abordagem autóctone em relação à Antártica. Analisando as raízes desse arcabouço conceitual, o diplomata brasileiro Lindolfo Collor (1956) comparou as situações geoestratégicas do Ártico e da Antártica naquela época, destacando semelhanças e diferenças. Ao fazê-lo, Collor (1956, p. 3) citou a Teoria dos Setores do Senador canadense Pascal Poirier⁴, inspirando uma versão acadêmica das reivindicações brasileiras, embora o Governo nunca tenha proposto uma versão oficial.

Foi nesse contexto que a chamada Teoria da Defrontação passou a fazer parte das análises da Therezinha de Castro. Comumente atribuída a ela, essa abordagem teórica está vinculada à Teoria dos Setores: Castro (1958, p. 49), argumentou:

Vamos reivindicar a nossa parte na Antártida! Se apelaram para a história, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação ou dos Setores Polares, idealizados pelo senador canadense Pascal Poirier em 1907 quando tratou da partilha do Polo Norte.⁵

3 O documento original (Brasil, 1957) parecia ser a única cópia existente e foi encontrado nos arquivos do MRE. Em 2022, foi publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG, 2022).

4 Em 20 de fevereiro de 1906, a Teoria dos Setores foi debatida no Senado do Canadá. Foi um meio de justificar os seus direitos sobre os domínios do Ártico. Poirier (1906, p. 271, tradução nossa) abordou em seu discurso que: “[...]na futura partilha, das terras do norte, um país cuja posse hoje vai até as regiões árticas, terá direito, ou deveria ter direito, ou tem um direito a todas as terras que se encontram nas águas entre uma linha que se estende desde a sua extremidade oriental ao norte, e outra linha que se estende desde a extremidade ocidental ao norte. [...]. Esta divisão das regiões polares parece ser a mais natural porque é simplesmente geográfica.”

5 Castro (1958, p. 49) definiu a expressão “Defrontação”, em português, como sinônimo de Setores Polares, evocando o discurso do Senador Poirier de 20 de fevereiro de 1906.

Vale ressaltar que essas ideias repercutiram nos anos seguintes. Foi o caso do Memorando Confidencial do Chefe da Divisão Sul-Americana do Ministério das Relações Exteriores ao Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Americanos. Enviado em 29 de dezembro de 1967, alertou sobre um telegrama enviado pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, Argentina, mencionando que “a eventual reivindicação do Brasil a um setor na Antártica, conforme preconizado no estudo desenvolvido pela Escola Superior de Guerra [...] com base na Teoria da Defrontação entraria em conflito, entre outras, com as reivindicações territoriais argentinas no sul do continente” (Brasil, 1967, p. 17).⁶

Complementarmente, classificado como urgente e secreto, o telegrama ‘DAM-I’ (Divisão Sul-Americana-I) de 4 de agosto de 1978, emitido pela Embaixada do Brasil em Montevidéu, Uruguai, informava que assuntos relativos à política brasileira para a Antártica estavam cercados de absoluto sigilo nos mais altos níveis do governo uruguaio. No entanto, no que diz respeito à Teoria da Defrontação, o documento apontava que era “irrazoável incentivar o estudo de uma teoria territorialista” (Brasil, 1978, p. 1).

Por outro lado, vezes no Parlamento brasileiro, como Eurípedes Cardoso de Menezes, enfatizaram uma participação proativa do Brasil na Antártica. Isso ficou expresso em um texto publicado em 1971, na Revista do Clube Militar, sob o título “Os Direitos do Brasil na Antártida”. Segundo Menezes (1971, p. 5-8):

Podemos muito bem fazer uma declaração oficial sobre as nossas reivindicações legítimas. Não seria absurdo decretar a anexação da parte da Antártica entre os meridianos do Arroio Chuí e Martim Vaz, pelo princípio da Defrontação, adotado na divisão do Polo Norte e aceito pela Austrália, África do Sul, e Nova Zelândia. [...]. Se foi pensado no Ártico, porque não na Antártica? Principalmente porque será a única forma de resolver o problema de forma pacífica. Caso contrário, haverá divergências e atritos. [...] Depois do decreto, ocupemos o que deve ser nosso, e através da nossa Embaixada nas Nações Unidas, façamos valer o nosso direito, soberania e desejo de justiça e paz.

Neste caso, percebe-se como uma possível reivindicação territorial brasileira na Antártica baseou-se principalmente na “Teoria da Defrontação”. Porém, foi adaptado ao contexto do Polo Sul, por Therezinha de Castro e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para eles, a

6 O memorando menciona um telegrama emitido pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires em 16 de agosto de 1958. Além disso, esta situação prejudicaria por muitos anos os esforços brasileiros para enviar cientistas para a região. É uma das razões pelas quais o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) opera historicamente com apoio chileno e não argentino.

Antártica deveria ser dividida pelos meridianos extremos dos países do Hemisfério Sul, o que significava que o Brasil teria o direito de reivindicar parte do território antártico⁷. Portanto, apesar da proposição de Collor (1956) sobre uma ocupação efetiva por meio de uma operação naval, tornou-se mais substancial e coerente a versão, de acordo com Castro e Delgado de Carvalho, segundo a qual o Brasil deveria ocupar o que lhe pertencia por direito de defrontação.

Para compreender o ambiente político da época, as percepções sobre a Antártica foram influenciadas pelo impulso dos estudos na Áustria-Hungria, em 1880, que contribuíram para a realização do Ano Polar de 1882/83. O evento foi repetido meio século depois, com o advento do Ano Geofísico Internacional (1957-58), com 37 nações, incluindo o Brasil, que teve imenso impacto no avanço da ciência polar. Neste episódio paradigmático, ficou estabelecido que o critério para participar da Conferência que deu origem ao Tratado da Antártica era realizar pesquisas significativas naquele continente durante o Ano Geofísico Internacional.

Doze países cumpriram este critério e, portanto, foram os signatários originais. Quanto ao Brasil, o País não participou de atividades de pesquisa na Antártica e nunca havia enviado expedição à região no período referenciado. Portanto, o País não foi convidado a participar da Conferência. Contudo, o Ministério das Relações Exteriores apresentou protestos sem sucesso em seu propósito.

Curiosamente, pouco antes, em 23 de março de 1955, o Estado-Maior do Exército enviou ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional um relatório defendendo a possibilidade de reivindicação territorial do Brasil sobre a Antártica. O tema chegou a ser destaque em jornais nacionais, a exemplo da Revista da Semana, em edição de 30 de abril de 1955, sob o título “Um pedaço da Antártida pertence ao Brasil” (Lima, 1955), e de O Globo, em edição de 9 de fevereiro de 1956, com a manchete “Também temos direito à Antártica” (*O Globo*, 1956).

3 A DIPLOMACIA E A GEOPOLÍTICA POLAR DO BRASIL

Após o advento da Guerra Fria, a Antártica tornou-se fundamental no tabuleiro da política internacional. Do ponto de vista estratégico, rotas marítimas internacionais relevantes interligam-se com a Antártica, como a Passagem de Drake e o Cabo da Boa Esperança. Para o diplomata José Marcus Vinícius de Souza, em registro histórico (Brasil, 1967), além de Simões *et al.* (2011) e Simões (2020), a região impacta sobre diversos processos globais, principalmente a dinâmica atmosférica, os fluxos oceânicos e, portanto, todo o sistema climático com consequências sensíveis para o agronegócio e a pesca.

7 Com base nesta perspectiva teórica, o Brasil reivindicaria o setor da Antártica localizado entre os meridianos do Arroio Chuí e a Ilha de Martim Vaz.

Segundo Colacrai (2004), Ainley *et al.* (2009) e Câmara e Melo (2018), existem vastas reservas de minérios estratégicos, além de substancial quantidade de água doce na Antártica. Thorp (2012) afirma que, nas águas dos mares de Ross e Weddell, há mais de 50 milhões de barris de petróleo, o que é comparável às reservas do Alasca, embora isso não compusesse a prioridade da agenda geopolítica na esteira da Segunda Guerra Mundial, quando o conhecimento científico era escasso.

A preocupação que afligia as potências era o receio de tensões da Guerra Fria, de uma corrida armamentista ou da ocupação territorial de algum país. Naquele contexto, alguns Estados passaram a reivindicar direitos de soberania sobre áreas que se sobrepunham, contribuindo, inclusive, para a deflagração de conflito armado na região (Câmara; Gonçalves, 2022). Esse ambiente de incertezas desencadeou o lançamento de operações relevantes. Os Estados Unidos lançaram a mais extensa operação polar até então, a Operação High Jump (1946-1947), envolvendo mais de 4.000 militares e 13 navios de guerra da Marinha. Por sua vez, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) lançou a sua Flotilha Slava (1946) para a Antártica. Nesse contexto, como parte dos desdobramentos, os Estados Unidos lançaram as operações Deep Freeze I (1955-1956) e Deep Freeze II (1956-1957).

O aumento das atividades militares em ambiente polar também passou a inserir o Ártico em iniciativas conhecidas como guerra em tempo frio ou guerra de inverno. O Ártico foi estrategicamente importante devido à disputa por recursos e eixos logísticos, uma vez que o recuo do gelo polar reduziria o custo das operações (Smith, 2022). A gênese do Tratado da Antártica ocorreu, quando, diante dessa situação, os principais atores, por volta de 1950, decidiram construir entendimento mútuo para resolver as questões de forma pacífica.

O Tratado foi concebido e assinado, inicialmente, por apenas doze países, em 1959⁸ e entrou em vigor em 1961. Ao compor a base do Sistema do Tratado da Antártica (STA) junto à incorporação de outros instrumentos jurídicos posteriores, representa o mecanismo regulatório do único continente onde a soberania ainda não está resolvida, uma vez que todas essas reivindicações territoriais não foram retratadas, mas apenas “congeladas” para decisões futuras. De acordo com o Artigo IV do Tratado de Washington (1959), publicado em FUNAG (2021, p.29):

1. Nada contido no presente Tratado poderá ser interpretado como:
 - a) renúncia por qualquer Parte Contratante a direitos previamente invocados ou a pretensão de soberania territorial na Antártida;

8 Como se pode verificar no volume sobre instrumentos normativos da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG (2021, p. 27) os membros signatários do Tratado de Washington de 1959, recepcionado pelo Brasil, em 1975, são Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Reino Unido, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, URSS e EUA.

b) renúncia ou diminuição da posição de qualquer das Partes Contratantes quanto ao reconhecimento dos direitos ou reivindicações ou bases de reivindicação de algum outro Estado quanto à soberania territorial na Antártida.

2. Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor.

O dispositivo demonstra a essência da moratória e os parâmetros que estão por ser revisados em 2048. No entanto, o STA conta hoje com 55 membros, em que apenas 29 são partes consultivas com direito de voto⁹. Assim, segundo as normas, a principal condição legal para se tornar membro votante é realizar pesquisas científicas substanciais. Nesse sentido, o Artigo IX, 2:

Cada Parte Contratante que se tiver tornando membro deste Tratado por adesão, de acordo com o Artigo XIII, estará habilitada a designar representantes para comparecerem às reuniões referidas no Parágrafo 1 do presente artigo, durante todo o tempo em que a referida Parte contratante demonstrar seu interesse pela Antártida pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica (Brasil, 1975).

Essa norma apresenta a condição-chave para a constituição de direitos. O Brasil é uma das Partes com direito a voto nas Reuniões Consultivas anuais do Tratado da Antártica (ATCM), com direitos de voto iguais aos dos Estados mais poderosos do planeta, incluindo todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Câmara; Melo, 2018). Assim, a investigação científica é fundamental para os países dispostos a influenciar o futuro da governança Antártica. Portanto, a ciência é a ferramenta geopolítica por excelência no STA (Mattos; Câmara, 2020).

Em 2048, os membros do STA terão a oportunidade de propor revisões relativas a alguns pontos-chave do Tratado, como a proibição da exploração de recursos naturais agora em vigor (Coburn, 2017) e o sistema de votação da ATCM, passando para a maioria em vez do consenso. Embora o sistema tenha-se revelado estável e eficiente, é provável que ocorram mudanças geopolíticas, mesmo antes de 2048 (Allen *et al.* 2020). É crucial notar que num contexto em que a camada de

9 Parties (ats.aq), em Secretariat of Antarctic Treaty (2024).

gelo continua a derreter, a procura global de petróleo e minerais poderá crescer e as tecnologias de mineração tornar-se-ão mais viáveis (Chown *et al.*, 2022). No entanto, as reivindicações territoriais históricas sobre o Continente Branco permanecem.

4 O TRATADO DA ANTÁRTICA E O BRASIL

A investigação científica é a base do sistema Antártico. Inspirado na abordagem geopolítica segundo uma perspectiva científica, o Brasil comemorou, em 2021, o 40º aniversário de sua primeira expedição científica à Antártica.¹⁰ O interesse brasileiro em assinar o Tratado da Antártica ocorreu no contexto das crises do petróleo da década de 1970, incentivando o Brasil a avaliar prioridades, em uma década marcada por turbulências numa perspectiva multidimensional. Alguns dos assuntos mais relevantes no processo foram energia, finanças e envolvimento militar. E em meio à ordem ambientalista emergente, o Brasil buscou alternativas no setor de fornecimento de energia, o que finalmente contribuiu, entre outras diretrizes, para a adesão ao Tratado de Washington em 1975.¹¹

Nesse sentido, a década de 1970 foi marcada por uma segunda onda a favor da Teoria da Defrontação. Isso pode ser constatado por meio dos discursos do deputado Eurípedes Cardoso de Menezes na Câmara dos Deputados brasileira, justificando a presença do País na Antártica e, novamente, apoiando uma reivindicação territorial (Menezes, 1971). Therezinha de Castro e Menezes foram fundamentais nesses esforços e, de alguma forma, incentivaram a adesão do Brasil ao Tratado em 1975.

Castro (1958) e Menezes (1971) eram, de fato, a favor de reivindicações territoriais. Isso frequentemente gerou desconforto entre países vizinhos, especialmente Argentina e Chile, o que demandou ao MRE do Brasil a escritura de notas sobre o assunto para apaziguar as reclamações (Ferreira, 2005). Assim, embora o Brasil nunca tenha apresentado uma reivindicação territorial na Antártica, Castro (1958) e Menezes (1971) influenciaram a adesão do Brasil ao Tratado (1975) e a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), em 2 de janeiro de 1982, destinado a promover a pesquisa científica para compreender os fenômenos que afetam o território nacional e a garantir a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica.

10 Em Marinha do Brasil (2022), destaca-se que, nos dias 22 e 23 de novembro de 2021, o Itamaraty promoveu o Seminário intitulado “Brasil na Antártica: balanço de quatro décadas” reunindo pesquisadores civis e militares que participaram de conferências sobre os desafios históricos e atuais. O Evento marca o momento desde que o País se tornou parte consultiva (1983), após ter lançado o PROANTAR, um dos programas científicos de maior sucesso do país, com duração de mais de 40 anos ininterruptos, situação bastante incomum quando se trata da Ciência brasileira, conforme observado por Câmara et al. (2020).

11 O País rapidamente percebeu que a exploração dos recursos naturais era economicamente inviável e ilegal, tal como estabelecido pelo Protocolo de Madrid de 1991.

O Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca também teve um papel crucial no envolvimento brasileiro na Antártica. Como Ministro da Marinha do Brasil durante 1979-1984, criou o programa científico concentrado na pesquisa antártica. Na ocasião, foi assinado o decreto de criação da Comissão Nacional de Assuntos Antárticos (CONANTAR), bem como um documento atribuindo a responsabilidade de elaboração do projeto de implantação do PROANTAR à Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM).

Além disso, sob a liderança do Almirante Maximiano, a Marinha do Brasil comprou um Navio Polar, empreendeu a primeira missão científica e construiu uma Estação Antártica. A embarcação adquirida foi um navio polar dinamarquês usado, “Thala Dan”, então rebatizado de Barão de Teffé (H-42)¹². Em 20 de dezembro de 1982, esta embarcação oceanográfica (NApOC) saiu da Cidade do Rio de Janeiro e navegou para o Sul em direção à Antártica, chegando em 4 de janeiro de 1983 (Câmara *et al.*, 2020); em 1983, o Brasil lançou sua primeira expedição à Antártica, a Operação Antártica I (OPERANTAR), ao lado do navio N/Oc. Professor W. Besnard, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP)¹³. Em 1984, foi construída uma estação de pesquisa (Estação Antártica Comandante Ferraz-EACF), que, em 1986, tornou-se permanente, funcionando durante todo o ano desde então.

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) continua sendo um dos programas científicos de maior êxito no País. Para Câmara *et al.* (2020), ao conferir ênfase em processos decisórios nacionais, verifica-se uma perspectiva antártica relacionada à interação entre oficiais das Forças Armadas, diplomatas e representantes da comunidade epistêmica. Dessa maneira, as diretrizes estratégicas brasileiras, desde 1975, sublinham o papel da ESG, da Marinha, do Itamaraty e de ministérios como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), além de outras instituições que contribuíram para que se construísse uma mentalidade sobre ciência antártica no Brasil.

4 BRASIL: observador ou formulador de normas?

Em 1992, como parte dos renovados interesses brasileiros na Antártica, foi feito um acordo entre a Marinha e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, as Forças Armadas seriam responsáveis por todo o apoio logístico, incluindo o financiamento da EACF e das embarcações polares, e, por sua vez, a Secretaria de Ciência e Tecnologia seria responsável pela condução e financiamento de toda a Ciência Antártica. Este acordo, em vigor, tem como resultado, expedições

12 Para informações fornecidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, ver Marinha do Brasil (2022).

13 Posteriormente, o Brasil adquiriu o NApOc Ary Rongel (H-44), também conhecido como “Gigante Vermelho”, construído na Noruega e encomendado à Marinha do Brasil em 1994.

científicas sem interrupção nos últimos 40 anos, mesmo quando a EACF foi destruída por um incêndio em 2012 (Pedone; Hernandez, 2020).

Além disso, a investigação científica tem sido feita em embarcações polares e locais de acampamento. Consequentemente, os pesquisadores não dependem exclusivamente da estação, com exceção do episódio no verão de 2020/2021, quando, devido à pandemia de COVID, as pesquisas ficaram restritas aos laboratórios do Brasil: foi o único momento em que os cientistas do PROANTAR não realizaram trabalho de campo. No entanto, é essencial notar que as pesquisas não cessaram, pois, a grande maioria da ciência polar do Brasil é feita em universidades públicas e centros de pesquisa, sem os quais o Brasil não teria ciência antártica e passaria a descumprir a obrigação do Tratado.

Apesar das condições favoráveis, o Brasil ainda enfrenta obstáculos (Oliveira *et al.*, 2024). Os dois desafios mais significativos para o Brasil são de natureza i) política, no sentido de que as autoridades brasileiras devem ter em mente que a Antártica é importante para a diplomacia estratégica, na qual o apoio financeiro estável sempre foi uma preocupação significativa (Câmara *et al.*, 2020) e ii) técnico-científica, pois implica que os pesquisadores brasileiros devem se esforçar constantemente para consolidar conexões com outras equipes de pesquisa, incluindo Chile e Argentina, o que significa que a cooperação internacional é de extrema importância para pesquisas futuras em áreas estratégicas.

Nesse sentido, interesses brasileiros bem definidos e de longo prazo poderão encontrar obstáculos orçamentários, administrativos e diplomáticos. Três elementos podem prejudicar o empreendimento antártico brasileiro: i) ausência de apoio financeiro regular, ii) negligência logística (intensificando a dependência do Chile e da Argentina) e iii) redesenho do setor administrativo. Os desafios incluem a elevada rotatividade em cargos estratégicos nas estruturas político-burocráticas, como, por exemplo, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a SECIRM, e o Ministério das Relações Exteriores. Esses fatores têm potencial para fragilizar a agenda política brasileira.

No entanto, os resultados de um estudo realizado por Boyadjian *et al.* (2020) demonstraram que o Brasil tem potencial para estar melhor posicionado no ranking de pesquisas antárticas por dois motivos. Primeiro, de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil tem condições de estar entre os dez primeiros países mais relevantes, como acontece quando são classificados de acordo com esse indicador. Além disso, os países com PIB elevado têm apresentado financiamento estável, o que provavelmente está correlacionado com a sua produção científica em termos de qualidade e quantidade, enquanto a estabilidade não é o caso no Brasil. Em segundo lugar, o Brasil é um país do Hemisfério Sul com dois vizinhos com reivindicações territoriais sobre a Antártica: Argentina e Chile. Não tendo reivindicações, o Brasil é um potencial interlocutor para questões antárticas.

Quanto à Estação Antártica (EACF), uma primeira versão foi construída em 1984, passando por significativas ampliações e reformas. Serviu a gerações de cientistas até ser quase destruída por um incêndio em 2012, com a perda de duas vidas. Em 2013, uma estação temporária foi instalada no local em que, posteriormente, a nova estação seria construída e foi inaugurada em janeiro de 2020, contando com uma área de 4.500 m² e representando a maior e a mais moderna da Península Antártica, com 17 laboratórios e potencial para imprimir um grande impulso à Ciência Antártica Brasileira, se devidamente financiada, pois proporcionava produção científica durante todo o ano, inclusive no inverno. O tamanho, a arquitetura e os diversos laboratórios atraíram a atenção de outras nações, já que indicam uma importância geopolítica vinculada a interesses permanentes do Brasil e sinalizam o papel central da ciência como principal ferramenta política no Sistema do Tratado da Antártica.

A pesquisa é condição para o direito de voto nas reuniões anuais dos países signatários do Tratado. Por esse motivo, a estação, segundo Simões (*apud* Pierro, 2020), possui expressivo conteúdo geopolítico. Para Câmara *et al.* (2019), a geopolítica para a Antártica no século XXI envolve ameaças de natureza não convencional, como eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e alterações no potencial biotecnológico. Ademais, desafios crescentes marcam a apropriação territorial e o acesso aos recursos biológicos, evidenciando um tabuleiro geopolítico que precisa incluir o ciberespaço e as tecnologias disruptivas. No que se refere a pesquisas botânicas, esses elementos corroboram a percepção de Câmara e Carvalho-Silva (2020), para quem o Brasil tem potencial para desempenhar um papel central no desenvolvimento da próxima geração da ciência antártica.

Em cada 3 a 4 anos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lança editais para recebimento de propostas destinadas a apoiar a Ciência Antártica. Por meio de sua agência financiadora, o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, costuma apoiar cerca de 20 propostas, incluindo áreas diversas como Atmosfera, Oceanografia, Biologia Marinha, Biologia Terrestre, Glaciologia, Edafologia, correntes marítimas e eólicas, entre outras áreas. Os laboratórios de última geração da Estação Ferraz, associados ao capital humano, fornecem um cenário otimista para a ciência antártica brasileira.

5 OS RECURSOS BRASILEIROS NA GOVERNANÇA POLAR

A maximização dos esforços brasileiros pode ser sentida em iniciativas de diversas naturezas, aumentando a consciencialização sobre uma mentalidade antártica e inserindo a diplomacia polar no radar nacional. Por um lado, as ações administrativas têm aprimorado a estrutura normativa que consolidou o engajamento do País, demonstrando que o Estado brasileiro e a comunidade científica estão comprometidos em tornar o Brasil uma potência científica na

Antártica. Por outro lado, os resultados desta política de Estado estão florescendo e ganhando peso, como pode ser visto através de estações científicas, laboratórios, módulos e embarcações que podem ser interpretados como um símbolo, em que a ciência é a principal fonte de influência geopolítica.

O Brasil tem implementado continuamente esforços para modernizar os mecanismos institucionais. O Decreto nº 1.791, de 15 de janeiro de 1996, criou o CONAPA, Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Brasil, 1996), no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Reformulado pelo Decreto nº 10.603 em 20 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021), o CONAPA aprimorou estruturas normativas para lidar com diretrizes nacionais, comitês consultivos e relações institucionais nacionais e internacionais com órgãos brasileiros e o SCAR, o Comitê Científico de Pesquisa Antártica, por meio de representantes de ministérios e da comunidade científica.

No âmbito das competências da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do MCTI, o CONAPA é o gestor e incentivador das ações governamentais na Antártica (Brasil, 2021). Entre outras tarefas, empreende medidas no âmbito da iniciativa, como i) a Ciência Antártica para o Brasil: Plano de Ação 2013-2022 e ii) o Plano Decenal para a Ciência Antártica 2023-2032 (Brasil, 2022). Enquanto a iniciativa do Plano Decenal demonstra que a Antártica está inserida no Brasil como uma Política de Estado, o primeiro Plano de Ação Decenal (2013-2022) resultou no Programa Ciência Antártica, cujo objetivo foi desenvolver pesquisas sobre a Antártica e suas conexões com o Oceano Atlântico e a América do Sul, abrangendo seis temas: Mudanças Climáticas, Criosfera, Geodinâmica, Biocomplexidade, Dinâmica Atmosférica e temas emergentes.

Um segundo Plano Decenal da Ciência Antártica (2023-2032) confirma o compromisso, consolida resultados e mantém uma ênfase científica que abre caminho para os interesses brasileiros. Rosa (2022) esclarece que o Plano Decenal se baseia na agenda do SCAR, em que o CONAPA elabora o documento submetido à consulta pública, incluindo especialistas sobre a Antártica, cujas opiniões, sugestões e correções retornam para ajustes. O Plano Decenal inova, contemplando as mudanças climáticas e a inserção científica do Brasil não somente na Antártica, mas também no Ártico, tema que vem sendo debatido, como uma questão candente na atual sociedade brasileira.

Com base na perspectiva brasileira sobre uma Geopolítica de conteúdo científico, o desenvolvimento do novo Navio Polar Antártico (NAPAnt Almirante Saldanha) é uma ferramenta relevante para a expansão de capacidades (Brasil, 2022). Barreira (2022) afirma que a Marinha do Brasil espera comissionar o navio no final de 2025, no âmbito do consórcio entre o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) e a Sembcorp Marine Singapore. Os navios NAPoc Ary Rongel (H44) e NPo Almirante Maximiano (H41) têm sido os principais meios para a logística, além de importantes meios de produção científica: segundo Almeida (2019), por meio de cinco laboratórios embarcados, o Brasil desenvolve cerca de 40% de sua produção

científica, a bordo, abrangendo áreas como Glaciologia, Meteorologia, Biologia, Climatologia, entre outras áreas.

Por intermédio do NApAnt Almirante Saldanha, o PROANTAR passa a operar em área mais ao Sul do que tem abrangido nos últimos 40 anos. Isso facilita a operabilidade em períodos de permanência mais prolongados, oferece alternativa para antecipação do início e postergação do fim das operações oferecendo maior flexibilidade aos cientistas brasileiros. O navio tem capacidade para deslocar aproximadamente 5.880 toneladas, em comprimento de 93,9 m, largura de 18,5 m, calado de 6 m, velocidade de cruzeiro de 12 kt, autonomia de 70 dias e tripulação de 95 pessoas, incluindo 26 pesquisadores.

Além disso, foram adquiridos três helicópteros da Airbus, bimotores e polivalentes, H135, (UH-27 na Marinha do Brasil), para complementar a estrutura operacional. Planejados para operar com navios brasileiros na Antártica, os H135 foram adquiridos em 2019 da Helibras, divisão brasileira de helicópteros da Airbus, para substituir o esquadrão Águia, o AS355F2 Écureuil (UH-13 da Marinha do Brasil). São apropriados para transporte de tropas e cargas, vigilância e evacuação: segundo a Marinha do Brasil (2020), dois foram entregues em 2020. Uma terceira aeronave, de acordo com Barreira (2021), foi entregue em 2021.

Quanto aos Módulos Criosfera, eles significam a atuação científica mais meridional da América Latina na Antártica. O módulo Criosfera 1 (84°S) marca a presença e a expansão do Brasil na Antártica continental a mais de 2.000 km da EACF, operando em modo automático desde 2012. Concebido a partir de uma parceria entre pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), monitora o clima e a química atmosférica (Marcher *et al.*, 2022). No dia 28 de setembro de 2022, foi enviado para a Antártica o Laboratório Automatizado e Sustentável “Criosfera 2”, integrante do PROANTAR (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1922), montado pelo Centro Polar e Climático da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024).

Esses dispositivos têm apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No segundo módulo, oito pesquisadores participaram da instalação orientada pelo professor Jefferson Simões: o Criosfera 2 prioriza a tecnologia nacional, dedicando atenção a pesquisas sobre Mudanças Climáticas, Climatologia e Glaciologia, e a plataformas de gelo que afetam o Atlântico Sul. O objetivo é melhorar a compreensão da variação climática na Antártica, avaliando como ela afeta frentes frias, ciclones extratropicais e eventos extremos, além de apoiar pesquisas glaciológicas.

Quanto à Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), sua primeira versão foi publicada em 1987, sendo atualizada por meio do Decreto nº 11.096, de 15 de junho de 2022. É nesse contexto que, materializando uma política pública, trata-se

do principal documento que define as atividades antárticas brasileiras, abordando desafios do contexto internacional e apresentando novas perspectivas sobre a presença brasileira na região. Em uma análise prospectiva, com a atenção em 2048, aponta o papel do Brasil. O Sistema do Tratado da Antártica (STA) indica o futuro da participação brasileira nos assuntos antárticos. Em um contexto onde as ameaças que impactam a Antártica tornaram-se mais difusas e trazem riscos disruptivos, identifica-se o surgimento de novos polos de poder, junto a alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à escassez de recursos naturais estratégicos (Arpi *et al.*, 2022). Em uma perspectiva geopolítica, a Antártica apresenta-se como uma questão estratégica da mais alta prioridade para o Brasil. Atualmente, a comunidade científica tem insistido na necessidade de se pensar na diplomacia polar conectada com o Ártico, para aprofundar o debate no Brasil sobre as dinâmicas planetárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser o sétimo país mais próximo da Antártica, os administradores dos interesses nacionais e os estrategistas somente identificaram um conteúdo geopolítico da Antártica em meados da década de 1950. Como pode ser visto por meio da análise documental, a Antártica é muito grande e muito próxima do Brasil para ser ignorada. Um estudo cuidadoso desses arquivos tem revelado que, paulatina e progressivamente, o País vem assimilando a importância da Antártica como um componente nas expectativas nacionais mais genuínas, notadamente após o evento extremo que abalou o Estado do Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024.

Os estudos inaugurais realizados na ESG lançaram os pilares do Pensamento Antártico Brasileiro. Isso decorreu, inicialmente, a partir dos esforços que buscavam evitar problemas com países vizinhos, como Argentina e Chile. Contudo, foi nesse contexto que o Brasil percebeu que o Continente Gelado se associa a questões geopolíticas e estratégicas, vinculado a agendas como segurança alimentar, integridade da biosfera, ciclo hidrológico global e alterações climáticas.

Nos dias de hoje, o Brasil experimenta uma fase promissora. Consciente de seus interesses estratégicos e havendo possibilidades de ampliação de atividades científicas, identifica objetivos nacionais ao posicionar-se como ator polar na Antártica e no Ártico. Os desafios na geopolítica antártica vinculam-se a importantes mecanismos de governança polar, ao se considerarem as conexões entre as mudanças climáticas na Antártica e as variações na incidência de frentes frias que atingem a América do Sul. Isso demonstra relações complexas que precisam ser compreendidas de forma abrangente, pois o Brasil tem potencial para desempenhar um papel vital nesses desafios globais.

A pesquisa documental junto a iniciativas como a inauguração da nova Estação Científica Antártica e o lançamento dos módulos Criosfera, indicam que o Brasil projeta seus interesses, ao assumir responsabilidades como protagonista na arena política contemporânea. Isso constitui, portanto, um ponto de virada que

coloca a humanidade em um novo contexto de incertezas, trazendo consequências imprevisíveis, em que a Antártica tem relevância crucial.

Os ensinamentos de Sánchez (2018) nos lembram que a Antártica está mais frágil do que nunca. Dessa forma, reconhecendo a singularidade do Continente, a Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil estabeleceu como uma de suas Ações Estratégicas de Defesa (AED n.83) a importância de “incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica” evocando as percepções identificadas desde os anos 1950, quando os pilares do Pensamento Antártico Brasileiro floresceram na ESG. Além de revelar o franco desenvolvimento de uma mentalidade antártica, indicando uma abordagem geopolítica guiada pela produção científica, esse pensamento aponta para a descoberta de outras vocações do Brasil, as quais esperam ser identificadas.

REFERÊNCIAS

AINLEY, David *et al.* (org) *Antarctic climate change and the environment*, Cambridge: The Scientific Committee on Antarctic Research, Scott Polar Research Institute, 2009.

ALLEN, John R. *et al.* How the world will look after the coronavirus pandemic, *Foreign Policy*, March 20, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/03/20/world-order-after-coronavirus-pandemic/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ALMEIDA, Maurício. Navio Almirante Maximiano transporta pesquisadores na Antártica. *Notícia de Agência Brasil*, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/navio-almirante-maximiano-transporta-pesquisadores-na-antartica>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARPI, Bruno *et al.* The Antarctic treaty system in 2021 important anniversaries but challenges for consensus decision-making. *Polar Perspectives*, v. 9, p.1-8, 2022.

BARREIRA, Victor. Brazil signs contract for Antarctic support ship. *Janes*, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazil-signs-contract-for-antarctic-support-ship>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARREIRA, Victor. Brazilian Navy accepts final H135 helicopter. *Janes*, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazilian-navy-accepts-final-h135-helicopter>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975*. Promulga o Tratado da Antártida. 1975. Disponível em: [1975https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm). Acesso em: 3 jul. 2024.

BOUÇAS, Wladimir F. Antártida: uma reivindicação brasileira, *Mensário de Cultura Militar do Estado-Maior do Exército*, v. 13, n. 90-91, p.1-13, 1956.

BOYADJIAN, Alain *et al.* In: BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de (org). *Conservation of Living Resources in Areas Beyond National Jurisdiction: BBNJ and Antarctica*, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020. p.191-212.

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Telegrama, classificado como confidencial pelo Governo Brasileiro*. Brasília, 1958a. [De: Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; Para: Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores nº 09-01-40].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Ofício n.18-B. Interesses brasileiros na Antártida*. 1958b. [Do Gen Ex Chefe do Estado Maior das Forças Armadas ao Min dos Negócios das Relações Exteriores. Data do documento: 16/04/58. Grau de Sigilo: Confidencial. Registro no Arquivo Histórico do MRE: 602.7(02)(04). Assinado por Gen Ex Octávio Saldanha Mazza. Min MRE: José Carlos de Macedo Soares].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Plano de trabalho da DAM em 1968*. Brasília, 1967. [Reg. 352.133. Grau de Sigilo: Confidencial. Data: 19/12/1967. Assina: Expedito de Freitas Resende, Chefe da Divisão da América Meridional].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Carta do Cônsul Mário da Costa Lobo, Argentina e os problemas das Malvinas e da Antártida, Jurisdição do Consulado Brasileiro em Bahia Blanca. Telegrama*. Classificado como confidencial pelo Governo Brasileiro, assinado por José Marcus Vinícius de Souza (13 de dezembro de 1967). Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico, Brasília. Consultado em 10 de agosto de 2020.

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Resptel 1068 urgente. De: DAM-I para Brasemb Montevideú. Índice: Antártica. Documentação. Teoria da defrontação*. Brasília, 1978. [Grau de Sigilo: Secreto. Data: 04/08/1978. Assinado por: Exteriores].

BRASIL. *Decreto nº 10.603 de 20 de janeiro de 2021*. Apresenta o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10603.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1791. Estabelece o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica, CONAPA, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. *Material didático da disciplina panorama mundial da política internacional*: Organização das Nações Unidas. [S.l.: s.n.], 1956. Curso Superior de Guerra, Estado Maior das Forças Armadas, Presidência da República. Registro: Reservado I-05-561 (1956): Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção Acervo Histórico, Brasília.

BRASIL. O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas avaliará plano de ação científica brasileira na região. *Boletim diário MCTI*, 2 maio 2022. Disponível em https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/4272/1/2022_05_02_boletim_diario_mcti.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf/view>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Aeronaves UH-17 do 1o Esquadrão de Helicópteros de emprego geral realizam o primeiro voo na Antártica*. 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/aeronaves-uh-17-do-1o-esquadrao-de-helicopteros-de-emprego-geral-realizam-primeiro-voo-na>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view. Acesso em 01 ago. 2024.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva *et al.* Brazil in Antarctica: 40 years of science, *Antarctic Science*, v.33, p. 30-38, 2020.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva *et al.* Potências polares na Antártica e a diplomacia estratégica brasileira. In: ACADEMIC CONGRESS ON NATIONAL DEFENSE, 16., 2019. *Anais [...]*, Escola de Guerra Naval, 2019.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; CARVALHO-SILVA, Micheline. 180 years of botanical investigations in Antarctica and the role of Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, v.34, no.2, 2020, pp. 430-436.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; GONÇALVES, Joanisval Brito. O Incidente da Baía Esperanza: possibilidades de confrontação militar na Antártica. *Revista Marítima Brasileira*, v.144, p. 159-164, 2022.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; MELO, Renato Batista de. Brasil na Antártica, os próximos 30 anos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 33, n. 68, p. 64-8, 2018.

CARVALHO, Carlos Delgado de; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. *Revista do Clube Militar*, v.142, p. 502-506, 1956.

CASTRO, Therezinha de. Antártica: o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, v.16, no. 142, p. 42-49, 1958.

CHOWN, Steven L. *et al. Antarctic climate change and the environment: a decadal synopsis and recommendations for action*. Cambridge: Scientific Committee on Antarctic Research, 2022.

COBURN, S. Eyeing 2048: Antarctic treaty system's mining ban. *Columbia Journal of Environmental Law*, v. 42, p. 1–6, 2017.

COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

COLLOR, Lindolfo. Os antecedentes: Polo Norte. 1956. [Acervo: Biblioteca MRE, BSB. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico].

CUNHA, Guilherme Lopes da *et al.* O pensamento antártico brasileiro e as instituições de defesa. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 81, p. 58-73, 2022.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Dissertação (Mestrado) - Instituto Rio Branco, 2005.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. O sistema do tratado da Antártica: instrumentos normativos / Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília, DF: FUNAG, 2021.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. O sistema do Tratado da Antártica: documentos e estudos / Fundação Alexandre de Gusmão — Brasília: FUNAG, 2022.

LIMA, Vinícius. Um pedaço da Antártica pertence ao Brasil. *Revista da Semana*, 30 abr.1955.Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_05&pasta=ano%20195&pesq=Antártida&pagfis=16314. Acesso em: 1 nov. 2023.

MARCHER, Andressa *et al.* Water stable isotopes in snow along a traverse of the West Antarctic Ice Sheet: insights into moisture origins, air-masses distillation history, and climatic value. *An Acad Bras Cienc*, v. 94, Suppl. 1, 2022.

MARINHA DO BRASIL. *Assinado o contrato de construção do Navio de Apoio Antártico*. Agência Marinha de Notícias, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/assinado-o-contrato-de-construcao-do-navio-de-apoio-antartico>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MATTOS, Leonardo Faria; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva. A Ciência Antártica como Ferramenta Geopolítica para o Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, v. 140, p. 15-23, 2020.

MENEZES, Eurípedes Cardoso. *Declaração da Antártica*: discurso na Câmara dos Deputados. 1971. [Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico].

O GLOBO. Também temos direito à Antártica. 1956. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019560209>. Acesso em: 02 jul. 2024.

OLIVEIRA, Israel *et al.* Antártica, meio ambiente e mudanças climáticas: a participação da ciência brasileira no continente gelado. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 2967, 2024.

PEDONE, Luiz; HERNÁNDEZ, Gabriele Marina Molina. A reconstrução da estação Antártica Comandante Ferraz. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v.12, n. 23, p.37-55, 2020.

PIERRO, Bruno de. Estação na Antártica é reaberta: nova infraestrutura, que tem capacidade para 64 pessoas e 17 laboratórios, substitui base incendiada em 2012. *Pesquisa Fapesp*, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/estacao-antartica-e-reinaugurada/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

POIRIER, Pascal. Possession of the lands in the north of the dominion. In: *Debates of the Senate of the Dominion of Canada (1906-7)*. BROS, Holland (ed.) Discurso no Senado do Canadá. 1906. [10º Parlamento, 3ª Sessão: v. 1., 20/2/1906]. Disponível em: https://parl.canadiana.ca/view/oop.debates_SOC1003_01. Acesso em: 2 jul.2024.

ROSA, Luiz Henrique. *O Plano Decenal da Ciência Antártica (2023-2032): percepções como membro do Comitê Nacional de Pesquisa Antártica (CONAPA)*. Entrevistado por Guilherme Lopes da Cunha, em 30 nov. 2022. [via mensagem eletrônica].

SÁNCHEZ, Ignacio José García. *La Antártida 2050: horizontes foscas. Cuadernos de estrategia: Instituto Español de Estudios Estratégicos Madrid*, v.198, p. 229-260, 2018.

SECRETARIAT OF ANTARCTIC TREATY. *Parties*. 2024. Disponível em: <https://www.ats.aq/devAS/Parties?lang=e>. Acesso em: 15 jul. 24.

SILVA, Paulo Vecchi Ruiz Cardoso da. *Brasil, um país polar: a presença brasileira na Antártica e as perspectivas no Ártico*. Dissertação (Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, 2020.

SIMÕES, Jefferson Cardia *et al.* *Antártica e as mudanças globais: um desafio para a humanidade*. São Paulo: Editora Blucher, 2011.

SIMÕES, Jefferson Cardia. *A Brazilian Perspective on Antarctica and the Southern Ocean*. In: Anders Beal. (Org.). *The White Continent and South America: Climate Change, Global Policy, and the Future of Scientific Cooperation in Antarctica*, Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2020, v. 1, p. 110-127.

SMITH, Jason. *Melting the Myth of Arctic Exceptionalism*. *Modern War Institute at West Point, 19 ago*. 2022. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/melting-the-myth-of-arctic-exceptionalism/>. Acesso em: 02 jul. 24.

THORP, Arabella. *Antarctica: the treaty system and territorial claims*. *House of Commons: International affairs and Defense Section*. 2012. Disponível em: <http://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN05040/SN05040.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Centro polar e climático*. 2024. Disponível em: <https://www.centropolar.com>. Acesso em: 9 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Criosfera 2 embarca rumo à Antártica*. 2022. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/criosfera-2-embarca-rumo-a-antartica-1>. Acesso em: 3 jul. 2024.

Recebido em: jun. 2024.

Aceito: jul. 2024.

AS RAÍZES NACIONALISTAS DA PROFESSORA THEREZINHA DE CASTRO E SEU LEGADO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

THE NATIONALIST ROOTS OF PROFESSOR THEREZINHA DE CASTRO AND HER LEGACY FOR BRAZILIAN NATIONAL WAR COLLEGE

LAS RAÍCES NACIONALISTAS DE LA PROFESORA THEREZINHA DE CASTRO Y SU LEGADO PARA LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA

Jamylle de Almeida Ferreira*
Luiza das Neves Gomes**

RESUMO

Therezinha de Castro (1930-2000), filha do General Fábio de Castro e da Sra. Nedyr de Castro, foi uma ativa estudiosa da Geopolítica brasileira. A partir da produção que ela nos deixou como legado percebemos sua ligação com diferentes áreas do conhecimento: Ciência Política, Sociologia, História, Educação, Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais. Este artigo tem o objetivo de destacar a atuação pioneira de uma mulher civil na área de segurança, defesa e geopolítica, analisando, que para além de sua referência paterna – um general, sua origem familiar materna pode nos revelar aspectos importantes, e das suas raízes nacionalistas e republicanas. Na última parte do texto vamos demonstrar como a memória da Therezinha vem sendo perpetuada pela Escola Superior de Guerra (ESG) pontuando as diversas iniciativas em sua homenagem e fechando com a descoberta de um familiar pertencente ao Corpo Permanente da Instituição.

Palavras-Chave: Geopolítica; Escola Superior de Guerra; Genealogia materna.

ABSTRACT

Therezinha de Castro (1930-2000), daughter of General Fábio de Castro and Mrs. Nedyr de Castro, was an active scholar of Brazilian Geopolitics. From the production she left us as a legacy, we see her connection with different areas of knowledge: Political Science, Sociology, History, Education, Geography, Geopolitics and International Relations. This article aims to highlight the pioneering role of a civilian

* Geógrafa, Mestre e Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3023365944188675> Contato: jamylleaferreira@gmail.com

** Historiadora, Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1040209135067413>. Contato: luizadasnevesg@gmail.com

woman in the area of security, defense and geopolitics, analyzing that, in addition to her paternal reference – a general, her maternal family origin can reveal important aspects of her nationalist and republicans. In the last part of the text we will demonstrate how Therezinha's memory has been perpetuated by Brazilian National War College (ESG), highlighting the various initiatives in her honor and ending with the discovery of a family member belonging to the Institution's Permanent Corps.

Keywords: Geopolitics; Brazilian National War College; Maternal genealogy.

RESUMEN

Therezinha de Castro (1930-2000), hija del general Fábio de Castro y de la señora Nedyr de Castro, fue una activa estudiosa de la geopolítica brasileña. Desde la producción que nos dejó como legado, vemos su conexión con diferentes áreas del conocimiento: Ciencia Política, Sociología, Historia, Educación, Geografía, Geopolítica y Relaciones Internacionales. Este artículo pretende resaltar el papel pionero de una mujer civil en el ámbito de la seguridad, la defensa y la geopolítica, analizando que, además de su referente paterno –general, su origen familiar materno puede revelar aspectos importantes de su carácter nacionalista y republicano. En la última parte del texto demostraremos cómo la memoria de Therezinha ha sido perpetuada por la Escuela Superior de Guerra (ESG), destacando las diversas iniciativas en su honor y finalizando con el hallazgo de un familiar perteneciente al Cuerpo Permanente de la Institución.

Palabras clave: Geopolítica; Escuela Superior de Guerra; Genealogía materna.

1 INTRODUÇÃO

Therezinha de Castro figurou como uma das principais pensadoras da geopolítica brasileira, reconhecida internacionalmente, ao longo de sua vida abordou diversos temas relevantes para geopolítica, como por exemplo: a importância da Antártica e do Atlântico Sul.

Foi com essas palavras que o insigne geopolítico esguiano Meira Mattos definiu a Professora Therezinha:

A Professora Therezinha de Castro foi uma pesquisadora incansável e uma lutadora obstinada pela aceitação de suas propostas geopolíticas. Deixou dezenas de livros, realizou centenas de conferências no Brasil e no exterior e produziu um milhão de artigos. Foram trinta anos (décadas de 1970-90) de infatigável produção intelectual. Dos muitos temas que tratou destacaram-se: a necessidade de uma estratégia brasileira

de presença ativa no Atlântico Sul, para isto a importância de participarmos da ocupação da Antártica [...] (Mattos, 2002, p.79).

Ela foi uma das pioneiras a defender a necessidade do Brasil marcar presença no continente antártico, em função de suas imensas reservas minerais e de água, por meio da 'Teoria da Defrontação'¹. Anos mais tarde, viu seu esforço recompensado com sucesso. Foi em janeiro de 1982 que a Marinha do Brasil oficializou a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) - até hoje gerenciado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) - ao adquirir o quebra-gelo dinamarquês Thala Dan, mais tarde renomeado Barão de Teffé. No mesmo ano, o Brasil realizou sua primeira expedição à Antártida, conhecida como "Operação Antártica I".

De maneira análoga instigou, por meio de inúmeros trabalhos, o despertar do Brasil para a importância estratégica do Atlântico Sul no contexto da segurança hemisférica. A professora Therezinha de Castro buscou colocar a mentalidade marítima e a importância geoestratégica do Atlântico Sul em maior destaque, ressaltando a necessidade do estreitamento das relações com os países do Cone Sul.

Ela enfatiza o Atlântico como o "mais intercontinental dos oceanos", por constituir-se de um espaço marítimo entre os continentes africano, americano e antártico e por possuir três corredores ou "vasos intercomunicantes oceânicos", formados pelo estreitamento Natal-Dakar (caminho direto entre América/África/Europa) e pelos Estreitos de Drake/Beagle/Magalhães (ligação natural Atlântico/Pacífico) e Passagem do Cabo (passagem Atlântico/Índico e ligação América/África/Ásia) (Castro, 1996).

A produção textual da Professora Therezinha de Castro claramente se baseia em uma perspectiva nacionalista, destacando-se: "José Bonifácio e a Unidade Nacional" (1984); "O Brasil no Mundo Atual - Posicionamento e Diretrizes" (1982); "Brasil: da Amazônia ao Prata" (1983); "Retrato do Brasil" (1986); "Nossa América: Geopolítica comparada" (1994); "Rumo à Amazônia" (1998); e a sua obra seminal "Geopolítica: princípios, meios e fins", escrita em 1999.

Uma mulher claramente política e ativa nacionalista, o que fica evidenciado quando ela própria define a geopolítica da seguinte forma:

Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada. Poderá, assim, traçar metas para um bom governo fundamentando suas diretrizes no setor da integração, no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição (Castro, 1999, p. 389).

1 A Teoria da Defrontação, concebida por Therezinha de Castro e divulgada na Revista do Clube Militar em abril/junho de 1956, com posterior transcrição pelo Boletim Geográfico em novembro/dezembro do mesmo ano, enfatizava a importância política e estratégica do continente antártico.

Esse seu nacionalismo foi frequentemente associado ao pai, o General Fábio de Castro, militar de destaque, entretanto, o objetivo deste artigo é explorar alguns aspectos de sua genealogia materna e outras influências que recebeu, que vão além das consideradas até agora como principais. Nosso objetivo é demonstrar que ela estava inserida num contexto familiar nacionalista que ia muito além do pai, isso porque a bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano era a tia-avó da Therezinha de Castro.

Sendo assim, na primeira parte do artigo realizou-se a reconstrução histórica de sua família rastreando linhagens e estabelecendo conexões entre parentes ao longo do tempo, o que envolveu a análise de diversos registros históricos, como certidões de nascimento, casamento e óbito, assentamentos paroquiais, censos e outros documentos que possibilitam acessar informações sobre a passagem dos indivíduos pela vida. Além disso, utilizou-se a fonte oral. Tais fontes documentais foram analisadas e expostas na tese de Ferreira (2021), que teve como objeto as narrativas que expressam a consolidação da Dona Yayá como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada no bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói-RJ ocupada desde, pelo menos, 1863.

Esta tese teve desdobramentos e foi complementada por artigos posteriores da autora: Ferreira (2022), Ferreira (2023) e Ferreira *et al.* (2023). O primeiro traz a convergência entre a fonte escrita e o depoimento oral como uma solução criativa em busca de respostas que a fonte escrita por si só não foi capaz de elucidar.

O segundo considera o depoimento oral para retificar a fonte escrita utilizada na pesquisa em questão, conferindo mais credibilidade à fonte oral e restabelecendo, assim, a teia de relações familiares da bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano, irmã da Joana, que só agora se sabe, avó da Therezinha de Castro².

Os registros foram fundamentais para reconstruir a história familiar, estabelecer conexões entre parentes e compreender como eventos históricos moldaram a estrutura da família da Therezinha de Castro.

Logo após essa análise, abordaremos sua contribuição para ESG e observaremos como esta instituição conseguiu, ao longo dos anos, manter viva a memória desta grande geopolítica. Nosso suporte teórico se fundamenta nos estudos de Halbwachs e Worcman, que veem a memória como um campo de disputa para reinterpretar o passado e fortalecer identidades no presente.

E falando em disputa, não há disputa mais árdua do que aquela que se trava entre o depoimento oral e a fonte escrita. Os que lidam com as fontes escritas tendem a ser céticos com relação à fonte oral e os que lidam com a metodologia de história oral, nem sempre se conformam com a necessidade de confirmar a legitimidade dos depoimentos na fonte escrita. Ferreira *et al.* (2023) comprovou

2 Uma informação que foi levantada via oralidade a partir de Fabio Furtado Pereira, tetraneto do “velho” Manoel Ignácio de Simas, de quem Therezinha era trineta.

que a fonte oral merece credibilidade, ao conseguir resolver, através do depoimento oral, uma incógnita familiar, que envolvia os ancestrais maternos da Therezinha de Castro, causada por problemas nos registros. Trebitsch (1994, p. 23) apontava que a história oral “*tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou [...]*”

2 A GENEALOGIA COMO FERRAMENTA DE INVESTIGAÇÃO

Optamos por utilizar essa ferramenta para reconstruir o contexto familiar de Therezinha de Castro, partindo de numa pequena abordagem sobre sua família direta com foco na influência paterna, passando por algumas de suas experiências, e buscando complementá-lo com uma efetiva contribuição sobre os ancestrais maternos, até então não considerados.

Não é nossa intenção neste artigo realizar uma análise teórica sobre a pesquisa genealógica, mas é importante mostrar qual é o nosso ponto de partida. É a partir dela que se pode elaborar a *árvore* genealógica de um indivíduo, que:

[...] serve para designar a determinação gráfica da ascendência de uma família, a partir de um *tronco comum*. Pela analogia ao *tronco único* da árvore, donde se bifurcam os ramos que formam a sua copada, como graficamente assim se representa a ascendência da pessoa, ou seja, a sua genealogia (Árvore [...], 2009).

Weigel (2007) amplia a definição de genealogia além do simples estudo de parentesco, ao considerá-la como a história do simbólico, da iconografia e das práticas retóricas. De acordo com o autor, isso inclui sistemas de gravação e técnicas culturais que são utilizados para transmitir o conhecimento sobre famílias, raças, espécies ou a sucessão da vida ao longo do tempo.

O historiador D’Assunção Barros ao desenvolver o trabalho acerca das denominadas “Operações Genealógicas” realizadas por “genealogistas”, afirma que tais práticas são conhecidas desde antiguidade e estiveram em alta, principalmente na Idade Média e no início da Idade Moderna, particularmente em meios aristocráticos nos quais o conhecimento da inserção do indivíduo em uma dada linhagem ou entrecruzamento de linhagens mostrava-se de vital importância para a identidade social do sujeito nobre (Barros 2013, p.146 *apud* Maciel e Maciel, 2022).

Contudo, nos últimos anos, a busca por criar árvores genealógicas tem ganhado destaque significativo. Isso se deve, em parte, ao acesso facilitado a recursos digitais e ferramentas tecnológicas que permitem uma pesquisa mais ampla

e detalhada sobre antecedentes familiares. Plataformas online³ especializadas oferecem a possibilidade de conectar dados de registros históricos, como certidões de nascimento, casamento e óbito, registros paroquiais e censos, além de permitir o compartilhamento colaborativo de informações entre familiares distantes. Essa tendência não só facilita a descoberta das raízes familiares, mas também promove uma compreensão mais profunda da história pessoal e cultural de cada indivíduo.

2.1 O CONTEXTO FAMILIAR DIRETO DE UMA MULHER REPUBLICANA E NACIONALISTA

Por contexto familiar entende-se o ambiente em que o indivíduo recebe os seus valores e crenças, onde se forma e aprende a socializar.

Therezinha de Castro nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1930. Ela era filha do General Fábio de Castro e da Sra. Nedyr de Castro. Seu nacionalismo é naturalmente atribuído ao pai, militar de carreira.

Ela viveu parte de sua infância no Rio Grande do Sul. Penha (2021, p. 48) ressalta que:

Ela se sentiu inclinada a estudar Geografia quando participou com o pai em um evento de hasteamento da bandeira brasileira na cidade de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Naquele contexto histórico da segunda Guerra Mundial, o Brasil havia se inclinado ao lado dos Estados Unidos e vivia uma forte rivalidade geopolítica com a Argentina, que mantivera seus vínculos com a Alemanha. O sentimento de estar do “lado certo” da fronteira motivou a futura geógrafa a cultivar o nacionalismo e, ao mesmo tempo, a defender os valores ocidentais que, posteriormente, impregnaria todo a sua produção científica.

O fato de ser filha de um general pode ter contribuído para forjar a personalidade da Therezinha de Castro e facilitado seu acesso a algumas dessas instituições, bem como ao Clube Militar.

Esse lado paterno já foi bastante explorado nos artigos⁴ que tratam da biografia da Geógrafa, mas a influência na sua formação, personalidade e interesses pode mesclar desde forças familiares, culturais, de classe social e questões ambientais até genéticas.

O que é herdado e o que é assimilado é uma incógnita, cada sujeito dá sentido às origens, às experiências vividas e às relações interpessoais por ele mesmo estabelecidas de forma particular.

3 Destacam-se alguns sites que montam árvore genealógica: My Heritage; FamilySearch, Ancestry e Family Tree - Gen

4 Artigos que tratam sobre a influência do pai são frequentemente tratados na biografia da geógrafa. Conferir: Penha (2021) e Dicionário de Geógrafos, GeoBrasil - UERJ. Disponível em: http://www.grupogeobrasil.uerj.br/dicionario_de_geografos.php. Acessado em: 17 jul. 2024.

Com o objetivo de complementar o contexto familiar que envolvia a Therezinha de Castro e pode ter contribuído para que ela se tornasse essa grande referência na geopolítica nos debruçaremos sobre sua família materna, pois tanto a defesa pelos interesses brasileiros quanto o nacionalismo que a movia pode ter raízes ainda mais profundas: ancoradas num contexto familiar republicano e abolicionista.

2.2 A DESCONHECIDA GENEALOGIA MATERNA DE THEREZINHA DE CASTRO

Nedyr de Castro, a mãe da Therezinha, era filha de José Siqueira de Campos e Joana Simas de Campos. Joana, a avó materna de Therezinha de Castro era irmã de Flora Simas de Carvalho, mais conhecida como Dona Yayá, mulher que, aos 16 anos, bordou a primeira bandeira do Brasil republicano, em 1889. Therezinha era, portanto, sobrinha-neta da bordadeira.

A importância desse episódio está não só no fato de a tia-avó da Therezinha de Castro ter sido associada aos símbolos nacionais, pela participação na implantação da República por meio do seu trabalho, mas sim no contexto familiar que levou a isso. Não foi escolhida uma pessoa qualquer para bordar a bandeira, mas alguém que coadunava com os valores republicanos, abolicionistas e que estava imbuída desses valores por pertencer a uma família de militares.

De acordo com o Projeto de Resolução n.º 81/2015 de autoria do gabinete do deputado Waldeck Carneiro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Janeiro, Manoel Ignacio de Simas Filho, pai da Joana, da bordadeira e bisavô da Therezinha de Castro, era militar e morava em São Cristóvão, onde viviam seus familiares. Ele desenhava muito bem, tinha uma postura contestadora, e usava sua habilidade para fazer charges criticando o poder da época. Devido às suas convicções humanitárias, teria sido perseguido politicamente.

Em entrevista, concedida no dia 18 de outubro de 2016, a sobrinha-neta da avó da Therezinha de Castro, a Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos, fonte das informações que constam no Projeto, reafirmou que o Manoel Ignacio de Simas Filho era revolucionário e frisou que pertencia a uma numerosa família de militares, mas negou que ele fosse militar.

Ferreira *et al.* (2023) aponta que essa confusão se deve ao fato de que Manoel Ignacio de Simas Filho, era filho de um militar de mesmo nome, o “velho” Manoel Ignacio de Simas, com Francisca Romana de Simas, e que o casal teria registrado os netos: Joana – a avó da Therezinha de Castro- (1869), Dona Yayá (1873), Olympia (1974) e Antônio (1877).

Ferreira *et al.* (2023, p.19) aponta que:

Manoel Ignacio de Simas (1804-1887) e Francisca Romana de Pureza (1818- ?) casaram-se em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, no dia 08 de setembro de 1833. Ela, uma

jovem de 15 anos, teria passado a se chamar Francisca Romana de Simas, e ele, já viúvo de Anna Ricarda, conforme assento de casamento, aos 28 anos.

O registro de casamento do “velho” Manoel Ignacio de Simas, trisavô da Therezinha de Castro, aponta sua profissão e algumas datas que nos levam à idade reprodutiva dele e de sua esposa:

Francisca Romana da Pureza, nasc. a 08.02.1818 e bat. a 20.12.1818, casou-se a 08.09.1833, com o Major Manoel Ignacio de Simas, filho de Domingos Antonio de Simas e de D. Delfina Rosa, nat. da Ilha do Pico. Passaram a residir em Paranaguá. (Piazza, 1982, p. 76).

Negrão⁵, (1945b, p.137-142) afirma que o casal teve oito filhos: 1- João Thimoteo de Simas (1834-1873); 2- Francisco Ignacio de Simas (1836-?); 3- Manoel Ignacio de Simas Filho (1838-?); 4- Fernando Machado de Simas (1839-1840); 5- Maria Machado de Simas (1841-1841); 6- Flora Machado de Simas (1842-1850); 7- Fernando Machado de Simas (1851-1916); e 8- Flora Machado de Simas (1853-?).

Já que “velho” Manoel Ignacio de Simas casou-se, aos 28 anos com Francisca Romana da Pureza, de 15 anos e ela teve o primeiro filho aos 16 e o último aos 35 anos, o que bate com os dados atuais sobre fertilidade feminina brasileira corresponde à faixa etária de 10 a 49 anos e o pico da vida reprodutiva feminina, que fica entre 20 e 30 anos, tendo a mulher condições de engravidar até os 37 anos, quando vai ficando mais difícil.

Essas datas deixam claro que o casal não poderia ser pai e mãe biológicos da geração que inclui Joana (1869), Dona Yayá (1873), Olympia (1974) e Antônio (1877), já que para tal a idade reprodutiva da esposa do “velho” Manoel Ignacio de Simas precisaria ter ocorrido entre 51 e 61 anos.

Essa questão também contribuiu para que Ferreira *et al.* (2023) passassem a acreditar que há uma geração suprimida na árvore genealógica entre o “velho” Manoel Ignacio de Simas e sua esposa e a geração da Joana, a avó da Therezinha de Castro.

A união entre os trisavós maternos de Therezinha foi um casamento entre famílias de militares, já que, de acordo com Piazza (1982, p. 73-76), ele, filho de Domingos Antonio de Simas e de D. Delfina Rosa, naturais da Ilha do Pico, Arquipélago dos Açores, em Portugal, é intitulado ora como Capitão, ora como Major em diversas publicações e ela era filha de Francisca Romana Pureza de Souza (filha do Tenente Francisco Machado de Souza e de Ana Francisca Flora de Faria) e

5 A esposa de Manoel Ignacio de Simas é denominada por Negrão (1945b, p.137) como Francisca Romana Machado de Simas.

do Professor de primeiras letras João Lopes Falcão, que teve o posto de Major da Guarda Nacional e era um dos sete filhos do Coronel Paulo Lopes Falcão e Maria da Conceição Costa.

O “velho” Manoel Ignacio de Simas era tido como um admirável homem e modelo de honestidade, conforme descrito em seu necrológico no periódico *Gazeta Nacional*, de 07 de dezembro de 1887, por ocasião de seu falecimento, aos 83 anos:

Veio para o Brasil antes da Independência. Ocupando o lugar de escrevente na corveta ‘Itaparica’ que tomou parte na expedição contra o ditador Rosas, foi com todos os seus companheiros desterrado para a Patagônia. Entre os prisioneiros achava-se Joaquim José Ignácio, que se tornou depois um notável marítimo. Manoel Ignácio de Simas fundou em Paranaguá a Sociedade Defensora da Independência do Brasil e mais tarde, com o padre Gregório José Lopes Nunes e Manoel Francisco Correia (pai do atual Senador Correia) e outros, fundou o Partido Liberal da Província do Paraná. Teve condecorações do Primeiro Império e foi inquebrantável em sua fé política até os últimos momentos de sua vida. Era citado como um dos melhores modelos de honestidade e foi sempre estimado e respeitado até pelos seus adversários políticos (*Gazeta Nacional*, 7 de dez. 1887).

Uma vez falecido no final de 1887, havendo registros de depoimentos da própria tia-avó de Therezinha de Castro, a Dona Yayá, relatando que em 1889 o pai dela a teria indicado ao Marechal Deodoro para bordar o primeiro pavilhão nacional republicano, ele de fato só poderia ser o Manoel Ignácio de Simas Filho.

Ferreira *et al.* (2023) destacam que Manoel Ignacio de Simas Filho teve sete irmãos, todos nascidos em Paranaguá. Sendo que somente João Thimoteo de Simas (1834-1873)¹⁵, Fernando Machado de Simas (1851-1916) e Flora Machado de Simas (1853- ?)¹⁶ chegaram à vida adulta, outros três morreram ainda crianças e há ainda um do qual não se tem muita informação. Entre eles destacou-se Fernando Machado de Simas, que após o curso de Humanidades, formou-se em farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1874. Atuou em Antonina e mais tarde em Paranaguá-PR, onde, de acordo com Negrão (1945a), foi ardoroso propagandista do abolicionismo e da República, fundando com outros o jornal, que dirigiu como polemista culto e intemorato.

Casou-se com Helena Correia Gutierrez em janeiro de 1882 na cidade de Paranaguá. Negrão (1945a), aponta que o casal teve sete filhos, mas a família afirma em depoimento que foram apenas quatro: Otto Gutierrez de Simas (Paranaguá,

1882 - Rio de Janeiro, 1968), Hugo Gutierrez de Simas (Paranaguá, 1883 - Rio de Janeiro, 1941), Raul Gutierrez Simas (Paranaguá, 1884 - Rio de Janeiro, 1952) e Loé Gutierrez de Simas¹⁸ (Petrópolis, 1889 - Rio de Janeiro, 1966).

Otto, General de Exército e engenheiro-civil; Hugo foi ilustrado jurista, jornalista, professor emérito, fundador da Universidade do Paraná (atual UFPR), Procurador da República, Ministro substituto do TSE em 1932, Procurador-Geral de Justiça no Estado do Paraná e Desembargador no TJ daquele Estado; Raul e Loé eram Oficiais da Marinha, ambos Capitães-de-mar-e-guerra com vasta trajetória militar. Somente o último filho de Fernando Simas, Loé, nasceu em Petrópolis, para onde a família teria se mudado, em 1887.

Posteriormente a família transferiu-se para o Rio de Janeiro. Pelo local do registro de nascimento dos filhos é possível ter uma ideia da trajetória familiar. Além disso, também há relatos orais sobre a passagem do pai da Joana (e filhos), irmão de Fernando Machado de Simas, por Petrópolis, a serviço da Família Imperial.

3 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE UMA INTELLECTUAL

É notório o quanto Therezinha de Castro empregou seu prestígio social e sua eloquência para colocar seus estudos geopolíticos como essenciais para a segurança nacional. A geógrafa, historiadora e geopolítica possui inúmeras características que permitem classificá-la como intelectual, não apenas por ser uma mulher de letras, mas por ter sido uma grande nacionalista. Como aponta Sirinelli (2006) os intelectuais são homens de pensamento que se recusam ao confinamento a campos de saber específicos e se lançam em causas mais gerais não bastando ser um criador ou mediador cultural, mas é imprescindível ser engajado politicamente. É neste sentido que podemos analisar Therezinha de Castro como uma intelectual.

Para Reis (2000) o mais importante é a função que os intelectuais desempenham na sociedade, pois assumem uma perspectiva coletiva com foco no interesse da comunidade, sendo que esta perspectiva pode ser reacionária, conservadora, reformista ou revolucionária. Compreende-se assim que o intelectual é vinculado à ideia de intervenção no espaço público preocupado com a organização e o destino de seu país. Therezinha de Castro foi ainda conferencista das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército de da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Destaca-se a atuação pioneira de uma mulher civil na área de segurança e defesa, ressaltando a importância da integração entre civis e militares.

No final da década de 1940, ela iniciou a faculdade de História e Geografia na Universidade do Brasil (atual UFRJ), um período em que a disciplina de geopolítica ainda não existia.

A Professora Therezinha de Castro ingressou em 1952 como Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde permaneceu por 27 anos e fez parte do Conselho Nacional de Geografia; foi também Professora do Colégio Pedro II por 28 anos, pelo qual escreveu obras como *Brasil da Amazônia ao Prata* (1983) e *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* (1999) e da extinta Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE); foi ainda conferencista das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército e da Escola Superior de Guerra, onde teve destacada atuação.

O ingresso de Therezinha de Castro na ESG foi, sem dúvida, um ponto crucial na trajetória dela, pois possibilitou sua aproximação com as doutrinas militares, além de propiciar o estreitamento de contatos com personagens também importantes na geopolítica brasileira como: Golbery do Couto e Silva⁶ e Carlos Meira Mattos⁷.

Sua relação com a ESG iniciou antes mesmo de ingressar no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o que não é tão comum. A primeira Conferência publicada na Escola é datada de dois de junho de 1986 sob o título *Geopolítica do Brasil*. No ano de 1993 passou a pertencer ao Corpo Permanente da ESG, pela Divisão de Assuntos Internacionais. Somente no ano seguinte fez o Curso de Altos e Estudos (CAEPE) e publicou sua monografia de conclusão de curso *O Brasil e a 'Nova Ordem Mundial*, tendo deixado uma produção teórica pautada na Geopolítica brasileira.

Ademais, foi conferencista das Delegacias da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), espaiadas por todo o País.

Em 1997 foi condecorada com o título de grão-mestre da ordem do mérito militar pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Frequentemente era convidada para realizar conferências sobre geopolítica em vários países.

6 Golbery do Couto e Silva (Rio Grande, 21 de agosto de 1911 - São Paulo, 18 de setembro de 1987) foi um general e geopolítico brasileiro. Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI). Para mais informações ver: RAMOS, Plínio de Abreu. *Verbete biográfico Golbery do Couto e Silva*. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CPDOC, FGV.

7 Carlos de Meira Mattos (São Paulo, em 23 de julho de 1913. Ascendeu ao generalato em 1968 e em 1969 foi nomeado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Já General-de-Divisão, em 1973, foi nomeado Vice-Chefe do extinto Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e, a seguir, em 1975, Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa. Uma vez na reserva, pode dedicar-se plenamente à sua segunda paixão – a primeira foi o Exército – a produção literária voltada para geopolítica e estratégia militar. Deixou diversas obras nos campos da Geopolítica e da Estratégia Militar, responsáveis pela definição dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e pela aplicação do Poder Nacional, respectivamente. Na geopolítica, soube como poucos estudar, examinar e analisar a interação entre a geografia e a política, com soluções autóctones para os problemas nacionais, todas dotadas de visão de futuro. Site: *Coleção Meira Mattos*. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/QFMM> Acesso em: 17 jul. 2024

4 THEREZINHA DE CASTRO NA ESG – memória institucional

Halbwachs (2006) defende que a memória é um saber que se constrói socialmente e é criado coletivamente, indo além das lembranças individuais de cada pessoa. Ela envolve o resgate e a preservação do passado social, vivido em conjunto pela sociedade. Nossas lembranças são coletivas e são lembradas por outros, mesmo quando se tratam de eventos ou objetos que só nós experimentamos, porque nunca estamos verdadeiramente isolados. Halbwachs (2006) destaca duas características essenciais da lembrança: o reconhecimento, que implica resgatar experiências passadas já vivenciadas, e a reconstrução, pois essas experiências são reinterpretadas e integradas em um contexto presente, podendo ganhar novos significados. Assim, a memória estabelece uma ligação entre o passado e o presente.

Cabe ressaltar, que toda a memória é seletiva, isso quer dizer que uma instituição também escolhe determinados fatos para pôr em evidência. “É no tipo de narrativa que as empresas e grupos sociais se forjam e criam a sua identidade (Worcmán, 2004, p. 25)”, ou seja, são as histórias selecionadas para serem divulgadas que irão mostrar sua identidade para a sociedade.

A ESG sempre buscou honrar e manter vivo o legado da geógrafa Therezinha de Castro, que faleceu em 16 de fevereiro de 2000 durante sua participação em um congresso no Instituto de Defesa Nacional, em Portugal. Nos dois anos seguintes à sua morte, a Escola realizou a reimpressão de várias obras da professora para lembrar sua contribuição significativa para geopolítica. A Geógrafa colaborou muito com a Escola e este item tem como objetivo demonstrar o reconhecimento institucional da ESG.

Em 12 de agosto de 2003 foi inaugurado nas instalações da ESG um edifício com o seu nome. Esse prédio atualmente abriga o Departamento de Administração, o Rancho e a Sala da Memória Coronel Montenegro.

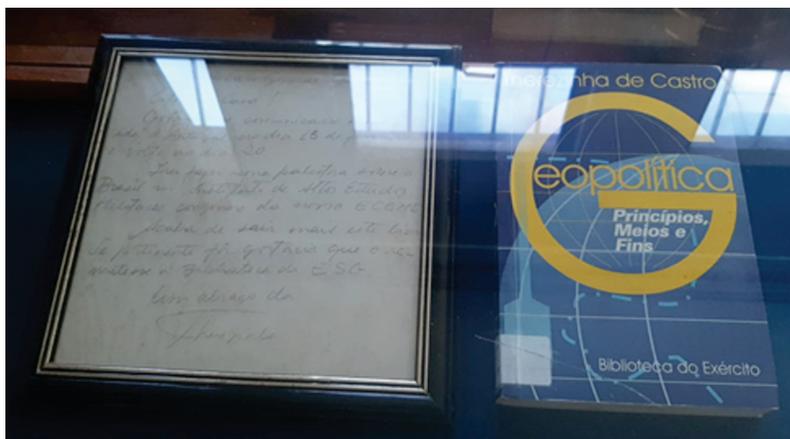
Doze anos após seu falecimento, a Revista da Escola Superior de Guerra publicou, em 2012 (*Revista da Escola Superior de Guerra*, 2012, p. 16-32) uma edição contendo algumas de suas obras: *América do Sul: Vocação Geopolítica*.

Em 2022 a professora também foi lembrada na Exposição *ESG 73 anos: um passeio pela história*, mostra atinente à comemoração dos 73 anos da Escola, que teve início no dia 17 de agosto daquele ano, tendo sido disponibilizada ao público na Sala da Memória Coronel Montenegro.

Na ocasião ela dividiu o stand com Golbery e Meira Mattos, como uma, entre os três geopolíticos importantes que passaram pela Escola, a única mulher. E isso, por si só, já tem um peso.

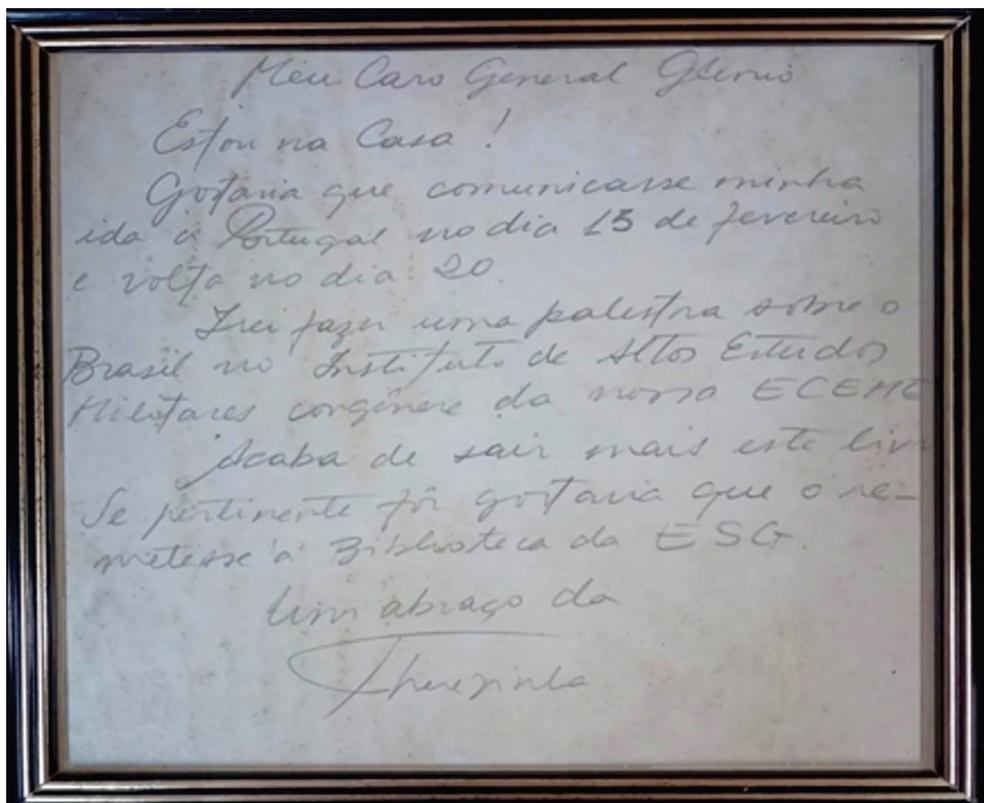
Na exposição foi disponibilizado um exemplar da última publicação da professora, ofertado por ela mesma à ESG, acompanhado de sua última comunicação com a Escola, uma composição que foi possível graças ao processo de organização do acervo, iniciado em 2015 e ainda em andamento, e à pesquisa histórica.

Ilustração 1 - último livro que a Biblioteca da ESG recebeu de Therezinha de Castro exposto



Fonte: Ferreira (2022).

Ilustração 2 - última comunicação de Therezinha de Castro com a Escola Superior de Guerra



Fonte: Brasil (2000).

No bilhete, escrito no início do ano 2000, ela informava ao General Glenio que viajaria em breve para Portugal. Iria dia 13 e estaria de volta no dia 20 de fevereiro, e ofertava à Escola seu último livro, que acabara de sair (1999), para que fosse somado ao acervo da Biblioteca da ESG, mas seus planos não se cumpriram, e no dia 16 de fevereiro ela faleceu em Portugal.

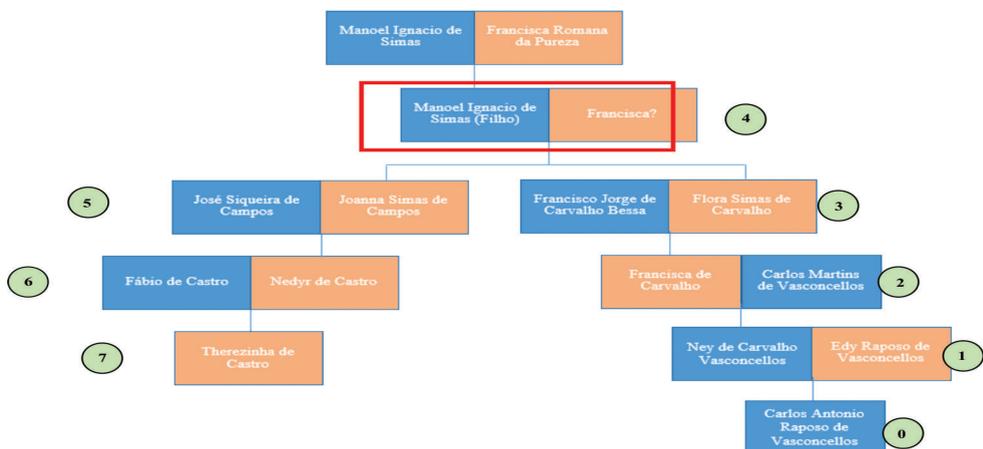
Recentemente, no ano de 2023, outra homenagem foi feita à professora, com a inauguração, na ESG, do Instituto Therezinha de Castro (ITC), que engloba a antiga estrutura pertinente ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), incluindo a Editora da ESG, os laboratórios de pesquisa nas áreas de Segurança Internacional e Defesa, o Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID), entre outros departamentos.

Além dessas homenagens a ESG sempre buscou conservar no seu acervo os trabalhos realizados por Therezinha, em sua base dados encontramos 171 publicações de sua autoria, dentre elas sua monografia já citada. O acervo da instituição vai muito além das publicações escritas. Ele é composto também de material audiovisual, no qual há algumas aulas gravadas da Geógrafa.

O que não se imaginava era que vinte e quatro anos depois do falecimento da Geógrafa, ainda houvesse um representante da sua família na Escola Superior de Guerra. Trata-se de Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos, que aliás desconhecia o parentesco com Therezinha de Castro. O Comandante Raposo é bisneto da tia-avó da Therezinha, Dona Yayá, conhecida por ter bordado a primeira bandeira do Brasil republicano.

Manoel Ignacio de Simas Filho, pai da Joana (avó da Therezinha) e da referida bordadeira, é o primeiro ancestral comum que aparece entre Therezinha de Castro e o Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos. Ele é bisavô da Therezinha e trisavô do Comandante Raposo, como se pode observar na árvore genealógica abaixo:

Figura 01 - Árvore Genealógica indicando o ancestral comum a Therezinha e o Comandante Raposo



Fonte: Elaboração das autoras (2024). Produzida a partir dados extraídos do *FamilySearch*, do Geni, de Piazza (1982) e de informações familiares.

Do ponto de vista jurídico o que convencionalmente chamamos de primo de primeiro grau é um parentesco colateral de quarto grau, iniciado do zero num primo, chegando até o ancestral comum e descendo até o outro primo. É possível realizar esse cálculo para chegar ao parentesco entre Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos e Therezinha de Castro, o que do ponto de vista convencional daria um grau de parentesco de quarto grau e do ponto de vista jurídico, um parentesco de sétimo grau. Eles seriam então primos de sétimo grau.

Apesar de todas as formas de homenagens que a ESG já fez em memória da Therezinha de Castro, nunca se olhou para o Corpo Permanente em busca de vestígios dela. Jamais se pensou que os valores de sua família poderiam ainda estar presentes na escola de forma tão palpável, através de um parente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo foi escrito por duas pesquisadoras que passaram pela ESG e, ao longo de oito anos que lá estiveram como militares, buscaram valorizar, através da Memória Institucional, a sua história, de forma que ela se refletisse na identidade e no pertencimento dos civis e militares da casa.

Trata-se de um artigo comemorativo, que integra o número de aniversário da Revista da Escola Superior de Guerra.

O artigo tem início nas relações familiares e a sociabilidade da Therezinha de Castro, que a conduziram à várias instituições, inclusive a ESG.

Partimos das mais óbvias relações paternas e formativas habituais, relacionadas ao meio em que ela viveu, facilmente encontradas em diversos artigos sobre a autora e apontamos para um eixo familiar que nunca tinha sido observado: o materno, no qual identificamos muitos militares do Exército com suas convicções abolicionistas, nacionalistas e republicanas.

Concentramo-nos na Therezinha intelectual, engajada institucional e politicamente, preocupada com interesses nacionais coletivos, daí os temas regionais que fizeram dela uma entre os três geopolíticos mais importantes do Brasil.

Por último foi feito um pequeno resgate da valorização da Therezinha de Castro na escola, através de algumas ações de reconhecimento que vêm sendo implementadas em sua memória desde o falecimento, em 2000.

Terminamos demonstrando que mais de vinte anos após seu falecimento ainda há vestígios da Geógrafa no Corpo Permanente, nosso ponto de chegada que se liga ao ponto de partida: um membro que jamais imaginou ter qualquer grau de parentesco com ela: o Comandante Raposo, Adjunto da Divisão de Assuntos Políticos (DAP).

REFERÊNCIAS

ÁRVORE genealógica. In: SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. [*Acervo da memória institucional da Escola Superior de Guerra*]. Brasília, 2000.

CASTRO, Therezinha de. *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra: Rio de Janeiro, 1996.

CASTRO, Therezinha. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. [*Fotografia do Acervo da Biblioteca da Escola Superior de Guerra*]. 2022.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. Entre o narrador da imagem e os da História: o quadro “A Pátria” e a primeira bandeira do Brasil República. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 80, p. 19-30, maio-ago., 2022.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. Metodologia de história oral e genealogia: um esforço criativo para compreender a comunidade tradicional Aldeia Imbuhy. In: SILVA, Catia Antonia da (org.). *Pesca artesanal, reflexões da geografia, história social na análise de geograficidades e temporalidades: por uma compreensão do método e de metodologias participativas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *O fortalecimento da figura de D. Yayá e a (re) produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: narrativas da comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*. 2021. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

FERREIRA, Jamylle de Almeida; VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo de; PEREIRA, Fabio Furtado. Família Simas: por um Brasil republicano. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 83, p.11-27, maio-ago., 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; MACIEL, Raquel Ferreira Lobo Andrade. *A metáfora da árvore genealógica no sistema de parentesco brasileiro*. 2022. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1864/A+met%C3%A1fora+da+%C3%A1rvore+geneal%C3%B3gica+no+sistema+de+parentesco+brasileiro2013#_ftn7. Acesso em: 26 jul. 2024.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e modernidade*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Genealogia paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1945a. 3 v.

NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Genealogia paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1945b. 6 v.

PENHA, Eli Alves. Therezinha de Castro. In: *Cadernos de Estudos Estratégicos Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias*, n. 01, p. 47-54, jul. 2021.

PIAZZA, Walter F. O primeiro cirurgião de Santa Catarina. *Revista das Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 68-76, jan./dez. 1982.

REIS, Daniel A. (org.). *Intelectuais, história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, v. 27, n. 54, p. 16-32, jan./jun. 2012.

SIRINELLI, J. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

WEIGEL, S. (2007). Genealogy. On the iconography and rhetorics of an epistemological topos. [Online]. *Enciclopédia e Hipertexto*, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – FCUL. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/357702329/weigel-2006-genealogy-on-the-iconography-and-rhetorics-of-an-epistemological-topos>. Acesso em: 12 jun. 2024.

WORCMAN, Karen; Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.

Recebido em: mar. 2024.

Aceito em: jun. 2024.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: 75 anos contribuindo com o conhecimento em Segurança, Desenvolvimento e Defesa

BRAZILIAN WAR COLLEGE: 75 years contributing to knowledge in Security, Development and Defense

ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA: 75 años contribuyendo al conocimiento en Seguridad, Desarrollo y Defensa

Jacinto Maia Neto*

RESUMO

A Escola Superior de Guerra (ESG) vem contribuindo, ao longo de seus 75 anos, com a produção de conhecimento nas áreas de Segurança, Desenvolvimento e Defesa nacionais. Este trabalho buscou apresentar e analisar como essa contribuição foi se materializando desde sua criação em 1949, com base na análise documental e bibliográfica feita, inicialmente, com ênfase nos onze regulamentos que balizaram a estrutura organizacional e acadêmica da Escola e, posteriormente, nas diretrizes que regularam os seus diversos cursos. Com esse intuito, caminhou-se ao longo desse marco legal, extraindo as ideias e as ações que nortearam a construção do conhecimento, suas relações com a estrutura e o ambiente organizacional, buscando entender, também, os impactos que o ambiente externo provocava na Escola e suas reações com base na materialização de estruturas e cursos. Finalmente, apresenta-se a materialização da pesquisa científica e da pós-graduação *stricto sensu* no Instituto Therezinha de Castro.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra (ESG); Pós-Graduação; Cursos da ESG; Instituto Therezinha de Castro (ITC).

ABSTRACT

The Higher School of War (ESG) has contributed, over its 75 years, to the production of knowledge in the areas of National Security, Development and Defense. This work sought to present and analyze how this contribution has materialized since its creation in 1949, based on documentary and bibliographical analysis carried out,

* Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1986). Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (2015). Pesquisador Líder do Observatório de Segurança e Defesa da ESG Atualmente é Professor adjunto e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Escola Superior de Guerra. Contato: jacinto.neto@esg.br

initially, with an emphasis on the eleven regulations that guided the organizational and academic structure of the School and, later, on the guidelines that regulated their various courses. With this aim, we walked along this legal framework, extracting the ideas and actions that guided the construction of knowledge, its relationships with the structure and the organizational environment, also seeking to understand the impacts that the external environment had on the School and their reactions based on the materialization of structures and courses. Finally, the materialization of scientific research and stricto sensu postgraduate studies at the Therezinha de Castro Institute is presented.

Keywords: Brazilian War College (ESG); Postgraduate studies; ESG courses; Therezinha de Castro Institute (ITC).

RESUMEN

La Escuela Superior de Guerra (ESG) ha contribuido, a lo largo de sus 75 años, a la producción de conocimiento en las áreas de Seguridad, Desarrollo y Defensa Nacional. Este trabajo buscó presentar y analizar cómo se ha materializado este aporte desde su creación en 1949, a partir del análisis documental y bibliográfico realizado, inicialmente, con énfasis en los once reglamentos que guiaron la estructura organizacional y académica de la Escuela y, posteriormente, sobre los lineamientos que regulaban sus distintas carreras. Con este objetivo, caminamos por este marco legal, extrayendo las ideas y acciones que guiaron la construcción del conocimiento, sus relaciones con la estructura y el ambiente organizacional, buscando también comprender los impactos que el ambiente externo tuvo en la Escuela y sus reacciones. a partir de la materialización de estructuras y cursos. Finalmente, se presenta la materialización de la investigación científica y de los estudios de posgrado estricto sensu en el Instituto Therezinha de Castro.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra (ESG); Postgrado; Cursos de la ESG; Instituto Therezinha de Castro (ITC).

1 O INÍCIO

O nascedouro da ESG surge da motivação inicial da criação de um curso que reunisse oficiais das três Forças Singulares em uma instituição de altos estudos e teve por base um curso de Alto Comando que era realizado pelo Exército em 1942, para generais e coronéis (Arruda, 2013). No entanto, com a entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra Mundial, a proposta ficou adormecida.

Somente em 1948, após a viagem aos EUA de uma comitiva chefiada pelo então Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, General de Exército Salvador César Obino, em que foram visitadas duas escolas que seriam referência para a criação da ESG: o Industrial College of the Armed Forces¹ e o National War College² (NWC), ambas localizadas no Fort Lesley J. McNair, em Washington, é que a ideia de uma escola de Altos Estudos voltou a ganhar força. Dessa visita às duas escolas surge a missão americana que iria contribuir para a implementação de sua congênere no Brasil.

Interessante apresentar as motivações iniciais para a criação do National War College, conforme expos a época o Tenente-General Leonard T. Gerow, Presidente do Conselho que a propôs:

O College está preocupado com a grande estratégia e a utilização dos recursos necessários para implementar essa estratégia... Seus graduados exercerão uma grande influência na formulação da política nacional e externa tanto na paz quanto na guerra [...] (National War College, 2024, tradução nossa)³.

A preocupação pelos estudos de uma grande estratégia nacional que envolvesse militares e civis dos altos escalões das Forças, do Departamento de Estado e de diversas agências governamentais se consolidou ao longo do tempo, sendo materializada na missão do NWC que é:

[...] educar líderes e combatentes conjuntos, interinstitucionais e internacionais por meio da realização de um curso de nível sênior em estratégia de segurança nacional, preparando os graduados para atuar nos mais altos níveis de liderança estratégica em um ambiente estratégico complexo, competitivo e em rápida evolução (National War College, 2024, tradução nossa)⁴.

Assim, observa-se uma relação intrínseca entre aquela escola e as ideias iniciais que nortearam a criação da Escola Superior de Guerra. No entanto, as

- 1 O Industrial College of the Armed Forces foi uma das primeiras escolas a ter o foco na mobilização industrial para fins militares. Para saber mais, acesse: <https://es.ndu.edu/About/Mission/>
- 2 O National War College foi criado em 1946, no ambiente do pós-guerra, com o objetivo principal de estabelecer uma educação conjunta para as Forças Armadas americanas, com foco no estudo de uma grande estratégia. Para mais informações, acesse: <https://nwc.ndu.edu/>.
- 3 Original: "The College is concerned with grand strategy and the utilization of resources necessary to implement that strategy...Its graduates will exercise a great influence on the formulation of national and foreign policy in both peace and war..."
- 4 Original: "educate joint, interagency, and international leaders and warfighters by conducting a senior-level course of study in national security strategy, preparing graduates to function at the highest levels of strategic leadership in a complex, competitive, and rapidly evolving strategic environment".

similitudes não eram completas, como destacou o então General de Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias:

Nascíamos sob a sombra do “National War College” americano [...] E verificamos, desde logo, que filha do “War College” e orgulhosa de sua ascendência, tinha a nossa Escola Superior de Guerra de tentar, desde o início, atingir os propósitos de sua congênere americana por estradas diversas das trilhadas por ela (Farias, 1949 *apud* Salomão; Vianna, 2021, p. 224).

Em 22 de outubro de 1948, através do Decreto nº 25.705, foram estabelecidas as normas para a organização da ESG (Brasil, 1948):

Art. 1º. O Curso de Alto Comando a que se referem os arts. 25, 30 e 31 do Decreto-lei n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 é tornado extensivo aos oficiais da Marinha e da Aeronáutica e será ministrado sob a direção do Estado-Maior Geral.

Art. 2º. O Estado Maior Geral organizará, para os fins do art. 1.º, a Escola Superior de Guerra [...].

Art. 3º. O Estado Maior Geral submeterá à aprovação do Presidente da República, dentro de 120 dias, o Regulamento da Escola Superior de Guerra.

Em maio de 1949, em palestra proferida na Escola de Estado Maior, o General Cordeiro de Farias, após discorrer sobre o ambiente pós Segunda Guerra Mundial, as mudanças ocorridas nos EUA e a criação do NWC, passa a apresentar o que seria a Escola Superior de Guerra, centralizando os objetivos da “Academia Nacional de Guerra, da Escola Industrial e de um terceiro estabelecimento de ensino americano, que essencialmente militar, trata das questões referentes às operações combinadas dos diferentes ramos das forças armadas” (Farias, 2003, p. 157).

A ESG seria “um espelho do conceito moderno de segurança nacional: ela não é um instituto militar apenas, nem tampouco somente uma organização civil, é, isto sim, um centro misto de estudos - militar e civil - e onde, em última análise - se vai tratar da defesa do cidadão” (Farias, 1949, p. 157-158).

A Lei 785, de 20 de agosto de 1949 (Brasil, 1949), oficializaria a ESG em termos definitivos, expandindo seu alcance para incluir também civis de atuação relevante na política nacional. A ESG evoluiu para consolidar conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e ao planejamento da segurança nacional.

Durante sua criação, a ESG foi influenciada por um ambiente global pós-Segunda Guerra Mundial, com o Brasil alinhando-se ao bloco ocidental e preparando-se para possíveis novos conflitos. Essa perspectiva levou à ênfase em assuntos militares e à denominação da Escola como “Superior de Guerra” (Arruda, 2013).

Ao longo das décadas, a ESG adaptou-se às mudanças políticas e estruturais do país, mantendo cursos estruturantes como o Curso Superior de Guerra, depois renomeado para Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), e o Curso de Estado-Maior das Forças Armadas, depois denominado de Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC).

A inserção da ESG no ambiente da pós-graduação foi tardia, com a primeira tentativa significativa ocorrendo na década de 1970. Em 1973, uma proposta de mestrado em “Estudos dos Problemas Brasileiros” foi aprovada, mas não implementada na ESG, sendo levada posteriormente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Posteriormente, a ESG ampliou sua atuação acadêmica, transformando seus cursos regulares em cursos de especialização com base na Portaria Normativa Interministerial Nº 1/MD/MEC, de 26 de agosto de 2015 (Brasil, 2015) e um programa de mestrado em Segurança Internacional e Defesa, reconhecido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2018.

Veremos a seguir, esta trajetória que fez com que a ESG, desde sua criação, tenha sido um pilar na formação de lideranças militares e civis, adaptando-se continuamente às demandas nacionais e internacionais. Permitindo ao leitor “a reflexão e a compreensão acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo” (Vergara, 2005, p. 130) e, com esse propósito, pretende-se mostrar uma parte de como essa história foi sendo construída, sua evolução refletindo a integração de segurança, desenvolvimento e defesa, sempre com o objetivo de preparar o Brasil para os desafios estratégicos do futuro.

2 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA VISTA PELO SEU MARCO LEGAL

A ESG, desde sua criação em 1949, teve onze regulamentos que foram moldando sua estrutura, regulamentando seus cursos e definindo sua área de atuação. Inicialmente, nasce com o foco na Segurança Nacional, como se verifica em sua destinação de “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (Brasil, 1949, Art. 1º).

Essa preocupação com a Segurança Nacional era reflexo da “nova” guerra que se apresentou durante a Segunda Guerra Mundial, onde os esforços nacionais dos países foram empregados como um todo e para entender a nova complexidade da guerra era preciso utilizar um conceito mais amplo que o “tradicional conceito de Defesa. E a missão primordial conferida à ESG foi a de estudar a Segurança, dentro desta nova concepção” (Arruda, 2013, p. 19).

No entanto, a Escola, pelas características brasileiras, buscou aliar aos estudos em Segurança Nacional a ideia do Desenvolvimento, marcadamente a

partir dos anos 50 e 60, quando o desenvolvimentismo estava alicerçado na política econômica do país, com a mudança da capital para Brasília.

O binômio Segurança e Desenvolvimento passa a ser uma das bases da formulação de uma Política Nacional de Segurança, ficando materializado no regulamento da ESG em 1973 como um dos objetivos do Curso Superior de Guerra (CSG): “Habilitar civis e militares para o exercício de funções de Direção e Assessoria, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e de Desenvolvimento”, além de “Cooperar no aprimoramento de uma metodologia para a formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e de Desenvolvimento” (Brasil, 1973).

Vale destacar que desde a sua lei de criação em 20 de agosto de 1949, a ESG teve como destinação “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (Brasil, 1949, Art. 1º), o que permaneceu até os dias atuais (Brasil, 2006; 2022). Naquele momento entendeu-se que deveria ser buscado um “conceito amplo e objetivo da Segurança Nacional” com o intuito de servir como base, para militares e civis, coordenarem suas ações em prol do Desenvolvimento e da Segurança do País (Arruda, 1983, p. XXIII).

Em relação ao trinômio atual - Segurança, Desenvolvimento e Defesa -, ele começa a se materializar após a criação do Ministério da Defesa em 1999. Neste ano, assume o comando da Escola o General de Divisão Théo Espíndola Basto, que após diversos ciclos de debates, entre eles “A ESG e o seu futuro” lança o “Programa ESG 2000”, constituído por cinco projetos que iriam orientar as atividades da ESG, quais sejam:

- Modernização do Ensino;
- Modernização e Racionalização Administrativa;
- Fundação;
- Patrimônio Cultural; e
- Imagem da ESG (Basto, 2000, p. 26).

Entre outras propostas, Basto propõe a atualização do Regulamento da ESG de 1996 para que o termo Defesa, substituísse o termo Segurança e acrescentasse Justiça Social, passando a ser um trinômio “Defesa, Desenvolvimento e Justiça Social”. No entanto, essa proposta não foi materializada nem no regulamento de 2002, nem do de 2006. Na prática o que se viu foi a definição de outro trinômio, o da Segurança, Desenvolvimento e Defesa que foi se consolidando nos regimentos da ESG a partir de 2006.

A ESG, ao longo de seus setenta e cinco anos, passou por 11 (onze) Regulamentos que foram traduzindo em um marco legal sua estrutura organizacional, definição dos cursos, categorização dos candidatos para cada curso, assim como a duração e suas correlações acadêmicas.

Em 2009, uma nova dinâmica em relação aos cursos passa a ser realizada, não mais se aguardava uma próxima atualização do regulamento para alterar, cancelar ou criar um curso, o Ministério da Defesa passou a publicar no Diário Oficial da União, com base em proposta da Escola, a Diretriz para o processo seletivo aos cursos da Escola Superior de Guerra (Brasil, 2009)

Os anos de 1948 e 1949 foram profícuos para a ESG, iniciando com o Decreto nº 25.705 (Brasil, 1948) em que foram estabelecidas as “normas para a organização da Escola Superior de Guerra” e dado um prazo de 120 (cento e vinte) dias para que o Estado-Maior Geral submetesse à aprovação presidencial o “Regulamento da Escola Superior de Guerra”. Em menos de um ano depois, a 20 de agosto de 1949, era criada a Escola Superior de Guerra, através da Lei nº 785 (Brasil 1949a), ficando diretamente subordinada ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tendo seu primeiro regulamento datado de setembro daquele ano, onde definiu-se em seu Art. 39 que a ESG deveria funcionar “a partir do início do ano de 1950”.

O 1º Regulamento (Brasil, 1949b) definiu em seus Art. 5º e 6º a estrutura da Escola com base na Lei de criação:

Art. 5º A ESG é diretamente subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e compreenderá os seguintes órgãos:

- a - Direção.
- b - Junta Consultiva.
- c - Departamento de Estudos.
- d - Departamento de Administração.

Art. 6º A Direção da Escola é o órgão superior que orienta e coordena todas as atividades escolares. Compreende:

- o Comando, e
- o Gabinete.

§ 1º O comando é exercido por um Oficial-General de posto correspondente ao de Divisão, assistido por um Oficial-General de cada Força e por um representante de categoria equivalente do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 1949b, [sic] grifo nosso).

Observa-se que não havia o posto de Subcomandante ou de Subdiretor, somente ocorrendo posteriormente. Os Assistentes apoiavam diretamente o Comando e, também, como oficiais de ligação da ESG com os respectivos Ministérios das Forças Singulares. Suas atribuições na Escola abrangeriam, além disso, a Direção dos cursos existentes.

Outra característica marcante do primeiro regulamento é a definição de que os problemas a serem estudados na Escola teriam por foco:

- a - Assuntos Nacionais: Análise dos problemas básicos que interessam ao desenvolvimento do potencial nacional.

b - Assuntos Internacionais: Estudo da política exterior e sua coordenação com as necessidades da segurança nacional. Tendências mundiais.

Problemas internacionais, principalmente os referentes ao hemisfério ocidental.

c - Assuntos Militares: Emprêgo de fôrças combinadas. Determinação do valor das fôrças armadas necessárias à execução da política nacional na paz e na guerra. Planejamento estratégico. Mobilização nacional (Brasil, 1949b, [sic] Art. 3º).

Configurando, desde seu início, a estrutura base do Departamento de Estudos e as temáticas dos primeiros cursos da Escola até os anos 60.

A ESG também se caracterizaria pela construção de um método de análise dos problemas associados à segurança nacional, que interpretasse os “fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares” (Brasil, 1949b, Art. 4º).

Interessante ressaltar, nesse primeiro regulamento, de que como a Escola passaria a funcionar “a partir do início do ano de 1950”, não haveria instrutores com o curso da Escola como era previsto, assim, foi inserido no regulamento que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), poderia “determinar a organização de um curso que, sob a orientação da Missão contratada nos Estados Unidos da América do Norte, funcionará ainda em 1949” (Brasil, 1949b, Art. 39), ficando essa prerrogativa de que para ser instrutor da Escola precisava ter realizado o curso da ESG anteriormente, dispensada até o final de 1952 e, posteriormente, prorrogada até o final de 1954.

A ESG se caracterizou, desde seu início, como uma escola que não possuía nem alunos, que passaram a ser designados como “estagiários” (Brasil, 1949b, Art. 38), nem professores e instrutores, pois seu corpo docente poderia ser constituído, além destes, por juristas, diplomatas, economistas e outras personalidades, passando a ser denominado de Corpo Permanente (Arruda, 1983, Brasil, 1961). Posteriormente, o Comandante da Escola passou a conceder o título de *honoris causa* a personalidades que tivessem se distinguido por serviços à Escola (Brasil, 1950).

Com isso, todos que trabalharam na implementação da ESG ao longo de um ano e que já possuíam o curso de Estado-Maior ou equivalente, fizeram parte da primeira turma de diplomados do Curso Superior de Guerra (1950), que teria 73 (setenta e três) estagiários, constando na turma, tanto os que haviam realizados os trabalhos de implementação da ESG, quanto os que efetivamente cursaram naquele ano.

Em 1951, alguns ex-estagiários criaram a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, passando a congregar entre seus integrantes todos aqueles que tivessem realizado algum curso na ESG. Posteriormente, a própria ADESG passaria a realizar seus Cursos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE),

formando ao longo dos anos, mais de 80 (oitenta) mil estagiários em todo o país, através de suas Delegacias Regionais.

No ano de 1954, em março, um novo regulamento é publicado, definindo os cursos que seriam ministrados: “o Curso Superior de Guerra (CSG), o Curso de Estado-Maior e Comando das [sic] Forças Armadas (CEMCF) e outros [...]” (Brasil, 1954, [sic] Art. 3º).

O regulamento de 1954 manteve a estrutura anterior, mas estabeleceu outra para o Departamento de Estudos com base nas expressões do poder nacional considerados à época: “Divisão de Assuntos Políticos (DAP), Divisão de Assuntos Psicossociais (DAPS), Divisão de Assuntos Econômicos (DAE) e Divisão de Assuntos Militares (DAM), além da Divisão Executiva que conduzia a parte administrativa dos cursos e tinha sob sua coordenação a Biblioteca, Mapoteca e documentos sigilosos, Periódicos, os serviços de Tradução e os Auditórios.

Após 1954, as áreas temáticas definidas no primeiro regulamento conseguiram se consolidar como curso em 1957, com o Curso de Mobilização Nacional (Brasil, 1957) e em 1958, com o Curso de Informações (Brasil, 1958), somando-se ao Curso Superior de Guerra (1950) e ao Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (1953).

O Decreto nº 45.746, de 7 de abril de 1959 (Brasil, 1959), altera a exigência para o cargo de Comandante da Escola, passando a ser exercido por oficial general do mais alto posto. Posteriormente, nova alteração contribuiria para a estratificação das funções do Comando, que passaria a ter um oficial general de três estrelas como Subdiretor de Ensino e Chefe do Departamento de Estudos, cargo que era exercido por um dos assistentes, ficando superior hierarquicamente aos assistentes militares, sempre em um sistema de rodízio entre as Forças (Brasil, 1960).

Em 1961, o novo regulamento da Escola incorpora as modificações ocorridas em 1957 (Curso de Mobilização Nacional), 1958 (Curso de Informações), 1959 (comandante como oficial general do último posto) e a de 1960 (mais um oficial general do penúltimo posto como Chefe do Departamento de Estudos), no entanto, substitui a “Direção de Ensino” por uma “Direção Geral de Estudos”, sendo o comandante designado como Diretor Geral de Estudos e o antigo Subdiretor de Ensino passou a se chamar de Subdiretor Geral de Estudos, acumulando como Chefe do Departamento de Estudos (Brasil, 1961).

O 3º Regulamento define, também, que o CMN e o CI, que não haviam funcionado no ano anterior, fossem reativados logo que possível. Enquanto isso, para que não se perdesse o conhecimento gerado anteriormente, o CSG e o CEMCF deveriam prever estudos de assuntos relacionados à Mobilização e às Informações.

Dois anos depois, o 4º Regulamento foi publicado (Brasil, 1963), materializando no Departamento de Estudos os novos cursos, sendo criada a Divisão de Assuntos

de Logística e Mobilização (DALMob) e a Divisão de Assuntos de Informações e Contrainformações (DAICI).

Uma observação importante de ser resgatada do regulamento de 1961 e ratificada no de 1963, é que as chefias das Divisões não eram mais privativas de militares (no posto de Coronel ou Capitão-de-Mar-e-Guerra) passando civis de categoria equivalente a poderem chefiar as divisões. Em 1963, ocorreu uma diferenciação entre as divisões, ficando as Divisões de Assuntos Políticos, de Assuntos Psicossociais, de Assuntos Econômicos e a de Logística e Mobilização podendo ser exercidas tanto por militares como civis e as Divisões de Assuntos Militares, Assuntos Doutrinários e de Coordenação e a DAICI privativas do posto de Coronel ou Capitão-de-Mar-e-Guerra.

Em 1967, o Presidente Castello Branco, ao realizar a Aula Magna do Curso Superior de Guerra, apresenta à Escola sua “grande missão”, qual seja a de “formular, pela conjunta aplicação do talento civil e militar, uma doutrina permanente e coerente de segurança nacional”. Essa missão já havia se iniciado oficialmente na ESG pela inclusão, no regulamento de 1961, da “discussão e difusão de uma Doutrina de Segurança Nacional” no contexto dos estudos a serem realizados pelo Curso Superior de Guerra (Brasil, 1961, Art. 38).

Em seu quinto regulamento (Brasil, 1973), o comandante passa a ser o Diretor de Estudos, retirando o termo “Geral” da denominação. A mesma situação ocorre com o Chefe do DE que passa a ser o Subdiretor de Estudos, que com a reestruturação do Comando, recebe a designação de Subcomandante da Escola. A partir de então, a nomeação para os cargos de Comandante e Subcomandante, obedeceriam, em princípio, “ao critério de rodízio entre as Forças Armadas, não devendo ambos pertencer a mesma Força” (Brasil, 1973).

Conforme relatado anteriormente, o regulamento de 1973, institucionaliza o debate anterior sobre as relações entre segurança e desenvolvimento, inserindo como objetivos do Curso Superior de Guerra o de:

- a) Habilitar civis e militares para o exercício de funções de Direção e Assessoria, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação e planejamento da **Política Nacional de Segurança e de Desenvolvimento**;
- b) Cooperar no aprimoramento de uma **metodologia para a formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e de Desenvolvimento**. (Brasil, 1973, grifo nosso).

Em relação aos cursos constantes no regulamento de 1973, foi criado o Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra (CAESG), que era realizado por correspondência, com o objetivo de “manter atualizados os conhecimentos dos diplomados da ESG sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

e sobre a Metodologia para a Formulação e Planejamento da Política Nacional” (Brasil, 1973, Art. 24).

Cabe ressaltar, também, a mudança no perfil do Corpo Permanente, que anteriormente compreendia todos os integrantes do Comando, do Gabinete, do DE e do DA. Agora passava a incluir o Comando, o DE e somente os chefes do DA e do Gabinete, passando a existirem duas denominações que ficariam recorrentes até o último regulamento de 2006: o Corpo Permanente e o Corpo Administrativo.

O regulamento de 1984, trouxe em seu Artigo 1º, uma “nova” ESG:

Art. 1º - [...] é um instituto permanente de altos estudos e pesquisas [...] destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de comando e de assessoramento em Organizações, Forças ou Estados-Maiores Combinados, bem como para o planejamento da Segurança e do Desenvolvimento Nacionais (Brasil, 1984).

Verifica-se que a temática da Segurança e do Desenvolvimento Nacionais, que constava como principal objetivo do CSG, assim como do exercício de funções e de assessoramento em um ambiente de natureza combinada, foco principal do CEMCFA, passaram a fazer parte da definição e do propósito da Escola e não somente desses cursos. Cabe ressaltar que, desde 1981, a ESG já possuía autonomia administrativa, no intuito de melhor apoiar as atividades de seus cursos (Brasil, 1981).

Uma novidade que aparece no 6º Regulamento da Escola é a criação de duas estruturas que visavam assessorar o comandante, além da Junta Consultiva considerada uma assessoria especial permanente que existia desde a criação da ESG, quais sejam: o Corpo de Conselheiros, composto basicamente por antigos Ministros Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas e antigos comandantes da Escola, e o Corpo de Conferencistas Especiais, constituído por personalidades de “reconhecida competência e notável saber, não pertencentes aos Quadros da ESG” e que tivessem se destacado como antigos membros do Corpo Permanente ou conferencistas avulsos (Brasil, 1984).

O Decreto Nº 91.536, de 16 de agosto de 1985 traz uma mudança significativa, altera o nome de primeiro curso da ESG, o CSG, para Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), atualizando sua grade curricular e dando continuidade a um período da história do Curso Superior de Guerra que havia se iniciado no ano de 1948, quando o Estado-Maior das Forças Armadas recebeu a missão de reestruturar o Curso de Alto Comando estendendo-o para a Marinha e a Força Aérea (Brasil, 1948).

Em 1988, outro regulamento foi publicado, modificando o escopo das atividades da ESG, que passaria a compreender o ensino, a pesquisa, a extensão, o intercâmbio e a difusão, as quais foram definidas como:

Art. 13 - [...]

§ 1º - As atividades de ensino são as relativas aos cursos instituídos pelo Poder Executivo.

§ 2º- As atividades de pesquisa compreendem os estudos teóricos, doutrinários e conjunturais, relacionados com as finalidades da ESG.

§ 3º - As atividades de extensão são as relativas ao apoio aos ciclos de estudo promovidos pela Associação dos Diplomados pela ESG (ADESG) e a outros cursos ou ciclos ministrados ou promovidos pela ESG.

Art 14 - As atividades correlatas de intercâmbio e de difusão serão planejadas pela ESG e submetidas à aprovação do Ministro Chefe do EMFA.

§ 1º - As atividades de intercâmbio compreendem o inter-relacionamento da ESG com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, no cumprimento de suas finalidades.

§ 2º - As atividades de difusão envolvem a divulgação dos conhecimentos e trabalhos desenvolvidos e consolidados pela Escola. (Brasil, 1988).

O regulamento de 1994, cria mais uma estrutura na ESG diretamente ligada ao comandante, o Centro de Estudos Estratégicos, com o intuito de entender essa nova ambiência e assessorar o comando da Escola na coordenação dos estudos e das pesquisas.

Uma outra novidade do 8º Regulamento da ESG foi a modificação do nome do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas para Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAPEM), passando a considerá-lo de mesmo nível ao CAEPE e com os mesmos objetivos do CEMCFA explicitados no regulamento de 1988:

a) contribuir para o aprimoramento da Doutrina, da Política e da Estratégia militares brasileiras;

b) habilitar oficiais das Forças Armadas para o exercício das funções de comando, de chefia e de estado-maior combinado. (Brasil, 1994)

Em 1996, ano da publicação da Política de Defesa Nacional, na qual se pode observar os traços da ESG, ao relacionar a Defesa com os campos do poder nacional “uma política de defesa sustentável [...] e [que] compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar” (Brasil, 1996a). O novo regulamento

umenta o número de assessorias, porém com o foco na administração, foi a Assessoria de Controle que tinha por finalidade “estabelecer condições para melhor desempenho da administração” (Brasil, 1996b).

Convém destacar a volta do Curso de Informações que havia sido criado em 1958, funcionado em 1959 e de 1965 até 1972, incorporando o conteúdo trabalhado no CSG e, posteriormente, a partir de 1996, com uma nova roupagem estrutural e de objetivos, passando a ser denominado de Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE), sendo considerado o curso de mais alto nível na área de Inteligência e de mesmo nível que o CAEPE e o CAPEM, (Brasil, 1996b).

O 9º Regulamento da ESG também incorpora outro curso para atender a necessidades específicas, em especial a possibilidade de civis e militares de Nações Amigas frequentarem a Escola, que foi o Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAEPE), que não se constituiu, no entanto, como um curso regular. O curso funcionou até o ano de 2005 e, a partir de 2007, o CAEPE passou a receber os civis e militares de Nações Amigas.

O regulamento de 2002 acrescenta aos cursos anteriores o de Logística e Mobilização Nacional (CLMN) direcionado a militares e a civis que tivessem sido indicados “por órgão ou empresa de interesse do Sistema Nacional de Mobilização” e pelo curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD) criado por solicitação da Secretaria de Organização de Recursos Institucionais (SEORI) do Ministério da Defesa. Além desses, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares foi remodelado, alterando sua denominação para Curso de Estado-Maior de Defesa (CEMD). (Brasil, 2002)

O atual regulamento da ESG é do ano de 2006, constituindo-se no 11º de uma série que começou em 1949 e que procurou adequar a Escola às mudanças de seu ambiente externo, assim como, atender às necessidades das novas legislações e de seu público interno. Em relação aos cursos, ele mantém os especificados no regulamento de 2002, com algumas modificações, quais sejam: a extinção do CEAEPE, pela absorção do seu principal público-alvo (militares e civis de Nações Amigas) pelo CAEPE e extingue o curso de atualização (CAESG) (Brasil, 2006).

Em 2018, ocorreu a última alteração no regulamento de 2006, até o momento que este artigo foi finalizado, que foi a inclusão do Comandante do Núcleo da ESG em Brasília, cargo a ser ocupado por “oficial-general da ativa do primeiro posto das Forças Singulares, designado em sistema de rodízio” (Brasil, 2018a).

Segue-se um quadro comparativo dos cursos da ESG, com base em seus onze regulamentos, o Autor destaca que outros cursos podem ter ocorrido na ESG durante este período, no entanto, não foram materializados nos regulamentos:

Quadro 1 - Comparativo de cursos por Regulamento

Nº	REGULAMENTO	CURSOS
Iní- cio	Decreto Nº 25.705, 22 out. 1948. Ch EMFA: Gen Ex Salvador C. Obino Pres: Eurico Gaspar Dutra	- Curso de Alto Comando 1942-1947 (Exército) / 1948 (Marinha, Exército e Aeronáutica) (Não chegou a funcionar na ESG)
1º	Decreto Nº 27.264, 28 set. 1949 Ch EMFA: Gen Ex Salvador César Obino e Pres: Eurico Gaspar Dutra	- Curso Superior de Guerra - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (1953)
2º	Decreto Nº 35.187, 11 mar. 1954 Ch EMFA: Gen Ex Álvaro Fiúza de Castro e Pres: Getulio Vargas	- Curso Superior de Guerra - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de Mobilização Nacional (1957) - Curso de Informações (1958 e 1ª Tu em 1959)
3º	Decreto Nº 50.352, 17 mar. 1961 Ch EMFA: Gen Ex Oswaldo Cordeiro de Farias e Pres: Jânio Quadros	- Curso Superior de Guerra* - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de Mobilização Nacional* - Curso de Informações* * CSG: amplia o acesso de civis: organizações governamentais, paraestatais ou particulares (1962) * CMN: como disciplina do CSG (1960 - 1981) * CI: como disciplina do CSG (1960 - 1964)
4º	Decreto Nº 53.080, 4 dez. 1963 Ch EMFA: Gen Ex Oswaldo de Araújo Motta e Pres: João Goulart	- Curso Superior de Guerra* - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de Informações (1965 - 1972) * como objetivo: Doutrina de Segurança Nacional
5º	Decreto Nº 72.699, 27 ago. 1973 Ch EMFA: Gen Ex Arthur Duarte Candal Fonseca e Pres: Emílio G. Médici	- Curso Superior de Guerra* - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de atualização da Escola Superior de Guerra * como objetivo: Política Nacional de Segurança e de Desenvolvimento
6º	Decreto Nº 90.079, 16 ago. 1984 Ch EMFA: Ten Brig Valdir Vasconcelos e Pres: João Figueiredo	- Curso Superior de Guerra* - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra * Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (1985)

Nº	REGULAMENTO	CURSOS
7º	Decreto Nº 95.732, 12 fev. 1988 Ch EMFA: Ten Brig Paulo Roberto Coutinho Camarinha Pres: José Sarney	- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra
8º	Decreto Nº 1.327, 5 dez. 1994 Ch EMFA: Almtte Esq Arnaldo Leite Pereira e Pres: Itamar Franco	- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares* - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra (70 anos) * Substituiu o CEMCFA
9º	Decreto Nº 2.090, 9 dez. 1996 Ch EMFA: Gen Ex Benedito Onofre Bezerra Leonel Pres: Fernando Henrique Cardoso	- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares - Curso Superior de Inteligência Estratégica - Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia* - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra * CEAPEPE: convite para estrangeiros (militares ou civis)
10º	Decreto Nº 4.291, 27 jun. 2002 Min Def: Geraldo Magela da Cruz Quintão Pres: Fernando Henrique Cardoso	- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - Curso de Estado-Maior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica - Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia - Curso de Logística e Mobilização Nacional - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra
11º	Decreto Nº 5.874, 15 ago. 2006 Min Def: Geraldo Magela da Cruz Quintão Pres: Luiz Inácio Lula da Silva	- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE (militares e civis, nacionais e de nações amigas) - Curso de Estado-Maior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica - Curso de Logística e Mobilização Nacional - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra

Fonte: Maia Neto (2019)

A partir de 2008, o Ministro da Defesa, por proposta da ESG, passa a expedir diretrizes anuais que irão regulamentar os cursos da Escola, não necessitando mais para isso a edição de um novo regulamento. Assim foram feitas as seguintes diretrizes:

- 2008: Diretriz para o processo seletivo aos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) no ano de 2009;

- 2009: Diretriz para o **Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos** da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2010;

- em 2010, 2011 e 2012 o nome da diretriz foi igual: Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos da **Escola Superior de Guerra** no ano de 2011 (2012 e 2013);

- em 2013, 2014 e 2015 o nome da diretriz foi igual: Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e **para o Processamento Seletivo dos Cursos** da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2014 (2015, 2016);

- a partir de 2016 até 2021, o nome da diretriz foi: Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (**ESG**), referente ao ano de 2017 (2018, 2019, 2020, 2021, 2022);

- 2022: Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - **ESG**, para ano de 2023; e

- 2023: Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, **Pós-Graduação, Extensão** e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - ESG para o ano de 2024.

Em negrito estão identificadas as alterações nos nomes das diretrizes ocorridas entre 2008 (Diretriz para 2009) e 2023 (Diretriz para 2024).

No quadro abaixo, são apresentados os cursos que constaram das diretrizes emitidas a partir de 2015. Tal data foi escolhida em função da Portaria Normativa Interministerial Nº 1 de 26 de agosto de 2015 (Brasil, 2015), que dispôs sobre a equivalência dos cursos das instituições militares e da ESG em nível de pós-graduação *lato sensu*. Ressalta-se que outros cursos podem ter ocorrido neste período, no entanto, não foram citados nas diretrizes:

Quadro 2 - Comparativo de cursos por Diretriz (2015-2023)

PORTARIA	DIRETRIZ PARA	CURSOS ⁵
Portaria Normativa Nº 1.806/MD, 20 ago. 2015	2016	ESG - RJ: - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (não funcionou) - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP
		ESG - BSB: - Curso Superior de Política e Estratégia - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia de Defesa
Portaria Normativa Nº 68/MD, 21 nov. 2016	2017	ESG - RJ: - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (não funcionou) - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP
		ESG - BSB: - Curso Superior de Política e Estratégia - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia de Defesa
Portaria Normativa Nº 36/MD, 8 set. 2017 e Portaria Normativa Nº 12/MD, 22 mar. 2018	2018	ESG - RJ: - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Segurança Internacional e Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Mestrado em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (não funcionou) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP
		ESG - BSB: - Curso de Altos Estudos de Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia de Defesa - Curso de Análise de Crise Internacional

5 Os cursos, que não estão definidos como Lato e Stricto sensu, são considerados de Extensão.

PORTARIA	DIRETRIZ PARA	CURSOS ⁶
<p>Portaria Normativa Nº 72/ GM-MD, 20 nov. 2018</p>	<p>2019</p>	<p>ESG - RJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Segurança Internacional e Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Mestrado em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP
		<p>ESG - BSB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Estágio de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia de Defesa - Curso de Análise de Crise Internacional
<p>Portaria Normativa Nº 16/ GM-MD, 13 fev. 2020</p>	<p>2020</p>	<p>ESG - RJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP e MG
		<p>ESG - BSB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia e Defesa - Curso de Altos Estudos em Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Análise de Crise Internacional - Curso de Extensão em Logística e Mobilização Nacional

⁶ Os cursos, que não estão definidos como Lato e Stricto sensu, são considerados de Extensão.

PORTARIA	DIRETRIZ PARA	CURSOS ⁷
<p>Portaria Nº 3.975/GM-MD, 26 nov. 2020</p> <p>e</p> <p>Portaria GM-MD Nº 1.267, 11 mar. 2021</p>	<p>2021</p>	<p>ESG - RJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP e MG <hr/> <p>ESG - BSB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia e Defesa - Curso de Altos Estudos em Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Análise de Crise Internacional - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>)
<p>Portaria GM-MD Nº 3.821, 14 set. 2021</p>	<p>2022</p>	<p>ESG - RJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP e MG <hr/> <p>ESG - BSB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados - Curso de Diplomacia e Defesa - Curso de Altos Estudos em Defesa (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Inteligência Estratégica (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Análise de Crise Internacional - Curso de Logística e Mobilização Nacional (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Extensão “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo”

7 Os cursos, que não estão definidos como Lato e Stricto sensu, são considerados de Extensão.

PORTARIA	DIRETRIZ PARA	CURSOS ⁸
Portaria GM-MD Nº 4.965, 22 set. 2022 ⁹	2023	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP, MG, RJ e SC - Curso de Governança em Defesa - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas
Portaria AED/ VCHEC/CHEC-MD Nº 6.188, 21 dez. 2023 ¹⁰	2024	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Defesa - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - Curso de Estado-Maior Conjunto (<i>Lato sensu</i>) - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética (<i>Lato sensu</i>) - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (<i>Stricto sensu</i>) - Programa de Extensão Cultural da ESG - Curso de Gestão de Recursos de Defesa em SP, MG, RJ e SC - Curso de Governança em Defesa - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas - Curso Avançado de Defesa para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Fonte: Autor, 2024.

8 Os cursos, que não estão definidos como Lato e Stricto sensu, são considerados de Extensão.

9 A partir de 2022, foi estabelecida uma portaria específica para a ESG e outra para a ESD, criada a partir de 1º de outubro de 2021 (Decreto Nº 10.806, de 23 de setembro de 2021).

10 A partir de 2023, as portarias passaram a ser emitidas pela Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

3 O INSTITUTO THEREZINHA DE CASTRO

O Instituto Therezinha de Castro (ITC) nasce da continuidade das estruturas que foram criadas na ESG a partir do ano de 2017, quando a Escola em sua diretriz daquele ano¹¹, definiu em seu item 4.1 que apresentaria à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma proposta de um curso de mestrado acadêmico em Segurança Internacional e Defesa, na área de Ciência Política e Relações Internacionais. O curso foi estruturado com uma área de concentração “Segurança Internacional e Defesa” e com duas linhas de pesquisa “Geopolítica e Segurança Internacional” e “Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa”.

No final de 2018, a CAPES autorizou o funcionamento, a partir de 2019, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID), nível Mestrado Acadêmico (Brasil, 2018c), consolidando um esforço conjunto da Escola por mais de dez anos. Em dezembro do mesmo ano foi lançado o edital do curso, tendo suas atividades começadas em 18 de março de 2019.

Em 2018, ainda, foi criado o Instituto Cordeiro de Farias, com o objetivo de centralizar os professores recém concursados da Carreira do Magistério Superior (Federal) e de organizar o Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa. Posteriormente, os Regimentos Internos da Escola foram mudando os nomes do setor, até que em 4 de dezembro de 2023, foi criado o Instituto Therezinha de Castro (Escola Superior de Guerra, 2023), conforme se observa na figura abaixo:

Figura 1 - Trajetória do Instituto Therezinha de Castro



Fonte: Autor, 2024.

11 Portaria Normativa Nº 68/MD, 21 nov. 2016.

O ITC é a mais nova estrutura da ESG e teve o seu nome dedicado à Professora Therezinha de Castro, que por tantos anos labutou na Escola, sendo a primeira mulher de seu Corpo Docente e tendo em sua trajetória mais de 20 (vinte) livros publicados. Somente no repositório da ESG¹² existem mais de 120 (cento e vinte) referências de publicações de sua autoria.

A partir do Regimento Interno de 2024¹³, o ITC passa a ser o responsável, dentro da ESG, por congregar a pesquisa científica, a pós-graduação *stricto sensu* e pela promoção de cursos de pós-graduação e extensão no contexto da Segurança Internacional e Defesa. Nesse contexto, propõe-se a atender, especialmente, aos alunos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior parceiras da Escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Superior de Guerra tem desempenhado um papel vital na formação de líderes militares e civis no Brasil desde sua criação em 1949. Inspirada inicialmente pelas práticas de instituições como o National War College dos EUA, a ESG adaptou essas influências ao contexto brasileiro, focando não apenas na segurança nacional, mas também no desenvolvimento e na defesa do país.

Ao longo das décadas, a ESG evoluiu em resposta às mudanças políticas e estruturais, mantendo-se relevante e ajustando seus cursos e regulamentos para atender às novas demandas. A transformação de seus programas regulares em cursos de especialização e a introdução do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa ilustram seu compromisso contínuo com a excelência acadêmica e a preparação de seus estagiários e alunos para enfrentarem os desafios complexos de nossa contemporaneidade.

Em sua última mudança estrutural significativa, com a criação do Instituto Therezinha de Castro em 2023, a ESG buscou centralizar a pesquisa científica e a pós-graduação *stricto sensu*, promovendo cursos de pós-graduação e extensão no campo da Segurança Internacional e Defesa. O ITC, ao homenagear a Professora Therezinha de Castro, realiza o resgate histórico dessa proeminente pesquisadora e figura de destaque na história da ESG e do pensamento geopolítico brasileiro.

A trajetória da ESG, ao longo desses setenta e cinco anos, reflete uma integração contínua entre segurança, desenvolvimento e defesa, adaptando-se às necessidades estratégicas do Brasil. A Escola mantém-se como uma instituição dinâmica e inovadora, como um pilar essencial na cooperação civil e militar e comprometida com a formação de líderes que compreendam às necessidades do Brasil.

12 Disponível em: <https://repositorio.esg.br/>

13 Portaria GABSUBCMDO ESG/SUBCMDO ESG/COMANDO ESG-MD N° 1697, de 04 de abril de 2024.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina* 2. ed. ampliada. São Paulo: GRD: Instituto Nacional do Livro, 1983.

ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra: origens. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 57, jan./jun. 2013. p. 16-33.

BASTO, Théo Espíndola. Programa Escola Superior de Guerra 2000. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v.1, n. 39, 2001.

BRASIL. Decreto nº 1.327, de 5 de dezembro de 1994. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil: Poder Executivo*, Brasília, DF, 5 dez. 1994.

BRASIL. Decreto nº 2.090, de 9 de dezembro de 1996. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil: Poder Executivo*, Brasília, DF, 9 dez. 1996b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 72/GM-MD, de 20 de novembro de 2018. *Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2019*. Brasília-DF, 2018b.

BRASIL. Decreto nº 4.291, de 27 de junho de 2002. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG, e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil: Poder Executivo*, Brasília, DF, 27 jun. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil: Poder Executivo*, Brasília, DF, 15 ago. 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.419, de 25 de junho de 2018. Altera o Anexo ao Decreto no 5.874, de 15 de agosto de 2006, que aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil: Poder Executivo*, Brasília, DF, 25 jun. 2018a.

BRASIL. Decreto nº 25.705, de 22 de outubro de 1948. Estabelece normas para a organização da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo: Brasília, DF, 22 out. 1948.

BRASIL. Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949. Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 set. 1949b.

BRASIL. Ministério da Defesa; Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial nº 1/MD/MEC. *Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação lato sensu*. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Portaria Normativa nº 18/GAB/ESG, de 1º de fevereiro de 2016. *Aprova o Regimento Interno da Escola Superior de Guerra (ESG)*. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. Decreto nº 28.962, de 11 de dezembro de 1950. Dá nova redação ao art. 16 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.264, de 28 de setembro de 1949. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 dez. 1950.

BRASIL. Decreto nº 35.187, de 11 de março de 1954. Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 mar. 1954.

BRASIL. Decreto nº 40.835, de 24 de janeiro de 1957. Cria, na Escola Superior de Guerra o Curso de Mobilização Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jan. 1957.

BRASIL. Decreto nº 43.810, de 29 de maio de 1958. Cria, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações (CI) e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 mai. 1958.

BRASIL. Decreto nº 47.708, de 26 de janeiro de 1960. Dá nova redação aos artigos 8º e 10º do atual Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto 35.187, de 11 de março de 1954. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jan. 1960.

BRASIL. Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 mar. 1961.

BRASIL. Decreto nº 53.080, de 4 de dezembro de 1963. Aprova o Regulamento para a Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 dez. 1963.

BRASIL. Decreto nº 72.699, de 27 de agosto de 1973. Aprova o novo Regulamento para a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 27 ago. 1973.

BRASIL. Decreto nº 90.079, de 16 de agosto de 1984. Dispõe sobre o Regulamento para a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 16 ago. 1984.

BRASIL. Decreto nº 95.732, de 12 de fevereiro de 1988. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 12 fev. 1988.

BRASIL. Decreto nº 85.750, de 24 de fevereiro de 1981. Assegura autonomia administrativa à Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 24 fev. 1981.

BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil*: Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 1949a.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *180ª Reunião do CTC-ES*. Brasília, DF, 2018c. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/avaliacao/entrada-no-snp-g-propostas/resultados>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996a.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Portaria nº 5798, de 4 de dezembro de 2023. Cria o Instituto Therezinha de Castro. *Boletim Interno nº 93*: Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, 5 dez. 2023.

FARIAS, O. Cordeiro de. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra realizada em 18 de maio de 1949. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v.20, n. 42, p. 147-161, jan./dez. 2003.

NATIONAL WAR COLLEGE. *Mission and Vision*. 2024. Disponível em: <https://nwc.ndu.edu/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SALOMÃO, E. Rizzatti; VIANNA, G. de Souza. A Escola Superior de Guerra segundo o Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias: criação e organização. In: SOBRINHO, A. Ferreira; FERREIRA, M. da Silva (org.) *Marechal Eduardo Cordeiro de Farias: um líder estratégico e militar*. Rio de Janeiro. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. 2021. p. 224-248.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Recebido em: maio 2024.

Aceito em: jul. de 2024.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: mobilização total pelo destino do Brasil

BRAZILIAN NATIONAL WAR COLLEGE: total mobilization for Brazil's destiny

ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA: movilización total por el destino de Brasil

Rodrigo Fampa Negreiros Lima*

Patrícia de Oliveira Bastos**

RESUMO

O presente artigo procura combinar a ideia de mobilização total do pensador alemão Ernst Jünger com algumas discussões realizadas nos anos iniciais da Escola Superior de Guerra (ESG). Desde a sua fundação, a ESG foi pensada como muito mais do que um centro de estudos da guerra, ou, pelo menos, da guerra dita convencional. Com a abertura para civis e a missão de pensar o destino do Brasil, tem-se a indicação de que a Escola assume para si uma postura mais holística no que se refere ao entendimento do seu próprio propósito. O pensador alemão Ernst Jünger, por sua vez, já após a Primeira Guerra Mundial reconheceu que as guerras passariam a exigir uma mobilização total por parte da Nação, ou seja, uma união e coordenação total, tanto civis quanto militares, de esforços devotados à causa do conflito. De forma análoga, pensar o destino do Brasil exige, também, uma canalização de esforços que não advêm apenas das fileiras militares, mas das mais diversas perspectivas profissionais e intelectuais.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Mobilização total; Guerra total.

ABSTRACT

This article seeks to combine the idea of total mobilization of the German thinker Ernst Jünger with some discussions carried out in the early years of the Brazilian

* Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2010) com a monografia “Thomas Jefferson e a Declaração da Felicidade”, Mestre em Teoria Política pela mesma instituição (2015) com a dissertação “A Política não é para crianças: Aristóteles, Hannah Arendt e o conceito de ação” e Doutor em Teoria da História e Historiografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2020) com a tese “O metrô de Moscou: realidade e ficção em Origens do Totalitarismo, de Hannah Arendt”. Foi membro do grupo de estudos e pesquisa “Violência em Tempos Sombrios” do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - NEV/USP. Contato: rodrigofampa@yahoo.com.br; <http://lattes.cnpq.br/7972711058690033>.

** Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2013-2017). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio (2021). Oficial do Quadro Técnico da Reserva de 2ª Classe da Marinha do Brasil. Contato: patricia.bastos@esg.br Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6541873482574727>.

National War College (ESG). Since its founding, ESG has been thought of as much more than a center for the study of war, or, at least, so-called conventional warfare. With the opening to civilians and the mission of thinking about the destiny of Brazil, there is an indication that the School takes on a more holistic stance in terms of understanding its own purpose. The German thinker Ernst Jünger, in turn, already after the First World War recognized that wars would require total mobilization on the part of the Nation, that is, a total union and coordination, both civil and military, of efforts devoted to the cause. of the conflict. In a similar way, thinking about Brazil's destiny also requires a channeling of efforts that do not only come from the military ranks, but from the most diverse professional and intellectual perspectives.

Keywords: Brazilian National War College; Total mobilization; Total war.

RESUMEN

Este artículo busca combinar la idea de movilización total del pensador alemán Ernst Jünger con algunas discusiones llevadas a cabo en los primeros años de la Escuela Superior de Guerra (ESG). Desde su fundación, se ha pensado que ESG es mucho más que un centro para el estudio de la guerra o, al menos, la llamada guerra convencional. Con la apertura a los civiles y la misión de pensar el destino de Brasil, hay un indicio de que la Escuela asume una postura más holística en términos de comprensión de su propio propósito. El pensador alemán Ernst Jünger, a su vez, ya después de la Primera Guerra Mundial reconoció que las guerras requerirían una movilización total por parte de la Nación, es decir, una total unión y coordinación, tanto civil como militar, de los esfuerzos dedicados a la causa. del conflicto. De manera similar, pensar el destino de Brasil requiere también una canalización de esfuerzos que no sólo provienen de las filas militares, sino de las más diversas perspectivas profesionales e intelectuales.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra; Movilización total; Guerra total.

1 INTRODUÇÃO

“A guerra é coisa demasiado séria para ser confiada aos militares”. A frase com a qual se abre o presente texto é comumente atribuída a Georges Clemenceau e não pretende ser (apenas) provocativa, mas procura ilustrar, de maneira sintética e até levemente humorada, o que nos parece ser um dos grandes princípios norteadores da Escola Superior de Guerra (ESG): a integração entre civis e militares no âmbito de estudos para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. Apesar de sua origem ter sido exclusivamente militar, a instituição se notabiliza pela forte presença de “civis de notável competência e atuação relevante

na orientação e condução da política nacional”, que estavam autorizados desde a criação da Escola a frequentar seus cursos.

É também em documentos que remontam à origem da ESG, mais precisamente em seu primeiro Regulamento, de 1949, que se encontram indicações a respeito da finalidade da escola, de sua estrutura, das atividades escolares a serem desenvolvidas e demais disposições gerais necessárias ao funcionamento da instituição, definida com “um instituto de altos estudos destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional”. Tais estudos, centralizados e executados pelo Departamento de Estudos, compreendiam três divisões: “Assuntos Nacionais, Assuntos Internacionais e Assuntos Militares” (Brasil, 1949, p.5), cada um abarcando ainda outros tantos temas. Dentre esses temas, chama-se atenção para aquele que tem particular relevância para o presente texto: a Mobilização Nacional, considerada parte dos Assuntos Militares.

Observa-se que o general Cordeiro de Farias buscou, logo no início de seu comando da Escola, trazer reflexões inspiradas pelo conflito mundial que se encerrara poucos anos antes. Assim, em 1951 houve uma série de conferências dedicadas a aspectos diversos da “guerra total”, um conceito cunhado e debatido por Erich Ludendorff (1936) num livro de igual título, publicado em 1935. O conceito se revelava mais do que relevante no imediato pós-Segunda Guerra. Para Anna Carolina Monéia Farias, inclusive, “os estudos da ESG e da DSN [Doutrina de Segurança Nacional] foram pensados partindo do conceito de ‘guerra total’, a qual correspondia a um novo tipo de conflito, propiciado pelo desenvolvimento da tecnologia” (Farias, 2019, p. 10).

Na conferência de título “A guerra total: a importância das forças morais”, proferida pelo jornalista e advogado Elmano Cardim¹ em 26 de março de 1951 na Escola Superior de Guerra, o autor destacou a importância de se meditar sobre “um aspecto da guerra total, que é dos mais interessantes, pois escapa a preceitos absolutos, para adaptar-se às condições peculiares à psicologia de cada nação, povo ou raça” (Cardim, 1951, p. 1).

Cabe, desde já, uma relevante consideração a respeito dos conceitos aqui mobilizados. Enquanto Ludendorff, em seu conhecido *Der Totale Krieg* (“A guerra total”), e os conferencistas que estiveram na ESG referem-se sempre à ideia de guerra total, a proposta do presente artigo é a de pensar como o conceito de mobilização total parece mais adequado para se pensar o conteúdo debatido. Assim, em trabalho a respeito da Escola Superior de Guerra e do nexos entre guerra e política no Brasil (2018), a própria Anna Carolina Monéia Farias reconhece que “a ESG observava que a guerra em seu período, convencional ou revolucionária,

1 Elmano Cardim (1891-1979) foi um jornalista brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras. Foi presidente do IBGE (1953-1954), sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e um dos fundadores do Instituto Histórico de Petrópolis (1938).

implicava a *mobilização* da produção do país inteiro” (Farias, 2019, p. 7, grifo nosso). E ainda, ao citar João Roberto Martins Filho (2003), indica que:

A noção de segurança, mais ampla que a de defesa, se originava da ideia norte-americana da necessidade de uma **mobilização total** da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos de urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares (Martins Filho *apud* Tibola, 2007, p. 60, grifos nosso).

2 A MOBILIZAÇÃO TOTAL (1930), DE ERNST JÜNGER

A Mobilização Total (1930) não é um texto apenas sobre a guerra, mas também para a guerra. Um manifesto, portanto, bélico e também pedagógico. Devemos cuidar para não nos perdermos na beleza do texto, nas referências eruditas, nem nas várias tentações especulativas que convidam ao extravio. Uma boa medida é a de não perder o norte desse escrito: por que a Alemanha perdeu a Grande Guerra (1914-1918) e como poderia fazer dessa derrota uma oportunidade de ressurgir mais poderosa que os inimigos que a derrotaram.

Ernst Jünger viveu quase 103 anos (1895-1998). Quando publicou *A Mobilização Total*, contava apenas 35 e já tinha no currículo o que viria a ser considerado um clássico do gênero diários de guerra, *Tempestade de Aço*, escrito 10 anos antes, aos 25. Cedo, aprendeu a fazer da guerra moderna um objeto de estética, de política e, sobretudo, de antropologia. Se em *Tempestade de Aço* procura compreender o que a mútua destruição revela sobre os homens envolvidos em combate, numa fusão de humanos e máquinas, em *A Mobilização Total*, Jünger procura compreender um teatro de guerra mais amplo, o da totalidade das sociedades que tomam parte no conflito. Sem sair do campo antropológico, sua pergunta muda de escala: dos guerreiros modernos para os humanos modernos. Todos ressignificados, como veremos, por uma noção muito peculiar de “trabalhadores”.

A cronologia do texto é fundamental no entendimento de suas características. 1930 é praticamente equidistante no tempo entre o fim da Primeira Guerra Mundial, 1918, e o começo da Segunda, 1940. Hitler, 6 anos mais velho que Jünger, já havia começado a fazer barulho e arregimentar seguidores, mas ainda não tinha chegado ao poder, o que ocorreria em 1933. Assim, as especulações que viriam informar e se concretizar textualmente em *A Mobilização Total* antecedem a chegada dos nazistas ao poder. Seria irresponsável afirmar que o nazismo, ainda então um movimento político, não influenciara o humor intelectual de Jünger, mas é razoável supor que, diante do mesmo problema, reagir à derrota alemã, estejamos diante de reações

de natureza bem diversa. Dentro do belicismo, Jünger descreve um novo tipo de humanismo enquanto o nazismo operava com um darwinismo vulgar e revanchista. Para o primeiro, a camada superficial que sugere a completa loucura do conflito mundial traz sem seu âmago uma razão, e mesmo uma justiça, de novos tempos; para o segundo, o verniz estético da raça superior esconde motivos de grande recalque e estupidez.

Jünger equilibra com rara poesia, racionalidade e paixão, sem se perder na histeria. Para tanto, não hesita em contrariar paixões consagradas. Começa por desfalar a tradicional noção de heroísmo de seu caráter trágico, a de que herói seria aquele que se lança no imponderável, se submetendo a forças que não pode controlar. Aqui temos uma primeira prova do jogo de escalas do qual o autor lança mão do início ao fim de seu texto. Tomada como conjunto sobre-humano de motivos, a guerra em seu sentido pré-moderno cria um microcosmo à parte do resto da sociedade, promovendo um jogo em que morte e honra são valores autorreferentes e suficientes em si. A Grande Guerra teria eliminado essa possibilidade de feitos à parte. Não apenas se apresentara como macrocosmo, mas como um modo de totalidade social. Nesses termos, o heroísmo passaria a reverenciar não apenas sociedades inteiras, como passaria a depender estruturalmente de disposições que extravasassem os limites do ímpeto puramente bélico. De conjunto autorreferente, a guerra passa a ser parte de um movimento maior. O segredo da eficácia da mobilização total estaria em remover os obstáculos que atrapalham seu livre desempenho, a começar por superar noções militaristas de sociedade – que Jünger classifica como “mobilização parcial”.

Seria despropositado analisar o passo a passo dos argumentos de Jünger a respeito dos motivos que levaram a essa mudança, que ele não receia classificar como revolucionária, no sentido e nos meios da guerra. Só podemos recomendar a leitura do ensaio, rico em repercussões filosóficas, sociológicas e históricas. Rico, igualmente, em termos conceituais, uma vez que o autor empresta sentido próprio a várias palavras de grande importância, muitas vezes subvertendo seus significados até então consagrados: democracia, progresso, trabalho, liberdade, patriotismo, entre outras.

Algumas passagens, contudo, merecem destaque. Por exemplo, quando revela que, em sua análise, fora a Grande Guerra, e não a Revolução Francesa, o verdadeiro evento revolucionário que teria obrigado o mundo, a partir da Europa, a se submeter ao **regime energético** do mundo moderno:

A exploração total de toda a energia potencial, cujo exemplo vemos nestas ‘oficinas de Vulcão’ construídas pelos Estados industriais em guerra, revela sem dúvida da forma mais significativa que nos encontramos no alvorecer da era do Trabalhador, e esta faz da guerra mundial um evento histórico

que supera em importância a Revolução Francesa. Desdobrar energias de tal magnitude, porque já não é mais suficiente equipar aqueles que lutam, exige que nos reorganizemos nesta perspectiva até ao mais interno mercado e até ao mais tênue nervo de atividade; e essa é a tarefa da mobilização total (Jünger, 1990, p. 107-108, tradução nossa).²

Outro aspecto marcante do texto de Jünger é o das metáforas e, aqui, ressaltam-se as duas que ele usa para a guerra: vulcão em erupção e terremoto. A primeira seria uma metáfora que favoreceria um entendimento atemporal e universal da guerra: segundo Jünger, por mais diferentes que sejam as cidades que comportem um vulcão em seu seio, conforme nos aproximamos de sua cratera, o cenário vai se tornando sempre o mesmo, de desertificação e ausência de vida. Em termos tradicionais, assim também seriam as guerras, um fenômeno de destruição que tornaria secundárias as especificidades dos envolvidos e das circunstâncias presentes. O autor rapidamente recusa essa imagem como enganadora, pois, a seu ver, as guerras mudam de natureza e indicam mudanças essenciais na organização de seus contendores.

Prefere, portanto, aquela do terremoto. Se o vulcão remete a causas que conduzem à destruição pela destruição, o terremoto nos faz atentar para os efeitos da guerra: o que continua de pé depois de um terremoto e o que foi ao chão? Nessa lógica, a guerra desempenha um papel semelhante ao da seleção natural darwiniana, como se fosse uma lei inegociável que determina o que deve perecer e o que deve permanecer para se desenvolver.

Assim, poder-se-ia entender a Grande Guerra como o concretizador revolucionário daquilo que, para Jünger, a Revolução Francesa teria anunciado mais em termos de intenção do que em termos práticos: uma democratização radical da vida humana pela sua decomposição em elementos básicos, a nível de energia potencial. A verdadeira vocação da vida moderna seria a da pura energia prontamente mobilizável, da adequação a quaisquer exigências. Fazer disso condição inequívoca foi a grande contribuição humanitária do conflito mundial:

[...] nous les définissons ici comme disponibilité à être mobilisé. Cette disponibilité était présente dans tous les pays, et la guerre mondiale fut une des guerres les plus populaires que l'histoire

2 L'exploitation totale de toute l'énergie potentielle, dont on voit un exemple dans ces ateliers de Vulcain construits par les Etats industriels en guerre, révèle sans doute de la façon la plus significative qu'on se trouve à l'aube de l'ère du Travailleur, et cette réquisition fait de la guerre mondiale un événement historique qui dépasse en importance la Révolution Française. Déployer des énergies d'une telle ampleur, car il ne suffit plus d'équiper ceux qui combattent, nécessite q' on réorganise dans cette perspective jusqu'au marché le plus intérieur et jusqu'au nerf d'activité le plus ténu ; et se la tâche de la mobilisation totale (Jünger, 1990, p. 107-108).

ait connue, du seul fait qu'elle a éclaté a une époque qui, d'emblée, déniait tout caractère populaire aux autres conflits. (Jünger, 1990, p. 115).³

A popularidade da Grande Guerra em relação às demais está na consagração da totalidade social. Não mais reservada a heróis treinados, a guerra moderna submeteria sociedades inteiras a investirem sua energia potencial em favor da vitória:

La mobilisation totale change de terrain, mais non de sens, lorsque, au lieu des armées, elle met en branle les masses et enclenche le processus d'une guerre civile. Dès lors, l'action se déroule dans des domaines qui échappent à l'ordre de mobilisation, car ils se situent hors de cette compétence strictement militaire; comme si les forces qui n'avaient pu être réquisitionnées pour la guerre revendiquaient elles aussi leur part du sanglant engagement. Autrement dit, mieux la guerre saura dès le départ mobiliser en profondeur et pour elle seule la totalité des forces disponibles, et moins elle commettra d'erreurs ou hésitera sur la marche à suivre (Jünger, 1990, p. 128).⁴

Em outras palavras, no cenário ideal, a guerra civil fagocita a guerra estritamente militar e a metaboliza em termos mais eficazes e poderosos. A insistência em fazer da causa nacional uma causa militar foi, para Ernst Jünger, o motivo decisivo da derrota alemã. Fica óbvio o porquê: o condicionamento da energia bélica por meios militares será necessariamente inferior ao condicionamento dessa mesma energia por motivos democráticos de trabalho a ser feito.

Apesar do inegável brilhantismo e do fato de que sua reflexão sobre a mobilização total continue nos estimulando até hoje, mesmo um sujeito tão arrojado não é capaz de fugir completamente aos humores de seu tempo. Jünger não apenas queria entender os motivos da derrota alemã, como procurar uma forma de prognosticar uma futura volta por cima de sua amada nação. Não é por menos que, à

3 “Nós os definimos aqui como a disposição para a mobilização. Essa disposição estava presente em todos os países, e a guerra mundial foi uma das guerras mais populares que a história já conheceu, pelo simples fato de haver eclodido numa época que, de imediato, negara qualquer caráter popular aos outros conflitos” (tradução nossa).

4 “A mobilização total muda de terreno, mas não de sentido, quando, em vez de exércitos, põe em movimento as massas e põe em marcha o processo de uma guerra civil. A partir daí, a ação ocorre em áreas que escapam à ordem de mobilização, por estarem fora desta competência estritamente militar; como se as forças que não puderam ser requisitadas para a guerra também reivindicassem a sua parte no combate sangrento. Por outras palavras, quanto melhor a guerra souber mobilizar desde o início em profundidade e só para si a totalidade das forças disponíveis, menos cometerá erros ou hesitará na linha de ação a seguir” (tradução nossa).

Alemanha, Jünger atribua o papel de ter desencadeado em seus inimigos o processo revelador promovido exclusivamente pela guerra mundial. Em seu antagonismo, a Alemanha teria obrigado França, Inglaterra e Estados Unidos a revelarem a si mesmos. Jünger considera, contudo, que, tomados pela soberba da vitória, não submeteriam a mobilização total a um exame – erro que os derrotados não cometeriam, possibilitando aos alemães um maior domínio desse mecanismo do tempo moderno.

Em 1930, vendo seus inimigos cederem ao automatismo dos vencedores, Jünger descreve um processo muito interessante de tendência generalizada ao totalitarismo:

Au patriotisme se substitue un nationalisme nouveau, qui s'impose avec force, grâce à des notions cette fois présentes à la conscience des gens. Le fascisme, le bolchevisme, l'américanisme, le sionisme, les mouvements d'émancipation des peuples de couleur sont autant de bonds en avant du progrès qui jusque-là eussent été tenus pour impensable (Jünger, 1990, p. 137).⁵

É certamente interessante ver um herói de guerra alemão a poucos anos da tomada do poder pelos nazistas enumerar alguns movimentos políticos e nacionalistas como totalitários, incluindo o sionismo, o americanismo e outros movimentos de libertação de “pessoas de cor”. Afinal de contas, o futuro iria reservar o termo totalitarismo para movimentos como o nazismo de sua Alemanha e o stalinismo, de certo período da União Soviética, a fim de descrever experiências completamente antidemocráticas e reacionárias.

3 AS PROFESSORAS GAÚCHAS CONTRA O NAZISMO: CORDEIRO DE FARIAS E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Como vimos, para Ernst Jünger, muito mais do que eleições livres, a democracia é um regime superior de eficácia energética, que encontra sua consagração na mobilização total.

Oswaldo Cordeiro de Farias fez de sua vida um caso de mobilização total ambulante. Esteve envolvido com elevado grau de protagonismo em praticamente todos os eventos decisivos da República Brasileira entre os suspiros finais da República Velha e a ruptura cívico-militar de 1964, tendo se mantido influente mesmo já afastado do poder, até a sua morte em 1981. Suas entrevistas para Aspásia Camargo e Lúcia Klein, editadas por Walder de Góes, foram reunidas sob título irretocável: *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* (1981).

5 “O patriotismo é substituído por um novo nacionalismo, que se impõe através da força, graças a noções agora presentes na consciência das pessoas. O fascismo, o bolchevismo, o americanismo, o sionismo, os movimentos pela emancipação das pessoas de cor são todos avanços num progresso que até então teria sido considerado impensável” (tradução nossa).

Na impossibilidade de explorar o personagem em toda sua amplitude histórica, propomos, aqui, um recorte temporal que nos permite enfatizar a construção do personagem em momentos mais próximos da sua missão de pôr de pé a Escola Superior de Guerra (ESG). Mais especificamente, enfatizaremos seu papel como líder, especialmente como interventor do Rio Grande do Sul e comandante da artilharia da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Pois foi como líder que teve a oportunidade não apenas de tomar parte em certas mobilizações decisivas como a de orientar o curso de seu fluxo energético.

Cordeiro de Farias fez da mobilização total uma extensão de sua personalidade e uma questão de necessidade prática. No final de 1937, quando, na Alemanha, os nazistas já estavam há 4 anos no poder, foi indicado interventor do Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas. Um desafio que começava com uma ofensa às expectativas militares: tendo generais para comandar em seu novo posto sendo ele um coronel: “Eu nunca quis ter auxiliares, mas colaboradores” (Camargo, 1981, p. 245). A força das circunstâncias por vezes contraria hábitos consolidados, afinal a vida da comunidade gaúcha não se reduzia aos modos da vida militar. Ainda assim, parecia manter intacta em seu íntimo e em seus modos como líder a noção consagrada de discipulação militar: “Sempre aceitei plenamente as divergências internas, mas desentendimentos públicos não” (Camargo, 1981, p. 246).

Dotado de grande senso de adequação, Cordeiro de Farias parecia entender que para fazer mobilizar, ele próprio tinha que admitir para si certa **dinâmica de espírito**. A rigidez excessiva de conduta faria dele um mau líder, não apenas militar, mas, naquela função, da sociedade civil gaúcha, ela própria cheia de especificidades. Como veremos, Cordeiro de Farias entenderia que essa flexibilidade seria extremamente útil quando voltasse a desempenhar função exclusivamente militar. Sem ter sido um grande erudito, como fora Ernst Jünger, Cordeiro de Farias foi intuindo uma noção própria de mobilização total.

Essa capacidade de agir simultaneamente de modo rígido e ágil fica patente em sua condução da grande enchente de 1941. Primeiro as medidas executivas baseadas em rigor técnico:

Mobilizei toda a população, escolas, hospitais, comércio e indústria, para fazer face à emergência. Reuni novamente o secretariado e disse: “Dentro de poucos dias vamos ter uma enchente sem precedentes no Rio Grande”. Até então, eles não acreditavam muito nos dados técnicos, porque em outras ocasiões chuvas semelhantes em Porto Alegre não haviam causado maiores danos. Acontece que estávamos àquela altura com chuvas incessantes há 35 dias na cabeceira dos rios. E foi de fato uma devastação [...] (Camargo, 1981, p. 257).

Em seguida, sem se deixar interromper pela dinâmica da entrevista, o próprio acrescenta outra medida que parece entender como não menos urgente:

Vou contar um caso curioso. Em Porto Alegre, havia um cabaré chamado Clube dos Caçadores que, como era muito comum naquele tempo, havia se tornado um ponto de reunião dos líderes do Rio Grande: Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso se reuniam lá. Era um centro boêmio frequentado por mulheres alegres, vindas do Uruguai e da Argentina, inclusive da França, que se tornou o centro da vida do Rio Grande. Com a enchente, ocupei o local do cabaré, que já estava fechado, e o entreguei às freiras, transformando aquele lugar num posto de atendimento. E as pessoas diziam: “Se este homem consegue colocar freiras dentro do Caçadores, então é realmente necessário ter cuidado com ele!” (Camargo, 1981, p. 257).

É fundamental que compreendamos que não há hierarquia entre a natureza de ambas as situações: ambos são casos perfeitamente bem-sucedidos de mobilização. Assim como a natureza, a pesada presença alemã no Rio Grande do Sul tinha muitas caras, inclusive a de inimigo potencial.

É curioso como os caminhos de Jünger e Cordeiro de Farias se cruzam mesmo antes do conflito de 1940-1945, obviamente de forma indireta. Como homem que viveu 103 anos, Jünger se arrependeria de sua adesão ao nazismo, regime por qual tomou antipatia ainda mesmo antes do novo conflito mundial. Por sentir obrigação pessoal com sua amada Alemanha, serviu como capitão, mas não hesitou em registrar seu desgosto em novos diários, onde lamenta a morte de um de seus filhos na frente italiana. O fato, contudo, é que inicialmente viu no nazismo a redenção da Alemanha. Nazismo esse que, nunca esquecendo o horror, soube operar várias novidades do mundo não militar, como a propaganda com cinema e rádio. Foi, como hoje sabemos, um fenômeno social total.

Propaganda essa que não demoraria a invadir as comunidades alemãs em território brasileiro, muitas das quais tão fechadas em si mesmas que não falavam o português e tampouco admitiam escolas onde se ensinasse a nossa língua. Cordeiro de Farias entendia já então que assuntos “não militares” poderiam redundar em sérios problemas para a soberania nacional:

Então minha decisão precisava ser, ao mesmo tempo, radical e cuidadosa. Determinei o fechamento de todas as escolas alemãs, mas uma escola só era efetivamente fechada quando o governo do estado abria outra para matricular os alunos, pois eu não tinha o direito de deixar os meninos sem instrução (Camargo, 1981, p. 269).

Conforme tinha que enfrentar uma guerra sem que houvesse um conflito oficial, Cordeiro de Farias teve que improvisar um exército de combatentes civis, como o de suas professoras-combatentes:

As professoras, muito abnegadas, foram extraordinárias coadjuvantes nessa campanha. Aquelas que estavam em meios mais hostis mandavam, através da Secretaria de Educação, uma relação de meninos, filhos das famílias mais recalcitrantes. Assim, nós tínhamos uma lista completa dos alunos que resistiam em aceitar os padrões educacionais brasileiros. Com tais listas na mão, começamos um trabalho de envergadura: trazer essas crianças a Porto Alegre, em grandes grupos de quinhentas crianças, sobretudo durante a Semana da Pátria, para mostrar-lhes que existia um mundo fora de seu pequeno universo alemão (Camargo, 1981, p.269-270).

Trabalho, a forma assumida pela energia democrática no modo mobilização total. Essa foi também uma conclusão de Cordeiro de Farias, mesmo que sem a preocupação conceitual de um intelectual. Em seu trabalho, inclusive o mar brasileiro atuava como aliado: “Como em geral vinham da região serrana, não conheciam o mar, que era uma novidade para eles. Essas sensações novas confundiam suas cabeças, e eles voltavam para suas cidades de origem com uma outra visão das coisas, bem mais complicada [...]” (Camargo, 1981, p. 270).

É muito interessante seu relato a respeito dos alemães mais propensos a ceder aos apelos nazistas: os chegados mais recentemente. Mais interessante ainda seria a visão que esses neófitos em terras brasileiras teriam de nosso país.

Pregavam a ideia de que o Brasil não tinha um povo, isto é, um conjunto de pessoas regidas por leis e uma cultura comum. Havia apenas uma população, um conjunto de pessoas que aqui residiam, constituindo um conglomerado de alemães, italianos, portugueses, japoneses, composto de todas as raças, branca, negra, amarela. Em suma, segundo essa teoria pangermanista que se exacerbou com Hitler, éramos uma estranha mescla sem unidade e sem rumo (Camargo, 1981, p. 272).

Esse olhar alemão sobre nossa ausência de povo parece ter calado fundo no ímpeto do interventor e causado uma reação: o problema alemão era um problema nacional. Isso fica claro em sua iniciativa de ajudar o interventor do estado vizinho, Santa Catarina, no enfrentamento do mesmo problema:

Nereu [Ramos] não dispunha de recursos suficientes para enfrentar os nazistas. E era um problema sério em virtude da grande concentração de alemães no território catarinense. Assim, eu nomeava professores e policiais catarinenses, colocando-os na folha de pagamento do governo gaúcho, e

colocando-os à disposição do Nereu, a seu pedido. Eu o fazia não apenas por solidariedade, mas também para reforçar minha faixa de segurança. Afinal, de que valeria atacar o problema do Rio Grande se não houvesse controle do estado vizinho? (Camargo, 1981, p. 278).

Por esses e outros motivos, parece razoável acreditar na afirmação de que: “Declarei minha guerra contra a Alemanha em fins de 1938, antecipando o início da Segunda Guerra Mundial. E a campanha contra o nazismo no Rio Grande do Sul foi o ponto de honra do meu governo” (Camargo, 1981, p. 273).

Como estamos traçando o perfil do responsável por lançar a pedra fundamental da Escola Superior de Guerra, de sua experiência no comando da artilharia da FEB, deixaremos o conteúdo estritamente militar para outros estudos. Importa aqui o Osvaldo Cordeiro de Farias que vai aprimorando seu olhar antropológico:

De fato, não temos significação, mas é a ocasião de procurar adquiri-la. A participação do Brasil será uma afirmação de nossa personalidade. Uma espécie de ‘arrombamento’ do mundo ocidental, para que possamos penetrar nele (Camargo, 1981, p. 309).

Via a participação do Brasil em termos semelhantes aos de Jünger: a de se submeter, como sociedade, como nação, a um terremoto de escala nunca vista. O que permanecesse de pé, isso seria o Brasil, obviamente em acordo com a percepção pessoal e institucional daquele homem: “O que estava se criando, isto sim, era uma mentalidade que ninguém podia impedir: lutava-se lá por uma determinada ideia, e a política, aqui, era a antítese dela” (Camargo, 1981, p. 358). Antes de passarmos para a sua participação na crise brasileira pós-Segunda Guerra, que teria como consequência ser nomeado por Eurico Gaspar Dutra o homem da ESG, vale notar a continuidade de sua formação como intérprete do Brasil e de seu povo.

Pretendeu-se, no Brasil, selecionar os soldados da FEB segundo os padrões físicos americanos. Mas a orientação não era adequada. Não podemos nos comparar fisicamente ao homem de lá. Nosso soldado é raquítico, nasceu raquítico. Isso é verdade. Mas esses nordestinos, esses que vêm das favelas, são incrivelmente valentes. Nosso soldado, lançado à luta, é capaz de fazer o diabo. Já os americanos são muito frágeis, embora bem-nutridos. Você sabe que quando se dá uma injeção num rapagão daqueles, o sujeito arregaça? (Camargo, 1981, p. 311).

O Brasil era uma totalidade singular, onde raquitismo não se contrapunha a heroísmo. Nossa dureza e nossa ternura vinham do povo, que não reconhecia diferenças étnicas como fator decisivo. Essa conclusão que remete a algo parecido com os estudos sociológicos de Freyre (2006) não são nossas, mas do próprio

entrevistado. Por isso, vale citar uma longa passagem em que Cordeiro de Farias faz uma apreciação do caráter brasileiro como algo que se desenvolveu historicamente em acordo com os “terremotos” de diferentes escalas que teve que enfrentar. Contrastando sua experiência em terras norte-americanas, onde, no Kansas, vivenciou o ônibus segregacionista, em que os negros ou viajam em veículos separados ou só se sentavam nos últimos assentos, o general emenda uma breve síntese antropológica e histórica do Brasil:

Esta seria a diferença entre as lutas contra o fascismo ou o comunismo e as outras lutas internas que tivemos, em 1932 ou durante a marcha da Coluna: **éramos tão brasileiros quanto os que nos atacavam**. Assim, terminada a luta, **as partes se reconciliavam**. Não é como nos Estados Unidos, onde a oposição entre o Norte e o Sul deixou resquícios que só hoje estão desaparecendo.

No Brasil, as lutas sempre congregaram pessoas de diferentes raças e origens. Quem expulsou os holandeses foram os portugueses e seus descendentes, mas indiscutivelmente houve uma primeira etapa da luta em que **se podiam ver mamelucos, africanos, unidos** para expulsar um povo que, na época, tinha uma hegemonia pelo menos marítima sobre o mundo. Ao longo das lutas internas ou externas – como a Guerra do Paraguai ou do Prata –, sempre houve mistura e as pessoas aceitavam isso. Na Segunda Guerra, lembro de ter ido assistir à substituição de um batalhão norte-americano por tropa brasileira. Essas substituições costumam ser delicadas e às vezes dão muito barulho. Eis que se aproxima de mim um soldado brasileiro, de cor negra, pega-me pelo braço e diz: “O senhor não fique aqui, não deve ficar aqui, porque do lado de lá há negro”. Eram negros americanos! Quer dizer, ele não sabia se a cor dele era preta ou não, mas sabia que era brasileiro e que era tratado como tal (Camargo, 1981, p. 354, grifo nosso).

Personagem complexo, Cordeiro de Farias era um homem de sua época e parece sintetizar de forma idiossincrática concepções sobre a brasilidade consagradas por grandes intelectuais de sua época. Como já dito acima, a ideia de que o Brasil tinha bem encaminhada a questão racial de seu povo multicultural encontra eco em Gilberto Freyre. Mas sua personalidade, que se projeta sobre suas ações e se expressa em suas interpretações de mundo, tem muito da cordialidade no sentido tal como trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936 e reeditado sucessivas vezes desde então.

Para Holanda (2014), o brasileiro é um homem cordial. Mas não devemos nos precipitar a respeito do sentido que esse termo ganha na obra do historiador. A

cordialidade seria um traço de caráter em que a razão, a ação e o comportamento seriam todos condicionados por uma orientação emocional determinante: a dificuldade em seguir regras rígidas e a de discernir a fronteira entre o público e o privado. Sem atribuir conotação negativa ou positiva, Holanda aponta o quanto esse traço de caráter tão arraigado e difundido em nossa gente implicaria, necessariamente, em um tipo de desenvolvimento da civilização brasileira distinto tanto da Europa quanto dos Estados Unidos.

Isso fica claro no modo como, sem ver contrariedade, ao mesmo tempo expressa admiração pelos americanos, mas os considera rígidos a ponto de serem, eventualmente, contraproducentes. Desde o início ele sabia que a Escola Superior de Guerra desenvolveria um espírito próprio sem demora, por mais que se espelhasse nas instituições americanas afins.

As apreciações de Cordeiro de Farias a respeito da realidade brasileira denunciam uma autocondescendência que se projeta em sua leitura do que é o Brasil e seu povo. Não é que lhe falte sinceridade, é que a sinceridade o condiciona de forma a não se dar conta de certas incongruências. Como foi na ocasião em que se uniu aos generais germanófilos, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, para impedir os planos de Getúlio Vargas de tentar uma permanência no poder. Não é que não constituísse um contrassenso que o país continuasse sob um regime autoritário depois de ter enfrentado os nazistas na Europa, mas que essa reação tivesse a participação de simpatizantes do regime derrotado. Mas nada que fosse incongruente com sua visão a respeito da maleabilidade brasileira: aqui os que brigam se reconciliam e os que se reconciliam, brigam. Tudo muito cordialmente.

Era um homem de espírito amplo e dinâmico e tentou fazer de sua missão em fundar a ESG uma síntese de sua visão de mundo e um condensado de seus aprendizados como observador e interventor da realidade brasileira. No contato com os americanos na frente de batalha ficou impressionado com o que Ernst Jünger certamente descreveria como um trabalho típico de mobilização total: “O general americano que, na Itália, comandava o reabastecimento [...] não era militar de carreira. Na vida civil, era dono de um supermercado!” (Camargo, 1981, p. 313). Mas essa não foi a única prova que relata como exemplo de energia civil, de origem não militarizada, convertida em energia de guerra:

Enfim, o fato é que esse oficial chegou – era um menino, tinha cerca de 22 anos –, observou tudo e deu instruções para alterar todo nosso sistema de camuflagem. Precisei reconhecer, diante do óbvio, que ele sabia o que fazia. A camuflagem realmente ficou muito melhor com a introdução das mudanças recomendadas. Conversei muito com um oficial e fiquei sabendo que na vida civil ele era cenógrafo. Um cenógrafo! A única função que ele tinha na guerra era ver a camuflagem e

o fazia muito bem, pois era um especialista. O fato é que meu pessoal ficou apaixonado por ele, com as coisas que ele havia ensinado. A partir daí, tornou-se quase um adido da artilharia da FEB! Era tratado principescamente e ninguém discutia o que ele dizia. Às vezes pensávamos que a camuflagem ia sair ruim e o resultado era uma coisa extraordinária! (Camargo, 1981, p. 313).

Foi com esse espírito, de quem recolheu provas em quantidade considerável de que a segurança nacional é um assunto que extravasa em muito a esfera militar, que Cordeiro de Farias procurou lançar as bases e recomendações para o melhor funcionamento da Escola Superior de Guerra.

Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em **fato total**, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa hipótese, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos que o dos militares na guerra (Camargo, 1981, p. 413).

Se em termos gerais, tentando abstrair conteúdos ideológicos de gosto duvidoso, concordarmos com a ideia de Ernst Jünger de que a mobilização total é uma forma de canalizar as energias democráticas de uma nação em sua própria defesa, não podemos negar que nossa Escola Superior de Guerra é um lugar em que essa orientação prevalece desde seus primeiros dias.

4 A MOBILIZAÇÃO TOTAL NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

O Brasil é um país consideravelmente complexo. No plano do arranjo social e do mundo do pensamento isso significa dizer que certas ideias que correm paralelas parecem participar de um mesmo arranjo político e que certas ideias próximas de conteúdo são mobilizadas ao mesmo tempo por grupos que se veem como inimigos.

Isso facilita certas tentações, como a de aproximar o que é distante e distanciar o que é próximo. Seria tentador, portanto, afastar de imediato Cordeiro de Farias, nosso herói de guerra, de uma figura como Ernst Jünger, que, apesar de figura intelectual de imenso tamanho, foi também feroz guerreiro alemão nas duas Guerras Mundiais. Mais fácil seria aproximar nosso comandante de artilharia da FEB de Elmano Cardim, um homem que, como veremos, expressa acentuado fervor patriótico.

Em termos do conceito de mobilização total, contudo, nem o amor pelo Brasil nem as reservas contra a Alemanha Nazista são garantias de coincidência conceitual. Em nosso entendimento isso não significa outra coisa senão o fato de que o universo dos conceitos tem essa propriedade de não depender tanto de gostos patrióticos. Sendo assim, como vimos, a noção de mobilização total adquirida por

indução por Cordeiro de Farias se aproxima mais daquela intelectual promovida por Jünger do que daquela também intelectual expressa por Cardim nas dependências da Escola Superior de Guerra, cuja fundação tem relações quase genéticas com o espírito de Farias.

Poderíamos enfatizar o entendimento de discórdias disfarçadas ou de afinidades envergonhadas. Preferimos, por nossa vez, sublinhar a riqueza do mundo do pensamento e suas estimulantes surpresas. E, pelo visto, a Escola Superior de Guerra permitia que se desse vazão a essa riqueza.

Elmano Cardim oferece outras bases para a sua ideia de mobilização do que aquelas de Jünger. Diferentemente do alemão, seu evento fundamental é a Segunda e não a Primeira Guerra Mundial. Mas essa é uma diferença secundária, a principal sendo sua recusa em aceitar o conflito mundial como tendo força o suficiente para impor uma revolução em cada molécula de uma nação. Pelo contrário, se a guerra total serve para algo, seria o de resgatar princípios e valores ancestrais. Cardim ancora sua noção de mobilização total ao espírito cristão, espírito que deve prevalecer para poder comandar os elementos materiais necessários para guerrear. Desafiado fosse entre escolher superioridade moral ou material, não hesitaria em ficar com a primeira:

A importância das forças morais na guerra é tanto maior quanto mais profunda for, no ânimo dos combatentes, a consciência dos valores morais na formação nacional. Por isso, proteger e preservar no povo a noção de moral com a defesa de seus postulados, com a difusão, com o exemplo de sua observância, com o aprimoramento do seu sentido, é trabalhar pela unidade nacional, pelo fortalecimento da raça, pela grandeza dos destinos da pátria (Cardim, 1951, p.4).

A distância para Jünger aqui já começa a ficar clara, pois os termos não indicam uma revolução moderna e sim uma restauração, acompanhada de uma conservação, de referências de valor quase transcendental. A ponto de Cardim se sentir autorizado a inferir que o principal trabalho a ser feito é nos tempos de paz: “Essa obra não se constrói na guerra, mas na paz. É fruto de educação e tem, na família e na escola, o seu grande laboratório cívico, sendo hoje absolutamente essencial à guerra” (Cardim, 1951, p. 4).

A mobilização total, Jünger não negaria, é um regime de prontidão cujas bases já estão postas em tempos de paz. Mas há uma diferença fundamental entre estar posto e estar revelado. Só a guerra revela a extensão e qualidade de uma mobilização total e esta não se dá com fundamentos estáticos, mas dinâmicos. Como vimos, Cordeiro de Farias desde muito cedo em sua vida travou contato com forças de mobilização em tempos de paz ou em crises internas, mas ele sabia haver uma linha fundamental que o estado de guerra obriga ultrapassar. Cardim,

por recusar à guerra o elemento de revelação, reservando a ela mais uma lógica de consagração, inverte o papel da paz e da guerra no universo da mobilização total, se apegando a uma lógica de caráter, mais do que de modernização da nação brasileira:

Eis aí o grande problema que o preparo da guerra total deve enfrentar. Não é difícil, evidentemente, a vós que tendes a responsabilidade da guerra, resolver o problema, que escapa à vossa autoridade no tempo de paz, para ser, quando o dia trágico chegar, condição de êxito da vossa ação em defesa da pátria. Impõe-se, por isso, que a responsabilidade de outros setores seja alertada para trazer-vos uma colaboração que supra a vossa ausência forçada. Serão os legisladores, os educadores, os chefes de família, os patrões, todos aqueles que possam ter alguma influência na formação espiritual do povo e na preservação das reservas morais da nacionalidade (Cardim, 1951, p. 7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperando a ideia de guerra civil de Jünger, aquela que fagocita e torna superior a guerra meramente militar, é como se Cardim invertesse a ordem e persistisse na lógica de que são as forças civis que devem se converter e energia militar e não a capacidade bélica a entender o humor dos novos tempos. Não é que Jünger não nos fale de força espiritual, de motivações valorativas como sendo superiores a causas materiais. A questão é que, para ele, a mobilização total deve indicar a aceitação de uma revolução modernizante desses princípios e não o resgate de valores morais perenes. Essa diferença é fundamental.

No caso de Cordeiro de Farias, não sendo uma síntese entre ambos, nem exatamente uma terceira alternativa, tudo indica que sua intuição de comandante de tropas e de interventor no RS o aproximaria mais de Jünger. Farias entendia que novos tempos exigem o acompanhamento de novos valores. Mesmo que suas palavras, de brasileiro e contemporâneo de Cardim, apontem um certo repertório brasileiro comum, fica claro que seu entendimento conceitual da mobilização total, assim como sua compreensão material e social de suas condicionantes, está mais próximo daquele de Ernst Jünger.

Também conferencista na ESG no ano de 1951, o Coronel Aviador Teófilo Otoni de Mendonça parece, à diferença de Cardim, entender a guerra mundial na chave da novidade absoluta. Ao falar da “guerra total”, não hesita em afirmar: “Esta espécie de guerra é nova. É a guerra moderna no século XX” (Mendonça, 1951, p. 1).

Ainda assim, não demora a cair na lógica prussiana da militarização da vida civil no esforço de guerra. Ao falar da alocação de recursos econômicos,

industriais, agrícolas e financeiros, afirma: “Estes devem ser organizados, coordenados e dirigidos com a mesma estratégia que governa o emprego das armas puramente militares” (Mendonça, 1951, p. 2). Não demora, contudo, a acusar a falta de clareza conceitual, que assume sua forma mais reveladora justamente na dificuldade de estabelecer uma nova relação entre militarismo e vida civil. Mendonça logo parece se contradizer, subordinando as orientações militares a um conjunto maior:

A guerra deixou de ser uma luta entre as forças armadas dos beligerantes e passou a interessar a todas as forças vivas de uma Nação, porque somente estas – representadas pelos seus potenciais humano, agroindustrial, técnico-científico, financeiro, pelo seu comércio, pelos seus transportes – poderão, pela sua produtividade, fornecer a energia necessárias às forças combatentes para a finalidade suprema da conquista da vitória (Mendonça, 1951, p.2).

Mendonça fala de energia e dá mais um passo que o aproxima da conceituação apresentada por Ernst Jünger, que aproxima guerra e trabalho. Mendonça no caso, nos conduz a uma quase coincidência entre soldado e operário:

Hoje, o fator humano continua tão decisivo na guerra como o foi no passado; de fato: nos dias que correm **o homem interessa na guerra não somente como elemento de combate, mas também como elemento de produção**. Há, na guerra moderna, necessidade de homens para guerrear e de homens para manter em funcionamento a máquina de guerra; é óbvio que deve existir uma relação justa entre soldados combatentes e soldados operários, tomando-se como base, para determinação dessa relação, as situações militar e econômica, mas é fora de dúvida que uma Nação que se empenhar em guerra, no presente, tem de utilizar todo e qualquer potencial humano que exista dentro de suas fronteiras porque a guerra total afeta não somente as suas forças militares mas também o espírito e a vida de cada um dos seus habitantes (Mendonça, 1951, p. 2-3, grifo nosso).

O texto de Teófilo Otoni de Mendonça investe em analisar diferentes setores da sociedade brasileira e sua possível contribuição para o esforço de guerra. Entendemos, por nossa vez, que sua análise antropológica sobre o soldado operário é o que mais interessa, pois o aproxima conceitualmente do texto consagrado de Ernst Jünger. Isso mostra a riqueza do debate que desde cedo começou a ocorrer nas dependências da Escola Superior de Guerra.

Fatalmente, desde as duas Grandes Guerras Mundiais, falar de mobilização total implica lançar mão de certo vocabulário consagrado. Basicamente aquele vocabulário que procura destacar o esforço da totalidade social, deixando claro que a guerra não é mais coisa reservada a militares. Apesar disso, desse discurso que parece conduzir a conteúdos semelhantes, podemos observar que suas premissas podem variar muito. Nesse sentido, a coincidência de conclusões pode nos enganar sobre o que seria uma coincidência de pressupostos. A verdade é que o tema da mobilização total está sujeito a muitas condicionantes. Recém-saídos de uma participação honrosa na II Guerra e ainda se organizando depois da experiência do Estado Novo, os brasileiros ainda procuravam meios de entender o país e o que seria uma totalidade social nacional. Certamente, a Escola Superior de Guerra era lugar privilegiado para que esse entendimento encontrasse bons termos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Estado Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra: regulamento*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1949.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de; FARIAS, Osvaldo Barcellos Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARDIM, Elmano. *A guerra total: a importância das forças morais*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1951.

FARIAS, Anna Carolina Monéias. *A Escola Superior de Guerra (1949-1967) e Clausewitz: uma breve discussão sobre o nexo entre guerra e política no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

JÜNGER, Ernst. *L'État universel suivi de La mobilisation totale*. Paris: Gallimard, 1990.

LUDENDORFF, Erich. *The "total" war*. London: Friends of Europe, 1936.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a antecâmara do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MENDONÇA, Teófilo Otoni de. *Guerra total: importância do potencial econômico-militar*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1951.

TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/57#preview-link0>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Recebido em: jun. 2024.

Aceito em: jul. de 2024.

Esta revista foi impressa na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



Revista da Escola Superior de Guerra

Av. João Luís Alves, s/nº

Fortaleza de São João - Urca

22291-090 - Rio de Janeiro - RJ

www.esg.br - E-mail: revistadaesg@esg.br

<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg>

